



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

DISPUTAS TERRITORIALES CON EL CAPITAL, LAS SUBORDINACIONES, PARADIGMAS Y MODELOS DE DESARROLLO
David Vásquez Cardona

TERRITÓRIO (I)MATERIAL E GEOGRAFIA AGRÁRIA: PARADIGMAS EM QUESTÃO
Janaina Francisca de Souza Campos

AGRICULTURA DE BEIRA DE ESTRADA OU AGROPECUÁRIA MARGINAL OU, AINDA, O CAMPESINATO ESPREMIADO
Marco Antonio Mitidiero Junior

ASPECTOS DA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA PAULISTA: UM ESTUDO BASEADO NO DATALUTA JORNAL DE 1988 A 2010
Tiago Egídio Avanço Cubas

MOVIMENTO SOCIAL E GEOGRAFIA: CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE
Cloves Alexandre de Castro

LA "SOJIZACIÓN" Y LA TIERRA EN DISPUTA; DESARROLLO DEL CAPITALISMO AGRARIO EN URUGUAY
Selene Morales

A (RE)ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: UM ESTUDO DA SEGURANÇA ALIMENTAR NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA SANTA RITA E SEPÉ TIARAJÚ, MUNICÍPIO DE CAPÃO DO CIPÓ (RS)
Tanise Pedron da Silva e José Antônio Costabeber

AS ESPECIFICIDADES DA NOVA ATER PARA AGRICULTURA FAMILIAR
Raimundo Pires Silva

"A VIA CAMPESINA: A GLOBALIZAÇÃO E O PODER DO CAMPESINATO."
Leandro Nieves Riveiro

Jul./Dez.

2013



Revista NERA nº. 23

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Djoni Roos
Camila Ferracini Origuéla
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
José Sobreiro Filho
Eduardo Paulon Girardi
Bernardo Mançano Fernandes**

**NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
Jul.-dez./2013**

Revista NERA (RNERA) nº. 23

EDITORES

Djoni Roos
Camila Ferracini Origuéla
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
José Sobreiro Filho
Eduardo Paulon Girardi
Bernardo Mançano Fernandes

CORPO EDITORIAL

Leandro Nieves Ribeiro
Rafael de Oliveira Coelho dos Santos

CONSELHO CIENTÍFICO

Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Anderson Antônio da Silva – FATEC (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Antonio Thomaz Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ariovaldo Umbelino de Oliveira – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Bernardo Mançano Fernandes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ciro de Oliveira Bezerra – UFAL (Maceió, AL, Brasil)
Clifford Andrew Welch – UNIFESP (São Paulo, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Eduardo Paulon Girardi – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eliane Tomiasi Paulino – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Emília de Rodat Fernandes Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Fernando Mendonça Heck – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hellen Charlot Cristancho Garrido – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Janaina Francisca de Souza Campos – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Jorge Ramón Montenegro Gómez – UFPR (Curitiba, PR, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Sobreiro Filho – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UPE (Petrolina, PE, Brasil)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Manoel Calaça – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Mara Edilara Batista de Oliveira – UFPR (Curitiba, PR, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Marta Inez Medeiros Marques – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Matuzalem Bezerra Cavalcante – INEC (Rio Branco, AC, Brasil)
Munir Jorge Felício – UNOESTE (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Nelson Rodrigo Pedon – UNESP (Ourinhos, SP, Brasil)
Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)
Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
Paulo Roberto Alentejano – UERJ (São Gonçalo, RJ, Brasil)
Ricardo Pires de Paula – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Roberto Aparecido Mancuzo Silva Junior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Rodrigo Simão Camacho – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)

Sam Moyo – African Institute for Agrarian Studies (Harare, Zimbábue)
Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Sílvia Simione da Silva – UFAC (Rio Branco, AC, Brasil)
Tiago Egídio Avanço Cubas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por



Indexada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2
1999 – interrompida
2000 – ano 3, nº. 3
2001 – interrompida
2002 – interrompida
2003 – interrompida
2004 – ano 7, nº. 4
2004 – ano 7, nº. 5
2005 – ano 8, nº. 6
2005 – ano 8, nº. 7
2006 – ano 9, nº. 8
2006 – ano 9, nº. 9
2007 – ano 10, nº. 10
2007 – ano 10, nº. 11
2008 – ano 11, nº. 12

2008 – ano 11, nº. 13
2009 – ano 12, nº. 14
2009 – ano 12, nº. 15
2010 – ano 13, nº. 16
2010 – ano 13, nº. 17
2011 – ano 14, nº. 18
2011 – ano 14, nº. 19
2012 – ano 15, nº. 20
2012 – ano 15, Edição Especial
2012 – ano 15, nº. 21
2013 – ano 16, nº. 22
2013 – ano 16, nº. 23

Semestral
ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552
Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

APRESENTAÇÃO

07

PRESENTACIÓN

PRESENTATION

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

DISPUTAS TERRITORIALES CON EL CAPITAL, LAS SUBORDINACIONES, PARADIGMAS Y MODELOS DE DESARROLLO

09

DISPUTAS TERRITORIAIS COM O CAPITAL, AS SUBORDINAÇÕES, PARADIGMAS E MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

TERRITORIAL DISPUTES WITH THE CAPITAL, THE SUBORDINATIONS, PARADIGMS AND MODELS OF DEVELOPMENT

David Vásquez Cardona

TERRITÓRIO (I)MATERIAL E GEOGRAFIA AGRÁRIA: PARADIGMAS EM QUESTÃO

27

INMATERIALES TERRITORIO Y GEOGRAFUA AGRÍCOLA: PARADIGMAS EN CUESTIÓN

IMMATERIAL TERRITORY AND AGRARIAN GEOGRAPHY: PARADIGMS IN QUESTION

Janaina Francisca de Souza Campos

AGRICULTURA DE BEIRA DE ESTRADA OU AGROPECUÁRIA MARGINAL OU, AINDA, O CAMPESINATO ESPREMIDO

43

AGRICULTURA EN LAS PORCIONES DE TIERRA O AGROPECUARIA MARGINAL, O, INCLUSO, EL CAMPESINATO EXPREMIDO

MARGINAL AGRICULTURAL OR SQUEEZED PEASANTRY

Marco Antonio Mitidiero Junior

ASPECTOS DA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA PAULISTA: UM ESTUDO BASEADO NO DATALUTA JORNAL DE 1988 A 2010

60

ASPECTOS DE LA FORMACIÓN DE LA OPINIÓN PÚBLICA PAULISTA: UN ESTUDIO BASADO EN EL DATALUTA DE 1988 A 2010

ASPECTS OF THE FORMATION OF PUBLIC OPINION PAULISTA: A STUDY BASED ON DATALUTA JORNAL FROM 1988 TO 2010

Tiago Egídio Avanço Cubas

MOVIMENTO SOCIAL E GEOGRAFIA: CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE

MOUVEMENT SOCIAL ET GEOGRAPHIE: CONTRIBUTION AU DEBAT

81

GEOGRAPHY AND SOCIAL MOVEMENTS: A CONTRIBUTION TO THE DISCUSSION

Cloves Alexandre de Castro

LA “SOJIZACIÓN” Y LA TIERRA EN DISPUTA: DESARROLLO DEL CAPITALISMO AGRARIO EN URUGUAY

109

A “SOJIZAÇÃO” E A TERRA EM DISPUTA: DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO AGRÁRIO NO URUGUAI

“SOJIZACIÓN” AND DISPUTED LAND: AGRARIAN CAPITALISM DEVELOPMENT IN URUGUAY

Solene Morales

A (RE)ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: UM ESTUDO DA SEGURANÇA ALIMENTAR NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA SANTA RITA E SEPÉ TIARAJÚ, MUNICÍPIO DE CAPÃO DO CIPÓ (RS)

131

LA ORGANIZACIÓN (RE) PRODUCCIÓN: UN STUDIO DE LA SEGURIDAD ALIMENTARIA EN LOS ASENTAMIENTOS DE LA REFORMA AGRARIA Y SANTA RITA SEPÉ TIARAJÚ, CAPÃO DO CIPÓ (RS)

THE (RE)ORGANIZATION PRODUCTION: A STUDY OF FOOD SECURITY IN AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS SANTA RITA AND SEPÉ TIARAJÚ, CITY OF CAPÃO DO CIPÓ (RS)

Tanise Pedron da Silva e José Antônio Costabeber

AS ESPECIFICIDADES DA NOVA ATER PARA AGRICULTURA FAMILIAR

150

LAS ESPECIFICIDADES DE LA NUEVA ATER PARA LA AGRICULTURA FAMILIAR

THE SPECIFICS OF THE NEW ATER FOR FAMILY FARMING

Raimundo Pires Silva

RESENHA: A VIA CAMPESINA: A GLOBALIZAÇÃO E O PODER DO CAMPESINATO

167

LA VIA CAMPESINA: LA GLOBALIZACIÓN Y EL PODER DEL CAMPESINADO

THE VIA CAMPESINA: GLOBALIZATION AND THE POWER OF THE PEASANTRY

Leandro Nieves Ribeiro

171

COMPÊNDIO EDIÇÕES

COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

COMPÉNDIO AUTORES

183 COMPENDIO AUTORES

COMPENDIUM AUTHORS

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação e entusiasmo que apresentamos o 23º número da Revista NERA. Nesta edição, o grande eixo temático e articulador dos nove trabalhos é a disputa territorial. De diferentes formas, os oito artigos e a resenha destacam a atualidade da questão agrária no Brasil e na América Latina, tendo a luta pela terra, a agricultura camponesa e a conflitualidade como elementos centrais, que exaltam a correlação de forças entre capital, Estado e campesinato. Não obstante, a disputa territorial e a conflitualidade também estiveram presentes nos trabalhos que trouxeram questões de ordem teórico-metodológica, como o debate paradigmático para a compreensão do conhecimento científico, e para o entendimento das formas representativas construídas e difundidas pela imprensa jornalística.

No artigo *Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo*, David Cardona realizou um debate que destacou as disputas territoriais, a partir das experiências dos movimentos populares colombianos na luta contra o avanço do capitalismo no campo e na defesa de seus territórios. David empregou o conceito de território para abordar a concentração de terras e o uso do solo na Colômbia, enfatizando a regulação dos recursos minerais e a atuação dos movimentos sociais.

O segundo artigo versou sobre os paradigmas que permeiam o conhecimento científico, inaugurando um debate teórico-metodológico baseado na construção dos territórios (i)materiais que relaciona grupos de pesquisa, paradigmas e Geografia Agrária. Em *Território (i)material e Geografia Agrária: paradigmas em questão*, Janaina Vinha mostrou a disputa territorial presente no conhecimento científico produzido pela Geografia Agrária. A imaterialidade das pesquisas está intimamente integrada à realidade material dos modelos de desenvolvimento para o campo defendido pelos grupos de pesquisa.

O texto de Marco Mitidiero analisou as práticas agrícolas, pecuárias e extrativistas desenvolvidas na BR 235, em Sergipe, chamadas de “beiras de estradas”, terras públicas que sazonalmente são utilizadas para o consumo e produção familiar. O artigo *Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido* faz uma caracterização desta prática de produção camponesa, demonstrando que o seu desenvolvimento está atrelado ao baixo rendimento econômico das famílias, considerada uma atividade alternativa para (re)produção social.

O quarto trabalho intitulado *Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no DATALUTA Jornal de 1988 a 2010*, de Tiago Egídio Avanço Cubas, investigou a representação do campesinato e dos ruralistas e a formação da opinião pública no território paulista construída pela imprensa do estado de São Paulo. O debate paradigmático e a discussão sobre os territórios imateriais também compõem neste artigo, o qual entende os jornais como territórios imateriais que disseminam posturas político-ideológicas sobre o campo brasileiro.

Em *Movimento social e Geografia: contribuição ao debate*, Cloves Castro, diante da perspectiva geográfica, fez uma reflexão sobre os movimentos sociais. O pesquisador identificou os estudos realizados pela Geografia brasileira que se debruçaram na temática movimentos sociais, sobretudo no momento de rompimento epistemológico rumo à construção da Geografia Crítica brasileira.

Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo agrário no campo e as políticas estatais elaboradas em resposta ao movimento de globalização, Selene Morales apresentou o processo de expansão da soja no Uruguai. Em *La “sojización” y la tierra en disputa; desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay*, a autora retratou a disputa territorial entre Estado, estrangeirização de terras e agronegócio, tensionamento que vem ocasionando a elevação do preço da terra e o contínuo e crescente processo de desterritorialização camponesa.

No artigo *A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiarajú, município de Capão do Cipó(RS)*, Tanise Silva e José Antonio Costabeber identificaram as dificuldades da

agricultura familiar na manutenção de estratégias que garantam a produção de alimentos nos assentamentos rurais. Os autores discutiram o papel das tecnologias e a saída dos jovens dos assentamentos em busca de rendas alternativas.

O oitavo artigo, de Raimundo Pires Silva, intitulado *As especificidades da nova ATER para Agricultura Familiar*, contribui para a análise dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oferecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a sua relação com a agricultura familiar.

Por fim, além destes oito artigos, compartilhamos a resenha redigida por Leandro Ribeiro do livro *A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato*, de Annete Desmarais, publicado em 2013 pela editora Expressão Popular. Organizado em duas seções que abordaram tanto a trajetória acadêmica e intelectual da autora quanto os principais aspectos do livro, para Leandro a referida obra traz grandes contribuições para o estudo dos movimentos sociais no campo e para o entendimento do processo de modernização da agricultura, da questão agrária, das lutas camponesas e da questão de gênero.

Em nome de toda equipe que concentrou esforços para a organização de mais este número, esperamos que esta edição contribua para o avanço e qualificação do debate sobre a questão agrária na América Latina, e promova, ainda, a interlocução de ideias dentro e fora da comunidade acadêmica. Que a revista adentre os mais variados espaços e canais políticos, atuando como instrumento que enseje reflexões sobre a necessidade de se (re)pensar um modelo de desenvolvimento para o campo baseado na agricultura camponesa, na soberania dos povos e alimentar e na promoção da reforma agrária.

Sem mais, agradecemos aos autores que submeteram os trabalhos aqui publicados e aproveitamos para convidar outros que possam integrar as próximas edições.

Desejamos uma agradável leitura.

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha
Editora

Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo

David Vásquez Cardona

Ph. Dc. En Estudios Sociales Agrarios, Universidad Nacional de Colombia

CIECS-CONICET Universidad Nacional de Córdoba

e-mail: dvsaudadeazul@gmail.com

Resumen

Desde una comprensión de las luchas de los movimientos populares por la defensa del territorio, se realiza un análisis de la cuestión agraria colombiana. Presentando de manera crítica el modelo de desarrollo capitalismo dependiente, instaurado por las clases dirigentes, que determina el ordenamiento territorial de manera hegemónica y las disputas territoriales gestadas en las luchas de los movimientos populares, quienes en sus experiencia histórica se constituyen en sujetos de poder, manifestado en su capacidad organizativa y en la puesta en práctica de los mandatos en los territorios. El trabajo discute sobre la categoría de clases populares, los vínculos existentes entre los diversos movimientos, campesinos, indígenas y comunidades negras en el mundo agrario y las formas en las que hoy la disputa territorial es abordada desde los movimientos, los cuales interpelan y se relacionan con otras formas de expresión de las clases populares en la coyuntura actual de la guerra y el proceso de paz, como son los partidos políticos de izquierda y la insurgencia.

Palabras-clave: Territorio, disputa territorial, sujetos, clases, movimiento popular.

Abstract

Territorial disputes with the capital, the subordinations, paradigms and models of development

From an understanding of the struggles of popular movements for the defence of the territory, is an analysis of the Colombian Agrarian question. Presenting in a critical way the development model dependent capitalism restored by the ruling classes, which determines the territorial arranging of a hegemonic way and the territorial disputes gestated in the struggles of the popular movements, that in its historical experience are constituted in subjects of power, shown in its organizational capacity and in the practice of the warrants in the territories. The paper discusses about the category of popular classes, the links between the different movements, peasants, indigenous and black communities in the agrarian scene and the ways in which today the territorial dispute is addressed from the movements, They question and are related with other forms of expression of the popular classes at the current juncture of the war and the peace process, like left political parties and the insurgency.

Keywords: Territory, territorial dispute, subjects, classes, popular movement.

Resumo

Disputas territoriais com o capital, as subordinações, paradigmas e modelos de desenvolvimento

A partir de uma compreensão das lutas dos movimentos populares para a defesa do território, se realiza a análise da questão agrária na Colômbia. É mostrado, criticamente, o

modelo de desenvolvimento capitalista dependente, introduzida pelas classes dominantes, que determina o ordenamento territorial de forma hegemônica e as disputas territoriais gestadas nas lutas dos movimentos populares. Pela sua experiência histórica, estes movimentos populares manifestam-se como sujeitos diante da sua capacidade organizacional e das relações de poder estabelecidas nos territórios. O artigo discute a categoria das classes populares, as ligações entre os vários movimentos, camponeses, indígenas e comunidades negras do campo e as formas em que hoje a disputa territorial é abordada a partir dos movimentos, que interpelam e se relacionam com outras formas de expressão das classes populares na atual conjuntura, como os partidos políticos de esquerda e a insurgência.

Palavras-chave: Território, disputa territorial, sujeitos, classes, movimento popular.

Introducción

Existen cambios sustanciales en los movimientos populares en Colombia y en Latinoamérica, que se expresan en las transformaciones de las luchas, como el salto de la lucha por la tierra a la defensa del territorio, en las formas organizativas, en las estrategias y en las apuestas políticas, elementos que ponen en cuestión las definiciones sobre el sujeto de la emancipación, así como las consideraciones para acceder al ejercicio del poder Estatal y la autonomía relativa de los territorios.

Realizando un estudio de las movilizaciones generadas a partir de los mandatos comunes, derivadas desde el mandato agrario en el 2003 y la Minga Nacional de Resistencia Comunitaria, teniendo además, por referencia la capacidad de disputa territorial, se describen los elementos determinantes en la configuración de las movilizaciones populares y sus apuestas políticas, desde donde se realiza una discusión argumental sobre las formas en las que se encuentran en disputa los territorios, y las regiones dentro del Estado Nación, las relaciones entre clase, etnia y movimiento popular, y las determinaciones sobre el sujeto popular que se configura en las disputas políticas en el ejercicio del poder territorial y nacional.

La lectura de las disputas territoriales se realizó utilizando la comprensión de las categorías sobre el territorio desarrolladas por FERNANDES (2007) entre otros autores, que realizan sus aportes en el marco del paradigma de la cuestión agraria. Al igual se utilizó para la elaboración del documento, la cartografía desde una perspectiva crítica para evidenciar las disputas territoriales entre el capitalismo y los sectores populares en Colombia. El documento cierra con el análisis de la configuración de los movimientos populares como forma de expresión de la lucha popular y las clases populares en el país.

El territorio como concepto y como disputa

El territorio es un concepto que en una perspectiva histórica, está relacionado con las delimitaciones del poder referida a la soberanía, que se puede ejercer en un espacio determinado, entendiendo que es en el espacio donde se materializa la existencia humana (LEFEVBRE, 1991 citado por FERNANDES, 2007). Partimos del concepto de espacio como totalidad que es definido por “un conjunto de sistemas de objetos y sistemas de acciones, que forman el espacio de modo indisociable, solidario y contradictorio” (SANTOS, 1996, p. 51 citado por FERNANDES, 2007).

Así, aparecen los Estados Monárquicos, y los Estados Nacionales que emergieron de la colonia, como los portadores del derecho y legitimidad hegemónica para las definiciones territoriales en el ejercicio del poder, en el escenario de las delimitaciones políticas de las naciones. Pero como bien lo destacan los estudios de Fernandes (2007), los análisis del territorio, privilegiados actualmente no tienen en cuenta ni la multiescalaridad (referidas a las

escalas geográficas que van desde lo local hasta lo internacional), ni la multidimensionalidad, lo que conduce a una instrumentalización del concepto, sin considerar los conflictos de los diferentes territorios contenidos en el “territorio”, generados por los proyectos de desarrollo, o por los modelos de desarrollo territorial.

Al desconocer las multidimensionalidad se dejan de tener en cuenta los diversos componentes como son: poder, cultura, producción, naturaleza, lo que implica en una apuesta territorial incluir a las comunidades en las tomas de decisiones. De igual forma cuando se deja de lado la multiescalaridad lo que se pretende es evitar evidenciar los conflictos de las clases sociales, generados por la apropiación del territorio.

El modelo de desarrollo impuesto por los entes gubernamentales, las agencias multilaterales o la Banca internacional, el concepto de territorio aparece como instrumento de control social para subordinar las comunidades rurales a las determinaciones de los intereses económicos, ya sea de transnacionales o grupos del poder terrateniente, o de grupos económicos.

Sin embargo, el territorio también hace referencia a las formas en las que existe una apropiación individual y comunitaria del sentido político y la soberanía, que se puede expresar en la autonomía de las comunidades, que surge de establecer toma de decisiones para la determinación de lo que ha de ser de los territorios (FERNANDES, 2007). Existe de esta forma una apropiación política que se vincula a los elementos que coayudan a configurar la territorialidad; los cuales las comunidades y los individuos gestan a partir de la cultura en su apropiación práctica y simbólica de identificación con el territorio y con el lugar¹. Pues la connotación del territorio implica también la forma en la que sus pobladores dan uso y significado a los espacios donde viven, así se delimita por las relaciones sociales, que determinan una extensión terrestre definida, incluyendo relaciones de poder y de apropiación (GEIGER, 1996). Lo anterior es reafirmado por Santos (2000) quien señala que el territorio vincula la razón con la emoción, lo que liga el lazo de los elementos sensibles y emotivos del ser social con sus apuestas, pensamientos y racionalidades.

Las disputas en Latinoamérica, en el capitalismo dependiente al que se encuentra sometida la región, se hacen evidentes en la construcción de la multiplicidad de territorios, en tanto que el territorio usado y apropiado porta una doble connotación: el primero *como abrigo y fuente de vida*; o dos como *recurso*, de acuerdo al sector social que lo use y apropie (RINCÓN, 2012). Así para los sectores populares aparece el territorio como abrigo, en la medida que se vincula elementos culturales y emotivos con los componentes ecosistémicos, económicos y políticos que permiten su reproducción y su vida; y aparece el territorio como recurso para las clases dirigentes y los sectores hegemónicos que lo utilizan para la producción y reproducción de capital, como del poder.

En el contexto mundial el desarrollo del capitalismo su expansión permanente sobre nuevos territorios, tiende a la concentración de la tierra, a la proletarización del campesinado y generación de un ejército de reserva, a la expropiación y subsunción del campesinado por vía del crédito y del comercio al capital. Es decir, el desarrollo del capitalismo a la vez que destruye relaciones no capitalistas (el campesinado), las recrea para su funcionamiento, estos elementos han sido estudiados desde Kautsky y retomados de manera permanente desde Rosa Luxemburgo² hasta los debates actuales como los presenta Girardi (2009) en la

¹ A diferencia de lo presentado por Flores (2006), quien pretende que la apropiación que las comunidades y las diversas culturas tienen del territorio, desde sus saberes, tradiciones, cosmovisiones y prácticas, sirvan para la configuración del desarrollo del capital. No poniendo en conflicto las determinaciones políticas sobre el desarrollo, sino presentando una visión que integra el desarrollo del gran capital con el de las comunidades, como espacios diversos, sin poner en tela de juicio las disputas territoriales que surgen de la competencia y concentración económica de poder inmanente al capital. Un pensamiento que pone en debate la construcción del capital pero que vincula la apropiación de las comunidades al lugar, la naturaleza y por tanto del territorio es el de Escobar (2000), quien recoge los conceptos de otros autores, para pensar el lugar como posibilidad de superación de las dicotomías entre cultura y naturaleza, teoría y práctica, haciendo hincapié en la forma en la que los seres humanos están arraigados a la naturaleza e inmersos en actos prácticos.

² Las discusiones que presenta Rosa Luxemburgo (2012 [1912]) en su estudio *La acumulación de capital*, son de gran relevancia para comprender como la acumulación originaria no es un fenómeno que aparece en un momento determinado, sino que resulta de manera permanente en el proceso de expansión geográfica que

comprensión de la cuestión agraria³.

En diversos contextos aparecen las disputas territoriales entre campesinos y capitalistas a partir de los modelos de desarrollos impuestos, es así que se hace evidente la disputa entre el agronegocio y el campesinado (representando en las diversas organizaciones campesina entre ellas el MST) en el Brasil (FERNANDES, WELCH y GONÇALVES 2012), y en Colombia las disputas de las comunidades campesinas, incluyendo en ellas a los indígenas y negros, con el agronegocio, la minería, los terratenientes y el desarrollo del narcotráfico, todos ellos mediados por la dinámica del conflicto armado.

Para comprender las disputas territoriales y el modelo de desarrollo presentaremos los distintos elementos argumentales relacionados con la cartografía, reconociendo que la mapa es parte del discurso geográfico (SANTOS, 2002, citado por GIRARDI, 2008) y es una construcción social (HARLEY, 1989), mediada por relaciones de poder y por disputas de sentidos de la realidad, donde la mirada está determinada por la comprensión de las contradicciones de la realidad, donde el acercamiento a la verdad está dada por la comprensión teórica y no por el instrumento de representación.

Concentración de la tierra y usos del suelo en Colombia

En Colombia existen causas históricas de concentración de la tierra heredadas desde la colonia, a las cuales se le han sumado el control territorial de manera violenta de parte de grupos armados, vinculados con grupos de políticos regionales, además de la expoliación y compra de terrenos utilizando como fuente de financiación el narcotráfico. El aumento de la concentración de la tierra se puede evidenciar en el coeficiente GINI, que se utiliza para medir la concentración de la propiedad y de los ingresos⁴. Como lo informa el PNUD para el 2011, había aumentado en un 0,86 mientras que el de propietarios en 0,87. Si lo analizamos por los departamentos como se observa en el **Mapa 1**, nos damos cuenta que 18 de los 32 departamentos del país presentan un índice de GINI superiores a 0,8, lo que habla de la alta concentración de la tierra distribuida en todo el país.

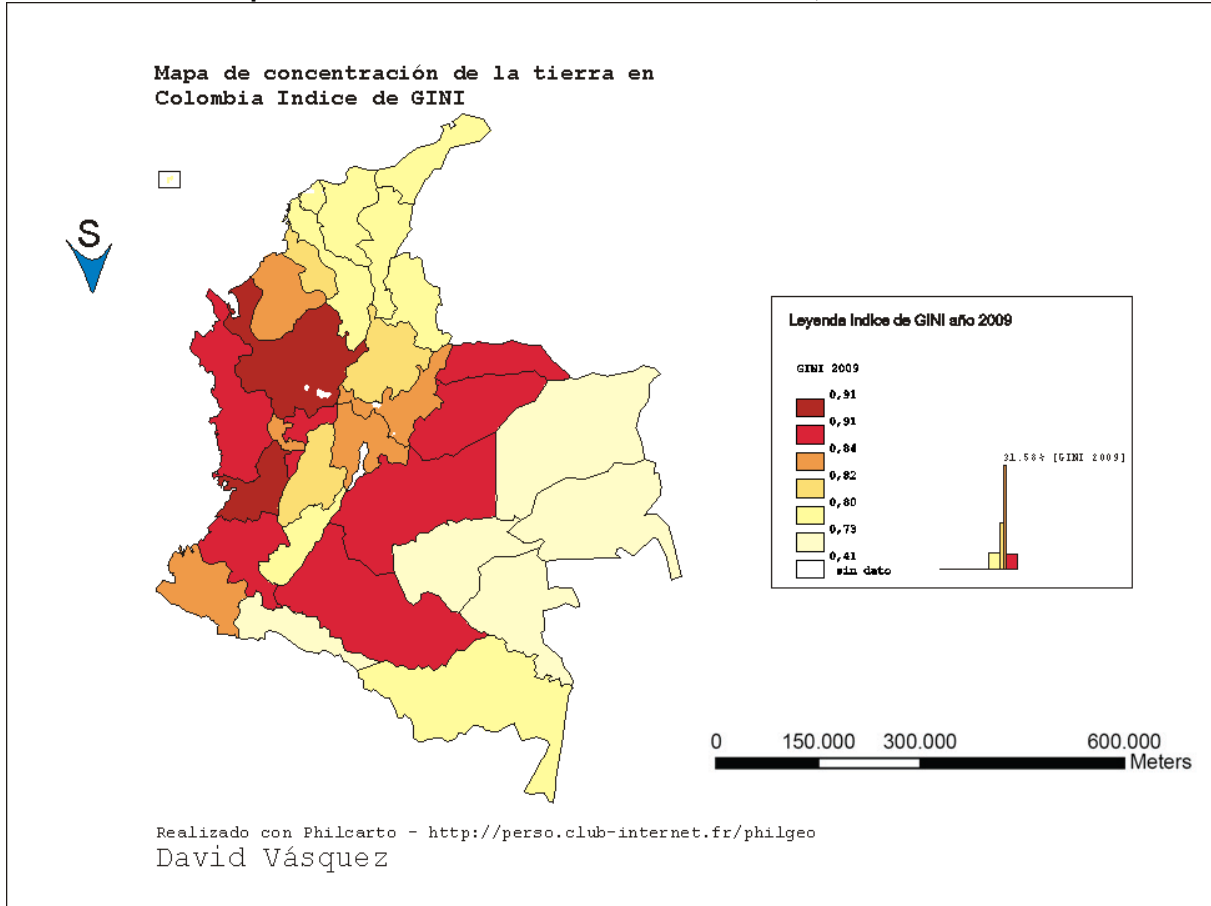
A pesar de la concentración de la tierra el campesino en su conjunto tiene gran importancia en la producción de alimentos del país. Para el 2008 los cultivos campesinos representaban el 75,9% de los cultivos existentes, presentando un aumento en comparación con el año 1990 donde contaban con el 74,2% del área cultivada. Sin embargo, la producción total presentó una reducción del 66,8% al 66,3%, lo que se debe al aumento de cultivos para exportación y la producción de cultivos para biocombustibles que intensifican el uso de capital constante, reflejado en tecnología lo que lleva al aumento de la producción. Lo anterior se puede ver en los gráficos 1 y 2 tomados del informe del PNUD (2011).

necesita desarrollar el capital debido a las crisis inmanente del mismo.

³ Fernandes (2004), Girardi (2009), Fernandes, Welch y Gonçalves (2012) presentan una discusión sobre dos paradigmas para comprender los temas agrarios, el primero se refiere a la *cuestión agraria*, donde el campesino está en un permanente conflicto con el desarrollo del capitalismo, en el cual se incluyen los estudios elaborados desde una perspectiva marxista, además, de los desarrollos teóricos de Chayanov; el otro paradigma es el capitalismo agrario propuesto por Abramovay (1992, citado por los autores en mención), en el cual se propone una ruptura con el paradigma marxista afirmando la importancia de la agricultura familiar para los países en desarrollo, en donde el campesino realiza una metamorfosis al agricultor familiar; así se eliminan los problemas de la agricultura familiar en la medida en la que el desarrollo del capitalismo va a permitir el ingreso de los pequeños productores en los mercados y por lo tanto se va a gestar un crecimiento económico de las familias y un aumento de mejores condiciones de vida. Este último paradigma carece de lectura histórica, contextual y de una lectura de los conflictos en los territorios a partir del desarrollo del capital.

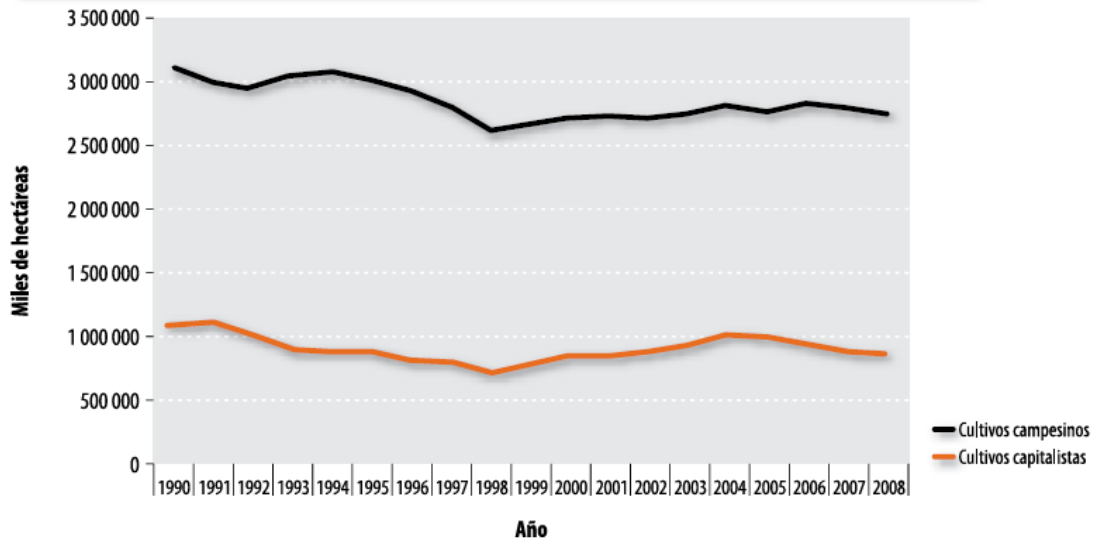
⁴ Este Indicador habla, que entre más cerca se éste a 1 mayor concentración, lo que quiere decir pocos propietarios con mucha tierra, y entre más cercano a cero, implica muchos propietarios con mucha tierra.

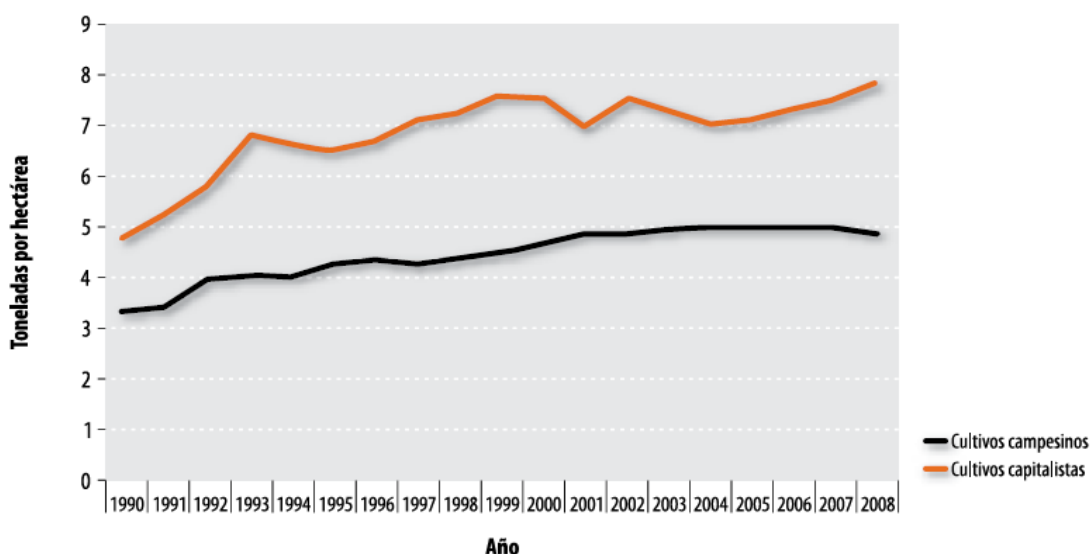
Mapa 1. Concentración de la tierra en Colombia, índice de GINI



Fuente: El autor, utilizando los indicadores del Informe del PNUD 2011.

Gráfico 1 y 2. Diferencias productivas de los campesinos y los capitalistas





Fuente: cálculos INDH 2011, a partir de cifras de Agronet.

La concentración de la tierra no opera necesariamente para el desarrollo de actividades productivas, lo que se confirma en la subutilización de la tierra apta para el desarrollo de cultivos, pues de acuerdo con la Información del Instituto Geográfico Agustín Condazzi (IGAC), la totalidad de las áreas utilizadas en agricultura y actividades silvoagrícolas llega a 4,9 millones de hectáreas, reconociendo que el potencial con el que se cuenta es de 21, 5 millones de hectáreas. Caso contrario ocurre con la producción ganadera que cuenta con 39, 2 millones de hectáreas para mantener el hato ganadero, cuando tan solo 21 millones de las utilizadas son aptas para dicha actividad productiva.

En el informe del PNUD (2011), se muestra un cálculo hecho para el 2009, donde el valor bruto de la producción por hectárea de actividades pecuarias y agrícolas, es sustancialmente más elevada para la producción de actividades agrícolas que para actividades pecuarias, (siendo para banano \$30.329.046, para azúcar \$18.794.078 y para papá \$13.720.229 por hectárea; mientras que para carne y leche tan solo \$293.020, para carne de res \$146.886 y para leche \$146.135 por hectárea).

Lo anterior habla de que la utilización de la tierra para el mantenimiento del hato ganadero nada tiene que ver con la producción y acumulación que genera dicha actividad, sino que corresponde a la posesión de la tierra, lo que acontece por dos razones principales. La primera hace referencia a la valorización de la tierra sin realizar el pago de impuestos, para luego ser vendidas en el momento que alguna actividad productiva pueda ser realizada; y dos para el control político del territorio y por tanto de la población que se puede expresar en dividendos electorales.

En muchas ocasiones el despojo y la expoliación de territorios, que utilizan las fuerzas de estructuras paramilitares, vinculadas con las fuerzas militares y promovidas por grupos de poder económico y militar, no se da solo para el acaparamiento de tierras sino para el desarrollo de actividades agrícolas, mineras y el control de la comercialización de la pasta de la coca.

Es importante señalar que los grupos paramilitares, autodefinidos como una “*organización civil en armas*” llamadas Autodefensas Unidas de Colombia, aparecen en el escenario nacional a mediados de los años 80, con la llamada “*contrarrevolución del Urabá*” (ROMERO, 2002), dónde el movimiento campesino y los movimientos cívicos fueron exterminados. Para inicios de la década del 90 por medio de la estrategia paramilitar y con acompañamiento de unidades del Ejército Nacional, al partido político Unión Patriótica (UP) - que surge de los acuerdos de paz entre el Gobierno de Belisario Betancourt (1982-1986) y la Guerrilla de las FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia) – le habían asesinado cerca de 3000 dirigentes.

En 1995 el gobierno reconoce por primera vez la existencia de 128 grupos

paramilitares (WETTSEIN, 1995). En 1997 se declaran como Autodefensas Unidas de Colombia, quienes a partir de 1998 conforman tres grupos regionales: Magdalena, Córdoba y Urabá. Estos grupos han contado con la financiación de ganaderos, empresarios, mineros (especialmente esmeralderos en Boyacá), comerciantes, políticos, grandes y medianos terratenientes.

El supuesto proceso de Paz que se da con el Gobierno de Álvaro Uribe Vélez, durante sus dos periodos presidenciales (2002-2010), ha sido un montaje. Los máximos líderes hablaban de la existencia de 20.000 combatientes, en las cifras del gobierno se habla de 16.000, de los cuales lograron ser desmovilizados 13.000, sin embargo hoy se reconoce que las estructuras se mantienen bajo el nombre de las bandas criminales (BACRIM), y los desmovilizados no eran más que indigentes uniformados.

Además las víctimas de los crímenes cometidos por las estructuras de las BACRIM, no son consideradas como víctimas del Estado, por causa de la acción de grupos “insurgentes”, sino que son crímenes de la delincuencia común razón por la cual a las víctimas no se las protege y repara. Los crímenes de dichos grupos son de esta forma invisibilizados y conllevan a que la impunidad sea la política tacita del Estado Colombiano, que no ha logrado desarrollar una institucionalidad que pueda enfrentar los crímenes y el despojo al que son sometidos la población campesina en su conjunto.

Como consecuencia de éste proceso, alrededor 3,6 millones de personas han sido desplazadas, a las cuales se les ha despojado algo más de 6,5 millones de hectáreas⁵, que se encuentran bajo el poder de comandantes paramilitares, miembros de la clase política y empresarios agroindustriales.

El modelo de desarrollo impulsando desde Uribe, que utiliza la guerra bajo el eslogan de la *seguridad democrática*, para el control territorial y la protección de la inversión extranjera, se afianza en la reprimarización de la economía⁶, pues se parte de la idea de aumentar la producción enfocada al mercado de exportación, teniendo como base las ventajas comparativas de los bienes primarios que se pueden producir en Colombia. Los elementos determinantes del crecimiento del actual gobierno que tienen el mismo patrón, se centran en la metáfora de las 5 locomotoras del desarrollo, que son: 1. Nuevos sectores basados en la innovación; 2. Sector agropecuario; 3. Vivienda; 4. Sector Minero – Energético; y 5. Infraestructura de transportes.

Es así que aparece el crecimiento exponencial de la minería en todo el territorio nacional desde el año 2000. El aumento se puede evidenciar en la cantidad de solicitudes otorgadas por el Ministerio de Minas quien entrego desde el año en mención hasta noviembre de 2010, 7.274 títulos mineros y tramito 17.479 solicitudes en todo el país, llegando a 5,8 millones de hectáreas, lo cual se puede corroborar en el **mapa 2**. Tan solo para el año 2009 la cantidad de recursos de inversión extranjera que entraron al país en ese año el 42% estaban dedicados a la minería (PNUD, 2011).

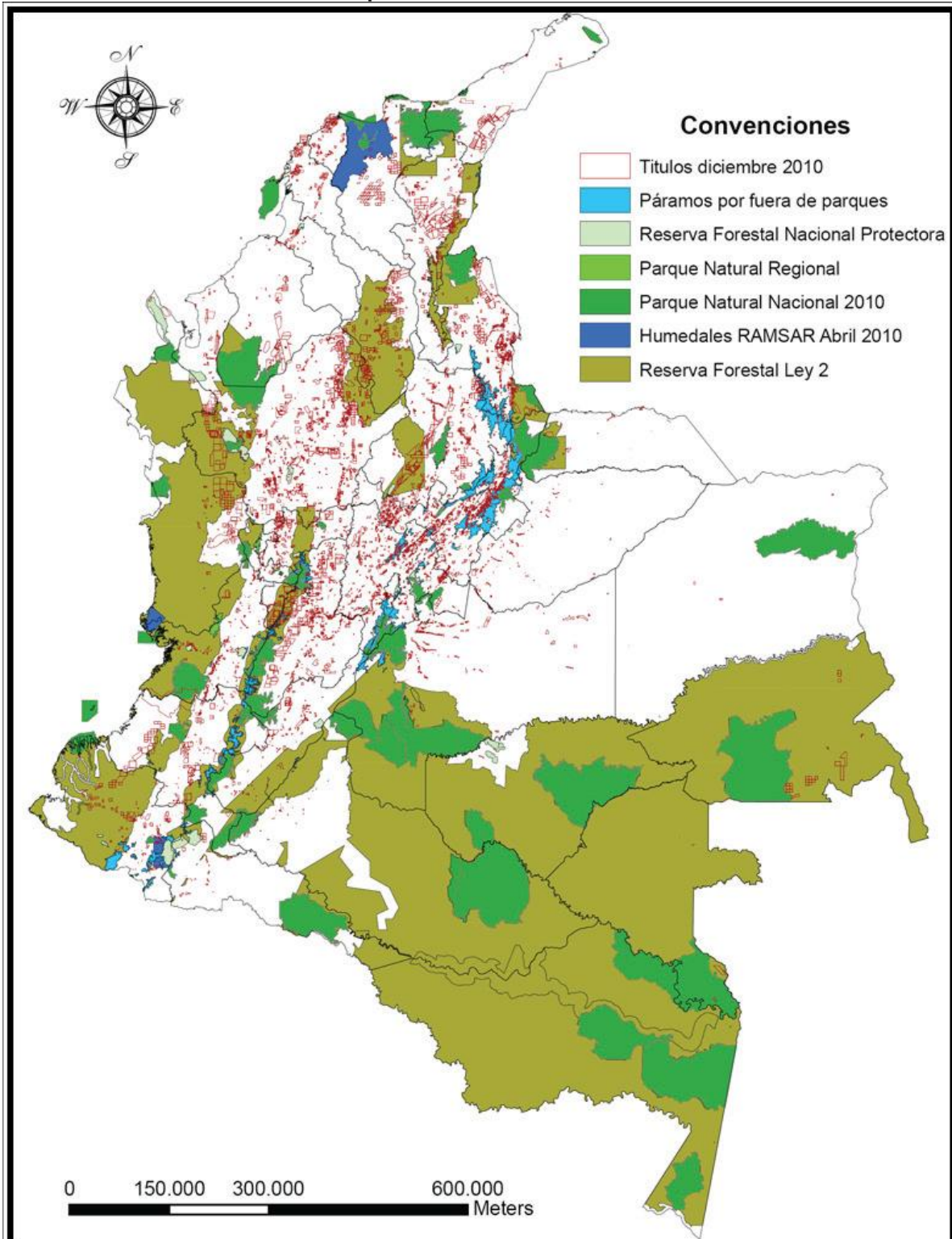
Los peligros que representa la minería son de gran envergadura, sobre todo si se considera que muchas de las solicitudes, así como, algunas de las explotaciones están hechas en zonas áreas de protección ambiental y en territorios colectivos de comunidades negras o indígenas (ver **mapa 3**). El nuevo código de minas 685 que se expidió en el 2001 impulso la explotación minera en territorios de los grupos étnicos y dio inicio a la desregulación positiva en el código anterior, con lo cual la actividad del “barequeo” artesanal se ve obligada a legalizarse, so pena de que las comunidades sean criminalizadas por realizar una actividad tradicional de la cual depende parte de su sustento. Además como se

⁵ Según la Agencia de la ONU para los Refugiados, ACNUR Colombia (2011) existen 3,6 millones de personas a 31 de diciembre de 2010, que involucran a cerca de 836.000 familias, en un periodo de 13 años. Se calcula en el mismo informe, cruzando diversas fuentes, que desde 1980 existen 6.556.978 hectáreas abandonadas, a causa del desplazamiento.

⁶ Se entiende que la reprimarización de la economía es: “la recuperación de los sectores primarios en el producto agregado y en las exportaciones” (retorno de las economías “primario-exportadoras” conocido como reprimarización de “tipo A”) (NADAL, 2009: 3). Este proceso, también puede estar acompañado de un síndrome maquilador, constituyéndose en una reprimarización donde se exportan recursos naturales y mano de obra barata, lo que se conoce como reprimarización de “tipo B”.

ha demostrado muchos de los 33 distritos mineros cobijan grupos étnicos, entre los que se encuentran emberá katio, emberá chamí, eperara siapidara, nasa, wayúu, pijao, guambiano, pasto, yukpa, kamentzá, cobijados por estos distritos, que han sido delimitados sin la consulta previa a las autoridades indígenas (HOUGHTON, 2007). El mismo documento señala como de las 21 concesiones realizadas en territorios indígenas 5 están dadas a empresas vinculadas con violaciones de derechos humanos.

Mapa 2. Solicitudes Mineras



Fuente: Archivo Grupo de Investigación en Geología TERRAE

(entre ellos la pérdida de fuentes de agua por la presión que hace la minería sobre el bien⁷ y la contaminación de los cuerpos de agua por el uso de minerales pesados como el cianuro y el mercurio), se suma que la minería realizada por la inversión extranjera genera una economía de enclave, donde no hay la generación interna de crecimiento económico y desarrollo de mercado local, aunado a la depreciación de la moneda por el peso de la inversión extranjera.

Por otra parte el desarrollo del agronegocio se genera en cultivos para la producción de biocombustibles, fundamentalmente caña de azúcar, que se usa para generar de etanol y Palma africana para la producción de biodisel. Para el 2009 la caña alcanzaba un área de 193.423 hectáreas de las cuales el 95,4% estaban sembradas en los ingenios azucareros del Valle del Cauca. Por su parte el cultivo de la palma tenía 360.537 hectáreas, distribuidas en distintas regiones del país (ver **mapa 4**). El informe del PNUD del 2011 advierte sobre los graves peligros que puede acarrear dichos cultivos, al respecto indica:

- a. Puede ser una amenaza a la seguridad alimentaria de las regiones donde se expande;
- b. El riesgo que la diversidad agrícola disminuya por la concentración de la producción de un monocultivo y se presenten conflictos con zonas de conservación y protección de la biodiversidad;
- c. Al desplazar cultivos tradicionales se afecta tanto la mano de obra familiar como la dieta y la nutrición de los pobladores, y se altera el abastecimiento de las zonas urbanas.

Estos cultivos han sido estimulados por las políticas gubernamentales que abrieron un marco legal para la producción de biocombustibles, con la ley 693/2001, que estipula que la mezcla de la gasolina con etanol debe llegar a un 10% para el año 2009, pero intensificándose en 85% para los nuevos motores a partir del 2012, lo cual fue dictado por el decreto 1135 de 2009. Lo anterior beneficio a los empresarios azucareros del país. Hay otras leyes que introducen exenciones a los impuestos de dichos productos, además de la ley 939/2004, que promueve la utilización del biodisel hasta un 5% en los diferentes motores (ALVAREZ; PEÑA; PEREZ, 2006).

En el caso del cultivo de la palma africana muchos de los grupos económicos que desarrollan el cultivo son capitales extranjeros y en algunos casos, como se ha documentado para Tumaco, municipio donde el cultivo ocupa el 46,7% del territorio, han tenido vínculos con grupos paramilitares, quienes han desplazado a las comunidades negras de manera violenta, tomando las tierras fértiles para el desarrollo del cultivo (RESTREPO, 2004), en una región que presenta las mejores condiciones ecosistémicas para cultivo de palma.

La producción de la palma, cuando no es desarrollada por las agroindustrias, utiliza a las poblaciones y pequeños productores para que alimente las plantas extractoras en las zonas. Es así que en Tumaco como en Guapi, Acción Social de la Presidencia de la Republica realiza créditos en especie⁸, para el establecimiento del cultivo, en una alianza estratégica con las empresas productoras, donde CORPOICA (Corporación Colombiana de Investigación Agropecuaria), asume la dirección, supervisión, administración y asesoría técnica. COCOCAUCA (Coordinación de Consejos Comunitarios y Organizaciones de Base del Pueblo Negro del Pacífico de Colombia), ha realizado la denuncia de la situación donde señala que, se convence a la gente con mentiras sobre sus posibilidades económicas, pero además con amenazas e intimidación⁹.

⁷Como lo muestra el estudio estudio elaborado en 2010 por el Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial (mavdt), las organizaciones The Nature Conservancy, The World Wild Fund (WWF) y Conservación Internacional-Colombia, citado en el informe del PNUD de 2011, la explotación de carbón en el departamento del Cesar tiene un elevado riesgo de agotar el agua, los suelos, la biodiversidad y los servicios ambientales.

⁸ Los prestamos son hasta \$15.190.082 para cada familia para 6 hectáreas.

⁹Los derechos humanos en la Costa Pacífica del Cauca. (recopilación de hechos de 2009 a 8 de abril de 2010). Documento presentado a Mesa de garantías en la Costa Pacífica del Cauca, realizada en Guapi (Cauca) el 9 de abril de 2010, citado por Caballero (2011).

Otra de las grandes problemáticas que enfrentan los sectores populares en las zonas rurales es el avance y el desarrollo del narcotráfico. Colombia es uno de los principales productores, con una producción potencial estimada de 350 toneladas (UNODC, 2010 citado por el PNUD, 2011), con una superficie de hoja de coca de 62.000 hectáreas, presentando una reducción del 9,6% en relación al año 2009, donde se logró tener una extensión de 68.000 hectáreas. Las áreas de producción se han desplazado muchas veces corriendo la frontera agrícola, pero las zonas de origen se mantienen en su mayoría. Algunas de las zonas son alejadas, cuentan con mano de obra barata y se han establecido diversos mecanismos para garantizar las rutas de comercialización hacia el principal consumidor, los Estados Unidos.

El narcotráfico tiene una lógica interna de violencia¹⁰ que se expresa en la disputa por el control de las zonas de producción, las rutas de distribución y los lugares de comercialización. Thoumi (1994) señala que la violencia en el caso del narcotráfico es:

(a) El elemento básico en la resolución de conflictos y se usa como garantía para el cumplimiento de los acuerdos; (b) se utiliza como barrera de entrada de eventuales competidores; (c) es un mecanismo de protección de la propiedad obtenida ilegalmente; (d) se puede usar contra las autoridades para alterar las reglas de juego. (THOUMI, citado por PNUD, 2011, p. 228)

En Colombia la Guerra antidrogas es la política para acceder a recursos para el control de la insurgencia, lo que se consolidó en la ejecución del Plan Colombia, siendo a su vez la mejor manera de permitir el control de la población y de la lucha social. La guerra opera así como trasfondo del control territorial para el desarrollo de proyectos económicos, utilizando tanto militares (que se alimentan de los recursos de la guerra contra el narcotráfico y el terrorismo) como a paramilitares, que se financian con el narcotráfico; al igual que lo hace la contraparte, la guerrilla en diversas zonas del país. Reconociendo que la continuidad del conflicto y el cambio de las estrategias de los grupos armados, son los que definen la expansión de los cultivos de uso ilícito y no al contrario, como se quiere hacer aparecer de parte de los grupos económicos o algunos académicos, lo anterior lo afirma Teófilo Vásquez, cuando señala:

“La persistencia del conflicto y la transformación de las decisiones estratégicas de los grupos armados explican la expansión de los cultivos ilícitos, y no al revés, como suelen suponer los discursos y las narrativas estatales y algunas internacionales” (VÁSQUEZ, 2011, p. 385).

Aunado a lo anterior el negocio del narcotráfico ha estimulado la concentración de la tierra, dado que ha invertido parte de los recursos de este negocio en compra de tierra, con el objetivo de obtener una renta segura y realizar el lavado de los dineros producidos de manera ilegal. Para mediados de los 90 Reyes (1995, citado por MACHADO, 1998), identificó que 409 municipios del país habían presentado compra de tierras con capitales del narcotráfico.

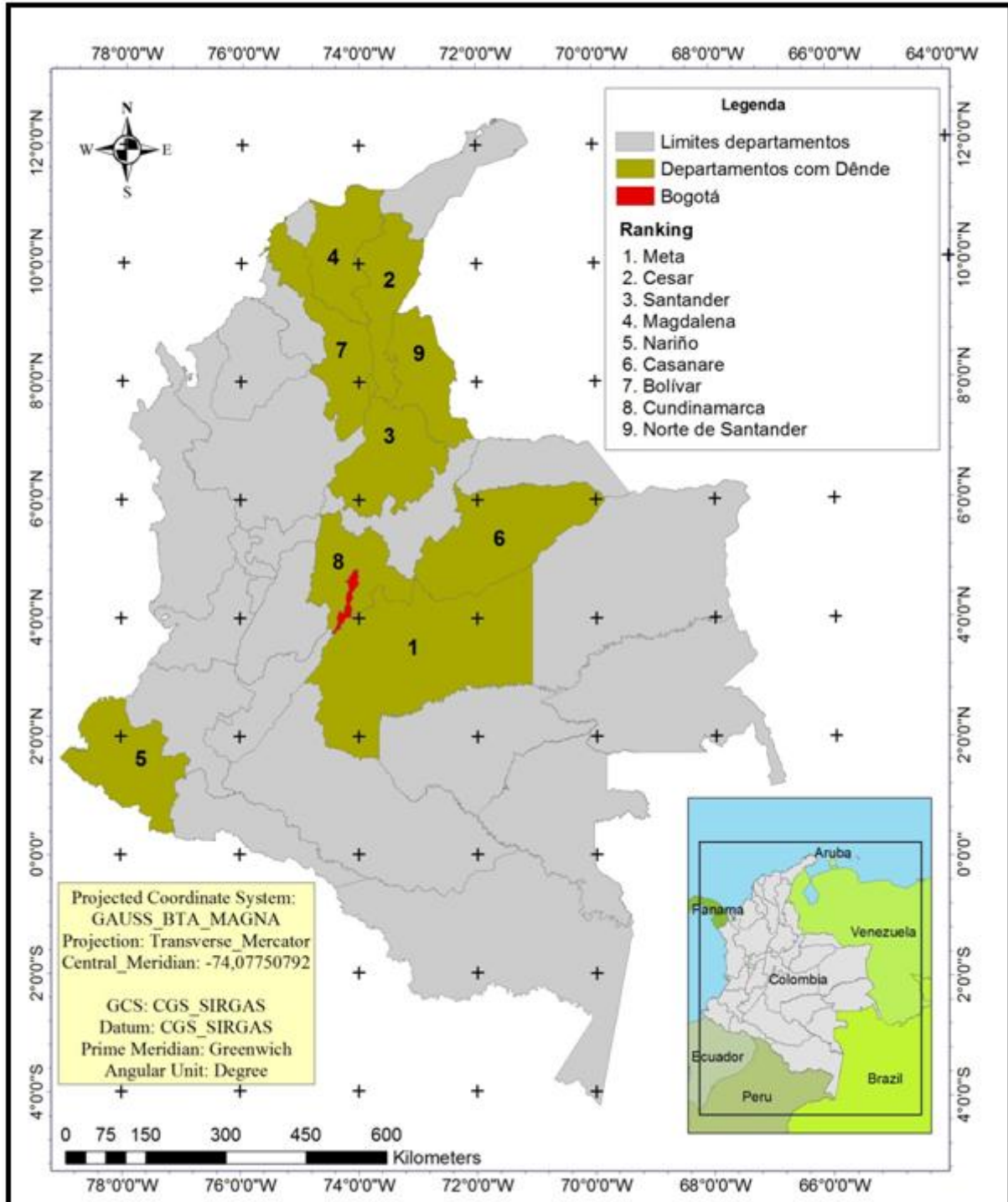
De los nuevos movimientos sociales a los movimientos populares y territoriales.

En este contexto de disputa por el territorio, aparecen los movimientos populares

¹⁰ No solo Colombia sino los países de la región se encuentran inmersos en la producción y comercialización de narcóticos, uno de los tres negocios más importantes a nivel mundial. El cual se acompaña de otro de los negocios de gran importancia y generación de dividendos, la venta de armas, las cuales son utilizadas por los Estados para la lucha antinarcóticos, por los carteles para defenderse de los cuerpos militares y policiales; así como, para disputar territorios y rutas de comercialización. La realidad de la guerra gestada por el narcotráfico se puede evidenciar en México donde los muertos relacionados con la guerra de los carteles desde 2006, según el semanario Zeta, son 65.000 y según el diario La Jornada 55.671 (BOYER, 2012).

como los portadores de las alternativas al capitalismo y al despojo de la guerra, pero para detenernos en ellos es necesario releer que son los movimientos populares, como se articulan y hacen parte de las expresiones de las clases populares o subalternas. En este apartado nos centramos en dicha argumentación.

Mapa 4. Zonas cultivadas con Agrocombustibles



Fuente: Zúñiga 2013

Nos dice Touraine que “*El concepto de movimiento social debe reemplazar el de clase social, así como el análisis de la acción debe ocupar el lugar del análisis de las situaciones*” (TOURAINÉ 1994, p. 240). Poniendo el énfasis en la necesidad de leer los

actores, que modifican el todo social y material, para dejar de lado la noción histórica de los sujetos, circunscritos a la clase, que no permite una comprensión de la realidad total.

Advierte el autor de esta forma, el empobrecimiento de la categoría de clase para comprender el campo de las luchas sociales. Si bien la categoría, fue empobrecida en interpretaciones de Marx y en un marxismo reduccionista, no podemos dejar de lado la forma en la que se estructura y opera la sociedad, la cual está constituida por clases en su condición en sí, por tal razón continua latente la idea de un proyecto de liberación en la noción de clase, que más allá de cada movimiento social en particular, permite entender las solidaridades posibles de un sujeto popular, que no renuncia a las utopías y por lo tanto a ocupar un lugar en la historia.

Si nos detenemos en la categoría de movimientos sociales de Touraine como nos lo sugiere Múnera (1998) podemos denotar tres incongruencias de su teoría de la acción: 1. la articulación para la lucha estructural no puede ser determinada a priori por los movimientos sociales, dada la heterogeneidad y fragmentación de las clases populares, lo que implica que la articulación demanda un encuentro entre posiciones diferentes para la unidad de acción; 2. la acción colectiva en sí misma no es portadora de la acumulación y la producción de modelos de conocimientos y culturales dado el papel determinante en ello de las clases sociales; 3. Al poner a los movimientos como los sujetos privilegiados de la historia el autor mezcla elementos de análisis con elementos proyectivos, restándole capacidad analítica a los mismos y poniendo el énfasis en apuestas ideológicas.

Por tales razones Múnera sugiere la idea de leer las luchas de las clases populares en clave de movimiento popular con el fin de analizar la articulación de las acciones individuales y colectivas de las clases populares. Múnera, que apela al estudio de los movimientos populares, realiza un aporte para comprender la integración de las luchas en la categoría de pueblo, que tiene su raigambre anarquista, contra las distintas formas de dominación política y cultural que ejerce el capital, poniendo el énfasis en la noción de dominación y no de explotación, énfasis que se hace en la lectura de las clases subordinadas, donde la centralidad de la historia queda en dos clases en oposición. Sin embargo, al ubicar el análisis en los movimientos populares, anclados en las clases populares, la categoría de pueblo queda subsumido en el de clase, conservando la relación central que se constituyen dentro de las clases sociales, articulando la explotación y las otras formas de dominación del capital, integrando al pueblo y a los subordinados, en los cuales se expresa la explotación directa del capital, que define la relación con la apropiación y vínculo con la naturaleza.

Sobre la idea de los movimientos sociales latinoamericanos, alejados de las discusiones de clase y la importancia de comprenderlas en el proceso articulado de las diversas formas que adquiere las luchas sociales, se han configurado diversos discursos, uno de ellos los expuestos por el posmarxismo, que buscan potenciar la diversidad de los sujetos, pero que a la vez dilata y fragmenta la solidaridad entre la diversidad de movimientos y apuestas. Así en el neoliberalismo, en Latinoamérica la clase dominante se ha potenciado y se unifica mientras que las clases populares se deterioran y se fragmentan por las fuerzas del mercado y del Estado, de esta forma dichos discursos terminan siendo cómplices del capital al reivindicar la alteridad, sin una apuesta clara sobre la disputa del poder, tendiendo a dispersar las fuerzas y las posibilidades de transformación (VILA, 1995).

Por otra parte Alvarez, Dagnino y Escobar, plantea la discusión de como los movimientos sociales ponen en marcha una *política cultural*, al desafiar las fronteras de lo político, al subvertir las tradiciones dadas del sistema político, representado en el poder estatal, las instituciones formales y los partidos. Así transgreden las concepciones reduccionistas de la política, cultura política, ciudadanía y democracia, que se mantienen en los abordajes de la ciencia política tradicional, como de los abordajes que enfatizan en la movilización de recursos y procesos políticos. Lo anterior lo reafirman cuando dicen:

[...] los discursos y las prácticas de los movimientos sociales pueden desestabilizar y así – por lo menos parcialmente- transformar los discursos dominantes y las prácticas excluyentes de la “democracia [latinoamericana]

realmente existente. (ALVAREZ, ESCOBAR Y DAGNINO, 2000, p. 30).

Las culturas políticas alternativas que surgen de la política cultural de los movimientos sociales desde esta perspectiva, pueden profundizar la democracia latinoamericana que ha sido fundamentada en jerarquías de clase, raza y género y fermentar *modernidades alternativas*. Sin embargo dicha lectura carece de la concepción política de los propios movimientos sociales que no se conforman en su proyecto con la ampliación de la democracia o su transformación, y que reivindican la construcción de un socialismo latinoamericano que se puede observar en las apuestas del MST o en las luchas en Bolivia.

De igual forma dicha lectura reduce las formas en las que se expresa la lucha popular, donde se articulan movimientos populares, que son el centro de la construcción hoy de la constitución del sujeto popular, con los partidos de izquierda y los movimientos insurgentes en Colombia, que hoy apuntan a la construcción de la paz.

Las apuestas de las articulaciones de los movimientos populares en Colombia, es la *forma* en la que podemos leer como se expresan las apuestas y los vínculos de las luchas de las clases populares en el periodo actual. Reconociendo que hay encuentros con movimientos políticos que tienen su disputa en la apuesta electoral y en la consecución de espacios dentro del Estado para incidir en la política pública. Por otra parte en la coyuntura actual los movimientos populares interpelan a los grupos insurgentes y al Estado a partir de las propuesta de paz, que han promovida como forma de parar la guerra, promover la justicia social y garantizar la defensa de los territorios, utilizando plataformas de convergencia como la *Ruta social común para la paz*, para la construcción de la paz y participar de los espacios de diálogos entre el Gobierno y la insurgencia, a quienes se les ha solicitado que no se paren de la mesa hasta llegar a un acuerdo, que vinculen al ELN y que la sociedad en su conjunto pueda participar de manera decisiva en los diálogos¹¹.

Desde la Minga Nacional de Resistencia, que aparece como articuladora y potenciadora del movimiento popular¹², se ha promovida el caminar de la palabra para ir perfilando una apuesta nacional, sabiendo que la posibilidad de la autonomía territorial es parcial y una apuesta real atraviesa la capacidad que se tenga de incidir en el escenario nacional; en tanto que los territorios están en disputa permanente, más cuando el diseño de la política desde el gobierno, que define el funcionamiento del Estado, profundiza la reprimarización de la economía, lo que implica en los territorios de las comunidades indígenas, campesinas y de negros el despojo de los mismos.

Se observa un doble reto, que implica tener la capacidad de potenciar la organización territorial tejiendo en el ideario de las comunidades la noción de autonomía, a la vez que ir sumando en una apuesta nacional; lo anterior implica en la discusión sobre el poder, saber que este se construye en un ejercicio colectivo a partir del sujeto popular o la clase popular. Razón por la cual se definió la necesidad potenciar la Minga a partir del caminar de la palabra, utilizando las Mingas de pensamiento.

El espíritu Minga que recoge viejas tradiciones de las comunidades, donde la colectividad construye el bienestar y las acciones para lograr ese bienestar, donde todos participan en el diseño como en la acción; son los principios que forjan las Mingas de Pensamiento como forma para permitir el caminar de la palabra e ir estructurando las acciones colectivas que van tejiendo territorialidad.

Las Mingas de pensamiento y las comisiones políticas de la Minga de Resistencia Social comunitaria (que es el espacio de definición política, dónde cualquier organización

¹¹Ver el comunicado de *la ruta social común para la paz*, septiembre 3 de 2012. En línea: http://lapluma.net/es/index.php?option=com_content&view=article&catid=117:movimientos-sociales&id=4052:terminar-la-guerra-para-hacer-un-nuevo-pais-una-tarea-de-colombia-entera. Consulta agosto 13 de 2012.

¹² Conjuntamente con al proceso de la Minga y el Congreso de los Pueblos, han aparecido en el país con capacidad de movilización la Marcha Patriótica, el Coordinador de Movimientos Sociales, la Coordinadora Movimientos Sociales de Colombia, que es una plataforma que articula en la coyuntura a los procesos anteriores y el Ruta social común para la paz.

puede participar), empezaron a recorrer los diversos lugares y geografías del país, madurando la idea de realizar el Congreso de los Pueblos en medio de la movilización, para forjar una legislación propia, lo que implica construir una nueva institucionalidad en disputa con la determinada por el Estado liberal.

En octubre de 2010 se logró congregarse a 13.000 personas y 260 organizaciones aproximadamente, en las siete mesas de debate para construir la legislación popular en el Congreso de los Pueblos, que empezaba a legislar para el país por la construcción de la *vida, la autonomía y la territorialidad*. Utilizando la misma pedagogía de las mingas de pensamiento, en el evento de apertura, se sesionó sobre: 1. Tierra, Territorio y Soberanía, 2. Economía para la vida y contra la legislación del despojo; 3. Construyendo poder para el buen vivir; 4. Cultura, diversidad y ética de lo común; 5. Vida, justicia y caminos para la paz; 6. Violación de derechos y acuerdos incumplidos y 7. Integración de los pueblos y globalización de las luchas. El acto de apertura del congreso cerró con una movilización de 20.000 personas ante el Congreso de la República, desconociendo su legislación antipopular.

En 2011 se convocó el desarrollo del primer punto del Congreso de los Pueblos, así se dio la realización del Congreso de Tierra, territorio y soberanía, el cual sesionó en Cali, donde se forjó, con la participación de 15.000 personas, un Mandato de Mandatos que lleva por título *“La soberanía es popular, los territorios son de los pueblos y la Madre tierra de quien la cuida”*.

La noción de los mandatos, que es la forma en la que se ha venido legislando desde el Congreso de los Pueblos, recogiendo las tradiciones de legislar desde las comunidades ancestrales, y desde los procesos de movilización, implica: 1. Recoger los acumulados de las luchas; 2. Sintetizar las posturas y propuestas frente a la vida colectiva y parten de tener claros los intereses, deseos y necesidades como procesos; 3. Caracterizan las contradicciones principales del que resultan del sistema capitalista, expresando los elementos centrales de las luchas, enfatizan en las contradicciones y los conflictos; 4. Plantea las miradas propias y propuestas sobre la forma en que debe entenderse, planearse y construirse la vida de las comunidades, no se queda en las demandas; 5. Reflejan la naturaleza de los procesos organizativos; 6. Se hacen para dialogar con otros Mandatos, otros procesos, otros movimientos. Los mandatos no se limitan a procesos y realidades locales o sectoriales. Son un instrumento para ir juntando a partir de identidades comunes, acordando rutas compartidas en la movilización y la organización; 7. Dibujan los caminos de movilización y sitúan a los sujetos activos en ella, los mandatos no son estáticos ni puntos de llegada. Son una expresión ordenada de los propósitos, son una expresión de lo que se proponen las formas organizativas, dibujan las transformaciones y los caminos para lograrlas. Asumen que la tarea de defender el territorio, enriquecer las realidades culturales, transformar el modelo económico y cambiar de raíz las dinámicas políticas existentes¹³.

Los retos que tiene hoy la Minga y el Congreso de los Pueblos, como apuesta para construir el nuevo país donde se está forjando el Congreso Educativo (diseñado y construido con la Mesa Amplia Nacional Estudiantil) y el Congreso de la Paz (Forjado para recoger las distintas y diversas apuestas de Paz); es poder superar la ideología étnica¹⁴ que se desarrolla y existe en los diversos territorios, lo que impide que las solidaridades existan. Se necesita profundizar la noción de clase popular que encare un sueño colectivo, una utopía común desde el pensamiento milenarista, y sin apologías del futuro donde la vida sea posible, lo que requiere más que nunca de la unidad para disputar de manera efectiva los embates del capital.

¹³ Reflexión tomada de la construcción colectiva de la Minga Nacional de Resistencia Comunitaria, sistematizada por la organización Fuerza Común, que hace parte de la Minga.

¹⁴ Siguiendo a Cardoso (1992), comprendemos que las ideologías étnicas son representaciones de las respectivas situaciones de contacto, elaboradas por cada uno de los grupos étnicos envueltos en una situación de encuentro continuo y sistemático. Estas ideologías se fundamentan sobre conjuntos de auto definiciones o de concepciones de sí, en contraste con una concepción o definición de las otras etnias en conjunción y de la sociedad.

Consideraciones finales

El territorio como construcción política de los Estados Nacionales y como apropiación cultural y productiva del espacio y los ecosistemas que en él están contenidos, aparece en disputa en sus diversas escalas. Los sujetos en cuestión son las comunidades, las clases subalternas y populares que se organizan y luchan en movimientos para preservar su territorio, el cual aparece como abrigo de sus modos de vida. Sin embargo las conquistas son relativas, tanto las autonomías conquistada al interior del Estado, como los logros de las luchas regionales y locales por el territorio se ven amenazadas ante las determinaciones políticas de las clases dirigentes y los grupos económicos multinacionales, que ejercen la hegemonía al interior de la sociedad civil y política del Estado.

En Colombia se avizoran cambios estructurales en el posible proceso de Paz, lo que resulta determinante para los movimientos populares y para la sociedad en general, en la medida en la que las demandas de reforma agraria con un enfoque territorial; cambios en la participación política; reparación de las víctimas, mecanismos de verdad y lucha contra la impunidad, solución a los cultivos y producción de drogas ilícitas, son determinantes para que el proceso de dialogo exigido por el movimiento popular sea factible. Lo anterior implica una reestructuración de las disputas territoriales y avances por las conquistas de derechos de las comunidades. Sin embargo, ante el avance de la minería, el agronegocio, la presencia del narcotráfico, la alta concentración de la tierra y el poder de los terratenientes, los peligros para las comunidades en sus territorios es latente y solo la capacidad organizativa, la vigilancia de los acuerdos en los diálogos, así como los avances en las luchas por la autonomía en los territorios en sus diversas escalas, serán determinantes en la preservación de la vida comunitaria de los procesos populares.

Referencias

ACNUR. *Desplazamiento forzado, tierras y territorios Agendas pendientes: la estabilización socioeconómica y la reparación*. Colección de cuadernos INDH. 2011. Disponible en: <<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=biblioteca/pdf/7599>>. Acceso el: 20 de Febrero de 2012.

ALVAREZ, Paula; PEÑA, Miguel R.; PEREZ, Mario. *Agro-industria cañera y uso del agua: análisis crítico en el contexto de la política de agrocombustibles en Colombia*. Disponible en: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v14n2/11.pdf>>. Acceso el: 30 de octubre de 2012.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. *Cultural e político nos movimentos sociais latino-americanos*. Nova leitura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BOYER, J. *México el Estado Retrocede ante los carteles*. Le Monde diplomatique, Buenos Aires. p. 14-16, 2012.

CABALLERO, Henry. *Conflictividad territorial en el departamento del Cauca*. Disponible en: <http://www.setianworks.net/indepazHome/attachments/687_Tierras.pdf>. Acceso el: 12 de noviembre de 2012.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Etnicidad y Estructura y Social*. México: Ediciones de la Casa Chata, 1992.

ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o postdesarrollo? En: Lander, E. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

FERNANDES, Bernardo. M. *Cuestión Agraria: Conflictualidad y Desarrollo territorial*.

Cambridge: Harvard University. 2004. Disponible en: <<http://web.ua.es/en/giecryal/documentos/documentos839/docs/bmfunesp-2.pdf>>. Acceso el: 8 de julio de 2012.

_____. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T. FABRINI, J. E., (orgs.) *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007. p. 273-301.

FERNANDES, Bernardo M.; WELCH, Clifford A.; GONÇALVES, Elienai C. *Debates sobre políticas fundiárias e usos da terra no Brasil*. The Land Coalition. Roma, prelo, 2012.

FLORES, M. *A Identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - uma visão do estado da arte*. Disponible en: <<http://www4.fct.unesp.br/docentes/geo/cliff/QUESTAO%20AGRARIA/FLORES%20Identidade%20cultural%20do%20territorio%202006.pdf>>. Acceso el: 18 de junio de 2012.

GARAY, Luis J.; BARBERI, Fernando; CARDONA, Iván. Impactos del tlc con Estados Unidos sobre la economía campesina en Colombia. En: Forero, Jaime (editor). *El campesinado colombiano. Entre el protagonismo económico y el desconocimiento de la sociedad*. Facultad de Estudios Ambientales y Rurales. Bogotá: Universidad Javeriana, 2010. 140 p.

GEIGER, P. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. (Eds.), *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p. 233- 246.

GIRARDI, Eduardo P. *Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponible en: <www.fct.unesp.br/nera/atlas>. p. 42-85. Acceso em: 25 de abril de 2012;

GIRARDI, Eduardo. P. *Atlas da Questão Agrária Brasileira*. Presidente Prudente: NERA/UNESP, 2009. Disponible em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/>. Acceso em: 21 de abril 2012.

HARLEY, J. B. Deconstructing the map. *Cartographica*, Toronto: University of Toronto Press, v.26, n.2, p. 1-20, 1989.

HOUGHTON, Juan. Estado del derecho a la tierra y al territorio de los pueblos indígenas en Colombia. En: Rey, Elena (Edit.), *Indígenas sin derechos. Situación de los derechos humanos de los pueblos indígenas*. Bogotá: Cecoin, Ediciones Antropos Ltda, 2007. p. 171-236.

LUXEMBURGO, Rosa. *Acumulación de capital*. Disponible en: <<http://grupgerminal.org/?q=system/files/LA+ACUMULACION%20DE%20CAPITAL.pdf>>. Acceso el: 9 de julio de 2012.

MACHADO, Absalón. *La cuestión agraria en Colombia a fines del milenio*. Bogotá: Áncora Editores, 1998. 222 p.

MÚNERA, Leopoldo. *Rupturas y continuidades: poder y movimiento popular en Colombia 1968 – 1988*. Bogotá: Cerec – Iepri UN, 1998. 501 p.

NADAL, A. *La reprimarización de las economías Latinoamericanas e impactos ambientales*. Ponencia en: IV Congreso Iberoamericano sobre Desarrollo y Ambiente -CISDA IV. Bogotá

Colombia. 2009.

MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL (2010). *Presentación una política de tierras para Colombia*. Disponible en: http://www.minagricultura.gov.co/archivos/ministro_jc_restrepo_tierras_2.pdf. Acceso el: 7 de agosto de 2012.

PNUD. *Colombia rural. Razones para la esperanza*. Informe Nacional de Desarrollo Humano. Bogotá: INDH, PNUD, 2011.

RENTERIA, I. *La Guerra de las drogas: cien años de crueldad y fracasos sanitarios*. Revista Nuevas sociedad, Bogotá, n. 222, p. 70-80, 2009.

RESTREPO, Eduardo. Hacia una etnografía del cultivo de la palma africana en Tumaco. En: *Universitas humanística*. Bogotá, Año 31, n. 58, p.73 – 87, 2004.

RINCÓN, Jhon J. Territorio, territorialidad y multiterritorialidad: aproximaciones conceptuales. En: *Aquelarre Revista del centro cultural Universitario*, Ibagué, n. 22, p. 119-131, 2012.

ROMERO, Mauricio. *Paramilitares y autodefensas 1982-2003*. Bogotá: Planeta-IEPRI, 2002.

SANTOS, Milton. *La naturaleza del espacio: técnica y tiempo - razón y emoción*. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.

THOUMI, Francisco. *Economía política y narcotráfico*. Bogota: Editorial Tercer Mundo, 1994.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica de la Modernidad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

VÁSQUEZ, Teofilo. Recursos, política, territorios y conflicto armado. En: VÁSQUEZ Teofilo; VARGAS, Andres R; RESTREPO, Jorge A. (edits.), *Una vieja guerra un nuevo contexto. Conflicto y territorio en el sur de Colombia*. Bogotá: Universidad pontificia Bolivariana, 2011.

VILA, Carlos. Actores, sujetos, movimientos: ¿dónde quedaron las clases? En: *Revista sociológica*, n. 28, p. 61-89, 1995.

WETTSEIN, German. 1995. Los impunes, una minoría peligrosa. En: *Revista Nueva Sociedad*, Caracas, n. 111, p. 158-167, 1995.

ZÚÑIGA, Ó. E. Agrocombustibles y cambio climático: el caso de la Orinoquia Colombiana. *Revista de Investigación Agraria y Ambiental RIAA*, v. 4, p. 1-14, 2013.

Recebido para publicação em 28 de maio de 2013

Devolvido para revisão em 08 de outubro de 2013

Aceito para publicação em 06 de novembro de 2013

Território (i)material e Geografia Agrária: paradigmas em questão¹

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

Professora Doutora Colaboradora do Departamento de Geografia da UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), *Campus* de Presidente Prudente. Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Projetos e Pesquisas de Reforma Agrária - NERA
e-mail: janaina@fct.unesp.br

Resumo

Neste artigo, propomos uma análise do pensamento geográfico fundada na construção de uma leitura espacial que relacione o debate paradigmático e os territórios (i)materiais. A disputa territorial está presente no conhecimento científico e não pode ser compreendida apenas com foco na materialidade. O conhecimento, a produção das ideias e o pensamento, elementos que fazem parte da imaterialidade, estão intimamente conectados à realidade material contida nos modelos de desenvolvimento para o campo. Como parte e expressão do pensamento geográfico, o conhecimento compartilhado pelos pesquisadores de grupos de pesquisa são territórios imateriais que procuram contribuir com o desenvolvimento de territórios materiais. Para intermediar o debate, dois paradigmas orientaram a leitura apresentada: o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA). Para o primeiro, o modelo de desenvolvimento do campo compartilhado pelos pesquisadores depende do sistema capitalista e deve correr paralelamente às estruturas de mercado e controle do Estado. No segundo, a perspectiva está na transformação da sociedade, no enfrentamento e na superação do capitalismo, sendo a luta camponesa pela terra uma luta contra o capital.

Palavras-chave: Território, Paradigma, Geografia Agrária, Pensamento geográfico, Grupos de pesquisa.

Abstract

Immaterial territory and Agrarian Geography: paradigms in question

In this article, we propose an analysis of geographical thought founded in the construction of a spatial reading that relates the paradigmatic debate and immaterial territories. The territorial dispute is present in scientific knowledge and can not be understood solely focusing on materiality. The knowledge, the production of ideas and thought, elements that are part of immateriality, are closely connected to the material reality of model development for the field. As part of geographical thought and expression, shared by researchers aware of research groups are immaterial territories that seek to contribute to the development of materials territories. To mediate the debate, two paradigms have guided the displayed reading: Paradigm of Agrarian Capitalism (PCA) and the Paradigm of Agrarian Question (PQA). For the first, the development model of the field shared by researchers depends on the capitalist system and should run parallel to the structures of market and state control. In the second, the perspective of the research is the transformation of society in confronting and overcoming of capitalism, with the peasant struggle for land a fight against capital.

¹ Este texto é parte da tese de doutorado concluída no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT-UNESP) intitulada **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. A pesquisa contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

Keywords: Territory, Paradigm, Agrarian Geography, Geographic thought, Research groups.

Resumen

Inmateriales territorio y Geografía Agrícola: paradigmas en cuestión

En este artículo proponemos un análisis del pensamiento geográfico fundada en la construcción de una lectura espacial que relaciona la inmaterial debate y territorios paradigmático. Una disputa territorial está presente en el conocimiento científico y no puede ser entendida únicamente se centra en la materialidad. El conocimiento, la producción de ideas y pensamiento, elementos que forman parte de la inmaterialidad, están estrechamente vinculados a la realidad material de desarrollo del modelo para el campo. Como parte del pensamiento geográfico y de expresión, compartida por investigadores conscientes de los grupos de investigación son territorios inmateriales que buscan contribuir al desarrollo de materiales territorios. Para mediar en el debate, dos paradigmas han guiado la lectura indicada: Paradigma del Capitalismo Agrario (PCA) y el Paradigma de la Cuestión Agraria (PQA). Para la primera, el modelo de desarrollo del campo compartido por los investigadores depende del sistema capitalista y debe correr paralela a las estructuras de control de mercado y el Estado. En la segunda, la perspectiva es en la transformación de la sociedad para afrontar y superar el capitalismo, con la lucha campesina por la tierra una lucha contra el capital.

Palabras-clave: Territorio, Paradigma, Agraria Geografía, Pensamiento geográfico, Grupos de investigación.

Introdução

A diversidade teórico-metodológica do pensamento geográfico pode ser interpretada de inúmeras formas. Autores e intelectuais, correntes teórico-metodológicas, escolas geográficas e temáticas são alguns exemplos que podem explicitar tal diversidade. Neste artigo, propomos uma forma de análise do pensamento geográfico fundada no debate paradigmático, no qual o conhecimento produzido pela Geografia Agrária ganha tônica. Sugerimos a construção de uma leitura espacial e geográfica que relaciona o debate paradigmático, a questão agrária e os territórios (i)materiais como modo de contribuir e qualificar os estudos em Geografia.

Dialogamos, principalmente, com Santos (1988; 1996) e Fernandes (2005; 2006; 2008; 2009). Fernandes entende os paradigmas como territórios (i)materiais. A Geografia é compreendida como um saber repleto de questões político-ideológicas que revelam visões de mundo que, na universidade, se materializam nos estudos, por meio de teorias e métodos científicos, elementos que são amplamente socializados e compartilhados pelos(as) pesquisadores(as). Com esta concepção, apresentamos um esforço crítico-reflexivo que, ao apropriar-se dos conceitos de paradigma e território, argumenta que a Geografia deve realizar um exercício filosófico rumo à superação, questionamento e autonomia (SANTOS, 1988). É preciso se preocupar com a construção de leituras próprias à este campo, uma vez que cada disciplina é capaz de desenvolver a sua própria filosofia. Isso quer dizer que a Geografia deve ser “pensada de dentro”, a partir do espaço, em que a teoria geográfica deve conter o domínio espacial, seu objeto de análise (SANTOS, 1988).

Como visto, Santos (1988; 1996) defende a realização de uma leitura geográfica, fator impreterível para que formulações teóricas e epistemológicas sejam elaboradas sobre o espaço humano. Como advertido pelo mesmo autor, a filosofia deve servir apenas como um “guia”, pois o conceito de espaço discutido por ela está direcionado à abstração, a

matemática e a lógica, o que exige que sejam realizadas maiores reflexões sobre esse conceito para a Geografia que estendam suas concepções.

Mesmo com concepções teórico-metodológicas distintas e diversas, o debate também contou com as significativas contribuições de Lefévre (1983; 1991), Kuhn (2007) e Fleck (2010). A perspectiva dialética proposta por Lefévre para a superação da lógica formal foi basilar para a interpretação dos paradigmas, conceito consolidado por Kuhn (2007) na década de 1960 que, incorporado de forma recorrente e por vezes equivocada no vocábulo científico geográfico, neste artigo passa a ser discutido segundo seus limites e possibilidades para a Geografia. Na década de 1930, Fleck (2010) propôs o debate de estilos de pensamento e coletivos de pensamento, ideias que inspiraram Kuhn ao investigar o desenvolvimento da atividade científica junto às Ciências Exatas.

Na tentativa de exercitar esse esforço crítico-reflexivo em prol de uma leitura geográfica é que encaminhamos as próximas linhas. Num primeiro momento, esclarecemos o significado espacial dos territórios (i)materiais que sustenta o debate paradigmático na Geografia Agrária tendo em vista oito grupos de pesquisa em São Paulo: *Centro de Estudos de Geografia do Trabalho* (CEGeT), *Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária* (GEDRA) e o *Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária* (NERA), os três da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Presidente Prudente; *Núcleo de Estudos Agrários* (NEA), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Rio Claro; *Geografias da Modernidade: geografia e gênero, família e trabalho, Geografia Agrária e Agricultura e Urbanização*, da Universidade de São Paulo (USP); e o *Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro*, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Posteriormente, incorremos aos fundamentos que compõem o debate paradigmático e como ele se apresenta junto a Geografia Agrária, trazendo dois grandes eixos paradigmáticos: o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA).

Espaço e território em movimento: o conceito de território (i)material na análise paradigmática da Geografia Agrária

Dada sua amplitude teórico-conceitual, a principal categoria e objeto de análise da Geografia, o espaço, pode ser entendido de diferentes modos, o que implica definir *a priori* e com o devido rigor e coerência teórico-metodológica de qual espaço nos referimos. É com esta preocupação, na busca por atribuir um caráter geográfico sobre os paradigmas de estudo na Geografia Agrária, é que serão tecidas algumas reflexões com base nos conceitos de espaço e território.

Para a interpretação paradigmática do pensamento geográfico, o espaço do qual estamos nos referindo e partindo é o espaço social. O espaço social é permissível a uma interpretação sobre a realidade produzida pela sociedade capitalista (LEFÉVRE, 1991), uma vez que, desde “[...] que a natureza é uma natureza humanizada, a explicação não é física, mas social. A geografia deixa de ser uma parte da física, uma filosofia da natureza, para ser uma filosofia das técnicas” (SANTOS, 1988, s/p).

Como uma dimensão da realidade, o espaço social é composto pela materialização da existência humana (LEFÉVRE, 1991), que é criado pela natureza e transformado permanentemente pelas relações sociais, estas capazes de produzir outros tipos de espaços materiais e imateriais – políticos, econômicos, culturais e ambientais, por exemplo. Por produzir-se e ser produzido, ele é multidimensional, pois comporta uma variada gama de dimensões (FERNANDES, 2005). Além de multidimensional é multi(pluri) escalar, cuja dinâmica é inerente aos processos de “*completibilidade, conflitualidade e interação*” (FERNANDES, 2005, p. 26).

Ao definir esse espaço multidimensional, Fernandes (2005) traz para o debate aspectos concernentes à composicionalidade e à completude. A composicionalidade trata de todas as propriedades e a completude das qualidades que compõem o espaço:

Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como *composicionalidade*, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e onde se chega. Por conseguinte, o espaço é uma *completitude*, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, a política e a economia (FERNANDES, 2005, p. 26).

Os sujeitos são responsáveis pela produção de espaços ao mesmo tempo em que são produtos desse espaço. O espaço é produzido a partir das relações sociais, da natureza e da artificialidade, sendo o espaço social uma das inúmeras dimensões que o espaço geográfico contém (FERNANDES, 2005). O espaço é constituído pelos sistemas de ações e de objetos (SANTOS, 1996) que, predominantemente, geram espaços fragmentados, singulares e conflitivos. Esses espaços são frutos de intencionalidades que estão contidas nas relações sociais, em ações promovidas por sujeitos que selecionam suas próprias leituras sobre o mundo e lugares onde praticam ações.

A intencionalidade caracteriza-se por ser um modo específico e direcionado de compreensão dos fatos, isto é, consiste numa visão de mundo intrínseca a grupos e classes sociais para a materialização de sua existência. Todos os sujeitos carregam intencionalidades, pois é preciso delimitar e diferenciar suas leituras sobre o espaço geográfico (FERNANDES, 2005). A intencionalidade determina a representação do que ver e como agir, e se constitui como uma forma de poder que mantém sua representação materializada ou imaterializada no espaço (FERNANDES, 2005).

Os sujeitos são capazes de criar suas próprias leituras – que podem ser dominantes ou não –, e variam de acordo com os campos de forças que estão em jogo. Quando dotado de intencionalidade, o espaço é circunscrito a uma representação unidimensional da visão que o criou a qual, embora seja parcial, é representada por seus criadores como total e multidimensional (FERNANDES, 2005).

Ao construir uma leitura do espaço a partir de uma dada intencionalidade, os sujeitos, aqui representados pelos pesquisadores vinculados a grupos de pesquisa, pensam o espaço agrário organizando e criando *poderes explicativos*, disputando e debatendo seus paradigmas na procura de garantir a soberania diante da comunidade científica. Neste momento, o território enquanto espaço geográfico específico é produzido. “O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder” (FERNANDES, 2005, p. 27). O espaço é a prisão original e o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993).

Como fração do espaço, o território também está imerso à natureza e às relações sociais. Ele é formado a partir do espaço e possui relações atinentes com o poder. Embora distintos, espaço e território são complementares e estão inter-relacionados (SAQUET, 2005). O território faz parte de uma totalidade restrita gerada pela intencionalidade, cuja diversidade de relações sociais cria diversos tipos de territórios, formados por diferentes escalas (multiescalar) e dimensões (multidimensional) (FERNANDES, 2005).

Além da multiescalaridade e multidimensionalidade, interessa-nos destacar a natureza do território que interfere no conhecimento e no pensamento e que é fundamental para a leitura que estamos propondo para o pensamento geográfico, denominado por Fernandes de *territórios (i)materiais*:

Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento. Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. **O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial. O conhecimento é um importante tipo de território, daí a essencialidade**

do método que são espaços mentais (imateriais) onde os pensamentos são elaborados. Para um uso não servil dos territórios dos paradigmas é necessário utilizar-se da propriedade do método (FERNANDES, 2005, p. 28, grifo nosso).

Como o espaço – na tentativa de superar a compreensão do território como algo uno, singular e imutável – chamamos a atenção para a importância desses territórios (i)materiais.

Produtores e produzidos por paradigmas, os grupos de pesquisa são compostos por pesquisadores que se unem para o estudo, construção e socialização do conhecimento. Eles compartilham diferentes leituras espaciais da realidade por meio do emprego, disputa e defesa de teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades, dimensões que compõem os paradigmas. Os grupos de pesquisa são considerados expressões da pluralidade que a Geografia abarca, caracterizada pela unidade, diversidade e diferencialidade temática e paradigmática da Geografia Agrária². Por conter essa relação de tensão e disputa, marcado pelo debate paradigmático e como parte das relações sociais que interagem junto ao espaço, os paradigmas conformam *territórios (i)materiais* (FERNANDES, 2009), o que também podemos denominar de *territórios paradigmáticos* como um dos tipos deste território (CAMPOS, 2012).

Como parte e expressão do pensamento geográfico, os grupos de pesquisa são territórios que compartilham temáticas e paradigmas. Os grupos de pesquisa não são territórios porque lutam por um pedaço de terra ou teto, mas porque estabelecem relações de poder ao disputar poderes explicativos sobre o espaço. Estes se materializam pelos/nos grupos de pesquisa e revelam posturas político-ideológicas na interpretação do espaço agrário. Cada grupo disputa *poderes explicativos* através de estratégias que disseminam os seus paradigmas, alimentando-os.

O conhecimento compartilhado pelos pesquisadores de grupos de pesquisa são territórios imateriais que procuram contribuir com o desenvolvimento de territórios materiais, no qual o campo é o espaço de vida e reprodução social. O conhecimento, a produção das ideias e o pensamento, elementos que fazem parte da imaterialidade, estão intimamente conectados à realidade material nos modelos de desenvolvimento para o campo.

Imaterialidade e materialidade são complementares e assim como o espaço, não podem, em hipótese alguma, serem dissociadas do entendimento sobre o território. É a mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico, por intermédio da intencionalidade, que determina a construção de territórios materiais (FERNANDES, 2005). A intencionalidade é um aspecto da (i)materialidade do território e que cerceia a sociedade. “O movimento do pensamento em sensações, percepções, leituras, reflexões é um aspecto do abstrato que é inerente aos processos territoriais significando, ao mesmo tempo, objetividade” (SAQUET, 2007, p. 171-172).

O poder liga o território às relações sociais de forma dialética. O caráter multidimensional do poder se expressa no seio da sociedade e se materializa nas ações em que a informação, aqui representada pelos paradigmas, se transforma em energia, portanto, em forças, disputas, tensões e conflitualidades (RAFFESTIN, 1993).

O conceito de campo científico de Bourdieu (2002) contribui com a discussão sobre a disputa paradigmática ao romper com a ideia harmônica do ambiente acadêmico. A universidade participa da luta política pela dominação científica, na qual a disputa e a concorrência são características que não podem ser olvidadas. O campo universitário é espaço de dominação e conflito (BOURDIEU, 2008). Como parte desse campo, os grupos de pesquisa não são espaços neutros, estão estruturados num sistema de relações que os põem em conflito acadêmico ao produzir seus paradigmas.

O *poder explicativo* está presente nos campos de produção intelectual e pode estar explícito ou implícito, consciente ou inconsciente, e permeia a construção intelectual dos grupos de pesquisa. Cada sociedade estabelece o seu próprio sistema de referências, uma

² A unidade, diversidade e diferencialidade temática e paradigmática será melhor delineada na secção seguinte.

espécie de política geral selecionada e aceita (FOUCAULT, 1979). Por isso, os grupos de pesquisa devem ser entendidos dentro do campo do poder, representado pela disputa paradigmática da qual participam.

O território (i)material é caracterizado pelas relações de *poder explicativo* dos paradigmas que os grupos tomam para si. Isso quer dizer que a disputa, a tensão e o conflito paradigmático fazem parte do pensamento geográfico. Na busca de uma leitura da realidade, eles participam de um espaço de luta teórica e que abrange todo um aparato político-ideológico. Sem essa disputa paradigmática, o pensamento geográfico não avança, sendo o diálogo o fio condutor que qualifica o conhecimento.

A disputa territorial não pode ser compreendida apenas com foco na materialidade, isto é, enquanto espaço físico, mas deve ser concebida desde a natureza do território, em que a existência de paradigmas distintos conforma territórios (i)materiais. Dependendo da posição político-ideológica assumida pelo pesquisador, os paradigmas constituem-se territórios teóricos e políticos que contribuem na transformação da realidade ou para a manutenção da ordem vigente (FERNANDES, 2005). Os grupos de pesquisa são *territórios paradigmáticos* que defendem visões de mundo diferentes.

A estrutura de socialização dos grupos de pesquisa é orientada para o desenvolvimento do conhecimento e faz parte das estratégias de difusão e defesa dos seus paradigmas. Elas são formas de alcançar o *poder explicativo* para convencer o outro sobre a força do seu paradigma, através de sua produção, explicitada nas monografias, teses, dissertações, livros, revistas, relatórios, projetos, eventos e na proposição de políticas públicas que também podem acontecer pelas redes de socialização.

Feitas estas considerações, buscar-se-á revelar, nas próximas linhas, a leitura sobre o conjunto da unidade, diversidade e diferencialidade temática e paradigmática dos grupos em Geografia Agrária que são compartilhados por seus membros no entendimento sobre o campo.

Grupos de pesquisa, paradigmas e questão agrária: leituras sobre a Geografia Agrária

Nas mais diversas áreas do conhecimento científico, inclusive na Geografia Agrária, as pesquisas sobre o campo brasileiro podem ser analisadas a partir de dois grandes eixos paradigmáticos: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) (FERNANDES, 2005; FELÍCIO, 2011; CAMPOS, 2012)³.

Realizar o debate paradigmático é apenas uma proposta interpretativa da produção científica da Geografia Agrária. Ela não é única nem esgota outras possibilidades, mas indica uma outra que, além de identificar temas e paradigmas, também evidencia a postura política-ideológica da qual a universidade participa. Evidente que as pesquisas sobre o campo brasileiro não se resume a análise destes dois grandes eixos, mas adotá-la é uma questão de método. É uma questão de método porque o método faz parte de um sistema intelectual construído que permite abordar a realidade a partir de um ângulo particular (SANTOS, 1996). O método é a atividade pensante do sujeito (MORIN, 2008) que possibilita o pesquisador manipular a realidade estudada segundo a sua lógica. A lógica é construída pela liberdade e autonomia de escolha dos referenciais teóricos, o qual pode ser constituído pelo seu próprio pensamento ou pela subordinação a outros pesquisadores (FERNANDES, 2009).

Os paradigmas são pensamentos socializados e/ou compartilhados por estudiosos que se esforçam para construir interpretações e visões de mundo dos temas pesquisados. Apesar das contribuições, as construções conceituais de Kuhn (2007) sobre os paradigmas

³ Este assunto vem sendo estudado por pesquisadores como Fernandes (2005; 2006; 2008; 2009; 2013), Ramos Filho (2008), Girardi (2008) e Felício (2011), referências que orientam nossas proposições. A pluralidade teórico-metodológica da Geografia Agrária nos mostra que mesmo dentro do PCA e do PQA existe uma infinidade de interpretações que também estão em disputas e conflitos. Um exemplo são as tendências e temáticas selecionadas e compartilhadas por cada grupo de pesquisa, como poderemos verificar nas páginas ulteriores.

e Fleck (2010) sobre os estilos de pensamento apresentam limitações inerentes as suas naturezas. Como foram concebidos para a interpretação do desenvolvimento científico de outras áreas do conhecimento, constituem-se, apenas, como canais de interlocução e diálogo que subsidiam o debate paradigmático. Conseqüentemente, os conceitos de paradigma e estilo de pensamento também nascem ancorados com preocupações distintas daquelas que tangenciam a Geografia. Santos (1996) argumenta para a especificidade da Ciência Geográfica, cabendo aos geógrafos a construção dos seus próprios referenciais:

[...] os conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. [...] É à Geografia que cabe elaborar os seus próprios conceitos, antes de tentar emprestar formulas de outros campos (SANTOS, 1996, p. 70-71).

As propostas de Kuhn e Fleck devem servir como referências para os estudos sobre o pensamento geográfico, mas seus limites não podem ser ignorados e/ou negados, mas superados. Ao argumentar sobre o processo de superação entre a lógica formal para a lógica dialética, Lefévre (1983) enfatizou o caráter histórico do conhecimento. Para alcançar a superação, é necessário ultrapassar seus conteúdos, porém, também, é preciso reconhecer a importância do que é superado, pois é só a partir dos resquícios do passado que a superação torna-se possível:

Na superação, o que é superado é abolido, suprimido – num certo sentido. Não obstante, em outro sentido, **o superado não deixa de existir, não recai no puro e simples nada; ao contrário, o superado é elevado a nível superior. E isso porque ele serviu de etapa, de mediação para a obtenção do “resultado” superior**; certamente, a etapa atravessada não mais existe em si mesma, isoladamente como ocorria num estágio anterior; mas persiste no resultado, através de sua negação (LEFÉVRE, 1983, p. 230-231, grifo nosso).

Desta forma, é a partir e não através das proposições elaboradas por Kuhn e Fleck que a discussão dos paradigmas dos grupos de pesquisa em Geografia Agrária é encaminhada. O referencial kuhniano não é proprietário do conceito de paradigma e, por isso, não deve ser limitado ao mesmo, podendo ganhar outras significações quando compreendidos à luz da Geografia. A conflitualidade paradigmática desses grupos, expressa pela pluralidade e confronto de opiniões e pontos de vista, é intrínseca à adoção de uma perspectiva dialética. Ao sinalizar para a pluralidade paradigmática, não se admite, como propôs Feyerabend (1977), a adoção do anarquismo metodológico, isto é, a regra do “vale tudo”. O intuito é esclarecer as diferentes formas de construção do conhecimento geográfico e sobressaltar a sua complexidade, conflitualidade e multiplicidade.

O pensamento formulado por Kuhn e Fleck encarou a ciência como uma organização formada por homens e ilumina o pensamento geográfico pela seguinte razão: ambos proporcionam elementos críticos que estremeceram as estruturas tradicionais empíricas, trazendo a discussão para a dimensão social do conhecimento, em que o compartilhamento, o direcionamento, a orientação, a seleção e a coesão do pensamento são *propriedades estruturais* do paradigma, o que remete ao tratamento de uma ciência que, em hipótese alguma, é neutra, mas é condicionada por ideologias e intencionalidades veiculadas por grupos e comunidades.

Essas *propriedades estruturais* fazem parte do que estamos denominando de paradigmas filosóficos e dão identidade, conteúdo e essência aos paradigmas. São pensamentos ofensivos que disputam o poder explicativo das mais diversas formas, utilizando estratégias de difusão do conhecimento, materializadas, principalmente, em livros, artigos, dissertações, teses, monografias e projetos de pesquisa.

Por isso, recorreremos ao conceito tendo em vista as *propriedades estruturais* de compartilhamento, direcionamento, orientação, seleção e coesão dos paradigmas, elementos consistentes para o estabelecimento de um diálogo junto à Geografia. Também

acreditamos que além das propriedades estruturais, os paradigmas possuem um conjunto de dimensões – teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades – que possibilitam uma leitura crítica do pensamento construído no interior da Geografia, remetendo esta área do saber aos auspícios da pluralidade teórico-metodológica. A pluralidade implica em *diversidade* da organização das formas do pensar, isto é, na diversidade paradigmática que envolve os estudiosos na interpretação do campo. Do mesmo modo, a pluralidade também revela a *unidade*, de forma que cada grupo de pesquisadores elegem determinados temas e paradigmas para fundamentar suas interpretações. A *diferencialidade* dos paradigmas é outro elemento que as distintas visões de mundo construídas explicitam. A unidade, a diversidade e a diferencialidade manifestam a pluralidade da Geografia Agrária, seja considerando o seu temário ou paradigmas de estudo.

Ao analisar a produção intelectual da Geografia pela abordagem paradigmática, a conflitualidade é condição necessária. Ao tentar teorizar sobre os caminhos paradigmáticos da Geografia, “[...] é necessário ter uma abertura que permita a cada estudioso seguir seus próprios caminhos filosóficos, epistemológicos e políticos e que ele seja capaz de se adaptar a cada situação com que se defronte” (ANDRADE, 1995, p. 12). Tendo em vista essa abertura, o intento é interpretar a trajetória da Geografia Agrária à luz do debate paradigmático e da conflitualidade. Propomos uma Geografia que revele um sentido político à produção científica (OLIVEIRA, 1978), já que cada autor se compromete, explicita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, com paradigmas específicos para a apreensão da questão agrária e dos modelos de desenvolvimento para o campo. Ao alimentar suas visões, os grupos de pesquisa possibilitam o fortalecimento do PCA e/ou do PQA. Essa “conflitualidade acadêmica é salutar e não pode ser impedida pela ausência de debates entre os grupos de pesquisadores, que possuem diferentes paradigmas para ler as mesmas realidades” (FERNANDES, 2005, p. 22).

Estes dois paradigmas não se firmam, apenas, nas áreas do conhecimento, mas comparecem junto a outros segmentos, como movimentos camponeses, organizações sociais, instituições públicas e privadas e políticas públicas. Em qualquer um desses campos, os paradigmas geram conflitualidades porque possuem distintas referências teóricas, conceitos, métodos, metodologias, ideologias e intencionalidades para a leitura da realidade. Essa diferença comparece nos debates, publicações, pesquisas, projetos, eventos, manifestações (FERNANDES, 2005) e, inclusive, nos grupos de pesquisa (CAMPOS, 2012).

No conhecimento científico, como expressão do pensamento geográfico e da produção intelectual da Geografia Agrária, os grupos de pesquisa são *territórios (i)materiais*, espaços científicos, teóricos, políticos e ideológicos que socializam o conhecimento. Eles conduzem seus estudos e podem ser interpretados por paradigmas que são selecionados, direcionados e amplamente compartilhados pelos pesquisadores que possuem mais do que pesquisas, projetos e temáticas em comum, mas que compreendem diferentes modelos de desenvolvimento do campo brasileiro, ou seja, diferentes visões de mundo.

Não se trata de instituir uma leitura dual ou dicotômica sobre a produção construída pela Geografia Agrária, tampouco agrupar ou classificar, mas evidenciar a conflitualidade que toda forma de conhecimento abriga. “[...] Trata-se, isso sim, de construir as explicações das diferenças, demarcá-las e revelá-las por inteiro” (OLIVEIRA, 2004, p. 30). “O debate e o confronto das ideias são também função básica da produção acadêmica e da reflexão intelectual. Abrir a discussão sobre as múltiplas dimensões que envolvem as análises sobre o campo significa mergulhar no debate político, ideológico e teórico [...]” (OLIVEIRA, 2004, p. 29).

Partindo das dimensões política, ideológica e teórica, a leitura da produção dos membros dos grupos levou-nos a incorrer à esta forma de análise. A “[...] realidade é a única referência para se submeter à discussão de novas concepções teóricas” (OLIVEIRA, 2004, p. 29), na qual ficou evidente que o compartilhamento de um conjunto de métodos, teorias e conceitos sustentam paradigmas e mantém estreitas ligações com o caráter intencional e ideológico na maneira de compreender o desenvolvimento do campo. Os grupos de

pesquisa constituem-se em espaços de socialização do conhecimento e do saber, e não são, em hipótese alguma, espaços neutros. Como instituições sociais, podem reproduzir paradigmas, atuar como territórios propícios que alimentam paradigmas e reafirmam suas visões de mundo.

Na Geografia Agrária, até a década de 1980, Oliveira (1995) destacava duas correntes teóricas: uma delas defendia a proletarização do campesinato pela sua destruição através da diferenciação interna, produzida pelas contradições inerentes ao processo de integração no mercado capitalista. Os camponeses seriam, inevitavelmente, atingidos pela penetração das relações capitalistas de produção no campo; a outra defendia a permanência do campesinato – que não foi destruído e nem proletarizado –, sujeito constantemente destruído e recriado em virtude do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo e da produção capitalista de relações não-capitalistas de produção (FERNANDES, 2005).

Essas duas interpretações, a proletarização e o campesinato, são tendências do PQA e têm três principais elementos de análise: “[...] a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo” (FERNANDES, 2005, p. 11). Sua gênese está em pensadores como Karl Marx, Karl Kautsky, Vladimir Lênin, Alexander Chayanov, Rosa Luxemburg e Teodor Shanin (FELÍCIO, 2011). Eles são referenciais seminais para o estudo da questão agrária por versarem sobre os desdobramentos do avanço do capitalismo no campo. Kautsky e Lenin, principais pensadores desse paradigma, apostaram no fim do campesinato, assentados no pressuposto de sua eliminação em decorrência do avanço do capitalismo no campo, no entanto, para ambos, havia a perspectiva de superação do campesinato dentro do sistema socialista. Suas perspectivas exaltaram os camponeses como sujeitos ativos na luta contra o capital e na superação do sistema capitalista. Kautsky e Lenin admitiram a conflitualidade, em que o enfrentamento, a luta de classes e a resistência deveriam ser considerados.

A conflitualidade é um conceito importante para o PQA na análise dos modelos de desenvolvimento da agricultura. O movimento de destruição e recriação de relações sociais demonstra a conflitualidade entre diferentes modelos (FERNANDES, 2005). Fernandes esclarece sobre o método do PQA:

O foco do método do paradigma da Questão Agrária **dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, como também enfrenta estratégias de resistências do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social**, permanecendo ele mesmo e mudando em seu tempo presente, projetando o futuro e transformando o passado em história (FERNANDES, 2005, p. 20, grifo nosso).

Por aceitar a conflitualidade, o escopo de análise deste paradigma não se limita à lógica do capital. O enfrentamento a este modo de produção é condição para a recriação do campesinato. Pesquisas que trazem a perspectiva da luta pela terra, como movimentos sociais/socioterritoriais, assentamentos rurais, ocupações de terras, disputas territoriais, políticas públicas e manifestações, por exemplo, revelam o enfrentamento à lógica imposta. São pesquisas que não se limitam à reprodução econômica e enveredam para a reprodução da existência do campesinato enquanto sujeitos políticos, capazes de promover mudanças e transformações.

Para este paradigma, a questão agrária é um problema estrutural e inerente ao desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo. A *proletarização* e a *recriação do campesinato* são as duas tendências internas (FERNANDES, 2005; FELÍCIO, 2011). Defende que a luta pela terra e pela reforma agrária possibilitam a (re)criação do campesinato, pois mesmo com o aumento da desigual estrutura agrária, o número de camponeses na luta pela terra no Brasil também cresce simultaneamente (FELÍCIO, 2011). A perspectiva de suas pesquisas está na transformação da sociedade, no enfrentamento e na superação do capitalismo, sendo a luta pela terra uma luta contra o capital. Seus

pensadores valorizam o protagonismo do campesinato mediante as lutas de resistência e análise dos processos de (re)criação.

Os estudos analisados diante da leitura do PQA transitaram por duas tendências, a *proletarização* e o *campesinato*, reunindo os seguintes grupos de pesquisa: *Geografia Agrária*, *Centro de Estudos de Geografia do Trabalho* (CEGeT) e o *Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária* (NERA). Para estes grupos, a questão agrária é intrínseca ao desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo e a possibilidade de solução da problemática agrária está fincada na perspectiva de superação desse sistema.

Para o grupo *Geografia Agrária* (USP), a preocupação está no estudo do campesinato e da questão agrária brasileira. O leque de temáticas investigadas pelo grupo é bastante amplo: luta pela terra e movimentos sociais, relação campo-cidade e/ou rural urbano, comunidades tradicionais, a questão sobre a agroenergia, com destaque para os biocombustíveis, as práticas da agricultura orgânica/agroecológica, a agricultura familiar/camponesa e trabalhos que discutem a temática teórico-metodológica, sobretudo, do marxismo e da política para a teoria do campesinato e sobre a etnoconservação.

A teoria do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do território é elementar, em que a recriação das relações não-capitalistas de produção tem na resistência do campesinato a sua concretização. O enfrentamento ao capital e a defesa do projeto de transformação da sociedade é delineado pelos estudiosos. A luta pela terra, a sujeição da renda ao capital, a resistência, a exploração, a subalternidade, a reforma agrária, os movimentos sociais, o anarquismo, a territorialização camponesa e o monopólio agroindustrial são algumas das discussões selecionadas e compartilhadas pelo grupo que expressa a tendência do *campesinato* do PQA.

No CEGeT (UNESP), o grupo propõe realizar uma leitura geográfica através da temática trabalho, que se relaciona a outras, como luta pela terra e pela água, os conflitos que mediam esse espaço de disputa, sindicatos e movimentos sociais (urbanos e rurais), as práticas da agricultura mecanizada e os impactos na organização da produção familiar, o agronegócio e as relações de trabalho são temáticas que circundam e entram em contato com a temática principal. Outra temática que tem sido trabalhada refere-se ao estudo das comunidades amazônicas e suas relações de trabalho e a análise do discurso jornalístico.

Ao sinalizar para a realização de uma “Geografia do Trabalho”, seus membros compartilham estudos sobre as múltiplas formas de expressão do trabalho para ações políticas de caráter emancipatório. O objetivo é adentrar no processo metabólico do capital e apreender os seus desdobramentos para o mundo do trabalho. A relação capital x trabalho é o cerne das discussões do grupo, no qual as redefinições do trabalho se constituem como o ponto de partida para as questões atinentes ao gênero, agroecologia, cooperativismo, movimentos sociais, luta pela terra e ao discurso do agronegócio, por exemplo. A superação do capital e o enfrentamento político colocam os pesquisadores desse grupo junto ao PQA e a tendência do *campesinato* e da proletarização compõem para o grupo.

No *Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária* (NERA-UNESP), a grande temática é a disputa territorial, organizada sob outras, tais como a luta pela terra – ocupações de terras, assentamentos rurais, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais e manifestações do campo, impactos socioterritoriais – assentamentos, agricultura camponesa, agronegócio e desenvolvimento territorial – e territórios do saber – educação do campo, ensino de geografia, representação documental da luta pela terra, pensamento geográfico e o debate paradigmático.

Os estudiosos vinculados ao grupo entendem a luta pela terra, a disputa territorial e a conflitualidade como as principais discussões que questionam a ordem vigente para superação da lógica do capital. A conflitualidade é concebida como elemento inerente ao desenvolvimento do campo, em que a (re)produção social camponesa não é vista, apenas, pelo viés produtivo e econômico, mas pela consciência política de luta como instrumento de transformação da realidade. São focalizados estudos que não veem, apenas, a integração ao mercado e a comercialização dos produtos, mas espaços que contestam as relações capitalistas de produção que expropriam, das mais variadas formas, as famílias

camponesas. O debate paradigmático e a cartografia crítica também são temas que transparecem a conflitualidade no tratamento da questão agrária.

A gênese do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) está nas obras de Henri Mendras e Hugues Lamarche (FELÍCIO, 2011). Este paradigma alcançou ímpeto na década de 1990 com a publicação da tese de doutorado do economista Ricardo Abramovay e publicado no formato de livro no ano de 1992, intitulado “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”. Nesta obra, o autor opôs-se à visão marxista e defendeu que os países ricos capitalistas, ao invés da proletarianização dos agricultores, estariam integrados no mercado, já que nesses a agricultura familiar apresentou uma participação expressiva.

Para o autor, o problema não reside no capitalismo que expropria os sujeitos de seus territórios, mas no campesinato que, por ser caracterizado como uma sociedade parcial e de mercado incompleto, não se adequa ao sistema capitalista. “[...] Abramovay inverte o sentido dado pelo paradigma da Questão Agrária: o problema não está no capitalismo, mas sim no campesinato” (FERNANDES, 2005, p. 15).

O método do PCA assenta-se nos processos determinantes e dominantes do capital, transformando (metamorfoseando) o sujeito camponês para adequá-lo e inseri-lo no mercado, isto é, transformá-lo em agricultor familiar. As relações que fazem parte do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura possibilitam compreensões distintas e, por isso, permitem que o camponês seja metamorfoseado e o coloca dentro de paradigmas divergentes (FERNANDES, 2005). Como esse paradigma tem a intenção de ocultar o universo camponês, decidiu-se negá-lo, defendendo a sua metamorfose num “outro sujeito”, o agricultor familiar (THOMAZ JR., 2006).

Ao contrário do PQA, que entende a questão agrária como um problema estrutural, o PCA entende essa mesma questão como um problema conjuntural. A solução depende de uma mudança na conjuntura socioeconômica, determinada pelo desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 2005). A superação é aceita dentro do próprio sistema, em que as relações devem correr paralelamente com as estruturas nacionais de mercado e no controle do Estado. O capitalismo é entendido como sistema capaz de solucionar os problemas do campo, tendo nas políticas públicas, por exemplo, um dos meios para o desenvolvimento da agricultura, como o Programa Novo Mundo Rural, Proceca, Pronaf e o Pronera. “Basta ao campesinato lutar ao lado do capital tecnificando e se integrando no processo produtivo, promovendo a metamorfose do camponês em agricultor familiar [...]” (FELÍCIO, 2011, p. 5-6).

Enquanto no PQA as pesquisas se direcionam na luta contra o capital e nas práticas de resistência, no PCA, as soluções estão nas políticas públicas desenvolvidas diante de projetos de integração ao mercado. Como o PQA, o PCA tem duas tendências internas: a *agricultura familiar* e o *agronegócio*. Neste paradigma não existe lugar para a conflitualidade ou antagonismo, de maneira que ambas as tendências dão continuidade ao desenvolvimento do modo capitalista de produção. A lógica do PCA não nega a luta pela terra, mas também não dá foco à ação como um instrumento de superação, mas nas políticas públicas de Estado, na pluriatividade e nas novas ruralidades. A agricultura familiar faz parte do sistema capitalista que, ditado por essa lógica, não pode se afastar dessas premissas porque ela é hegemônica e totalizante:

A lógica do paradigma do Capitalismo Agrário cria um estado de mal estar, quando o assunto a ser discutido implica em contestar o capitalismo, porque isso lhe atinge o âmago. Este é o limite de sua ideologia. A desobediência só é permitida dentro dos parâmetros estipulados pelo desenvolvimento do capitalismo. A partir desse ponto é subversão. A “integração plena” carrega mais que um estado de subordinação contestada, contém o sentido da obediência às regras do jogo comandado pelo capital. Neste paradigma, o camponês só estará bem, se integrado plenamente ao capital (FERNANDES, 2005, p. 23-24).

Para os pesquisadores do PCA, a transformação da realidade só existe no interior do capitalismo e para os pesquisadores do PQA a transformação da realidade está na

superação do capitalismo, todavia ainda sem perspectivas. A diferencialidade destas posturas paradigmáticas está na direcionalidade que as visões de mundo propõem. Para os grupos que perfilham o PQA, além do reconhecimento dos limites do capitalismo, existe uma postura teórica e político-ideológica bem demarcada de superação, fazendo desse problema a centralidade das suas pesquisas. A diferença que os distingue é a perspectiva de superação para o PQA e de permanência no capitalismo para o PCA.

Os estudos analisados diante da leitura do PCA apresentaram como tendência predominante a *agricultura familiar*, agrupando: o Núcleo de Estudos Agrários (NEA), *Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro*, *Geografias da Modernidade: geografia e gênero, família e trabalho* e o *Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária* (GEDRA). Neste paradigma, todos fazem a crítica ao capitalismo no sentido da integração à lógica capitalista, em que a mudança – analisada em alguns grupos e trabalhos – deve ser feita dentro do próprio sistema.

O grupo *Geografias da Modernidade* (USP) interessa-se na questão da modernidade tecnológica da cana-de-açúcar, com destaque para o gênero, a tecnificação agrícola e a evolução espacial da ocupação. As principais temáticas desenvolvidas dividem-se em três grandes grupos: gênero, migração e modernização tecnológica/trabalho/cana-de-açúcar, sendo esta última a temática unificadora.

A questão da modernização tecnológica do campo constitui-se como temática central, e faz contraponto com o trabalho do circuito inferior no campo – mão de obra volante e queda gradativa de ocupação da força de trabalho. A partir dessa questão, o grupo voltou-se ao estudo e compartilhamento de temáticas como o êxodo rural, a migração, a proletarização e subordinação do pequeno produtor, as relações do Estado no processo de modernização agrícola, as políticas públicas e as relações de gênero.

Nas análises realizadas, os pesquisadores vinculados ao grupo, mesmo vislumbrando a contradição capital/trabalho e criticando veementemente a exploração decorrente do modo de produção capitalista, mantiveram seus olhares fora da perspectiva de superação e transformação da sociedade e, em algumas vezes, sem a perspectiva da conflitualidade.

No NEA, localizado na UNESP-Rio Claro, os temas centraram-se na abordagem teórico-metodológica da Geografia Agrária, no turismo rural e na pluriatividade, nos impactos da modernização da agricultura e no avanço do setor canavieiro, na agricultura familiar e na multifuncionalidade, na questão da migração e na relação campo-cidade/rural-urbano e nas dinâmicas dos pequenos municípios e sua relação com aspectos da ruralidade.

Os trabalhos acadêmicos do grupo tomados para análise selecionaram para estudo a influência das novas ruralidades e permanências na organização do espaço, a forma com que políticas públicas se materializaram no espaço, o processo de transformação das comunidades faxinalenses na simultaneidade entre a modernidade e a tradição, a viabilidade econômica da agricultura urbana e a modernização do campo em conjunto com o Estado e as agroindústrias da cana. A unidade familiar camponesa foi estudada na perspectiva de integração ao mercado via Complexo Agroindustrial CAI, em que a recriação do campesinato se deu na articulação com cooperativas e agroindústrias. Questões relativas à teoria e método em Geografia também foram tratadas pelo grupo. Em nenhum desses temas, o enfrentamento, a luta de classes e a conflitualidade latente do campo foi debatida. A perspectiva de superação do capitalismo não compareceu como preocupação, tampouco uma questão agrária.

O GEDRA (UNESP-Presidente Prudente) priorizou temáticas que tratam a renda agrícola e não-agrícola, associativismo e cooperativismo rural, organização e a formação de núcleos urbanos, com destaque para as relações campo/cidade e/ou rural/urbano, a questão do envelhecimento no meio rural, as cadeias produtivas, a interação da agricultura com a indústria, as formas de viabilidade e a adoção de inovações tecnológicas e a questão das políticas públicas, foram os temas mais prestigiados pelo grupo.

Os pesquisadores do GEDRA selecionaram e compartilharam estudos que direcionaram a atenção para a complexidade e a diversidade existente no campo, entendendo que o conceito de agricultura familiar é o mais adequado para apreender essa

realidade. A estratégia de (re)produção social está assentada na integração ao mercado, na diversificação produtiva, novas ruralidades, nas atividades agrícolas e não-agrícolas e na pluriatividade, atividades que possibilitam o aumento das opções de renda de inúmeras famílias e a sua permanência no campo.

A agricultura familiar é tratada por uma perspectiva econômica, privado do conflito e da contradição que a questão agrária traz. Para o grupo, o Estado é a instituição responsável de prover as condições de distorção engendradas pelo modo capitalista de produção, através da criação de programas, políticas públicas, associações, cooperativas e agroindústrias, entendidas como estratégias que garantem a reprodução social e a integração no mercado da agricultura familiar. As interpretações do grupo não deixam de evidenciar as relações de exploração sofridas pela agricultura familiar, selada pelo Estado e dirigida pelo grande capital, contudo, a alternativa para a sobrevivência respalda-se na integração das famílias ao capitalismo, sistema que possibilita a recriação social e econômica da agricultura familiar.

O grupo *Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro* (Unicamp), desenvolveu seus estudos centrados na análise das redes e fluxos e na análise regional. Com relação às redes e fluxos, são analisados os efeitos da modernização e da exportação agrícola no território brasileiro considerando a região competitiva e a logística para explicar a organização do território. Já no que concerne a análise regional, busca-se a compreensão do uso corporativo do território brasileiro pelas empresas processadoras de suco de laranja, relacionando-se, deste modo, a análise do circuito espacial produtivo. Embora a tendência da agricultura familiar compareça como predominante para a Geografia Agrária, o grupo não se dedicou à investigação destes sujeitos, mas no estudo de como o espaço geográfico é redefinido para o atendimento de grandes corporações, sem direcionar o olhar para a agricultura familiar.

Para esse grupo, o PCA materializou-se no compartilhamento de estudos que envolveram o debate sobre os usos corporativos do território brasileiro. O grupo tem uma unidade paradigmática bastante coesa em torno do referencial de Milton Santos, no qual o território brasileiro é interpretado diante do acelerado processo de intensificação da racionalização produtiva, em que o uso corporativo e empresarial se coloca à frente dos interesses da sociedade local. Embora se admitam os problemas que a lógica capitalista carrega e propaga, os trabalhos não estão focados na discussão da agricultura familiar ou campesina e não trazem a superação e enfrentamento do sistema como perspectiva central. Tratou-se de desvendar o papel das normas e das técnicas para a regulação e controle do território, seja via tecnologia da informação, logística de produtos agrícolas (*commodities*) ou sistemas de transporte. O entendimento da agricultura familiar e camponesa não foi alvo dos estudos desenvolvidos pelo grupo.

Embora apresente a diferença fundamental de superação e permanência do capitalismo, o PQA e o PCA não são paradigmas excludentes. Eles demonstram a pluralidade paradigmática, marcada pela unidade, diversidade e diferencialidade, mas que possuem uma *faixa de contato*, na qual temáticas, questões e tendências se aproximam.

O grupo *Agricultura e Urbanização* (USP) representa essa proximidade e contato entre os paradigmas. A temática principal está no estudo da relação campo/cidade e agricultura/urbanização. O grupo desenvolve pesquisas específicas sobre estudos agrários ou urbanos, com destaque também para as pesquisas entre geografia, literatura e cinema, atuando como perspectivas complementares da temática principal. O trabalho escravo, a questão de gênero e os agrocombustíveis, também fazem parte do temário do grupo, além daquelas associadas às comunidades tradicionais brasileiras, com ênfase para as comunidades quilombolas, caiçaras e indígenas.

Nesse grupo, a análise paradigmática é emblemática, pois transita na *faixa de contato* dos dois paradigmas (PCA e PQA). Dentre os trabalhos analisados, existem aqueles que discutiram as formas de resistência e recriação das relações não-capitalistas, exaltando a força do campesinato e a luta pela terra, como trabalhos que se abstiveram desse debate e não questionaram a lógica do capital. Neste último, os trabalhos se dedicaram a descrever

o processo de modernização do campo, a relação cidade/campo e a mercantilização e apropriação do espaço.

O debate paradigmático revela como a Geografia Agrária vem sendo impactada pelos diferentes temas e paradigmas, mapeando e analisando o pensamento geográfico. A universidade constitui-se em um espaço de luta, e a Geografia Agrária cabe incorporar essa conflitualidade paradigmática à sua abordagem independentemente da posição assumida (GERMANI, 2005):

Não é mais uma questão de você contar população, ver se é urbana, ver se é rural, ver o quê produz, como produz, localização, condições climáticas, usar imagens de satélite, GPS... Mas você tem um conflito explicitado que vai parecer mesmo que não se queira mostrar... O próprio pesquisador passa a se sentir, obrigatoriamente, parte dessa realidade, ele deve não só interpretar, mas ele deve tomar posições que tem a ver com posições de classe desse pesquisador (GERMANI, 2005, p. 62).

A análise mediada pelo debate paradigmático demarcou não apenas a unidade temática de cada grupo, mas revelou a diversidade e a *diferencialidade temática* da Geografia Agrária e nas quais os grupos de pesquisa compõem o complexo mosaico do pensamento geográfico (CAMPOS, 2012). Através da proposição da abordagem paradigmática, observamos a pluralidade e a conflitualidade de perspectivas no pensamento geográfico, apontando para a unidade, diversidade e diferencialidade da Geografia Agrária paulista e brasileira.

Na procura de construir uma leitura geográfica, a unidade, diversidade e diferencialidade temática e paradigmática dos grupos de pesquisa foram interpretadas à luz do conceito de território (i)material. Grupos e paradigmas são territórios (i)materiais que propagam e disputam *poderes explicativos* para explicar o espaço geográfico. Para o PCA, a questão agrária e a conflitualidade não são reconhecidas, sem a perspectiva de transformação dos padrões estruturais do modo capitalista de produção. A solução está na integração da organização camponesa ao sistema capitalista. Diferentemente, o PQA orienta seus estudos diante da ideia de (re)criação e apropriação da riqueza produzida pelo campesinato, aproximando-se de questões que buscam a superação do modelo excludente capitalista e trata a conflitualidade como uma das formas de desenvolvimento do campo.

Considerações finais

Ao elucidar para a interlocução entre o debate paradigmático e os territórios (i)materiais, a questão não é situar grupos e paradigmas no âmbito qualitativo, demonstrando uma suposta superioridade científica de qualquer um deles. O que se busca é confrontar as perspectivas e evidenciar o tom de conflitualidade presente no pensamento geográfico e que resulta na unidade, diversidade e diferencialidade temática e paradigmática da Geografia Agrária. Romper com a neutralidade científica é outra questão que emerge. Refletir o pensamento geográfico diante dessa abordagem representa, apenas, uma proposta de leitura da realidade dentre as inúmeras que possam existir. Ela é parcial como todos os trabalhos acadêmicos porque, mesmo no maior dos seus esforços, nunca conseguirá captar a totalidade e será imparcial.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 25, n. 49/50, p. 4-14, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Tucuman: Montessor, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. 389 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. 215 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT), Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

_____. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, v. 20, 2006.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-301.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. (Livre-docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT), Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.

GERMANI, Guiomar Inez. Tradição x Tecnologia: As novas territorialidades do espaço brasileiro. [2004]. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 1, nº 12, p. 45-86, 2005. Entrevista concedida a Eraldo Silva Ramos Filho durante o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), em Gramado (RS).

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das revoluções científicas**. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Contribuição para o estudo da Geografia Agrária**: crítica ao "Estado Isolado" de Von Thunen. 1978. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia. FFLCH-USP, São Paulo.

_____. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 25, nº. 49-50, p. 17-57, 1995.

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p. 27-64.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). 2008. 409 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. São Paulo, **Terra Livre**, n.5, s/p, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos Aurelio. Construindo uma proposta de abordagem territorial (i)material. In: SAQUET, Marcos Aurelio (org.). **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 157-200.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. (Des)Realização do trabalho no campo e os limites da teoria - repensar crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 1, 2006, Niterói. **Anais do Encontro da Rede de Estudos Rurais**, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 1-15.

Recebido para publicação em 30 de novembro de 2013

Devolvido para revisão em 03 de janeiro de 2014

Aceito para publicação em 16 de janeiro de 2014

Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido¹

Marco Antonio Mitidiero Junior

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo
Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPB
e-mail: mitidierousp@yahoo.com.br

Resumo

O presente texto objetiva compreender um fenômeno possivelmente ainda não estudado no âmbito da ciência geográfica e das ciências humanas em geral, que é o estudo de práticas agrícolas, pecuárias e extrativistas que ocorrem nas faixas de terras pertencentes à União, as quais separam as rodovias e estradas federais ou estaduais das propriedades privadas rurais ou urbanas. Estas faixas, denominadas popularmente de “*beira de estrada*” ou institucionalmente como “*faixa de domínio*” de terras públicas, abrigam plantios de variadas culturas e a utilização da área para pastoreio do gado e coleta de capim. Na BR 235, que liga Aracaju ao interior do estado de Sergipe, localizou-se o recorte espacial da pesquisa, uma vez que apresenta, em muitos pontos do seu traçado, a prática dessas atividades por uma população pobre e sem terra residente nos municípios, povoados e áreas rurais próximos à rodovia. A questão central levantada nessa pesquisa é que essa atividade constitui-se em uma prática por necessidade, isto quer dizer que: planta-se, colhe-se, cria-se e coleta-se nas faixas de domínio público das rodovias, para alimentar, ao menos parcialmente, as famílias que se arriscam sazonalmente nessas explorações.

Palavras-chave: faixa de domínio, beira de estrada, agropecuária marginal, camponeses, questão agrária.

Resumen

Agricultura en las porciones de tierra o agropecuaria marginal, o, incluso, el campesinato exprimido

Este texto tiene por objetivo comprender un fenómeno, posiblemente no estudiado por la Geografía y las Ciencias Humanas, siendo este el estudio de prácticas agrícolas, pecuarias y extractivas que suceden en las porciones de tierras del Estado, que separan las autovías y autopistas estatales de las propiedades privadas rurales o urbanas. Estas porciones, conocidas popularmente como “*borde de circulación*” o institucionalmente como “*borde de dominio*” de tierras públicas, abrigan plantaciones de varios cultivos, pastoreo de ganado y recolecta de hierba. En la carretera nacional BR 235 que une Aracaju al interior del estado de Sergipe se localiza el recorte espacial de nuestra investigación ya que presenta en muchos puntos de su trazado la práctica de estas actividades por familias pobres y sin tierras residentes en los municipios y pueblos próximos a la carretera. La cuestión central de esta investigación es que tal actividad se constituye en una práctica común en función de la necesidad de estas familias, esto quiere decir que: se planta, se recoge, se cría y recolecta en las porciones de dominio público de las carreteras, para alimentar, al menos

¹ O presente texto é resultado inicial do projeto de integração acadêmica entre a Universidade Federal de Sergipe, a Universidade Federal da Paraíba, e Universidade Federal de Uberlândia, financiado pelo Edital CAPES\PROMOB\FAPITEC\2012, sob o título “Estado, Questão Agrária e Conflitos Territoriais: um estudo comparativo entre Sergipe, Paraíba e Minas Gerais”.

parcialmente, a las familias que se arriesgan estacionalmente en este tipo de explotación agropecuaria.

Palabras-clave: porciones de dominio, borde de circulación, agropecuaria marginal, campesinos, cuestión agraria.

Abstract

Marginal agricultural or squeezed peasantry

This paper aims to study agricultural and extractives practices on the roadsides. This is a topic that has rarely study in Geography and the Human Sciences. These roadsides belong to Brazilian Government. The roadside separates the private property from public roads. These roadsides are usually used to plant, to herd cattle and to collect grass. On the road 235, which connects Aracajú with the state of Sergipe, poor peasant and landless rural workers practice this kind of agriculture. The main question in this study is that this activity is a need. We mean that these families cultivate the land in public roadsides to feed themselves and seasonally they venture these lives in this activity.

Keywords: roadside, marginal agriculture, peasant, agrarian question.

Introdução

“Perdão se quando quero contar minha vida é
terra o que conto.
Esta é a terra.
Cresce em teu sangue e cresces.
Se se apaga em teu sangue te apagas”
Pablo Neruda

As questões que envolvem a produção agropecuária brasileira são muito variadas, abarcando desde a necessidade de créditos para os investimentos produtivos àqueles que possuem terras até a carência de terras por parte significativa dos camponeses desse país². O título de celeiro da América Latina ou de celeiro mundial atribuído ao Brasil contrasta com a imensidão de terras improdutivas que grafa a paisagem rural em todas as suas regiões. Contudo, a produção agropecuária alcançou participação preponderante tanto nos graus e recordes de produção por área como na sua participação no mercado mundial de alimentos. A agropecuária, ou o já popular “agronegócio”, aparece como a “menina dos olhos” da economia e do Estado nacional.

É frequente a mídia veicular a informação de que a balança comercial brasileira chega a ter superávit justamente devido à potência produtiva do agronegócio, como também é frequente, embora em menos quantidade, a mesma mídia divulgar os efeitos perversos dessa forma de organização da produção no campo. Sobretudo, temos informações a respeito da devastação ambiental tributada ao agronegócio, porém os seguintes impactos negativos aparecem, ainda, com menos intensidade nos noticiários: a hiper-exploração dos trabalhadores e demais desrespeitos à legislação trabalhista, os conflitos por terra, as expulsões de camponeses, a violência no campo e, principalmente, a absurda concentração

² O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) defende que existem hoje aproximadamente 4 milhões de famílias sem terra no Brasil, totalizando mais de 10 milhões de pessoas. Como não há um dado oficial a respeito, considerarei o dado apresentado pelo MST uma vez que esse movimento social esta espacializado por quase todo território nacional, por isso penso ser uma fonte de dados e um interlocutor gabaritado no levantamento de informações sobre as questões que envolvem o campo.

fundiária, deixando à míngua muitas famílias camponesas que anseiam por terra para trabalhar. Assim, os problemas que caracterizam o espaço rural são variados, entretanto são faces de uma mesma moeda, são concreções de um mesmo fenômeno.

Diante dessas contradições que marcam o campo brasileiro, o presente texto objetiva compreender um fenômeno possivelmente ainda não estudado no âmbito da ciência geográfica e das ciências humanas em geral, que é o estudo de práticas agrícolas, pecuárias e extrativistas que ocorrem nas faixas de terras pertencentes à União, as quais separam as rodovias e estradas federais ou estaduais das propriedades privadas rurais ou urbanas. Estas faixas, denominadas popularmente de “*beira de estrada*” ou institucionalmente como “*faixa de domínio*” de terras públicas, abrigam plantios de variadas culturas e a utilização da área para pastoreio do gado e coleta/extração de capim. Tal prática esta presente em inúmeras rodovias federais brasileiras, muito particularmente no Nordeste, em especial nas rodovias BR 235 em Sergipe, BR-230 na Paraíba e BR-232 em Pernambuco, que ligam as capitais destes estados do litoral ao interior. Na BR 235, que liga Aracaju ao interior do estado de Sergipe, localiza-se o recorte espacial dessa pesquisa, uma vez que apresenta, em muitos pontos do seu traçado, a prática dessas atividades por uma população pobre e sem terra residente nos municípios, povoados ou áreas rurais próximos à rodovia. A questão central levantada nesse estudo é que essa atividade constitui-se em uma prática por necessidade, isto quer dizer que planta-se, colhe-se, cria-se e coleta-se nas faixas de domínio público das rodovias para alimentar ou gerar renda, ao menos parcialmente, as famílias que se arriscam sazonalmente nessas explorações.

Após pré-pesquisa realizada acerca do tema proposto para investigação, parece ser comprovada uma das suas hipóteses iniciais, que é: a possível originalidade desse recorte de pesquisa. Em outras palavras, não foi encontrado nenhuma referência de estudo desse tema nas Universidades e instituições consultadas³.

Embora não ter encontrado nenhum estudo a respeito das práticas agropecuárias nas “beiras das estradas” brasileiras, muitos outros estudos contribuíram para a análise desse fato sócio-econômico-territorial. As ciências humanas, com destaque a Geografia, vêm produzindo conhecimento a respeito da espacialidade da produção agropecuária e da questão agrária que envolve a estrutura fundiária e as relações sociais de produção no rural; muitos textos derivados dessa tradição de pesquisa ajudaram as reflexões propostas nesse artigo. Somado a outros temas que deveriam aparecer como estado da arte não só das ciências que se predispõem a entender os acontecimentos no campo, como também da conjuntura política, econômica e social desse país. Temas como reforma agrária, soberania alimentar, agricultura urbana e agronegócio possibilitaram balizar a discussão e análise de um tipo de exploração **agropecuária marginal** realizada a revelia das políticas públicas para o setor. Vale repetir que a questão central dessa atividade constitui-se em uma prática por necessidade, ou seja: planta-se, colhe-se, cria-se e coleta-se nas faixas de domínio público das rodovias, para alimentar, ao menos parcialmente, as famílias sem terra. Mesmo que parte da produção possa ser destinada a comercialização, a motivação principal é a produção para consumo próprio, o que lhes pode garantir sua reprodução social enquanto produtores rurais marginais.

Os objetivos propostos para pesquisa compreenderam:

- a) a tentativa de elucidação das diferentes dimensões que envolvem a agropecuária de beira de estrada: Quem são os sujeitos que cultivam ou produzem nas faixas de domínio das rodovias? Quais são os produtos cultivados? Em que período do ano ocorre os cultivos e explorações? Qual é a

³ Foram consultados os bancos de dissertações e teses das seguintes universidades: Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Mato Grosso, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais. Foi consultado ainda, o acervo da Associação Brasileira de Reforma Agrária e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Também foram consultados, pessoalmente ou por e-mail, alguns geógrafos com longa experiência acadêmica na área de Geografia Agrária; em nenhuma das estratégias de busca por informações e estudos foi encontrada alguma referência sobre o tema.

destinação da produção? Existe algum tipo de organização dos produtores? Quais são as leis que regem e quais são os órgãos responsáveis por essas faixas de terra? Existem conflitos referentes à utilização das faixas de terra nas rodovias e estradas?

- b) produzir conhecimento sobre as atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas nas faixas de terra pública das rodovias, auxiliando no debate sobre reforma agrária e soberania alimentar no Brasil
- c) etnografar por meio de relatos orais de cultivadores e criadores as práticas agropecuárias na BR 235-SE;
- d) discutir uma atividade cada vez mais em voga nas sociedades urbanas: a chamada “agricultura urbana”;
- e) a partir dessas indagações, o objetivou-se propor uma leitura geográfica original para o tema.

Este rol de indagações a respeito de uma prática produtiva que se pressupõe marginal e que se apresenta, ao menos aos olhos desse pesquisador, como evidência da tragédia social delegada à população sem terra e como um clamor à reforma agrária, balizou as reflexões expressas neste texto. Produzir a margem da estrada evidenciou uma faceta concreta da questão agrária brasileira que é a concentração fundiária, a qual deixa **a margem** uma população ansiosa por terra e trabalho. O domínio do capital representado pelo latifúndio improdutivo ou pela grande fazenda do agronegócio exportador produziu feições geográficas no território que também podem ser exemplificadas pelas ações políticas dos movimentos sociais (ocupações/acampamentos, marchas e romarias), bem como por uma população pobre que produz a beira das rodovias. Essa produção de beira de estrada é uma forma de ser e estar no território, de reproduzir-se socialmente a partir daquilo que faz parte da sua tradição, que é produzir alimento, culminando em uma forma de resistência a expropriação e uma estratégia de sobrevivência, mesmo se esses sujeitos não estejam organizados em movimentos sociais.

Breve análise da estrutura fundiária brasileira

Uma expressão que é muito corriqueira no linguajar popular é a seguinte: “muitos com pouco e poucos com muito”. Ela serve, sobremaneira, para evidenciar a extrema concentração de renda e poder econômico, como também a não menos significativa concentração de terras nesse país. Alguns dados são importantes para a análise do tema de pesquisa proposto⁴.

Tabela 1 – Estrutura Fundiária Brasileira – 2003

Grupos de área total (ha)	Imóveis	% de imóveis	Área Total (ha)	% de área	Área média (ha)
Menos de 10	1.338.711	31,6%	7.616.113	1,8%	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0%	18.985.869	4,5%	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1%	24.141.638	5,7%	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5%	33.630.240	8,0%	69,3
De 100 a 200	284.536	6,7%	38.574.392	9,1%	135,6
De 200 a 500	198.141	4,7%	61.742.808	14,7%	311,6
De 500 a 1000	75.158	1,8%	52.191.003	12,4%	694,4
De 1000 a 2000	36.859	0,9%	50.932.790	12,1%	1381,8
De 2000 a 5000	25.417	0,6%	76.466.668	18,2%	3.008,5
5000 e Mais	6.847	0,1%	56.164.841	13,5%	8.202,8
Total	4.238.421	100%	420.345.382	100%	

Fonte: INCRA - situação em agosto de 2003 in II PNRA, Brasília, 2003. Adaptado de Oliveira (2003)

⁴ Optou-se por usar os dados do INCRA 2003 em detrimento de dados mais atualizados do Censo Agropecuário do IBGE 2006 devido a esse último não fornecer os dados de propriedades rurais com extensão acima de 2.500 ha, o que, evidentemente, impossibilita realizar análise mais acurada sobre a grande propriedade rural no Brasil.

Tabela 2 – Síntese da Estrutura Fundiária – 2003

Grupo de área total (ha)		Nº de imóveis	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
Pequena	Menos de 200 ha	3.895.968	91,9	122.948.252	29,2	32
Média	200 a menos de 2000 ha	310.158	7,3	164.765.509	39,2	531
Grande	2000 ha e mais	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.111
Total		4.238.421	100	420.345.382	100	99,2

Fonte: INCRA; Org.: OLIVEIRA, A. U (2003).

Nas duas primeiras tabelas, observa-se a distribuição do total de terras cadastradas no INCRA dividida pelo número de imóveis rurais e suas diferentes dimensões, essas dimensões são consideradas em diferentes estratos de áreas, porém consideram-se os imóveis de até 200 hectares (ha) como pequenos, os imóveis com áreas que variam entre 200 ha até 2.000 ha como imóveis de tamanho médio, e os imóveis grandes aqueles com área superior a 2.000 ha. Do total de 4.238.421 milhões de imóveis cadastrados no Brasil, 91,9% são considerados pequenos imóveis, sendo que os médios e a grandes representam, respectivamente, 7,3% e 0,8% de todos os imóveis rurais brasileiros.

A acentuada diferença entre os números dos pequenos imóveis comparados aos médios e grandes é invertida quando comparamos o que cada um desses estratos de área possui de terras. Os 0,8% dos imóveis considerados grandes, possuem 31% do total das terras cadastradas, já os 7,3% dos médios possuem 39,2% das terras, sendo que o expressivo número de imóveis pequenos (91,9%) possui, apenas, 29,2% das terras. Ou seja, uma vez que apenas 32.264 mil imóveis considerados grandes aglutinam 132.631.509 milhões de *hectares*, 3.895.968 milhões de *imóveis* considerados pequenos aglutinam 122.948.252 milhões de hectares de terras, cabendo ainda aos 310.158 mil médios imóveis aglutinar 164.765.509 milhões de hectares.

Essa desigualdade na distribuição das terras é evidenciada de forma mais explícita se são observados outros estratos de área, por exemplo: os minifúndios com menos de 10 (ha) correspondem a 31,6% do total do número de imóveis, cabendo a eles 1,8% do total de terras cadastradas no país, já os latifúndios com mais de 5.000 (há) que correspondem, apenas, a 0,1% do número de imóveis, congregam a expressiva quantidade de 13,5% das terras, isto é, 0,1% de propriedades possui um pouco mais do que 7 vezes o total de terras congregado por 31,6% de propriedades pequenas. A concentração fundiária também é evidenciada se comparamos as médias e grandes propriedades: os imóveis que possuem entre 200 e 500 ha correspondem a 4,7% dos imóveis (198.141), aglutinando 14,7% das terras, já os imóveis que estão entre a faixa de área de 1.000 a 2.000 ha, correspondem apenas a 0,9% dos imóveis (36.859), apoderando-se de 12,1% de terras. Nesse último dado, embora o total de área dos médios seja superior ao dos grandes, estes, em menor quantidade, possuem uma área média por propriedade de 1.381,8 ha, bem superior a área média dos imóveis na faixa entre 200 e 500 ha, que é de 311,6 ha.

São inúmeras as possibilidades de comparações e exercícios que se pode fazer com os dados das duas primeiras tabelas, e certamente nenhum deles vai mostrar um resultado oposto ou diferente da constatação histórica de que a terra no Brasil está absurdamente concentrada nas mãos de poucos proprietários.

A análise desses dados é de suma importância para compreensão da prática da **agropecuária de beira de estrada**. Entre a concentração da maioria das terras nas mãos de poucos proprietários e a constatação de uma imensa população demandante de terra para trabalho, reconhece-se uma parte dos pequenos produtores rurais sem terra que encontram **brechas** para estar e produzir no campo, resultando na busca da **estrada**⁵ como uma forma (e talvez a única) de reprodução social.

⁵ O significado da estrada, no âmbito da compreensão da questão agrária brasileira, é entendida nesse estudo como o lugar da luta pela terra desenvolvida pelos movimentos sociais (marchas, acampamentos, bloqueios, etc.) e como **rodovias** onde camponeses, filhos de camponeses e pessoas com história de vida ligada ao campo, todos sem terra, produzem alimentos para a subsistência de sua família.

Características elementares da agropecuária de beira de estrada

Antes de expor as características marcantes dessa atividade é importante analisar as questões inerentes a metodologia empregada nessa pesquisa, uma vez que a modalidade de ocupação e resistência territorial empregada pelos agropecuaristas de beira de estrada traz limitações e a exigência de estratégias de ordem metodológica para consecução do estudo.

Os instrumentos e as ferramentas metodológicas que os pesquisadores em ciências humanas dispõem para a investigação de fenômenos sociais são diversos e variados. Observação simples, pesquisa participante e pesquisa ação geralmente são meios eficazes para coletas de dados dos fatos e eventos sociais. No caso do estudo das práticas agropecuárias na faixa de domínio público das rodovias, o modo como o evento ocorre no tempo e no espaço impõe uma série de dificuldades no levantamento de informações. A linearidade das rodovias obriga que aquele que a utiliza para produzir alimentos siga o seu traçado, diferente, por exemplo, dos limites e rigidez que as cercas de qualquer propriedade fundiária impõem diante do que lhe é exterior. Com isso, produz-se uma agricultura linear e a área de pastoreio de gado segue a reta das estradas, igualmente para a coleta de capim.

Essas produções podem se estender por longas distâncias da residência dos produtores. Os cultivos e as áreas onde o gado pastoreia estão fora do raio da moradia dessas populações, diferindo da produção camponesa em pequenas propriedades, as quais aproximam os espaços de moradia e trabalho, ou melhor, embora haja exceções, os espaços de moradia e trabalho estão no mesmo domínio de área da morada dos camponeses. Já na beira da estrada, o lugar de produção pode estar longe do lugar de moradia e, ainda, o lugar de produção está desprotegido, isto quer dizer que o domínio sobre o espaço de uso ou cultivo é muito frágil devido a essas características do lugar da produção.

A análise da metodologia de coleta de dados para essa pesquisa mostra que as características do lugar de produção impõem, também, dificuldades para o pesquisador. Um ponto de partida para essa pesquisa nasce do seguinte questionamento: onde encontrar a agropecuária de beira de estrada? Em tese, o pesquisador deve percorrer as rodovias para identificar tal prática, contudo, se essa procura for feita de forma aleatória pode-se chegar a extensos deslocamentos que podem inviabilizar a pesquisa. Alguns indícios são importantes: a) buscar rodovias que atravessem áreas de grande concentração de terra, como por exemplo, nas áreas dominadas pelas monoculturas do agronegócio. Na BR 235 que liga Aracaju ao interior do estado, o domínio canavieiro de parte da BR significou, em consequência, a presença de camponeses sem terra, alguns deles sazonalmente empregados no plantio e colheita da cana, que habitam municípios e povoados próximos; b) buscar rodovias que atravessem pequenos municípios, vilas ou povoados com fortes características rurais. O fato de existir populações em pequenos municípios ou em povoados em áreas próximas a grandes monoculturas ou a grandes latifúndios improdutivos, indicando evidentemente forte concentração de terra, talvez seja o binômio perfeito para encontrar agropecuaristas de beira de estrada.

Outro problema que se depara na coleta de dados está na dificuldade em encontrar os próprios produtores. Dos vários compartimentos produtivos que se pode encontrar em 50 Km da BR 235, que liga Aracaju ao município de Itabaiana, muitos dos agricultores não estavam no local de plantio no momento do trabalho de campo. Já aqueles que usam a beira de estrada como fonte de alimentação para gados e cavalos, esses necessariamente mudam de lugar na medida em que outros compartimentos da estrada apresentam mais recursos alimentares para o gado, em suma, capim mais vigoroso, dificultando a possibilidade de encontrá-los. Sobre o horário de trabalho no cultivo e de pastoreio, mesmo sendo geralmente praticado pela parte da manhã, pode ser alterado caso o camponês esteja engajado em outra atividade.

A dificuldade de encontrar aqueles que se utilizam das faixas de domínio das rodovias é ampliada caso não se leve em consideração as estações do ano. A prática da

agricultura nas rodovias inicia-se no período das chuvas, sendo que o pastoreio do gado e a coleta de capim podem se estender o ano inteiro.

Com essas limitações, a coleta de dados para essa pesquisa procurou realizar as entrevistas um mês depois que as chuvas começaram no Estado de Sergipe. Os trabalhos de campo foram realizados em junho de 2009, privilegiando a faixa da rodovia que liga Aracaju a Itabaiana, a qual atravessa alguns povoados, área de monocultura de cana e o pequeno município de Areia Branca. Foram entrevistados/acompanhados 11 famílias entre agricultores, coletores de capim e pastores de gado. Também foi utilizado o registro iconográfico entre os meses de maio, junho e julho de 2009, permitindo acompanhar a evolução da ocupação da beira da estrada e o crescimento do plantio. As entrevistas foram semi-estruturadas e utilizou-se do caderno de campo para o registro. A escolha do caderno de campo foi deliberada e minuciosa, embora pudesse trazer problemas durante o registro das entrevistas e a presença do caderno junto ao ato das anotações pudessem intimidar os entrevistados. Entretanto, partiu-se da premissa que o caderno de campo não os intimidaria mais do que gravador de áudio ou filmadora. De qualquer forma, a coleta de dados para essa pesquisa é dificultada não só pelos problemas já expostos como também pela situação jurídica da área onde ocorrem as práticas estudadas. A beira da estrada é terra do Estado e é fiscalizada pela Polícia Rodoviária Federal, pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), tal fato certamente poderia amedrontar os entrevistados por não conhecerem o pesquisador e/ou por acharem que a presente pesquisa possivelmente traria impedimentos (ou até punições) na utilização dessas áreas.

Esses problemas de pesquisa, junto a falta de um trabalho de campo que registrasse essa atividade ao longo de vários anos, pode ter trazido limites aos dados coletados e ao desvendamento das práticas, mesmo assim, acredita-se que a coleta de dados realizada em 2009 conseguiu, ao menos, reunir informações que caracterizem as práticas escolhidas para pesquisa.

A leitura das leis que regem a administração das estradas e rodovias revelou a dominialidade das terras que envolvem essas áreas. Como já foi exposto, a rodovia e suas áreas laterais é terra do Estado. A tabela abaixo informa a dominialidade das terras brasileiras.

Tabela 3 – Terras no Brasil por Domínio⁶

Brasil	Hectares
Superfície Territorial	850.201.546
Área Cadastrada no INCRA	436.596.394
Áreas Indígenas	128.465.775
Unidades de Conservação	102.059.583
Terras Arrecadadas pelo INCRA	105.803.350
Demais Terras Públicas	4.197.888
Terras Devolutas	172.946.484

Fonte: INCRA 2003. Adaptado de Oliveira, A. (2003)

Os 4.197.88 milhões de hectares que correspondem as “demais terras públicas” aglutinam as áreas das estradas e rodovias federais, lagos e rios e outras terras de domínio público. No caso das rodovias federais a terra é de domínio da União, sendo que as terras das rodovias e estradas estaduais são de domínio dos estados da federação. Ao observar a tabela, nota-se que a categoria de terras que correspondem, em parte, às rodovias, congrega parte muito menor das terras públicas da nação, sobretudo em comparação a quantidade de terras devolutas, que em tese, seriam terras livres para a realização da reforma agrária.

O Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) possui normas que definem e regem esses espaços. O manual de procedimentos para permissão especial de uso das faixas de domínio determina normas, critérios e procedimentos para o uso

⁶ Título elaborado pelo autor desse artigo.

dessas faixas e de outros bens públicos sob jurisdição do DNIT, bem como os procedimentos administrativos visando à implantação de equipamentos para serviços de terceiros, públicos ou privados, alheios a destinação originária. Segundo esse manual, define-se como **faixa de domínio**:

[...] a base física sobre a qual assenta uma rodovia, constituída pelas pistas de rolamento, canteiros, obras de arte, acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, até o alinhamento das cercas que separam a estrada dos imóveis marginais ou da faixa de recuo (DNIT, 2009).

Mas é o Código Nacional de Trânsito (Lei 9.503 de 23/09/1997) a lei maior que delibera sobre a administração da **beira da estrada**:

Conforme o Art 50 do Código Nacional de Trânsito Brasileiro o uso de faixas laterais de domínio e das áreas adjacentes as estradas e rodovias obedecerá às condições de segurança do trânsito estabelecidas pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via (DNIT, 2009, p. 7).

O mesmo código define as faixas de domínio como “superfícies lindeiras às vias rurais, delimitadas por lei específica e sobre responsabilidade do órgão ou entidade de trânsito competente”. Assim, o DNIT, por meio de seu manual de procedimentos, define as condições gerais de ocupação das faixas de rodovias:

O acesso às faixas de domínio e bens públicos aos interessados na sua ocupação, deverá ser de forma não discriminatória e eqüitativa.

4.1 – A Permissão Especial de Uso, mediante remuneração ou não, será conferida por prazo determinado, a título precário, a todos os interessados na forma desse manual.

4.2 – O uso contratado das faixas de domínio não induz a nenhum direito de posse ou servidão, podendo o contrato de Permissão Especial de Uso ser cancelado a qualquer tempo sem que caiba à Permissionária qualquer indenização, reembolso, compensação, ou outra verba ou valor, seja de que natureza for.

4.3 – O interessado arcará com todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto da permissão, inclusive obras de implantação, manutenção e conservação, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e quaisquer outros que porventura venham incidir sobre o objeto de contrato (...)

4.5 – O Interessado deverá apresentar para aprovação do DNIT, o projeto básico referente a ocupação das faixas de domínio das vias de transporte e outros bens públicos, aprovados pelo órgão regulador da atividade do Interessado ou da Permissionária, obedecendo as normas técnicas do DNIT (...)

4.8 – O DNIT poderá suspender, a qualquer tempo, os serviços ou obras que estejam ameaçando a segurança dos usuários da via de transportes e áreas lindeiras.

Todo esse aparato de leis, normas e procedimentos levam em consideração a possível utilização das faixas de domínio por empreendimentos privados ou públicos, que visam à construção de locais de apoio aos usuários das rodovias. Pontos de abastecimento combustível e alimentar e edificações públicas de fiscalização ocupam, basicamente, ínfimos trechos das rodovias. Embora não se encontre leis e normas que autorizem ou proíbam explicitamente a agropecuária de beira de estrada, parece ser tácito que a ocupação dessas áreas não possa prescindir de contratos com os órgãos responsáveis, e é o que não acontece no desenrolar dessas atividades. Ainda, a prática da agropecuária nas faixas de domínio das rodovias pode trazer perigos tanto àqueles que a utilizam produtivamente como àqueles que utilizam a rodovia para deslocamento. A circulação de pessoas que produzem nessas áreas é sobremaneira perigosa, levando em consideração a

velocidade de deslocamentos dos veículos. O pastoreio do gado nas áreas livres entre a faixa que separa o asfalto das propriedades rurais pode causar acidentes automobilísticos graves⁷.

A inexistência de leis que normatizem o emprego de trabalho rural nas estradas e os perigos que essa prática pode trazer impõe certa tensão à análise. A apropriação legal e definitiva dessas faixas de terra, ou a legitimação da posse por aqueles que ali produzem é impossível, uma vez que as normas do DNIT não possibilitam tal concessão e a Constituição de 1988 determina que imóveis públicos não são passíveis de usucapião. Ou seja, mesmo que o Código Nacional de Trânsito defina as rodovias como “vias rurais pavimentadas” e o artigo 191 da Constituição 1988 determina que “aquele que não são sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a 50 hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe a propriedade”; os agropecuaristas de beira de estrada não residem no local e ocupam terra pública, não sendo resguardos por nenhuma lei.

Por outro lado, os trabalhos de campo realizados na BR 235 reconheceram que a grande maioria dos entrevistados depende dessa prática como meio, pelo menos sazonal, de sobrevivência. O que é produzido a partir do uso das terras adjacentes às rodovias serve como parte da alimentação de camponeses sem terra. A condição de sem terra e/ou de desempregado direciona essa população a ocupar produtivamente a beira da estrada. Para aqueles que há muitos anos trabalham nessas áreas, a referida atividade aparece como um **ofício**.

Esse contexto explicita claramente os problemas acarretados pela inexistência ou deficiência das políticas públicas responsáveis pelo ordenamento fundiário brasileiro. Isto indica que o clamor pela Reforma Agrária está para além dos acampamentos de sem terra, os quais bravamente lutam por justiça social no campo e na cidade.

Vale ressaltar que no contexto em que se insere essa pesquisa, a atividade agrícola individual ou familiar nas áreas urbanas e nas áreas próximas as cidades passa a ser reconhecida por instituições públicas nacionais e internacionais, por ONG's e etc. Na medida em que ganha importância enquanto atividade produtiva para subsistência e comercialização, bem como para novas formas de relação entre o cotidiano dos moradores com os arredores do espaço de moradia, começa a surgir dados e pesquisas sobre o tema. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Fundação para Alimentação e Agricultura (FAO), “a agricultura urbana e ao redor das cidades – por exemplo, na beira das estradas – é praticada por cerca de 800 milhões de pessoas em todo mundo”⁸.

O conceito de **agricultura urbana**, que engloba as áreas rurais das rodovias, visa explicar o cultivo de alimentos em pequenas áreas dentro das cidades ou no seu entorno (peri-urbano), visando o consumo próprio ou, em menor intensidade, a venda em mercados locais. É caracterizada ainda, pela restrição de áreas para plantio, pela escassez de conhecimentos técnicos, pela diversidade de produtos cultivados e pela forma do trabalho empregado, ou seja, por não ser uma atividade de dedicação exclusiva.

Segundo Roese (2003), como a obtenção de lucro não constitui a principal motivação desse tipo de agricultura, a melhoria na qualidade e a adição na quantidade de alimentos para cada produtor é o principal objetivo justificador dessa prática agrícola. O autor ainda atribui outros objetivos e possibilidades da agricultura urbana: reciclagem de lixo na produção de adubos para os cultivos, utilização racional dos espaços, desenvolvimento

⁷ Na reportagem “*Plantações na beira das rodovias podem causar acidentes de trânsito*”, publicado pela ONG Alerta (<http://ong-alerta.blogspot.com/>, acesso 25/05/2009), a prática da agricultura de beira de estrada é abordada no que diz respeito aos resultados negativos e positivos dessa prática. Argumenta que a legislação brasileira proíbe o uso das terras que ficam ao lado das rodovias e que essa prática pode causar acidentes, mas também mostra que essa atividade ajuda na sinalização por deixar as áreas de acostamento limpas, portanto, visíveis.

⁸ Reportagem da ONG Cidade Sem Fome, <http://cidadessemfome.org/reportagem/index.html>, acesso 25/05/2009.

humano e educação ambiental, segurança alimentar, desenvolvimento local, recreação e lazer, produção de farmácias caseiras, formação de microclimas (para diminuição de temperatura) e manutenção da biodiversidade, escoamento das águas das chuvas, valor estético paisagístico, diminuição da pobreza, atividade ocupacional e de renda.

O que nessa pesquisa conceitua-se como agricultura de beira de estrada, agropecuária marginal e campesinato espremido é algo fundamentalmente diferente do que se conceitua como agricultura urbana. Embora haja características em comum, a motivação do uso das beiras de estradas brasileiras, sobretudo no Nordeste do Brasil onde essa prática parece ser mais freqüente, é um binômio formado pela concentração de terras e pelas necessidades alimentares de quem produz nesses espaços. Essa diferença é acentuada se considerar a definição da geógrafa Flávia Alcântara de que aqueles que se aventuram na agricultura urbana são pessoas de alta escolaridade e com boa qualidade de vida. No caso de Sergipe, a população que produz na beira da BR 235 são camponeses sem terra e moradores de pequenos municípios, povoados e áreas rurais com a história de vida intimamente ligada ao campo, que produzem por necessidade e alcançam, na rodovia, uma possibilidade de trabalho autônomo. Todos os entrevistados são pessoas com baixa escolaridade, mal assistidas pelo Estado e que não desenvolvem essa atividade devido ao melhor e mais racional aproveitamento dos espaços ou por terem consciência ambiental.

Dessa forma, insiste-se na necessidade de formular conceitos que expressem e expliquem os fenômenos sociais resultantes das formas perversas na qual se desenvolve a sociedade brasileira, o que leva a fugir de interpretações que caracterizam todas essas formas de produção como modernas, promissoras e até mesmo lucrativas. É com essa intenção que se configura a noção de agricultura de beira de estrada, de agropecuária marginal e de campesinato espremido.

BR 235-SE: agropecuária e coleta na beira da rodovia.

A partir dos trabalhos de campo e das entrevistas foi possível descobrir três dimensões atribuídas ao caráter produtivo que a beira de estrada ganha ao ser lócus de trabalho de populações camponesas sem terra e de populações urbanas (de povoados, vilas e pequenos municípios) desempregadas ou com empregos precários. A agricultura, a pecuária e a coleta extrativista são três atividades distintas (que podem estar articuladas) com o objetivo de ajudar a garantir a reprodução social daqueles que produzem nessas faixas de terra. A fala de um dos entrevistados é sintomática:

Não tenho terra, a única terra que tenho é da estrada (Entrevistado 3, junho de 2009).

A agricultura desenvolvida na faixa adjacente da BR 235-SE existe há muitos anos. Um dos entrevistados afirmou plantar na beira dessa rodovia por mais de 30 anos, outros dois entrevistados contabilizaram mais de 20 anos plantando anualmente na rodovia. Essa constatação pode indicar que a historicidade da concentração fundiária sergipana produz resultados, como o estudado nessa pesquisa, desde muito tempo. A agricultura de beira de estrada, portanto, não é atividade nova.

As condições de plantio na BR 235-SE não são boas. A plantação deve seguir a linearidade da pista, o solo possui fertilidade baixa e há vários trechos com declividades acentuadas⁹. Todos os entrevistados responderam que quando possuem recursos financeiros para investir no plantio, compram adubos químicos para garantir sucesso na produção. Assim relatou um dos entrevistados:

⁹ Muitos entrevistados relataram que os roubos da produção são frequentes, somando mais uma dificuldade a produção. “Eu planto só aqui mesmo na frente da minha casa, na beira da rodovia, se plantá longe o povo rouba (...) é gente daqui ou gente que passa por aí e leva, ladrão é o que não falta!”. (Entrevistado 3, junho de 2009).

Tem que escolher a área menos pior. A terra já não é boa porque sempre precisa de adubo, aí tem esses buracos, os paredão, baixadas né, que atrapalha muito na plantação. Quando dá, eu sempre compro adubo, esterco ou adubo químico mesmo, senão o que planta não vai pra frente (Entrevistado 5, junho de 2009).

A principal especificidade da atividade agrícola, em comparação as outras atividades nessas áreas, é a sazonalidade das plantações. Não há sistema de irrigação, tornando essas culturas totalmente dependentes dos períodos de chuva. Na parte do Nordeste mais próxima ao litoral (Zona da Mata), o período de chuvas pode corresponder aos meses de maio até setembro, concentrando-se nos meses de junho, julho e agosto. Mesmo que possam encontrar plantações já em março, é nesse período que os cultivos ocorrem com mais intensidade. Na medida em que começam as chuvas, o trabalho com a terra e os plantios na beira da estrada também começam a aparecer com mais vigor.

As plantações encontradas na BR 235-SE são variadas. Há um predomínio de milho e macaxeira (ou mandioca para produção de farinha), mas outras culturas também são praticadas, como: feijão, quiabo, fava, inhame, batata e amendoim. Foi encontrado um forte determinante cultural na escolha da plantação. De um lado são produtos tradicionais da alimentação nordestina, e por outro estão ligados a datas e festas religiosas, como a fala de dois entrevistados deixou transparecer:

Planto o milho para colher nas festas de São João. É para comer milho, fazer canjica [...] (Entrevistado 6, junho de 2009):

Se eu tivesse plantado em São José, ia colher em São João¹⁰ (Entrevistado 3, junho de 2009).

A escolha do local e da extensão da área plantada também se dá pela tradição: “quem plantou um ano lá, quer dizer que o próximo ela vai plantar também; e se tem uma terra da estrada que ninguém plantou, você pode ir lá e plantar” (Entrevistado 3, julho de 2009). As áreas de plantio geralmente estão distantes da morada daquele que plantou, mas também pode estar bem em frente a moradia, quando estas estão margeando a rodovia.

Foto 1: Plantação de macaxeira as margens da BR 235-SE.



Autor: junho de 2009

¹⁰ Dia 19 de março é dia de São José, tradicional data para plantar milho a ser colhido nas festividades religiosas de junho, sobre tudo no São João. Reza a tradição que se chover no dia de São José as colheitas do ano serão muito boas. Dia 24 de junho é dia de São João que corresponde ao ponto alto das festas religiosas nordestinas. Nesse período consome-se muito milho e os produtos derivados desse cereal.

O que é produzido nessa agricultura pode ter diferentes destinações. A principal delas, como foi constatado na pesquisa de campo, é a produção para consumo próprio, para subsistência. Outras destinações são: o comércio ou distribuição gratuita.

A comercialização geralmente ocorre na própria estrada, em pequenos barracos erguidos no acostamento das rodovias. O milho é produto certo na BR 235-SE, principalmente no período anterior às festas religiosas de junho. A venda é realizada de forma direta aos usuários da rodovia ou a comerciantes de beira de estrada que não produzem suficientemente para abastecer seu pequeno negócio. Outra destinação é a “divisão” com os vizinhos, amigos e parentes. No período da colheita, guarda-se uma quantidade que se julga necessária ou satisfatória para o consumo da família e distribui-se gratuitamente os frutos do cultivo com pessoas próximas. Segundo os entrevistados, essa prática é muito frequente entre os produtores da beira da estrada; tal prática é algo muito forte nos elementos que caracterizam o campesinato no Brasil e no mundo.

A produção para consumo próprio pode vir mesclada com a comercialização e divisão dos resultados do cultivo. Conclui-se que se trata de uma produção direta, com objetivos deliberados, porém aberta às condições e resultados da produção. Isso a diferencia da produção capitalista, diretamente vinculada ao mercado.

A pecuária também ocupa lugar certo nas faixas de domínio da BR 235-SE. Em muitos trechos dessa rodovia encontra-se capim para o pastoreio do gado. Cavalos e, principalmente, bois e vacas se alimentam dessa gramínea. Não há sazonalidade nessa prática, isso significa que durante o ano inteiro a faixa de domínio é povoada, em determinadas horas do dia, pelo gado. Entretanto, é no inverno (período das chuvas) que o capim está mais vigoroso, havendo mais recorrência de uso da beira da estrada. No trabalho de campo foi encontrada uma família que atribui aos filhos menores a responsabilidade pela alimentação do gado. São 14 vacas, 2 bois e 3 cavalos. Segundo os entrevistados, ainda crianças, o gado constitui o patrimônio da família e o meio de reprodução de todos que a compõem. Relataram que a venda do leite que sobra do consumo (36 litros em média) é a única fonte de renda familiar.

O pastoreio do gado na beira da pista evidentemente se explica pela falta de pasto, portanto, mais uma vez, pela falta de terra. O gado é criado em pequenas áreas adjacentes à casa dos proprietários, em pequenos currais produzidos por eles mesmos nos seguintes povoados próximos a BR em questão: Mucuri, Manilha, Manilha de Baixo, Rio das Pedras, Mangabeira, Guandu, Marabá, Vonta, Astrogilda, Ponto Chique, Cafuz, Junco e Lagoa do Forno; ou nas áreas limites do município de Areia Branca e Itabaiana. Durante o dia, o gado é levado ao pastoreio. Os dois irmãos entrevistados narraram que o cotidiano deles é levar pela manhã o gado para a estrada, permanecendo por lá até às 16 horas. Perambulam com o gado por longas distâncias, permanecendo, obviamente, nos trechos onde o capim é abundante.

Os perigos acarretados por essa prática envolvem diretamente os usuários da rodovia. As colisões entre animais na pista e automóveis são bem frequentes nas rodovias brasileiras, gerando, evidentemente, conflitos entre as instituições responsáveis pela administração das rodovias e os pecuaristas que a utilizam. De certo, há uma tensão implícita entre quem utiliza a estrada como lugar de deslocamento e quem leva o gado para pastorear. O primeiro, possivelmente em hipótese alguma, deve coadunar com essa prática que traz perigo; o segundo tem na estrada a única forma de continuar produtor de alimentos. É uma tensão áspera que só pode encontrar alternativa na esperança de um efetivo reordenamento fundiário por meio da Reforma Agrária.

O capim localizado na faixa de domínio das rodovias também é objeto de coleta/extração. **“Tirar capim a pulso”** faz parte do cotidiano de muitos proprietários de pequenos rebanhos. Conforme um dos entrevistados:

Eu tenho um terreninho de 8 por 25 lá no povoado, é um terreno que não tem dono, eu tô lá faz muito tempo. O gado fica preso, aí eu venho duas vezes por dia tirar capim a pulso, tiro duas carroças por dia (...) mesmo no verão a gente tira, tira um pezinho seco e leva (Entrevistado 2, junho 2009).

A estrada é vista como fonte de coleta de alimento para o gado em duas circunstâncias: quando a dimensão do rebanho é grande demais para permanecer na beira da estrada, ou quando as distâncias a percorrer entre o curral do gado e a beira da estrada inviabilizam o deslocamento diário.

A comercialização dos resultados do pastoreio resume-se na venda de leite ou na venda do próprio gado. Não foram encontradas pessoas que comercializam capim, mas há aqueles que “cuidam” do gado de outras pessoas, coletando capim na beira da estrada. Nesse caso, a coleta faz parte de uma relação de trabalho entre o coletor e o proprietário do gado. Um dos informantes explicou que sua função é de apenas alimentar o gado e que trabalha em outros lugares nas horas vagas.

Foto 2: Pastoreio do gado na BR 235-SE.



Autor: junho de 2009

Foto 3: Coleta e transporte de capim na BR 235-SE.



Autor: junho de 2009

Nas três dimensões de uso da faixa de domínio da BR 235-SE - agricultura, pecuária e coleta - o trabalho empregado nessas atividades, geralmente, faz parte de uma complexa trama de ações que visam garantir o sustento da família. Apenas uma, entre onze famílias entrevistadas, trabalha unicamente na produção de beira de estrada. Um entrevistado relatou ser aposentado e que plantar naquele local era o seu “costume”, “era pra esticar os braços”. Os demais descreveram uma árdua dinâmica de trabalho como fonte de reprodução social. No trecho da BR 235-SE que liga Aracaju a Itabaiana, o trabalho de boia-fria no corte da cana é majoritário entre os agropecuaristas de beira de estrada. O trabalho na beira da estrada é combinado, de certa forma, com a sazonalidade do corte de cana¹¹. Outros tipos de ocupações foram relatados: o trabalho em outras fazendas da região (tratorista), os “bicos” (trabalhos com dias determinados em fazendas próximas), e ocupações urbanas, como pedreiros, manicure, etc.

Diferente do que se conceitua como polivalência no trabalho rural (pluriatividade), e/ou agricultura de tempo parcial, ambos referidos à modernização na organização do trabalho e dos instrumentos de trabalho (ora na cidade, ora no campo), o emprego da força humana nas terras públicas da rodovia emana da **tradição** e, fundamentalmente, da **necessidade**. A privação da terra como lócus do trabalho de camponeses, obriga essa população a buscar diferentes e complexas formas de geração de renda e de produção direta de alimentos. Esses eventos evidenciam não só arcaísmos nas relações de trabalho e produção, como explicitam problemas sociais que vão ao âmago da formação e desenvolvimento da sociedade e do território brasileiro. A histórica concentração de terras e a não realização da Reforma Agrária é uma das facetas dessa forma perversa de desenvolvimento, resultando em eventos muitas vezes dramáticos, que empurram frações da população para as beiras da estrada: ou são pedintes/andarilhos, ou são vendedores informais precarizados, ou são sem terra em luta (acampamentos) ou são aqueles que conseguem extrair **comida** de pequenas faixas de terra, **espremidos** entre o asfalto e as cercas.

Foto 4: Cultivo “espremido” de milho na BR 235-SE.



Autor: junho de 2009

¹¹ Um dos entrevistados afirmou migrar há 8 anos para o corte de cana na região de Limeira (SP), porém o plantio na beira da estrada é feito todos os anos, por ele ou por outros membros de sua família.

Considerações finais: a possibilidade de um esboço teórico

Creio que a essência do que se pode resultar como considerações finais desse artigo já esteja expresso acima, isto é, a concentração de terra e a não realização da reforma agrária produzem derivações como a relatada e refletida nesse artigo. Com isso, a ideia final desse texto é levantar alguns caminhos teóricos que possam ajudar no entendimento do objeto de estudo proposto. É propor uma leitura geográfica do fenômeno.

A conjuntura atual da economia globalizada é de crise. A quase derrocada de grandes corporações financeiras, a perda de potência do capital produtivo e o temor do desemprego é notícia certa na mídia. O que resulta dessa conjuntura é um emaranhado de problemas sociais que, na experiência brasileira, pode apenas agravar uma situação de miserabilidade já posta, ou melhor, já consolidada.

A princípio, dois caminhos teóricos simultâneos e não excludentes podem ser considerados. O primeiro deles é a análise do desenvolvimento do modo capitalista de produção a luz de interpretações que emergem do corpo teórico conceitual do marxismo. A noção de desenvolvimento contraditório, combinado e desigual do capitalismo (Oliveira, 1996) marca uma das fontes de interpretação do campo brasileiro. O recurso à dialética possibilita o exame das contradições que esse desenvolvimento acarreta, no caso da agricultura de beira de estrada, a maioria dos exemplos levantados são formas de trabalho não-capitalistas praticadas no seio do próprio sistema (Martins, 1986); não são exemplos de modernização, mas sim de “barbárie” (Oliveira, 2003).

Outra fonte teórica importante é a concepção que a Geografia (alguns geógrafos) tem da categoria território, enfatizando a potência dessa categoria em explicar a formação dos territórios no mundo contemporâneo e especificamente em um país preponderantemente desigual socialmente como o Brasil.

Dois compreensões separadas (e não opostas) parecem constituir uma síntese válida da potência explicativa da categoria território. Moraes (2000) define território como produto histórico da relação entre sociedade e natureza, ou seja, um espaço social que não pode existir sem uma sociedade que o crie e o qualifique; logo, um espaço que inexistente como realidade puramente natural, mas que é construído com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza. Segundo esse autor, o território é formado por duas magnitudes de eventos:

De um lado, as determinações genéricas, fornecendo os macroindicadores que delimitam grandes períodos e iluminando suas lógicas estruturais de funcionamento. De outro, a malha fina do desenrolar das conjunturas, permitindo identificar vontades e atitudes individualizadas, interesses específicos, enfim, movimentos singulares (MORAES, 2000, p. 18).

Mais adiante, Moraes afunila essa ideia de território:

Nesse quadro, a conceituação aqui assumida, parte, como visto, da visão do espaço como dimensão da realidade, vendo o território como uma sua manifestação, como objeto empírico. Nesse sentido, o território é antes de tudo uma escala de análise da sociedade e da relação sociedade/espaço, isto é, um recorte analítico que objetiva uma visão angular específica da história. Em tal entendimento, o território emerge como uma totalidade para a geografia, um espaço dotado de historicidade própria, que corresponderia à espacialidade de uma dada “formação econômica e social” (MORAES, 2000, p. 21).

A definição de Oliveira (1999) não nega essa concepção, mas precisa de forma mais arraigada os elementos fundamentais da categoria, presentes na realidade. Para ele, o território deve ser apreendido:

[...] como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra.

Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica e específica ao território. Logo o território não é um prius ou um a priori, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza.

O processo de construção do território é simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação. Em síntese, é a unidade dialética, portanto, contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

Não se trata de encontrar ou encaixar a agropecuária de beira de estrada dentro dessas concepções de território, mas o seu contrário, ou seja, estabelecer como o estudo dessas práticas constrói determinadas concepções. Como propõe Moraes (2000, p. 18), “o fato de uma certa diretriz se inscrever no espaço é também uma prova maior de sua hegemonia, na objetivação das formas pode-se captar a vitória dos desígnios e concepções que a idealizaram.” A agropecuária nas faixas de domínio dos rodovias constituem formas de luta pela **sobrevivência**, diferindo das formas de luta por **transformação** levantadas pelos movimentos sociais no campo. Entretanto, mesmo sem organização política, a ocupação produtiva da beira da estrada é uma ação de **resistência** às formas injustas de organização da sociedade e do território. O uso e o trabalho empregado nessas áreas provocam reflexões acerca do papel da propriedade privada individual da terra na sociedade capitalista, assim, o exemplo estudado nos direciona para além do clamor pela Reforma Agrária, levando a pensar em outros formatos de organização fundiária, baseados na apropriação coletiva e/ou comunitária da terra.

Referências

ANDRADE, M. C. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo Recife: Hucitec-IPESPE, 1995.

ALCÂNTARA, F. **Agricultura urbana**, http://scienceblogs.com.br/geofagos/2009/05/agricultura_urbana_-_parte_i.php, acesso 30/06/2009.

BENEVIDES, C. **Camponeses em Marcha**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – Manual de procedimentos para a permissão especial de uso das faixas de domínio de uso das rodovias federais e outros bens públicos sobre jurisdição do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Brasília, **Ministério dos Transportes**: http://www.dnit.gov.br/menu/rodovias/faixa_dominio, acesso, maio de 2009.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

FERNANDES, B. M. **MST: movimento dos trabalhadores rurais sem terra, formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Questões Teórico-Metodológicas da Pesquisa Geográfica em Assentamentos de Reforma Agrária.** In : Boletim Paulista de Geografia. nº 75, AGB/SP, 1998.

MARTINS, José Souza. **O cativo da terra.** São Paulo: Hucitec, 1986.

MITIDIERO JR., Marco Antonio. **A Ação territorial de uma Igreja Radical. Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba.** Curitiba: CRV Editora, 2010.

MORAES, A. Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil.** O território colonial Brasileiro no “Longo Século XVI”. São Paulo: Hucitec, 2000a.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.

_____. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro.** In: ALESSANDRI A. F. C. (Org.). Novos rumos da geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil.** In: Revista Terra Livre, v. 2, nº 21, São Paulo, 2003.

ROESE, A. D. **Agricultura Urbana.** <http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=112&pg=3&n=3>, acesso 30/05/2009.

Recebido para publicação em 10 de maio de 2013

Devolvido para revisão em 21 de janeiro de 2014

Aceito para publicação em 29 de janeiro de 2014

Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no *DATALUTA Jornal* de 1988 a 2010¹

Tiago Egídio Avanço Cubas

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (FCT-UNESP)

e-mail: tiagocubas@yahoo.com.br

Resumo

O *DATALUTA Jornal* é um banco de dados com mais de 50 mil recortes de jornais arquivados relativos a notícias sobre a questão agrária brasileira. A partir desse acervo, as disputas territoriais as quais buscamos evidenciar nesse artigo, são àquelas relativas a formação da imagem e representação que reflete na luta entre classes sociais, aqui representadas especialmente pelo campesinato e ruralistas. Os conflitos e conflitualidades que são expressas no território paulista através da construção da opinião pública e seus estereótipos através da imprensa, de 1988 a 2010, se desenrolam em duas frentes ideológicas, o PQA (Paradigma da Questão Agrária) e PCA (Paradigma do Capitalismo Agrário). O território imaterial difundido por jornais como *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Oeste Notícias* e *O Imparcial* legitima a ideologia da burguesia agrária e do Estado capitalista, criminalizando ações sociais que deveriam ser de interesse nacional. Nesse momento então, nosso objetivo é salientar e fazer visível a disputa territorial conceitual desde a formação desses paradigmas até a sua disposição como constituinte importante da formação da opinião pública no estado de São Paulo com ênfase para o Pontal do Paranapanema.

Palavras-chave: Camponeses, Ruralistas, Representação, Disputa Territorial Paradigmática, São Paulo - Pontal do Paranapanema.

Resumen

Aspectos de la formación de la opinión pública paulista: un estudio basado en el *DATALUTA Jornal* de 1988 a 2010

El *DATALUTA Jornal* es un banco de datos con más de 50 mil recortes de periódicos relacionados con archivo de noticias acerca de la cuestión agraria brasilena. A partir de esta colección, las disputas territoriales que pretenden demostrar en este artículo son las relacionadas con la formación de la imagen y la representación que refleja la lucha entre las clases sociales, representados aquí especialmente por los campesinos y terratenientes. Los conflictos y conflitualidades que se expresan en el territorio paulista mediante la creación de opinión pública y de sus estereotipos a través de la prensa, de 1988 a 2010, se desarrollan en dos frentes ideológicos, el PQA (Paradigma de la Cuestión Agraria) y el PCA (Paradigma de el Capitalismo Agrario). El territorio imaterial difundido por los periódicos como *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Oeste Notícias* y *O Imparcial* legitima la ideología de la burguesía agraria y el Estado capitalista, criminalizando acciones sociales que deberían ser de interés nacional. En este tiempo, entonces, nuestro objetivo es destacar y hacer visible el conflicto territorial desde la formación de estos paradigmas conceptuales hasta su disposición como componente importante de la formación de la opinión pública en el estado de São Paulo, con énfasis en el Pontal de Paranapanema.

¹ Fruto do trabalho de mestrado: "São Paulo Agrário: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009", financiado pelo CNPq.

Palabras-clave: Campesinato, Terratenientes, Representación, Disputa Territorial Paradigmática, São Paulo – Pontal do Paranapanema.

Abstract

Aspects of the formation of public opinion paulista: a study based on *DATALUTA Jornal* from 1988 to 2010

The *DATALUTA Jornal* is a database with more than 50 thousand newspaper clippings relating to archived news about the Brazilian agrarian issue. From this collection, the territorial disputes which we seek to demonstrate in this article are those related to image formation and representation that reflects the struggle between social classes, represented here especially by the peasantry and landlords. The conflicts and conflictualities that are expressed in the state territory by building public opinion and its stereotypes through the press, from 1988 to 2010, unfold on two fronts ideological, the AQP (Agrarian Question Paradigm) and ACP (Agrarian Capitalism Paradigm). The immaterial territory spread by newspapers such as *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Oeste Notícias* and *O Imparcial* legitimates to the ideology of agrarian bourgeoisie and the capitalist State, criminalizing social actions that should be of national interest. At this time then, our goal is to highlight and make visible the territorial dispute from the formation of these conceptual paradigms until its disposal as important constituent of the formation of public opinion in the state of São Paulo with emphasis on the Pontal do Paranapanema.

Keywords: Peasantry, Landlords, Representation, Paradigmatic Territorial Dispute, São Paulo – Pontal do Paranapanema.

Introdução

Neste ensaio poderemos observar alguns resultados do trabalho de quatro anos com os recortes de jornal do acervo *DATALUTA Jornal*, com o recorte espacial, estado de São Paulo – Pontal do Paranapanema, e o recorte temporal, de 1988 a 2010. Entendemos que esse é um momento importante para continuarmos a socialização dos resultados mais importantes de nossa caminhada. Na análise dos recortes de jornal relacionados a questão agrária paulista e regional no Pontal do Paranapanema, pudemos notar que, a representação também é uma forma que é desencadeada e influenciadora nos desdobramentos dos processos de *des-re-territorialização* de modelos de produção de sociedade, que legitimam determinadas realidades. Quando estudamos a grande imprensa corporativista é evidente dizer que os “eventos” agrários de luta são ordenados pontual e superficialmente, quando de fato subsistem na estrutural questão agrária e luta de classes.

O geógrafo brasileiro Bernardo Mançano Fernandes (2007) afirma que a conflitualidade expressa na disputa territorial entre visões de mundo, formadas por princípios, ideias e valores que coexistem com ideologias, estabelece o que chamamos de paradigma. Distinguimos, então, dois paradigmas que compõem o agrário: cada paradigma reflete material e imaterialmente o que são os interesses políticos e ideológicos de cada classe (do indivíduo ao grupo e vice-versa).

O paradigma do capitalismo agrário (PCA) é o conjunto de ideias de manutenção da agricultura capitalista no mundo atual. Ele visualiza o cenário nacional que abrange a luta pela terra como algo conjuntural, quase passageiro no processo moderno de desenvolvimento econômico. O paradigma da questão agrária (PQA) vislumbra essa questão conjuntural como a disputa territorial entre camponeses e ruralistas no território/terra, bem como no território das políticas públicas e da opinião pública expressada, por um lado, na busca pela transformação social, fundiária, política e ideológica (território/ideia), e por outro, na proteção dos privilégios dos “senhores da terra”, na

otimização de seu usufruto e na ocupação dos territórios do campo brasileiro (envolvendo processos como o coronelismo e o clientelismo). Isso tudo em virtude de uma questão mais profunda e de cunho estrutural (de sistema e modo de produção). Os paradigmas são visões de mundo que refletem os territórios e luta das classes sociais que se materializam nas políticas públicas de governo, nas representações do discurso mediante a imprensa (pela ideologia dessas empresas e seus relações) e nas ações individuais ou coletivas e organizadas ou não.

A perspectiva de realização desse trabalho está pautada na procura de metodologias de aproveitamento qualitativo das reportagens do acervo *DATALUTA Jornal*. O acervo vem sendo desenvolvido desde 1990 (que conta com arquivos físicos de jornais organizados desde 1987), a partir da seleção de notícias da imprensa paulista sobre a temática da questão agrária. Foi incorporado pelo NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária) a partir de sua formação em 1998, como base de dados quantitativos das ocupações de terra realizadas no estado de São Paulo. Atualmente, o acervo abrange mais que 50 mil matérias, todas registradas em um banco de dados eletrônico, ordenadas e acondicionadas até o momento em mais de 200 caixas arquivo destacando a temática da questão agrária brasileira². Como parte do campo brasileiro, o estado de São Paulo e especialmente, o Pontal do Paranapanema são o enfoque deste trabalho e nos auxiliam para entender, dentro das limitações da pesquisa, a questão agrária com vistas ao cenário nacional, de maneira a aplicarmos a visão do materialista histórico e dialética do PQA para interpretarmos essa realidade. Em virtude do que já foi dito, organizaremos nossa escrita localizando o leitor nas disposições e elementos que compõem o PQA e PCA como ideologia materializada em práxis e em disputas territoriais, depois disto a imprensa, sua amplitude e as representações no campo paulista.

Disputa territorial paradigmática: PQA e PCA

No movimento e na processualidade do desenvolvimento rural brasileiro vemos os Paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário que refletem distintas maneiras de observar e interpretar, antes disso, de viver a realidade agrária existente no Brasil. Esses paradigmas vislumbram de forma geral: o paradigma da Questão Agrária (PQA) (FERNANDES, 2007 e FERNANDES *et al*, 2010) – uma questão agrária como essência das problemáticas ligadas a terra, onde as disputas territoriais são inerentes ao processo de desenvolvimento e as conflitualidades e contradições estão presentes nas análises das desigualdades sociais geradas pelo sistema. Segundo o PQA, é um problema de ordem estrutural. Para o Capitalismo Agrário (PCA) (ABRAMOVAY, 1992), não passa dos limites do sistema capitalista, pois propõe uma questão agrária já superada, um problema de ordem conjuntural e um desenvolvimento territorial rural baseado no desenrolar da agricultura capitalista que está se modernizando com novas tecnologias altamente produtivas.

Sobre o PQA:

O paradigma da questão agrária prioriza as lutas de classes para explicar as disputas territoriais, os modelos de desenvolvimento e suas conflitualidades. Sendo a questão agrária um problema estrutural, a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade. [...] (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 3, grifo nosso).

Como a questão é vista como estrutural, o PQA gera um problema que tange a discussão fundiária, somada às instâncias políticas, econômicas, sociais e ideológicas, formadoras do cenário atual do campo brasileiro. Esse paradigma tem sua gênese com Lênin e Kautsky (FERNANDES, 2009; FELÍCIO, 2010), e parte para duas concepções distintas na atualidade: a primeira é a que o campesinato será expropriado pelo capital e

² Vide Metodologia *DATALUTA Jornal* no NERA.

tende ao desaparecimento, por uma destruição mediante sua proletarização e não-continuidade da criação de espaços de relações não-capitalistas, que inclui a incisão de territorialidades do capital em território camponês, baseada também no corporativismo; a outra concepção, a que nos baseamos para construir este trabalho, está pautada na lógica, na capacidade camponesa de transformação do território e na resistência dele para se manter produzindo espaços de relações não-capitalistas, e em essência, relações camponesas norteadas pela solidariedade e como uma alternativa, o cooperativismo (CHAYANOV, 1974; FERNANDES, 2001; OLIVEIRA, 1997).

A agricultura e as relações sociais que se dão no território, têm no PCA a expressão dessa problemática, em que o camponês resiste ao modo de produção capitalista, buscando alternativas para a reprodução de espaços não-capitalistas. Espaços esses que têm em sua essência a lógica de reprodução camponesa. É importante entendermos nessa relação que o capital busca destruir o território camponês, se isso não acontece tenta incorporá-lo por meio de suas territorialidades.

O PCA está pautado na:

[...] a produção de desigualdades também é explicada como um *problema conjuntural do capitalismo* e que poderia ser superado por meio de políticas que possibilitem a “*integração*” do campesinato ou “*agricultor de base familiar*” ao mercado capitalista. Esta “*integração*” seria necessária porque o campesinato compõe uma estrutura incompleta e necessita do mercado capitalista para se desenvolver. Nesta lógica, *campesinato e capital “interagem”* [...]. Esse processo é explicado pelo paradigma do capitalismo agrário que prioriza as políticas sociais para *aproximar relações entre a produção capitalista e a produção familiar* (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 3, grifo nosso).

Esse paradigma vai de encontro da interpretação da realidade feita pelo PQA, pois procura avaliar o cenário nacional que abrange a luta pela terra como algo conjuntural. A questão conjuntural, que evidencia a disputa territorial entre camponeses e ruralistas no território/terra e no território/políticas públicas/opinião pública, expressa por um lado, a busca pela transformação social, fundiária, política e ideológica, e por outro, apresenta a manutenção e a otimização do uso e ocupação dos territórios do campo brasileiro.

A disputa no território imaterial pelos conceitos de resistência para os camponeses e de aparente modernização, para os ruralistas, refletem na territorialização dos mesmos. A territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato e vice-versa, então, a ocupação é exemplo de forma política de objetivar os esforços do campesinato. Considerando que trabalhamos com o conceito de movimentos socioterritoriais, com o pressuposto de que a terra é o seu trunfo (FERNANDES, 2009), o território como fim, as ocupações e os acampamentos são o meio estratégico mais eficiente para que os movimentos logrem acesso ao seu território, instaurando as relações não-capitalistas de produção. Dessa maneira, entramos nos méritos da disputa do território imaterial (o simbólico, o ideológico e o cultural mediado pelo modo de produção capitalista), onde o conceito de camponês, mesmo não sendo uma palavra de autoidentificação, utilizada regularmente no mundo rural do Brasil, é um termo de resistência e de lutas que os movimentos socioterritoriais resgatam no país (FERNANDES, 2009).

A agricultura familiar é um conceito evidenciado nas perspectivas teóricas. Ela surge na academia e na apropriação do discurso do camponês na tentativa de organizá-lo e estruturá-lo na ideia de pequeno empresário agrícola ou “*agronegociozinho*” dentro do PCA. Já o conceito de campesinato surgiu com o próprio camponês, no interior da classe, como representação da mesma no contexto de disputas dos territórios material e imaterial (FERNANDES, 2007 e WELCH, 2010). Do ponto de vista do capitalismo agrário, o campesinato é diferente do agricultor familiar, pois de maneira sintética essa diferença é baseada na temporalidade e na territorialização, a favor de entender o camponês enquanto atrasado e antiquado, e reconhecer a agricultura familiar como moderna e atrelada aos subsídios estatais. Já do ponto de vista da questão agrária, em essência, esses conceitos

se situam da mesma maneira, pois se baseiam nas mesmas relações. Dessa forma, a determinação das divergências está enraizada na apropriação capitalista dessas definições e nas distintas relações sociais materializadas no território, além dos valores e da filosofia de vida camponesa (FELÍCIO, 2010a).

O camponês se torna a resistência e a esperança é vista na continuidade do seu território, ou seja, é a sua territorialização por meio da identidade camponesa. Nos trabalhos de Fernandes (2000, 2007, 2008, 2009) e Welch (2009a, 2009b e 2010), podemos notar o anseio desses estudiosos em mostrar o camponês como realizador de sua história e agente social, que configura seu território de maneira a criar laços identitários com o mesmo, e estabelecer-se como protagonista. Além de expor os seus territórios definidos e entender as classes oprimidas pelo capital como libertadas na emancipação e na luta contra o capital. Esses autores exploraram em suas obras a construção da interpretação da realidade pelos elementos que levam à questão agrária não como algo superado, e sim, como superação da realidade em vigor. Eles vislumbram a cristalização do território imaterial do campesinato e, conseqüentemente, do território que em essência traduz-se em relações não-capitalistas de (re)produção.

Welch retrata o camponês (2010, p.23):

O conceito do camponês traz para o sem-terra uma identidade rica em história política, social e cultural, mas é uma identidade com poucas raízes no campo brasileiro. Neste sentido, a recuperação do conceito é um ato simbólico, uma tentativa de inventar uma tradição para fortalecer o movimento dos sem-terra e pequeno agricultor.

O campesinato não é o único personagem do campo a experimentar, nos anos deste estudo (1924-1996), uma renovação de identidade. O ruralista, um nome utilizado com orgulho por agricultores e donos de terras do século passado, vem sendo reconfigurado no século atual como “agronegócio”. O ruralista foi o coronel da terra, o fazendeiro, o Senhor de Engenho, o usineiro e, certamente, o latifundiário. Ainda nos dias de hoje, os poderosos membros da “Bancada Rural” no congresso nacional se acostumaram chamar de ruralistas (WELCH, 2009b e 2010; CUBAS, 2012). Em seu artigo de 2005, Fernandes comentou na similaridade real entre as características de todos esses tipos, apesar da tentativa de transformá-los pelo conceito de agronegócio:

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para ‘modernizá-la’. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias (p. 1-2).

Esses são exemplos de disputas territoriais nos âmbitos materiais e imateriais. As lutas para definir os nomes refletem no processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (T-D-R) dos camponeses e ruralistas no Brasil (FERNANDES, 2000). O T-D-R como um processo acontece no país e é visualizado mediante os impactos socioterritoriais que causam. São esses resultados: encarecimento dos alimentos (segurança e soberania alimentar), exclusão social (superexploração do trabalho: baixa remuneração, trabalho análogo ao escravo, concentração de terra e renda, expropriação/desterritorialização do campesinato) e impactos ambientais (agroecossistemas simplificados como o monocultivo, uso de agroquímicos, degradação do solo, transgênicos, desmatamentos). Os mesmos refletem a territorialização do capital ou dos camponeses e a disputa territorial pela propriedade camponesa *versus* a propriedade do agronegócio e/ou latifúndio.

Pensando nessa disputa e na expansão material e imaterial do agronegócio, aparecem as feiras *Agrishow*, organizado primeiramente no mês de maio, originalmente em Ribeirão Preto, e atualmente, durante todo o ano, se expandindo para outros municípios do estado de São Paulo e de todo o Brasil como uma cultura. Esse evento mostra novas

maravilhas tecnológicas da agricultura e é representado nos jornais como símbolo do Maio Verde, estabelecendo contraste com o Abril Vermelho de ocupação de terras promovido pelo MST. Sua intenção é apresentar o “progresso” que o agronegócio supostamente traz para todo Brasil (CUBAS, 2009 e 2012).

As *Agrishows*, que depois teriam como extensão os Shows Agropecuários, Exposições Agropecuárias, Festas de Rodeio, são típicos do interior do estado de São Paulo, tendo destaque em municípios tradicionais nas culturas do gado e da cana-de-açúcar, como Ribeirão Preto, Morro Agúdo, Barretos, Rio Verde e Araçatuba, e assim, simbolizam, pelo verde da agricultura e meio-ambiente, o capitalismo agrário na essência do seu discurso modernizador e progressista. São organizados usualmente em parceria com órgãos municipais, como as prefeituras e as secretarias de cultura, para disseminar as inovações tecnológicas, realizar leilões e negociações, além de territorializar a ideologia do capitalismo agrário na população atraída também por atividades culturais. As atividades culturais, em sua maioria, são encabeçadas pelo sertanejo pop da indústria cultural capitalista da homogeneização.

A campanha “Sou agro”³ é “uma iniciativa multissetorial de empresas e entidades representativas do agro brasileiro” e vai no mesmo sentido das feiras *agrishows* e suas extensões, mas com um potencial de prejuízo muito maior para os territórios anti-capitalistas e camponeses. Dentre os parceiros que patrocinam essa campanha estão a ABAG (Associação Brasileira de Agrobusiness), Vale, Cargill, Bunge, ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu), ABRAPA (Associação Brasileira de Produtores Algodão), Bracelpa (Associação Brasileira de Celulose), UNICA (União da Indústria da Cana-de-açúcar) e Aprosoja (Associação de Produtores de Soja e Milho).

Essa campanha também está intimamente ligada à rede de debates “ambientais” Rio +20 e a alguns artistas conhecidos pela população brasileira, vinculados a rede Globo de televisão, como Lima Duarte e Giovanna Antonelli, no intuito de divulgar os conceitos do agronegócio em comerciais e projetos de difusão de marketing. No Encontro Rio+20, o “Sou agro” se fez presente denominando-se como um movimento social em prol da população brasileira, para que esta veja seu potencial e sua realidade em produzir e ser “sustentável”. Quando de fato, o que acontece é que o agronegócio, ao mesmo tempo, que produz milhões de toneladas de *commodities*, também gera, em escala muito maior, a desigualdade social na concentração fundiária e de riquezas, consequentemente, torna seu conceito “sustentável” como algo insustentável socialmente.

Na propaganda denominada “Gente”, realizada pelo ator, Lima Duarte, o conceito cunhado é o do agrocidadão, que colabora com o agronegócio, apoiando a sua produtividade. O artista chega a perguntar na peça publicitária: “o arroz e feijão de todo dia, como foram parar aí?! foi alguém que semeou, adubou, colheu, beneficiou e distribuiu”. A questão é que enquanto ele diz as palavras “semeou, adubou, colheu, beneficiou e distribuiu”, aparece, ao fundo, a imagem da monocultura da cana e um treminhão transportando a mesma. Nas cenas seguintes são expostas as imagens das culturas da soja e do algodão em grande escala, e o ator finaliza o seu texto com o “ser agrocidadão”. Torna-se claro que essa propaganda remete ao fetiche do território capitalista, pois empresas que estão ligadas ao agronegócio da soja, celulose, gado e cana não podem estar interessadas em produzir alimentos que visem à segurança alimentar da população, e muito menos, a soberania alimentar do povo brasileiro.

A atriz, Giovanna Antonelli, declara no texto da propaganda, intitulada “Fazenda”, que todo brasileiro é proprietário de uma fazenda. Durante a passagem do texto, ela busca objetos e ações cotidianas para expor quão é bom estar orgulhoso de consumir os produtos do agronegócio brasileiro. Giovanna Antonelli começa sua fala com “o pomar, o gado de corte e soja” que estão na cozinha, quando lê um livro, a atriz diz: “aqui tenho uma floresta plantada”, com um cobertor no quarto feito de algodão, ela anuncia: “tenho uma fazenda de

³ Uma campanha iniciada no ano de 2012, impedida na continuidade de sua veiculação por não veicular o setor que representa de forma explícita. Informações coletadas e vídeos assistidos foram postados no site da campanha “Sou Agro”. E podem ser visitados no seguinte link: <http://www.souagro.com.br>

algodão em casa”, ou quando abastece seu carro afirma: “tenho também uma fazenda de cana”. Ela termina o texto dizendo: “eu amo essa fazenda chamada Brasil”. O conceito embutido nessa propaganda é o de “agrobrasileiro”, que sugere aproximação da população com a realidade do agronegócio, e com essa intenção, indica a necessidade de que as pessoas se sintam parte do papel brasileiro de país agro-exportador e de uma economia de *commoditização*.

Outra propaganda recentemente veicula, especialmente a partir de agosto de 2013 da “Caixa Crédito Rural”, uma parceria entre o Banco Estatal Caixa Econômica Federal e o agronegócio brasileiro, apresentada pelos cantores Paula Fernandes e Almir Sater. Os conceitos apropriados vão ao encontro do que já identificamos como base do agronegócio, é citado em um dos comerciais: “unindo a modernidade aos antigos costumes do campo”, além do conceito frequentemente expressado nos outros comerciais e pelos próprios ruralistas, o conceito de “produtor rural” atrelando no imaginário popular uma história romântica de “legítimos detentores do campo e responsáveis pelo crescimento do país” (CUBAS, 2012).

O território imaterial do agronegócio evidentemente obedece ao metabolismo social do capital e sua lógica incontrolável e destrutiva. Esse raciocínio deriva da razão econômica, da apropriação da natureza e do trabalho do homem, enquanto fator motriz de dominação pelo estranhamento e pela alienação (THOMAZ JR, 2009). A imaterialidade da identidade cultural no seu território imaterial é uma questão recente. Ela detém o objetivo de expandir o discurso do novo e do moderno mediante os *agrishows* e rodeios, além da força da territorialização das monoculturas e da manutenção do *status quo*, fundamentado no latifúndio. Assim, dá-se a disputa territorial entre o campesinato e o agronegócio, não somente no embate físico e material, mas muito no campo imaterial da disputa da territorialização dos paradigmas no particular e, especialmente, no público.

O contraste a isso é a sobreposição do território do campesinato, respaldado na questão agrária mal resolvida e da concentração fundiária e de renda. O vermelho, antigamente disseminado nos jornais como o “perigo comunista” (CUBAS, 2009), considerado uma ameaça, passa a representar luta e resistência, enquanto a agricultura camponesa e a diversidade apresentam uma ampla possibilidade de distribuição de terra e renda mediante o processo de Reforma Agrária. A cultura camponesa é territorializada pela cultura caipira, mas também por atividades culturais relacionadas ao rompimento com o sistema (CUBAS, 2010). Essa contradição se dá no território e expressa os signos e símbolos da questão agrária paulista, de um lado, uma tentativa de dominação atrelada muitas vezes ao Estado, e de outro, a luta pela terra e na terra com o intuito de fortalecer o território camponês. O território imaterial camponês é estabelecido e fortalecido com estratégias materiais, como as ocupações, acampamentos e assentamentos, como também com estratégias imateriais, como manifestações, identidade cultural, tradições, ritos etc.

A imprensa e a representação no campo paulista

A territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato e vice-versa, logo, a ocupação é uma forma política de objetivar os esforços do campesinato. Considerando que trabalhamos com o conceito de movimentos socioterritoriais, com o pressuposto de que a terra é o seu trunfo (RAFFESTIN, 1993), o território como fim, as ocupações e os acampamentos são o meio estratégico mais eficiente que esses movimentos conseguiram desenvolver para terem acesso ao seu território, instaurando as relações não-capitalistas de produção. A ocupação então se torna a forma de ressocialização do camponês, segundo Fernandes (2008).

Sampaio (2005) relata aspectos relacionados à imprensa e que legitima determinados territórios, influenciando na territorialização dos camponeses ou ruralistas.

A imprensa sempre teve grande importância ao acompanhar o desenrolar dos fatos cotidianos, sejam eles políticos, sociais e culturais da sociedade,

onde a escrita desempenha forte referência existencial. Na verdade, a imprensa, notadamente, a parcela conhecida por jornais, pasquins ou tablóides exerce o papel de documentar estabelecer Juízo de valor, ou seja, formar a opinião pública de acordo, muitas vezes, com a verdade que lhe parece a “verdadeira” (p. 8).

Nesse sentido, concordamos com a autora, pois a produção do discurso jornalístico no espaço dá-se para atender interesses dominantes, que tratam de se perpetuar e manter privilégios por meio de tempos. Então, é necessário entendermos o discurso como um elemento que ajuda a ordenar esse arranjo espacial de classe dominante, reproduzindo sua ideologia e do seu contra-discurso, procurando destruir o discurso dominante a respeito da realidade posta e imposta. Também precisamos considerar que todos os tipos de discurso são parciais, expõem seus interesses, direta ou indiretamente. Entretanto, o contra-discurso, também parcial, demonstra a sua leitura e atua no sentido da denúncia, da construção ideológica de que vivemos num sistema que não tem na sua essência o desenvolvimento social, sustentável e/ou trata como importante a reforma agrária.

A linguista Lucília Romão (2002, p.21) esclarece que:

[...] desse modo, fica marcado que o discurso será entendido e tomado aqui como efeito de sentido demarcado pelas relações sociais entre classes na permanente disputa pelo poder (e pelo poder de dizer). Por consequência, as posições-sujeito, remetendo a esses interesses de classe, abrem um confronto discursivo, quando observo o discurso sobre a terra.

E acrescenta em outro trabalho sobre a ideologia e análise discursiva:

[...] sabemos que a interpretação é uma questão ideológica, vinculada à ideologia das instituições dominantes e, sendo a escola uma instituição, a interpretação deixa de ser “um ato de vontade própria” e continua ligada a uma classe que controla os sentidos que podem e devem ser lidos e os fixa como dominantes e cristalizados em algumas instituições. Ideologia, aqui, deve ser entendida como um mecanismo de naturalização do sentido (Pêcheux, 1969), isto é, algo que faz parecer natural atribuir determinados sentidos às palavras, em um dado contexto sócio-histórico, e não outros, pois a ideologia estabelece o sentido único, que passa a ser o “sentido literal”, ao qual se pode atribuir uma leitura (interpretação) homogeneizante. Não concordando com isso, pois a análise discursiva entende que as palavras não significam por si mesmas, mas, sim, que o sentido das palavras depende da sua inscrição na história (ROMÃO, 2002)⁴.

A sociedade é composta por indivíduos, e os mesmos reproduzem a memória histórica de acordo com a sua formação, sua posição em relação ao discurso dominante e seus interesses. A representação desse discurso dominante tenta tornar universal algo que na sua essência é singular e individual. Como ressaltamos acima, é importante perceber o sentido das palavras na sua inscrição histórica e espacial, percebendo a dinâmica dos acontecimentos na espacialização do campesinato e dos ruralistas.

No levantamento do acervo, notamos a predominância das representações positivas dos ruralistas nas reportagens, e especulamos que a grande imprensa não fez um papel de alimentar a representação dos sem-terra como camponeses. Pelo contrário, a tendência observada foi a de diminuir sua capacidade como agricultor, ao verificar o isolamento do discurso do agronegócio na imprensa e compará-lo a sua força de determinar a territorialização dos camponeses e ruralistas durante o período investigado (CUBAS, 2009).

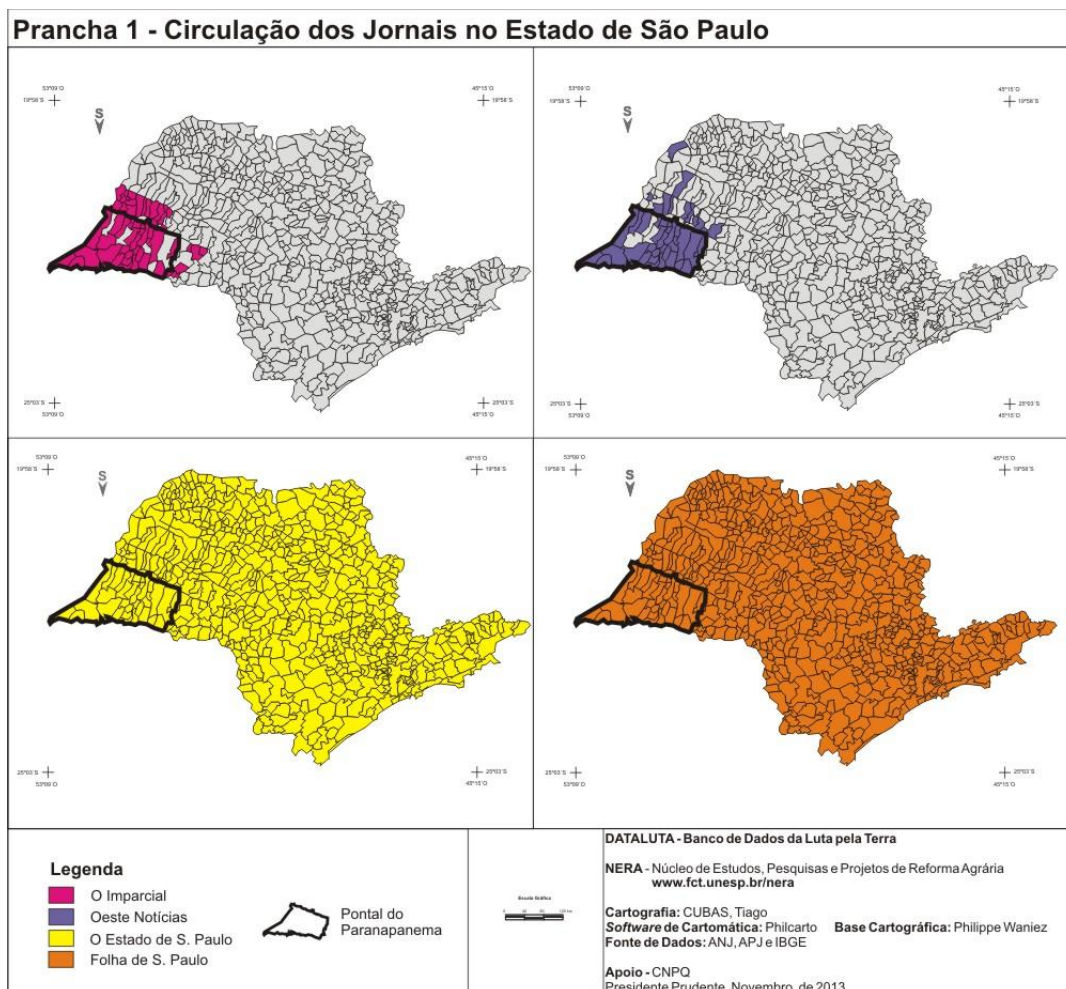
⁴ É importante no trabalho de Romão (2002) evidenciar a existência de ideologias dominantes que procuram tornar singular e único o discurso histórico-geográfico, contudo, ideologia não é algo exclusivo para dominação, ela também serve para emancipação como veremos na sequência.

Esses momentos históricos de conflitos que se revelam também na espacialização das ocupações serão analisados em nosso trabalho a partir de dois temas. O primeiro é relacionado à diversidade de perspectivas da imprensa paulista, especialmente, a distinção entre a mídia dominante (empresas grandes, como *O Estado de S. Paulo* e *A Folha de S. Paulo*) e a mídia subalterna (como as organizações populares, como *O Brasil de Fato* e *Jornal Sem Terra*). O segundo é a alinhamento e a influência dos paradigmas da Questão Agrária (FERNANDES, 2007, 2008 e 2009). Vislumbra uma questão agrária como essência das problemáticas ligadas a terra, onde as disputas territoriais são inerentes ao processo de Reforma Agrária e as conflitualidades e contradições estão presentes nas análises das desigualdades sociais geradas pelo sistema e do Capitalismo Agrário (ABRAMOVAY, 1992). Não passa dos limites do sistema capitalista, pois propõe uma questão agrária já superada e um desenvolvimento territorial rural baseado no desenrolar da agricultura capitalista modernizada, tecnológica e altamente produtiva.

Apresentamos alguns aspectos sobre a mídia corporativa capitalista nos dias de hoje:

[...] a grande mídia constitui, hoje – com todas as suas complexidades, os seus paradoxos e suas contradições –, uma coluna de sustentação do poder. Ela é imprescindível como fonte legitimadora das medidas políticas anunciadas pelos governantes e das “estratégias de mercado” adotadas pelas grandes corporações e pelo capital financeiro. Constrói consensos, educa percepções, produz “realidades” parciais apresentadas como totalidade do mundo, mente, distorce os fatos, falsifica, mistifica – atua, enfim, como um “partido” que, proclamando-se porta-voz e espelho dos “interesses gerais” da sociedade civil, defende os interesses específicos de seus proprietários privados (ARBEX, 2003).

Segundo Arbex (2003), esses jornais atuam no sentido de camuflar as particularidades do contra-discurso, assim colocam as suas visões e reproduções como “seguindo a opinião pública” e não como guia, muitas vezes, da opinião pública. Em seguida, demonstramos a Prancha 1 com a distribuição dos jornais que serão analisados no território paulista.



Observando a Prancha 1, vemos os periódicos de maior circulação no Estado de São Paulo que são *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo*. O primeiro foi fundado no século XIX, foi fundado no século XIX, pela família Mesquita, que sempre teve raízes fortes no segmento dos agricultores capitalistas da classe dominante. Esse jornal se manteve nas mãos dessa família, apoiou a causa da Tríplice Entente na Primeira Guerra Mundial, em 1924 e esteve junto ao Levante Tenentista. Posteriormente, sustentou a perspectiva da candidatura de Vargas, que só assumiu após a “revolução” de 1930, momento que inclusive o jornal apresentou a chamada dessa “revolução” como o fim do regime oligárquico. Logo depois, apoiou a “revolução” constitucionalista de 1932 contra o governo Vargas. Foi veementemente avesso ao governo de João Goulart, e um animado apoiador da Ditadura Militar, até que começou ser alvo de censura pelo regime nos anos 1970. Após isso, sofreu uma reformulação, quando Augusto Nunes (Diretor de Redação na década de 80) e Ruy Mesquita, pertencente ao grupo Estado (Presidente do *O Estado de S. Paulo* a partir da década de 90), passaram a integrar esse grupo (MARTINS FILHO, 1997).

A *Folha* foi fundada em 1921, e, historicamente, transformou suas concepções e princípios no sentido de apoiar situações contraditórias. Contrária de modo situacional, mas não ideológica de fato, ao Estadão, apoiou a Situação (candidatos) em 1930 e foi fechada em consequência da vitória de Vargas. Como o Estadão, criticou Goulart e apoiou o regime de Ditadura Militar, inclusive sua política de abertura e mudança gradual para democracia. Na década de 1980, assumiu a postura de apoiar os movimentos sociais, lutando pela redemocratização mais rápida e completa, inclusive atuou na campanha das “Diretas já”, desde sua compra pelos empresários, Carlos Caldeira Filho e Octavio Frias de Oliveira, em 1962. Afirmou-se enquanto jornal ligado ao capitalismo financeiro e a construção civil (SOUZA, 2005). A partir dos anos 1980, os donos do jornal começaram a trabalhar contra os

seus redatores e colunistas que eram ligados à esquerda, dispensando-os e formando uma organização com traços fortes com interesses do capital agrário.

Os jornais *O Imparcial* e *Oeste Notícias* também são dispostos no sentido de defender o território capitalista agrário. Isso foi notado principalmente quando tivemos a oportunidade de entrevistar em 2011 os editores chefes, de *O Imparcial* e do *Oeste Notícias*. Eles afirmaram a respeito da carta de princípios dos jornais no sentido de manter “distância dos acontecimentos”, de modo que, quando noticiam assuntos polêmicos sobre as mobilizações e ocupações de terra, esses figuram como uma afronta ao bem-estar social e expressam a opinião da construção ideológica dos jornais nas suas linhas e entrelinhas. Isso ocorre mesmo que os periódicos defendam ou tentem alcançar a imparcialidade, mesmo que essa seja perseguida de forma contraditória⁵.

Villaça (2009) ainda nos informa que apesar de *O Imparcial* e o *Oeste Notícias* serem jornais rivais, eles mantêm a perspectiva de lutarem a favor do interesse do ruralista. O *Imparcial* foi fundado em 1939 e tem como seus proprietários atuais, Mário Peretti, Adelmo Vaballi e Deodato Silva. Esse jornal tem ligações com um quadro de jornalistas pertencentes a várias agências relacionadas ao capital financeiro (SOUZA, 2005). O *Oeste Notícias* pertence ao Grupo de Comunicação Paulo Lima, vinculado ao agronegócio pelos elos com a bancada ruralista no congresso federal, onde atuou como deputado estadual e seu pai, Agripino Lima, como prefeito de Presidente Prudente e latifundista da região (VILLAÇA, 2009). Observamos no trabalho de Villaça (2009) características e coalizões interessantes para entendermos as relações entre a UDR (União Democrática Ruralista) e os jornais, no caso o *Oeste Notícias*.

Nascia, já nos anos 90, uma parceria entre as organizações Globo, onde se inclui o jornal *O Globo*, com a sua afiliada na região de Presidente Prudente, a TV Fronteira, e com o grupo de comunicação da família Lima, detentora do jornal *Oeste Notícias* e grande proprietária de terras na região, ligada à União Democrática Ruralista (UDR). Entidade representativa da camada mais tradicional e reacionária do patronato rural, a UDR foi recriada no ano de 1995, justamente na região do Pontal do Paranapanema. Esta instituição ressurgiu representando cerca de 300 fazendeiros da região, pertencentes a grupos que estavam adormecidos e que começaram a se reorganizar, dentre eles o MDV (Movimento Direita Volver), integrado por antigos militantes do extinto Comando de Caça aos Comunistas (CCC), e a TFP (Tradição, Família e Propriedade). As medidas tomadas por esta entidade classista visavam a proteger os proprietários do processo de desapropriação de terras devolutas para reforma agrária. Desde então, a UDR assumiu a defesa intransigente da grande propriedade e além do habitual recurso à violência, desenvolveu uma campanha sistemática por meio da imprensa para divulgar suas concepções de mundo, valores, memória e seu papel no desenvolvimento econômico do país (VILLAÇA, 2009, p. 24).

Assim, a hipótese inicial é a representação dos ruralistas como detentores legítimos das propriedades no Pontal do Paranapanema e também como uma classe unida e legitimada da “modernização e progresso” do campo paulista. Entretanto, podemos notar também ao longo da história, por fatores peculiares da conjuntura social e agrária relacionado aos agentes históricos, no discurso e a representação desses jornais, certa simpatia com os camponeses. Mesmo assim, constantemente, os movimentos socioterritoriais e o campesinato são julgados por esses meios sob aspectos de “criminalidade”.

Essa hipótese é levantada devido à experiência tida durante a graduação com projeto intitulado: “Análise das representações dos ruralistas e camponeses no estado de São Paulo, de 1998 a 2008, a partir do acervo *DATALUTA Jornal*” e também ao

⁵ Entrevistas com o editor chefe do *Oeste Notícias*, em 7 de Abril de 2011 e a editora chefe de *O Imparcial*, em 12 de Abril de 2011.

acompanhamento da luta pela terra. Observando, especialmente, os sujeitos que transformam a realidade e como a imprensa capitalista representou, e ainda representa, a questão agrária brasileira e paulista, entendendo que as comunicações (mídia) em todo mundo trazem novos elementos na atualidade, como nos diz Harvey (2006):

O sistema da mídia e das comunicações e sobretudo, a chamada “revolução da informação”, produziram algumas mudanças importantes na organização do consumo e da produção, bem como na definição de desejos e necessidades integralmente novos. A “desmaterialização do espaço” no campo das comunicações, que é hoje o estágio avançado a que se chegou, teve como origem o aparelho militar, tendo no entanto sido apropriada imediatamente pelas instituições financeiras e pelo capital multinacional como meio de coordenar suas atividades instantaneamente no espaço. (p. 90)

A concentração de capital e o poder dos meios de comunicação vêm se tornando um problema cada vez mais grave para a tentativa de compreendermos vários mundos. Esse fato é acompanhado pela ideia de revolução da informação e isso fortalece a globalização, chamada perversa, que se desdobra na cultura massificada.

As representações da grande imprensa na configuração do território brasileiro e paulista, em evidência o Pontal do Paranapanema

Os territórios se formam e se codeterminam a partir das relações humanas mediadas pelas relações de poder, vislumbradas nas correlações de força. O território só existe a partir das relações humanas, das ações humanas no espaço e no tempo que se desdobram, por meio das vontades realizadas ou reprimidas, legitimadoras ou emancipatórias, no conteúdo e na forma territorial. Por isso, os interesses antagônicos que estão no seio da luta de classes se *des-re-territorializam* de maneira multiescalar e multiforme. Esses interesses perpassam do indivíduo ao Estado (RAFFESTIN, 1993), passando pelas classes sociais, territorializando suas vontades nos campos da economia, cultura e política, refletindo, de fato, no ambiente social.

A luta de classes não é somente uma luta física, mas também é metafísica, transcende o material e acontece também no âmbito imaterial através dos paradigmas (visões de mundo que se territorializam em ações individuais e coletivas). Os paradigmas refletem ideologias distintas que disputam territórios no espaço das ideias, disputam conceitos, disputam projetos, disputam políticas e, por isso, também disputam a realidade. Então, a maneira como construímos a realidade e a partir de que instrumentos e estratégias a construímos, explica que interesses estão desenhando de fato o território e qual a intencionalidade ali explícita ou implícita podemos visualizar. Como um exercício para pensar a intencionalidade e os paradigmas, vamos a Figura 1.

Figura 1 – Os Olhares Paradigmáticos Sobre a Realidade Agrária

Org: CUBAS, Tiago.

Nos distintos territórios da luta de classes temos o território de relações capitalistas que reflete o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o territórios de relações não-capitalistas que reflete o Paradigma da Questão Agrária (PQA), em que concorrem conceitualmente, segurança alimentar *versus* soberania alimentar, desenvolvimento sustentável *versus* diversidade produtiva, biocombustíveis *versus* agrocombustíveis, agricultura/empresa familiar *versus* agricultura camponesa, entre outras, o modo de produção e vida capitalista *versus* modo de produção e vida camponesa. Quer dizer, o olhar do PCA apresenta aquela realidade como discurso único e possível, já o olhar do PQA apresenta outras facetas da realidade e não ignora a possibilidade de outros discursos e representações.

Ora, quando falamos da representação, a entendemos como simples e complexa ao mesmo tempo. A representação pode ser um espelho da realidade, do mundo material, ou mesmo, uma foto, por exemplo. Mas, observadores das artes e dos textos, desde os tempos de Aristóteles vêm analisando como as formas de representação – imagens, discurso, signos, símbolos, narrativas – são, como interpretações da realidade, longe de ser espelhos dela. Neste sentido, a representação é complexa e no mundo das relações de poder que a luta pela terra é, sua imagem criada na imprensa é filtrada por interesses poderosos. É nosso argumento de que, de modo geral, a grande imprensa vê a luta pela terra com óculos ideologicamente tendenciosos ao PCA. É fundamental sabermos que as suas representações da realidade são assim limitadas, pelo espaço que tem para essa representação, contudo, a mesma (imprensa) prefere (por princípios e seus regimentos) estabelecer-se a favor da lógica dominante. Já, quando desconstruímos a realidade exposta nas notícias, fazemos valer a perspectiva teórica da Geografia Crítica que desvende as lacunas do território do capital e legitima o PQA.

A partir disso, vamos a duas análises realizadas no intuito de desvendar alguns aspectos da representação da grande imprensa sobre a realidade da questão agrária e os conflitos, conflitualidades e estereótipos ali embutidos.

Chapéus das notícias e a ideologia da grande imprensa

Os jornais auxiliam na formação da identidade cultural e partir da realidade material da luta criam territórios imateriais, que por sua vez, influenciam na criação de outras territorialidades, além de reafirmar e legitimar o território e as relações de poder vigente no mesmo. Isso sem mencionarmos o território material dos jornais – o tamanho, enfoque, fotos, chamadas e chapéus de notícias, a evidência dada a algum personagem ou a personificação da luta em algumas pessoas – que explora os fatos reais como uma história

narrada, buscando expor seu ponto de vista singular, como algo universal. Souza (2005, p. 165) reforça essa perspectiva e coloca que “ao analisarmos o espaço e um território a partir da dimensão do discurso, buscamos ampliar a compreensão de um espaço de lutas como o do Pontal do Paranapanema, tanto no seu processo de ocupação, como em seu processo de produção”. Temos a leitura geográfica do território a partir de sua produção territorial e também simbólica, que legitima as relações de poder inscritas no mesmo.

A diferença de representação é clara a partir que alguns pontos básicos: 1) sejam agentes sociais relacionados ao conflito em pauta; 2) a abordagem distinta desses agentes sociais, baseada também na sua posição em relação ao discurso dos jornais; 3) aspectos que fogem ao cotidiano das ocupações são mais representados e recebem destaque nas páginas dos jornais (CUBAS, 2009, p. 71).

A imprensa então representa no território o que entende como relações sociais e como as suas verdades, ela expõe a partir desses aspectos a sua visão da realidade, o que não faz transparecer que ela seja totalmente parcial e intencional. A luta pela terra tem na imprensa a sua representação e também a formação e legitimação de territórios.

Podemos observar que durante os 23 anos (1988-2010) de luta pela terra no Brasil, e nos vinte anos (1991-2010), no Pontal do Paranapanema, de acordo com dados do *DATALUTA Jornal*, o tratamento e a representação pela mídia em relação aos camponeses e ruralistas mudaram. A conjuntura econômica e política transformaram o enfoque da imprensa, modificaram a realidade exposta nos jornais, e também a importância que adquiriram alguns atores sociais na ótica dos jornais. Na dissertação “Discursos em confronto no território da luta pela terra no/do Pontal do Paranapanema: MST e imprensa”, a geógrafa, Sônia Souza (2005), também observou essas possibilidades de representação de acordo com o contexto político, econômico e social da época. Por outro aspecto, os jornais tentaram e tentam legitimar seu discurso pela voz de advogados, juízes, delegados, que demonstram um possível respaldo da lei, aparentemente, transmitindo para a sociedade como ele sendo algo legal.

Percebemos que a grande mídia, *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, não procurou representar todas as situações de um evento, mas optou por representar posições, criando territórios de disputa em meio a opinião pública. A imprensa corporativa, complementada em nossa análise pelo *Oeste Notícias* e *O Imparcial*, é uma fonte legitimadora do capital financeiro, e assim, dá apoio ideológico para legitimar o paradigma do capitalismo agrário (CUBAS, 2009 e 2012).

A representação e a cobertura, detalhada do evento, são feitas pelos jornais regionais, em razão, principalmente, da sua localização espacial em relação aos conflitos, pois o *Oeste o Imparcial* estão sediados em Presidente Prudente/SP, maior município do Pontal do Paranapanema. Sobre o *Estadão* e a *Folha* podemos colocar que a repercussão dessas ações têm larga atenção no que se referem às ocupações. Podemos verificar isso pelo número de reportagens desses eventos que se equivale entre os jornais analisados.

A mudança de tratamento é visível, numa comparação de 1990 a 2009. De 1990 a 1994, a questão agrária era abordada de maneira vaga, além das representações favoráveis as organizações patronais em detrimento dos movimentos socioterritoriais, o que muda 1995 e 1996, quando a imprensa se apropria de alguns eventos para aproximar o leitor da questão agrária. No ano de 1998, os termos questão agrária e Reforma Agrária eram usados deliberadamente nos jornais. Após 2002, o uso dessas expressões continua, mas elas já não são tão representativas nas chamadas das notícias nos jornais analisados, como observamos no Quadro 1.

Quadro 1 – Mudanças Nas Representações Dos Jornais Analisados⁶		
EVENTOS ANALISADOS	CHAPÉUS DE NOTÍCIA (SIGLAS DOS JORNAIS)	CITAÇÕES NOS JORNAIS (REFERÊNCIA DA CITAÇÃO)
1995-1996	Corumbiara (todos os jornais), Chacina (todos os jornais), conspiração (FSP), Eldorado dos Carajás (todos os jornais), massacre (FSP e OESP), Reforma Agrária (ON)	“Depois do conflito que deixou 11 mortos, Faz. Santa Elina, em RO, volta a ser ocupada” (OESP, 1995), “O governo é responsável por esse massacre” (José Rainha, ON, 1996)
1998	Questão agrária (todos os jornais), Conflito fundiário (ON e IMP), Conflito no Pontal do Paranapanema (ON, IMP e FSP); crise no Pontal (ON); Sociedade (FSP); Campo minado (IMP)	“Grileiros e ladrões de terra” (Rainha em relação ao juiz Darci Lopes Beraldo); “Devemos sempre ficar na justiça porque ela tarda, mas chega”, (presidenta da UDR, Tânia Tenório)
2002	Conflito fundiário (IMP), Pontal do Paranapanema (IMP); MST (FSP); Questão agrária (FSP e OESP); Crise no Pontal (IMP); Atrás das grades (ON)	“Podem matar um, dois ou mil, mas a luta vai continuar” (Rainha); Prefeito ditador, comparado a Nero e Hitler (Rainha em relação a Agripino Lima; “impunidade ao vandalismo” (Roberto Gargione Junqueira em relação ao MST); “Bandidos, safados, que ontem estavam bebendo pinga em Pirapózinho” (Agripino Lima em relação ao MST)
2008	Dissidência no campo (IMP); Terra sem lei (OESP, FSP); Reforma Agrária (IMP), Questão agrária (ON, OESP e FSP); Campo minado (FSP e IMP); Carnaval Vermelho (IMP)	“Vandalismo” (Nabhan Garcia em relação as ações do MST); “ações do MST atentam contra o estado de democrático de direito” (juíza Ana Paula Comini S. Asturiano em relação ao MST); “atos ilícitos” (Nabhan Garcia em relação ao MST); “invasão, danos materiais, esbulho possessório e ameaças” (Nabhan Garcia em acusação as ações do MST); “único jeito de chamar a atenção é invadir” (Bispo José Maria Libório)

Legenda: OESP (*O Estado de S. Paulo*); FSP (*Folha de S. Paulo*); ON (*Oeste Notícias*); IMP (*O Imparcial*). **Org:** CUBAS, Tiago.

O Quadro 1 nos mostra sinteticamente o que aconteceu na representação dos jornais em relação aos camponeses e ruralistas numa escala regional com São Paulo e Pontal do Paranapanema, e na escala nacional, Brasil. Esse quadro é baseado no Acervo *DATALUTA Jornal* e sua metodologia⁸. De 1990 a 1994, como já observamos, foi o início da implantação do neoliberalismo no Brasil, e isso repercutiu de forma negativa para os movimentos socioterritoriais. A imprensa noticiava “invasões” em nível de Brasil, e em particular, no Pontal do Paranapanema, a partir de 1991, com a chegada de José Rainha Júnior.

Em 1995, com o massacre de Corumbiara (Rondônia) e 1996, com o massacre de Eldorado dos Carajás (Pará), a luta pela terra é difundida pela imprensa no território imaterial nacional. De acordo com o *DATALUTA Jornal*, onde temos em média, por ano, arquivadas mil notícias sobre todos os temas que envolvem a questão agrária e os seus desdobramentos, somente nos anos de 1995 e 1996, foram quatrocentas notícias sobre o

⁶ Elaboração própria com base em trabalhos anteriores e no acervo *DATALUTA Jornal*.

⁷ Chapéu da notícia é um conceito jornalístico. Ele é utilizado como uma palavra ou termo que se localiza usualmente acima do título da notícia e que sintetiza ideologicamente (fornecendo ênfase) o conteúdo da matéria jornalística.

⁸ Manual *DATALUTA* está disponível no grupo de pesquisas NERA (FCT-UNESP), que inclui a metodologia do *DATALUTA Jornal* desde a seleção temática dos recortes de jornal até o acondicionamento do material.

tema Corumbiara e Eldorado dos Carajás. A imprensa, então, voltou o foco para essa luta, e partir desses eventos, chapéus, como “questão agrária” e “conflito fundiário” começam a aparecer, além de outros, como “chacina”, “massacre” e “Reforma Agrária”.

De 1998 a 2002, os termos “questão agrária” e “fundiário” eram comuns nos chapéus dos jornais. De 2005 a 2008, aparece o termo “terra sem lei”, desaparecendo o termo “fundiário” e a chamada “questão agrária” tem seu uso mais limitado. Em 2008, notamos a volta do termo “campo minado”, utilizado em 1998.

Sobre a chamada “terra sem lei” podemos perceber a expressão da preocupação da burguesia com a falta de governança rural e que essa ausência de governança pode acarretar descontrole do campo. O termo “questão agrária” desapareceu em 2003 e voltou somente no ano de 2008, mas se prestarmos atenção para a análise quantitativa das notícias, esse termo, que anteriormente era utilizado em quase todas as notícias relacionadas à questão agrária, de fato decresce substantivamente nos anos posteriores. Já o termo “fundiário” desaparece da representação das chamadas dos jornais, o que pode significar uma descrença ou o próprio abandono do projeto constitucional de Reforma Agrária.

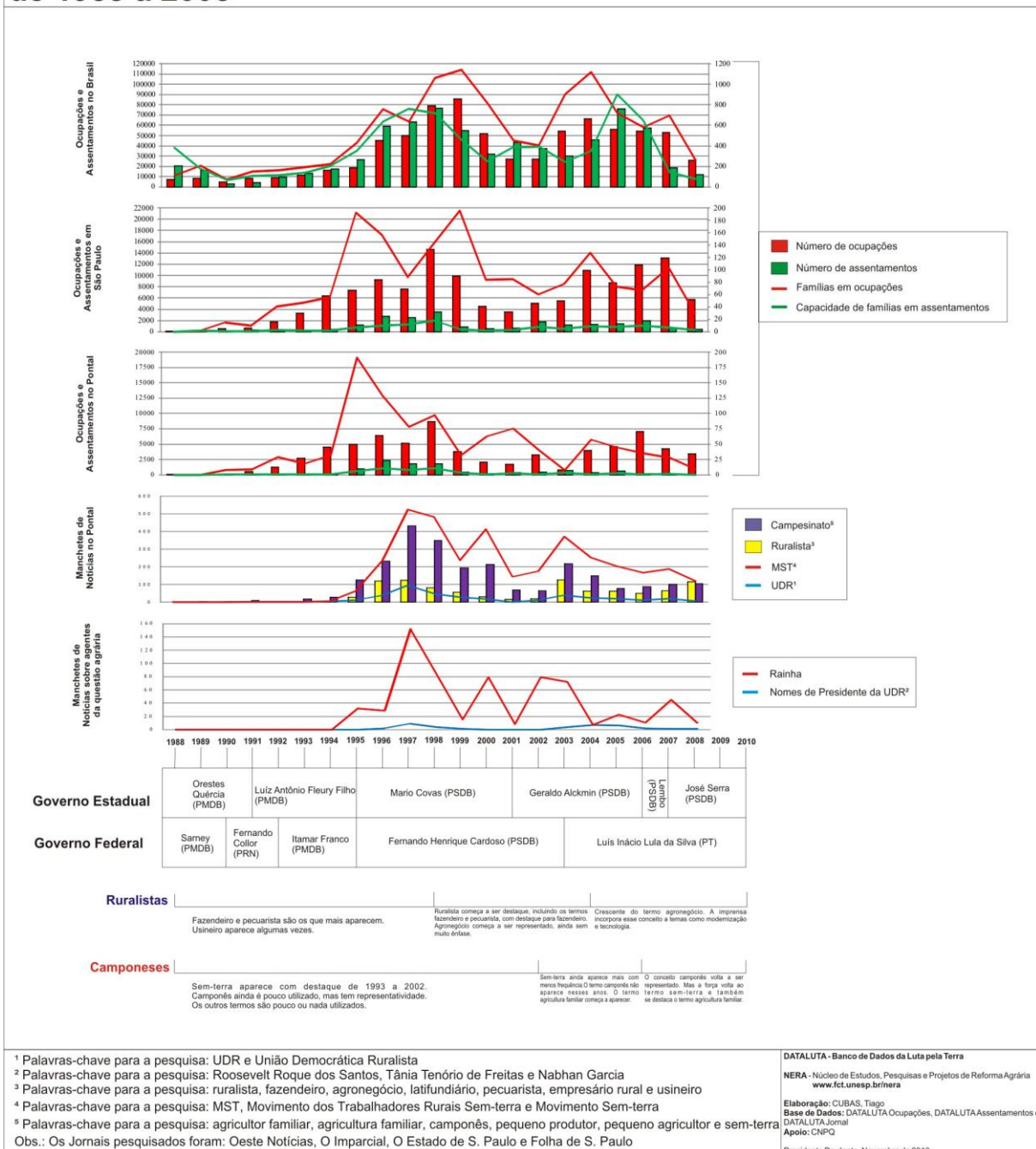
Os jornais auxiliam na formação da identidade cultural e partir da realidade material da luta criam territórios imateriais, que por sua vez, influenciam na criação de outras territorialidades, além reafirmar e legitimar o território e as relações de poder vigente no mesmo. Isso sem mencionarmos o território material dos jornais – o tamanho, enfoque, fotos, chamadas e chapéus de notícias, a evidência dada a algum personagem ou a personificação da luta em algumas pessoas – que explora os fatos reais como uma história narrada, buscando expor seu ponto de vista singular, como algo universal. Souza (2005, p. 165) reforça essa perspectiva e coloca que “ao analisarmos o espaço e um território a partir da dimensão do discurso, buscamos ampliar a compreensão de um espaço de lutas como o do Pontal do Paranapanema, tanto no seu processo de ocupação, como em seu processo de produção”. Temos a leitura geográfica do território a partir de sua produção territorial e também simbólica, que legitima as relações de poder inscritas no mesmo.

As imagens, as representações e os conceitos

As imagens, as representações e os conceitos se entrelaçam histórica e geograficamente na formação das relações de poder no território e na construção da opinião pública refletida na ideologia dominante ou emancipatória. A partir, então, da teoria materialista histórico-geográfica de Harvey (2006) e observando a contribuição do geógrafo, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro (1976 e 2002), podemos pensar uma proposta de análise conjunta entre geografia e história, atrelada ao ritmo que revelam processos e dinâmicas. Monteiro (1976 e 2002) observou a necessidade de encararmos as projeções relacionadas a qualquer tipologia de dados de uma maneira distinta, o que ele vislumbrava como distinta era a possibilidade de sobrepor dados (quantitativos) a uma análise histórica e perceber o processo e o movimento histórico do objeto a ser investigado. A qualidade da análise estaria em investigar e fazer conhecido os extremos e não (somente) as médias. De modo que os extremos refletem também a qualidade e riqueza na análise da história e da geografia, no nosso caso, das ações e conflitos que estão relacionados à questão agrária brasileira e paulista, no que tange as ocupações, assentamentos rurais e a disputa conceitual embutida nas representações jornalísticas. O Quadro Rítmico 1⁹ vai mostrar a possibilidade de compararmos as ações que acontecem na realidade, o movimento da questão agrária e a dinâmica de representação desses territórios pela imprensa.

⁹ Realizamos a construção desse quadro a partir dos dados do DATALUTA, INCRA e ITESP para a luta pela terra; e *Oeste Notícias*, *O Imparcial*, *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, para a representação da luta pela terra, de 1988 a 2008.

Quadro Rítmico 1 - A Representação Jornalística e a Luta Pela Terra de 1988 a 2008



No que tange a uma parte da questão agrária que expressa a conflitualidade, temos a luta pela terra, as ocupações e os assentamentos, e de outro lado, a representação da imprensa, além da contribuição conceitual que temos hoje para compreendermos essa questão agrária. A imprensa passa a ser um outro elemento, que está também no interior da questão agrária, pois ela influencia a formação dos territórios e representa também a disputa territorial entre camponeses e ruralistas. Afirmamos a partir do quadro rítmico e a discussão do conteúdo dos artigos publicados sobre vários conflitos, que o maior nível de atenção dado ao campesinato, o MST, e José Rainha Jr.¹⁰, foi negativo, promovendo interpretações

¹⁰ José Rainha Jr. é capixaba e liderança história na luta pela terra no Pontal do Paranapanema, desde 1991. Foi expulso entre os anos de 2004 e 2007 segundo o MST, com registro noticiado em maio de 2007. Depois disto fundou o MST da Base e continuou ativamente como liderança na luta pela terra. (CUBAS, 2012).

que apresentavam a luta pela terra como agressiva, o camponês retratado como forasteiro, contra a lei, perigoso a ordem estabelecida e os ruralistas eram vítimas e os sem-terra os assaltantes. É assim que a imprensa corporativista e atrelada ao grande capital colaborou para apoiar o paradigma do capitalismo agrário. A formação da opinião pública ajudou a diminuir a elaboração e a implantação de planos e projetos de reforma agrária.

Na análise do quadro, se olharmos de maneira segmentada os três gráficos que representam a quantificação da realidade da luta pela terra, vemos certa proporcionalidade entre a luta (as ocupações) e a reforma agrária (os assentamentos) no nível nacional. Contudo, o quadro rítmico permite uma análise comparativa. No mesmo período, a luta e os resultados na forma da implantação de assentamentos no estado de São Paulo e na região do Pontal são muito distintos em sua desigualdade. Assim, o segundo e terceiro gráficos mostram que a relação entre o estado de São Paulo e o Pontal do Paranapanema contrariam a primeira verdade que estabelecemos para ver o primeiro gráfico de maneira segmentada. As famílias em ocupações e a capacidade de famílias em assentamentos, no estado de São Paulo e no Pontal do Paranapanema, refletem o abismo de que onde há luta, não existe uma resposta adequada na concretização da reforma agrária. É pior ainda pensar que se não houvesse luta e pressão por meio das ocupações, a conquista da terra estaria ainda mais paralisada (ou o processo de reforma agrária estaria ainda mais em retrocesso).

A elevação no número das ocupações e das famílias que estão nessas ações acontece no Brasil, em São Paulo e no Pontal, após 1994 e vão sofrer um leve refluxo em 1995 e 1996. Logo depois, é quando as ocupações voltam com força até o ano de 2001. No período entre 2001 e 2003, as ocupações diminuíram como um todo, porém, as famílias em ocupações permaneceram entre 8000 e 10.000 ao ano para o estado de São Paulo. Após 2003, as ocupações voltam a crescer e, assim por diante, as famílias em ocupações. Com exceção do Pontal do Paranapanema, onde o número das famílias participando proporcionalmente diminuiu em relação ao número de ocupações. Olhando para esse ritmo, em concordância com a conquista dos assentamentos, é nítido (mesmo que sejam poucos) para o estado de São Paulo e para o Pontal, que quando o número de ocupações é alto, o número de assentamentos obtidos passa a ser maior também. A partir dessas colocações, podemos observar como é interessante saber que a repercussão da imprensa paulista, no que tange a questão agrária, está atrelada a luta pela terra no Brasil, no estado de São Paulo e no Pontal. A representação do campesinato é realmente muito maior quando pensamos nessa realidade conflituosa, e como destaque para o MST. Em segundo plano, com a notícias voltadas a parte de produção e “progresso” pela modernização estão os ruralistas e em menor foco, a UDR, que sofre grande refluxo a partir de 1997 até 2008. Outro ponto que destacamos é que quando a imprensa resolve personificar a luta pela terra, José Rainha Jr. se mostra como principal alvo, comparativamente a esse destaque estão os presidentes da UDR. O discurso de Rainha e seu comportamento mais agressivo na defesa dos interesses do campesinato foram utilizados para representar os sem-terra e a Reforma Agrária, bem como a imagem de mal-comportado e que dificilmente mereceria a simpatia e apoio do público.

O território imaterial do capital está constantemente sendo legitimado, principalmente por meio de conceitos que remetem a “progresso, modernização e tecnologia”. De 1998 a 2004, o ruralista começa a ser destaque, incluindo os termos fazendeiro e pecuarista para representar esse segmento. Inclusive, é nesse momento que o conceito agronegócio começa a aparecer nos jornais pesquisados. De 2005 até 2008, vemos uma crescente para o termo agronegócio e usualmente, esse conceito é atrelado pela imprensa aos termos “modernização” e “tecnologia”. Ainda no intuito de fragmentar e desqualificar a luta camponesa aparece o conceito de agricultor familiar, que visa substituir, como pequeno empresário rural a história de luta que tem o conceito de camponês. Qualquer conceito que vislumbre substituir camponês e não elucide a luta histórica por vida e por um modo de vida é dispensável. As linhas do Quadro Rítmico 1 nos faz observar os ritmos históricos da luta pelo território/terra e pelo território/ideia/ideologia marcada nos conflitos fundiários e nas disputas conceituais. E como a história agrária mundial nos ensina, os fluxos e refluxos são parte da construção, adaptação e (re)criação dos sujeitos sociais que visam transformação.

Por isso afirmamos que a história das lutas não acaba por um refluxo dos movimentos socioterritoriais, mas ela reflete geograficamente uma conflitualidade permanente enquanto houver modo de produção capitalista.

Considerações finais

É inquestionável o potencial de influenciar ações e “não-ações” dos estigmas e estereótipos expostos pela imprensa na formação da opinião pública, que desse modo contribui, no seu individualismo, para a legitimação de uma determinada imagem dos movimentos socioterritoriais e dos ruralistas. O enlace, quase novelesco, adaptado na narrativa dos jornais, revela dois sujeitos, os “produtores do campo” estrelando os ruralistas e os “rebeldes do campo” estrelando os movimentos camponeses, se dispersando pelo imaginário social quase como uma doença, e patologicamente chega a cada lar brasileiro como uma epidemia. Essa dualidade é totalmente ignorada do ponto de vista estrutural da questão, então, o que de fato é a expressão profunda da luta de classes e relações de poder se vê veiculado como o conflito pontual por terras, por assistencialismo etc.

Quando selecionamos verdades segmentadas, também fraturamos a realidade. Isso é diferente do método de pesquisa que investiga a fundo um objeto específico, assim é imprescindível entender que o meio discursivo de ordem capitalista forma e legitima determinados territórios materiais e imateriais que dão origem e sustentam formas de poder cada vez mais exploratórias. A representação através da figura e da escrita cria e recria sujeitos segundo a posição de quem está por trás da construção dessa imagem. Por isso, é nossa tarefa dizer que as máscaras sociais e discursivas da imprensa escondem a disputa territorial mais evidente de modos de produção que se desenham social, econômica, política e ideologicamente e como o público encara as questões relativas ao agrário.

Desse modo, se torna necessário outras maneiras de posicionamento discursivo, como o exemplo deste artigo e de tantos outros. Ora, nosso anseio é por subsidiar outras versões às “verdades” do PCA e entender o PQA fomentado na desconstrução de discursos que suspiram e respiram dominação. Discursos esses transformados em territórios na materialidade das ações preconceituosas e exploratórias da burguesia do campo e da cidade, da imprensa, da sociedade alienada e do Estado capitalista, mas que sentem-se incomodados quando a luta pela e na terra confrontam suas “verdades incontestáveis”. O PQA é o território imaterial do camponês, mas também o território imaterial legitimado pelo e para o camponês através da ciência. O conjunto ideológico que conforma esse paradigma reflete na materialidade das ações dos movimentos socioterritoriais em defesa dos subalternos e dos territórios alternativos à lógica capitalista, a isso prestamos serviço no intuito de elucidar e contrariar estereótipos que revelam os absurdos da sociedade capitalista.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

ARBEX, José. Prefácio In: ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

CHAYANOV, Alexander. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CUBAS, Tiago. **Estudo da Contribuição da Imprensa na Representação dos Camponeses e Ruralistas no Pontal do Paranapanema de 1998 a 2008**. Monografia

(Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia da FCT-Unesp. Presidente Prudente, SP, 2009.

_____. **A disputa territorial entre camponeses e ruralistas no Pontal do Paranapanema no início de 2008.** Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos (XVI ENG). Porto Alegre: AGB, 2010.

_____. **São Paulo Agrário:** representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT-Unesp. Presidente Prudente, SP, 2012.

FELICIO, Munir Jorge. **O território imaterial do campesinato.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 18-32, fev., 2010a.

_____. **Camponeses/Agricultores Familiares: Paradigmas em questão.** Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2010b.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. **A ocupação como forma de acesso à terra.** Artigo apresentado no XXIII Congresso Internacional de da associação de Estudos Latino Americanos. Washington-DC, de 06 a 08 de Setembro de 2001.

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. P.173-230. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Sobre a tipologia de territórios.** In: SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério (org). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos, p. 197-215. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Políticas de agrocombustíveis no Brasil:** paradigmas e disputa territorial. [S.l.: s.n.], 2010.

HARVEY, David. **Espaços de esperança.** 2ª Ed. São Paulo: Editora Loyola, 2006.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo.** 3ª. Edição, Revista e Ampliada. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Teoria e Clima Urbano.** Originalmente apresentado ao concurso à Livre-Docência junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP/IG, 1976.

_____. **O mapa e a trama.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo. Contexto, 1997.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **O discurso do conflito materializado no MST: a ferida aberta na nação.** Tese (Doutorado em Linguas) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

SAMPAIO, Ana Martha. A digitalização como forma de conservação e disseminação do acervo de jornais da biblioteca Monsenhor Galvão. IN: ENCONTRO NACIONAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6. , 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005.

SOUZA, Sônia Maria R.. **Discursos em confronto no território da luta pela terra no/do Pontal do Paranapanema: MST e imprensa.** 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

THOMAZ JR, Antônio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI :** (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). São Paulo: [s.n]. 2009.

VILLAÇA, Paulo Ignacio Corrêa. **Imprensa e luta pela terra no Pontal do Paranapanema: do direito de resistência ao fato jornalístico (1995-2002).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense - RJ. Niterói, 2009.

WELCH, Clifford Andrew. **Capitão camponês: Jôfre Corrêa Neto** São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

_____. **Os com-terra e sem-terra de São Paulo:** retratos de uma relação em transição (1945-1996). In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de & PAULILO, Maria Ignes, orgs, História social do campesinato do Brasil. Tomo: Lutas camponesas contemporâneas. Condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Edunesp, 2009b.

_____. **A semente foi plantada:** as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

Recebido para publicação em 26 de fevereiro de 2013

Devolvido para revisão em 15 de setembro de 2013

Aceito para publicação em 04 de novembro de 2013

Movimento social e Geografia: contribuição ao debate¹

Cloves Alexandre de Castro

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Mestre, Bacharel, e Licenciado em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente
Professor de Geografia da Prefeitura de São Paulo, na EMEF “Almirante Ary Parreiras”
e-mail: clovesacastro@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo pretende ser mais uma contribuição para o debate acerca da temática dos movimentos sociais na Geografia na perspectiva de propor olhares sobre a construção e a ação dos movimentos sociais no Brasil, como também perceber como tais práticas sociais contribuíram para a produção da Geografia brasileira nos últimos trinta anos no que se refere aos seus objetos e práticas teórico-metodológicas.

Palavras-chave: Geografia, espaço, movimento social, movimento socioespacial, movimento socioterritorial.

Abstract

Geography and social movements: a contribution to the discussion

This article intends to be a further contribution to the discussion on the theme of social movements in Geography, from the perspective of proposing views on the construction and action of social movements in Brazil, but also understand how such social practices contributed to the production of the Brazilian Geography in the last thirty years regarding to its objects and theoretical and methodological practices.

Keywords: Geography, space, social movement, socioespacial movement, socioterritorial movement.

Résumé

Mouvement social et Géographie: contribution au débat

Cet article se veut une contribution supplémentaire au débat sur le thème des mouvements sociaux de la géographie du point de vue de proposer des regards sur la construction et l'action des mouvements sociaux au Brésil, mais aussi comprendre comment ces pratiques sociales ont contribué à la production de la géographie brésilienne les trente dernières années en matière de ses objets et de ses pratiques théoriques et méthodologiques.

Mots-clés: Géographie, espace, mouvement social, mouvement socio-spatiale, mouvement socio-territoriale.

¹ Este artigo é parte revisada do primeiro capítulo da nossa tese “Movimento Socioespacial de Cursinhos Alternativos e Populares: A Luta pelo Acesso à Universidade no Contexto do Direito à Cidade”, defendida em Dezembro de 2011, financiada pela CAPES.

Introdução

Este artigo é parte de reflexão contida em nossa tese de doutorado em Geografia defendida na UNICAMP em 2011. Nele apresentamos um recorte dos estudos sobre movimentos sociais no Brasil produzido por geógrafos a partir da década de 1980. Por meio dos trabalhos de SANTOS (2006) e PEDON (2009), discutimos algumas produções que compõem respectivamente as “Geografias da organização dos movimentos sociais”; as “Geografias das lutas sociais” e as “Geo-grafias dos movimentos sociais”.

Ao longo de nossa reflexão procuramos ter o cuidado de contextualizar a ascensão do interesse pelos estudos dos movimentos sociais pela Geografia brasileira com as conjunturas vivenciadas pela nossa disciplina, no que se refere ao profícuo debate teórico-metodológico que desencadeou a ruptura epistemológica que no Brasil deu origem ao Movimento de Renovação da Geografia, e, à conjuntura política brasileira que produziu experiências socioespaciais que culminaram nos chamados novos movimentos sociais e no processo de redemocratização do país.

Tais contextos, no nosso modo de ver, contribuíram significativamente para avançarmos nas abordagens sobre movimentos sociais enquanto ciências sociais e, ao mesmo tempo, avançar nos debates epistemológicos na Geografia por meio da compreensão dos movimentos sociais como categoria geográfica e o esforço de proposição de categorias geográficas para a leitura dos movimentos sociais.

O despertar da geografia para os movimentos sociais

A concepção de movimento social que orienta este artigo é a de ação coletiva organizada cujo objetivo é a contraposição e superação das contradições produzidas por questões estruturais das sociedades de classes, cujo motor é a apropriação do trabalho pelos agentes do capital, por meio da sujeição política e cultural daqueles que vivem da venda do próprio trabalho (SANTOS, 2008). Essa relação produz distintas realidades espaciais, seja consubstanciada às ações dos movimentos sociais, seja relacionada aos espaços habitados na cidade e suas estruturas desiguais, ou mesmo às diferenciações expressas nas paisagens, que desnudam sobreposições de técnicas. Para Marx, trata-se da acumulação de gerações de trabalhos mortos resultantes de diferentes estágios da produção social de uma sociedade (SANTOS, 1999).

Geógrafos estudando movimentos sociais no Brasil não são um fato novo. Oliveira (1991, p. 9) arrola os trabalhos de Orlando Valverde e Manuel Corrêa de Andrade sobre a questão agrária e os movimentos camponeses das décadas de 1950 e 1960. Nelson Rodrigo Pedon (2009) lembra-nos dos estudos de Manoel Correia de Andrade e Josué de Castro. Ambos, em seus trabalhos, debatem a realidade brasileira, particularmente a nordestina, fruto da gritante desigualdade originada da estrutura agrária secular baseada nos grandes latifúndios. Estes autores nos apresentam uma região explosiva onde alguns sujeitos sociais lutam e se articulam para superar a miséria por meio da organização camponesa contra os interesses dos latifundiários e usineiros associados ao capital internacional que operam por meio do discurso regionalista a construção e o discurso da região (CASTRO, 1992).

Publicadas respectivamente nos anos de 1963 e 1964, as obras de Manoel Correia de Andrade (*A terra e o homem no nordeste*) e Josué de Castro (*Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva*) abordam de formas diferenciadas as causas e a realidade (ainda contemporânea) do campo brasileiro. Seus trabalhos acerca dos movimentos sociais são considerados pioneiros na geografia brasileira, seja por tratarem de uma realidade social retratada pelo ângulo dos explorados (PEDON, 2009), seja, principalmente, por relatarem as lutas organizadas desses explorados (sem terras, posseiros e migrantes) contra as forças determinantes da sua condição de explorados.

A conjuntura política no Brasil dos anos 1970 foi pautada pela crise do milagre econômico; extrema exploração do trabalho; rearticulação dos movimentos operário e

popular e lenta abertura política conduzida pela ditadura militar. Esse processo construiu as condições ideais para a emergência de novos sujeitos sociais e suas representações. Os movimentos advindos dessas condições exerceram significativas influências sobre o conjunto das disciplinas que formam as ciências sociais, em seus objetos e nos seus sujeitos. A geografia não ficou imune.

Os primeiros estudos geográficos sobre a temática em questão, produzidos na esteira da conjuntura do final da década de 1970, foram influenciados pela produção de cientistas sociais e filósofos europeus que introduziram nas suas reflexões e preocupações acerca dos significados do espaço no processo de produção da sociedade. Se, de um lado, a análise espacial nunca foi monopólio da geografia, tampouco as reflexões sobre os movimentos sociais deve ser atributo apenas da sociologia. Tal compreensão contribuiu para aproximar no interior das ciências sociais disciplinas como geografia, história, sociologia e economia.

Embalada pelo movimento de renovação da geografia brasileira, que deu origem no Brasil à chamada geografia crítica, aquela geração de geógrafos “bebeu” um intenso e profícuo debate produzido na década de 1970 em torno do espaço como categoria analítica. Filósofos, sociólogos e geógrafos tiveram como ponto de partida os movimentos que fizeram do ano de 1968 o marco histórico da percepção de que apenas a análise temporal não é suficiente para uma leitura fiel da realidade. Em menos de uma década se produziu e se disponibilizou fértil cabedal teórico acerca da análise da realidade por meio de abordagens espaciais e das ações sociais², deixando claro que as relações sociais de produção só existem socialmente na medida em que existem espacialmente (SOJA, 2007).

Tão importante quanto dar centralidade à categoria espaço em proporção semelhante à categoria tempo, introduziu-se com mais rigor nos trabalhos geográficos o homem – não o homem genérico, mas o homem inserido nas classes sociais³ - enquanto sujeito que produz e transforma o espaço geográfico por meio de inter-relações sociais. Desencadeador das ações que afirmam e negam as situações nas formas como elas têm sido, o homem organiza-se e mobiliza-se no e pelo espaço de vida, no e pelo trabalho, além de na e pela luta ao direito à vida com dignidade. Produtor de técnicas e artes por meio da experiência e da ação e, portanto, de espaços. A geografia descobre o homem enquanto Ser, como também as suas configurações (produções) espaciais, e redescobre concomitantemente os seus objetos de pesquisa, reafirmando-se assim no campo das ciências humanas.

Esse movimento começou a se consolidar no Brasil em 1978, quando ocorreu em Fortaleza (CE) o III Encontro Nacional de Geógrafos. Tal acontecimento marcou o surgimento de significativos movimentos de crítica à geografia brasileira, que até aquele momento estava em parte submetida aos pressupostos positivistas da geografia quantitativa e, de outra parte, à tradicional e descritiva. Numa ponta e outra, ambas estavam engajadas em projetos de Estado. Ambas atribuíam ao espaço um fundamento cartesiano, como lócus dos fenômenos constituídos pela sociedade. Suas produções técnicas eram descritas, localizadas ou mensuradas, sem considerar os processos sociais que dão sentidos e formas ao espaço geográfico. Naquelas geografias o espaço era concebido apenas como palco das relações sociais; na outra que estava nascendo, o espaço é produto e condição daquelas mesmas relações sociais (MOREIRA, 1982).

Entre os geógrafos que inauguraram esse movimento de críticas à geografia acomodada a quantificar e regionalizar no “palco do espaço” os eventos separados em

² No final da década de 1960 passou a ser desenvolvida, a princípio na sociologia e na filosofia, uma contestação acerca da hegemonia do tempo sobre o espaço nas análises da sociedade. Naquelas análises o espaço deixara de ser apenas palco das relações sociais historicamente determinadas para ser visto como determinante dessas relações produtoras e produzidas de/por espaços por meio do trabalho humano. Henri-Lefebvre, Michel Foucault, Manoel Castells e Jean Lojkin despontaram como os precursores do debate espacial que exerceu significativa influência no debate da geografia brasileira.

³ A concepção de classe que permeia este trabalho se aproxima da elaboração do historiador E.P.Thompson, para quem “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns [...], sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem [...] dos seus” (1987, p.10).

“físicos” e “humanos”, e que influenciaram a geografia brasileira, elencamos prioritariamente: Milton Santos, Yves Lacoste e Massimo Quaini.

Em *Por uma Geografia Nova*, Milton Santos (1978, primeira edição) percorreu um denso caminho teórico apontando o espaço como objeto da geografia e fruto da história da sociedade, reafirmando, dessa forma, a inseparabilidade do espaço e do tempo.

Tudo que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa mesma razão, articula igualmente o presente e o futuro. Desse modo, um enfoque espacial isolado ou um enfoque temporal isolado são ambos insuficientes. Para compreender uma qualquer situação necessitamos de um enfoque espaço-temporal [...]. O fato de que os eventos sejam ao mesmo tempo espaciais e temporais não significa que se pode interpretá-los fora de suas próprias determinações ou sem levar em conta a totalidade da qual elas emanam e que eles reproduzem. O espaço social não pode ser explicado sem o tempo social (Santos, 2002, p. 252).

Esta ideia já vinha sendo por ele amadurecida em artigo publicado no ano anterior ao Encontro de Fortaleza, no qual esboçou o espaço geográfico como produto e ao mesmo tempo condição de relações sociais, propondo naquele momento o conceito de formação socioespacial (SANTOS, 1977).

Yves Lacoste, em “*A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*”, publicado em 1976, elaborou sua crítica à geografia dos professores e à geografia do Estado Maior. Segundo ele, ambas contribuem para reproduzir uma visão desinteressada do mundo, partindo do que a geografia se propõe a ser, quando exercida por estes agentes, ou seja, uma disciplina escolar fornecedora de subsídios para a descrição do mundo; despreocupada em aprofundar as raízes demarcadas nas “paisagens”; e, produtora de sentidos comuns e pesquisas interessadas a governos, com o objetivo de propor obras públicas e benefícios sociais que contribuem para a manutenção do *status quo*.

Lacoste inova no debate sobre a geografia ao demonstrar que ela serve como instrumento de desvelação da realidade da luta de classe e de instrumento, não apenas para a classe hegemônica, mas também, e fundamentalmente, para as vítimas da violenta exploração de classe. Por isso, ela “serve, em primeiro lugar para fazer a guerra”, bem como, de acordo com Moreira (2007, p. 61), “para desvendar máscaras sociais”.

O geógrafo italiano Massimo Quaini (1979) publicou, na mesma época em que ocorria o processo de renovação da geografia brasileira, o livro *Geografia e Marxismo*. Essa obra contribuiu para elucidar na geografia um debate mais profundo sobre o método materialista-dialético e sua importância para uma disciplina que passou a compreender que seu objeto é a produção do espaço, resultado de coletivas e diferenciadas experiências espaciais.

Nesse livro, o autor explicita a insatisfação dos geógrafos (principalmente os da nova geração) com as gerações anteriores que, até então, haviam constituído o estatuto das abordagens e utilidades da geografia, relegando-a, em última instância, a “*um almanaque enciclopédico*”, onde a aparência elimina a essência e inviabiliza reflexões mais críticas e radicais no sentido ontológico do termo.

Buscando construir as bases de uma abordagem geográfica pautada nos pressupostos do materialismo histórico dialético, Quaini reaproxima a geografia da filosofia. Neste percurso, o autor apresenta uma espécie de “resenha” do debate científico filosófico que permitiu a Marx elaborar sua crítica ao modo de produção capitalista e trazê-la para o centro do debate metodológico de modo a propiciar a compreensão das sociedades, das essências e dos fenômenos que as transformam e produzem a natureza contemporânea à época analisada, que para nós é expressão da experiência humana.

Portanto, não se tratava de reduzir o pensamento de Marx à filosofia, como se fosse a expressão de uma abstração, da qual a experiência humana estivesse ausente, mas sim de ter a compreensão de que a prática filosófica é uma das precedentes fundamentais da crítica e do método, pois ela se refere à prática de interrogar o problema.

O trabalho de Quaini exerceu forte influência sobre o movimento de renovação da

geografia brasileira, sobretudo para a chamada geografia crítica, cujos trabalhos de pesquisa são referentes às contradições sociais, por meio da análise da prática dos sujeitos coletivos e suas (re)produções espaciais desiguais sustentadas por estruturas historicamente determinadas.

Quaini demonstrou que o processo de acumulação primitiva do capital explica movimentos e mobilizações espaciais de caráter local, regional e global, cujas consequências se expressaram em territorializações e desterritorializações em todo o mundo, nas diversas escalas espaciais, e que, no seu conjunto, explica a formação da sociedade de classes e capitalista⁴.

Esse processo se faz presente não apenas nos primórdios da acumulação capitalista, mas também no sentido da sua reprodução, considerando-se a acumulação contemporânea, que é global e, ao mesmo tempo, regional e local. Global no sentido dos mercados, quase indecifráveis no sentido conceitual do termo, embora lhes caiba a definição de “relações sociais” pautadas em valores de papéis, mas sustentadas pelo suor e privações dos trabalhadores que lutam para ter o “direito” de sustentar os setores da economia capitalista fragmentados na agricultura familiar; nos agronegócios; nas indústrias; e no setor de serviços. Ou seja, lutam pelo direito de ser explorados (FORRESTER, 1995). A acumulação primitiva do capital é regional e local no sentido de haver no capitalismo uma acomodação que sempre privilegia os interesses do capital, exigindo, as mobilidades daqueles que não usufruem ou não fazem parte da agenda dos interesses prioritários do capital ou que, para operá-los, precisam se mobilizar no espaço em busca de trabalho. Como bem demonstrou Viviane Forrester em seu *Horror Econômico*, depois de produzir durante séculos mercadorias descartáveis, o trabalhador tornou-se a última mercadoria descartável.

A oposição às consequências sociais excludentes desses processos contraditórios está na emergência dos movimentos sociais. Em nosso ponto de vista, sejam eles surgidos ou não nos espaços das produções ou das reproduções, tais espaços e experiências, possibilitados e vivenciados por cada um deles, estão historicamente determinados pelo lugar que cada ser social ocupa na história, na produção e na sociedade de classes (THOMPSON, 1987b).

A conjuntura política brasileira a partir do final da década de 1970 ofereceu profícuo laboratório empírico aos pesquisadores do campo das ciências humanas. Tal laboratório materializa-se nas experiências e reorganização dos movimentos operários e na ascensão de novos movimentos sociais populares em diversas regiões metropolitanas do país, em especial as de São Paulo e Rio de Janeiro.

Ao contrário da experiência europeia, na qual os novos movimentos sociais estavam associados às pautas relacionadas a uma classe média consciente do papel do capitalismo como fenômeno gerador de problemas sociais, os novos movimentos sociais no Brasil eram constituídos pelas camadas populares por meio de uma rede de relações que teve a estrutura da Igreja católica como a principal articuladora entre os movimentos sociais de luta por conquistas nos espaços da reprodução e da produção (GOHN, 2002). Se as principais características dos novos movimentos sociais europeus eram as lutas nos âmbitos ecológicos e das liberdades individuais e de gêneros, pois os 30 anos de welfare state permitiram ao trabalhador do centro do capitalismo invejáveis condições de vida e remuneração do trabalho, no Brasil, o que se convencionou chamar de novos movimentos sociais foram as ações coletivas que emergiram a partir de uma nova matriz discursiva oriunda da reflexão sobre as experiências das derrotas das classes trabalhadoras no processo que resultou no Golpe Militar de 1964 e o seu prolongamento por 21 anos, e as experiências possíveis de resistências às péssimas condições de vida e de trabalhos

⁴ Para isso, o processo histórico foi o de desterritorialização dos camponeses que viram as terras onde mantinham laços identitários serem cercadas e eles postos fora da cerca, dirigindo-se às cidades (território do capital) para se ocuparem nas manufaturas; de desterritorialização dos ameríndios que viram seus territórios serem territorializados por colonos sem posses em suas metrópoles; de desterritorialização e mobilidades forçadas de diversas nações africanas, despidas da condição de homens e vestidas de fetiche da mercadoria por aqueles que comandavam as tecnologias e portavam a suposta verdade da civilização.

respectivamente nos espaços da reprodução e da produção, que culminaram com a entrada em cena de novos personagens no cenário político brasileiro durante a década de 1970 (SADER, 1988).

São movimentos que tiveram como pautas questões sociais diversas e que em muitos momentos, se unificaram nos instantes de reivindicações, protestos e greves gerais⁵. Foram ações coletivas de contestação à ordem, de defesa do direito a equipamentos urbanos, lutas por moradia e por salários e estiveram presentes na paisagem cotidiana das regiões metropolitanas do país, durante os anos da década de 1980 (MOISÉS & MARTINEZ, 1978).

A setorialização a que nos referimos acima implica as demandas ou as agendas que impulsionaram tais mobilizações e que se constituíram nos chamados novos movimentos sociais. Trata-se das lutas operárias a partir dos espaços das fábricas que, ao transbordarem para as ruas, dimensionaram espacialidades, não apenas nos lugares de protestos pela defesa da agenda específica que lhes deu origem enquanto sujeitos coletivos, mas também nos lugares do cotidiano, espaços da reprodução daqueles operários que lutavam por melhores condições de trabalho e remuneração. Sobre essa questão, a geógrafa Regina Célia Bega Santos lembra-nos que:

As lutas ocorridas no mundo do trabalho não estavam isoladas das que aconteciam no âmbito dos bairros. É importante ressaltar que a dualidade entre esses dois mundos é apenas analítica, pois muitas greves deflagradas entre 1978-1980 encontraram apoio nas experiências de luta das organizações de moradores; além disso, o movimento operário influenciou, também, as lutas travadas pelas associações de bairro. O movimento é de fusão. Um confronto que ocorre no mundo do trabalho se alimenta de articulações forjadas nas lutas cotidianas centradas nos bairros, onde vivem os pobres que lutam por melhorias urbanas (SANTOS, 2008a, p. 94).

Nas comunidades daqueles mesmos operários em luta, nos seus espaços da reprodução, foram desencadeadas ao mesmo momento lutas por habitação, saúde, creche, educação, além de comitês de apoio e solidariedade aos operários em greve, por meio de uma significativa rede de apoio constituída através de anos de trabalho pastoral de religiosos ligados à teologia da libertação e movimentos contra o aumento do custo de vida.

Estamos considerando espacialidades como resultados, características, agendas, visibilidades produzidas e externalizadas, parafraseando Soja (1989, p. 155), “como o meio e o resultado, a pressuposição e a encarnação da ação e do relacionamento sociais, da própria sociedade”, o que, em outras palavras, significa o processo produzido, no caso que há pouco mencionamos, pelos movimentos sociais determinados por demandas, realidades e contradições sociais. Ao se mobilizarem pelos espaços, em seus processos de lutas, distribuem pelos caminhos percorridos suas agendas, e as pautas das lutas que lhes dão sentidos, apoios sociais ou rejeições.

Neste sentido, a espacialidade do movimento operário nutriu-se das espacialidades dos movimentos sociais que emergiram nos bairros periféricos da cidade, bem como esses movimentos sociais nutriram-se das espacialidades produzidas a partir do movimento operário organizado nos espaços da produção.

[...] a diversidade se reproduzia enquanto tal apesar da presença de referências comuns cruzando os vários movimentos. Quando acompanhamos a história dos vários tipos de organização popular na Grande São Paulo nesse período, nos defrontamos quase sempre com a presença da Igreja Católica, sua rede de agentes pastorais e suas estruturas de funcionamento; com as matrizes discursivas da contestação, mescladas nas práticas concretas onde se encontraram; muitas vezes até com as mesmas pessoas circulando de um movimento para outro. A

⁵ Em 21 de julho de 1983, foi convocada a primeira greve geral no Brasil depois do golpe de 1964 (GIANNOTTI, VITO, 2007, p. 247).

pluralidade de movimentos não está indicando nenhuma compartimentação de supostas classes sociais ou camadas sociais diversas. Está indicando diversas formas de expressão. (SADER, 1988, p. 198)

Esta articulada integração entre o movimento operário e os novos movimentos sociais, produzida a partir dos espaços da reprodução, mas em hipótese alguma desarticulada das questões relacionadas ao mundo do trabalho, só foi possível por causa da extensa e combativa rede de agentes pastorais da Igreja Católica que se constituíra e se aperfeiçoava no país, desde o início da década de 1960.

Esses sujeitos produziram condições de protagonismo social para as camadas mais exploradas da população, em intensidade proporcional ao endurecimento do regime autoritário e ao completo dismantelamento das representações operárias no país durante o regime militar, por meio da perseguição às lideranças mais combativas e da reprodução do peleguismo sindical⁶.

De fato, a Igreja Católica esteve entre as poucas instituições que tiveram sua autonomia de ação junto às classes populares preservadas pelos militares. Apesar de alguns sacerdotes terem sido violentamente torturados e assassinados, sujeitos sociais dessa instituição dedicaram-se intensamente às ações que visavam à tomada de consciência da população pobre e trabalhadora das periferias das cidades do país.

Apesar daquele cenário de ditadura política, arrocho salarial e medo, ocorreu durante os anos da década de 1970, nos grandes centros urbanos e no espaço agrário brasileiro (particularmente no Rio Grande do Sul e Paraná), uma silenciosa reorganização dos movimentos sociais, que teve nas Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's) e pastorais da Igreja Católica seus polos articuladores.

De acordo com Bernardo Mançano Fernandes (2000), as CEB's e suas ações setorializadas, bem como as pastorais, produziram espaços de socialização política possibilitadores da organização de novas trincheiras de lutas sociais articuladas em diversas partes dos espaços sociais, além da organização entre estes e os movimentos organizados ou em organização, por meio da experiência de dar voz àqueles que, em pouco tempo, emergiriam como sujeitos sociais da recente história do Brasil.

Significando os sujeitos e atores

Antes de apresentarmos os trabalhos que influenciaram o debate sobre os movimentos sociais na geografia brasileira, achamos pertinente estabelecermos os liames que em nosso ponto de vista separam os conceitos de sujeitos e atores sociais.

Achamos esta postura necessária por utilizarmos em diversos momentos deste trabalho as noções de sujeitos e atores sociais. Apesar de diferentes, as noções de sujeito e ator são muitas vezes apresentadas com significações semelhantes. Longe de querer mergulhar neste debate, apontamos algumas questões que, segundo nosso modo de ver, diferenciam esses dois conceitos muitas vezes utilizados como sinônimos. Ao fazer essas considerações, estamos de acordo com Alan Touraine (1999, p. 221), quando afirma que as ideias de indivíduo, Sujeito e ator não são inseparáveis. “São termos que devem ser definidos pela relação de uns com os outros” (TOURAINÉ, 1999, p. 220), sobre o meio (relações) e a estrutura da qual fazem parte.

Portanto, o que os aproxima é o fato de se tratar de um estado dos indivíduos durante a ação, ou seja, sua posição nas ações que constituem a realidade ou um estado desses indivíduos em relação a essas ações.

Milton Santos (1999, p. 51), ao desvendar a natureza do espaço geográfico, o considera como “um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de

⁶ A figura do pelego foi produzida por meio da ação do governo populista de Vargas, que tornou legais os sindicatos de trabalhadores, mas suas representações eram ligadas ao Ministério do Trabalho, que, por sua vez, procurava ter o controle das agendas dos operários.

ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes”.

Compartilhamos da necessidade de pensar os sistemas de objetos indissociáveis dos sistemas de ações; em outras palavras, compartilhamos a necessidade de analisar as ordens e seus produtos dialeticamente envolvidos e os resultados de processos contraditórios a partir da experiência dos indivíduos sujeitos/atores e agentes sociais nos e pelos objetos que são estruturas do espaço geográfico. Não são apenas condições para as ações, mas produtos delas, e que buscam novas funções e interesses, e/ou a manutenção dos mesmos interesses por meio de novas funções nos sistemas de objetos (SANTOS, 1999, p. 78).

A questão que se apresenta neste momento para a atribuição da adjetivação de sujeito ou ator é: de onde vem a formulação da ordem que desencadeia a ação?

A resposta a esta questão envolve um outro termo que, no nosso modo de ver, deve ser atribuído aos instrumentos de ações operados por aqueles que Marx denominou de personas do capital, ou seja, os agentes. Agentes são os grandes conglomerados econômicos que determinam o sentido do crescimento das cidades, o consumo das produções sociais, e o Estado, que regula de forma desigual e pela força as contradições da sociedade. Assim, a ordem de que resulta a ação produtora do espaço capitalista é oriunda do agente, mas as negações de tais ordens produzem outros espaços e têm os sujeitos como motor.

Comumente, o debate em torno dos conceitos de sujeito e ator social têm se dado em torno da noção de autonomia. Estamos compreendendo, aqui, por autonomia, a ausência de alienação na formulação do discurso daqueles que desencadeiam as ações que criam e caracterizam movimentos sociais e suas práticas, ou seja, a autodeterminação. Em outras palavras, autonomia seria o domínio do consciente sobre o inconsciente, ou da consciência de classe sobre a alienação. Essa alienação a que nos referimos também é compreendida por Castoriadis (1982, p. 124) como heteronomia, e significa a interferência externa na formulação do discurso do sujeito e da coletividade que formam os movimentos sociais. Mas, acaso existiria formulação de discursos oriundos apenas do Ser ou de suas coletividades isoladas? Cremos que Castoriadis contribua para elucidar essa questão:

A autonomia não é pois elucidação sem resíduo e eliminação total do discurso do Outro não reconhecido como tal. Ela é instauração de uma outra relação entre o discurso do Outro e o discurso do sujeito. A total eliminação do discurso do Outro não reconhecido como tal é um estado não-histórico (CASTORIADIS, 1982, p. 126).

Neste sentido, o que diferencia a significação atribuída aos sujeitos e aos atores sociais neste trabalho são os campos onde cada um deles se situa na luta de classes. O sujeito social é dotado de autonomia por ser autodeterminado e se descobrir classe a partir de experiências concretas de lutas contra a produção capitalista do espaço. Sendo a composição do movimento social aquela de diversos sujeitos (sujeito coletivo), o discurso exterior, para esse movimento social, é ressignificado de acordo com os interesses do movimento.

Já o ator desempenha papel determinado e desencadeia ações de impactos que variam das escalas locais à mundial. As determinações absorvidas são de classes e orientam a manutenção do *status quo*. Logo, elas acontecem sem ser reelaboradas pelo ator. Enquanto o sujeito coletivo reelabora a heteronomia, os atores a absorvem e passivamente a difundem por meio da execução da ordem/tarefa sem a reflexão sobre o seu conteúdo.

Essa capacidade de se refazer por meio do discurso exterior e da reelaboração do discurso do Outro, dentro do processo social, faz dos sujeitos produtores de novas espacialidades que confrontam com as reproduzidas pelos atores e determinadas pelos agentes. Os atores sociais estão, também, no campo das representações, e, portanto, não decidem rumos de ações: eles as executam. São veículos de determinações oriundas dos

agentes que escolhem a ação a ser realizada, tais como os governos, as multinacionais, as organizações internacionais, as agências de notícias, os sindicatos, que deliberam cada uma das ações desencadeadas pelos que chamamos de atores. Ações também são deliberadas por sujeitos que, no campo das representações sociais, podem ser agentes que se autonomizam dos pressupostos que os delegaram para tal representação e passam a operar por meio de instituições ou organizações (agências) e interesses de classes dominantes através destes veículos de ações, ou, personas do capital que operam grandes intervenções no mercado financeiro mundializado.

O sujeito (coletivo) organiza-se autonomamente ao se perceber como classe social, ou seja, ao perceber que o discurso do Outro desconhecido não deveria ser o seu discurso e, ao receber a influência do discurso externo, reelabora-o privilegiando suas agendas. O ator social tem sua ação pautada pela determinação daquele conjunto de indivíduos, cuja posição representa os interesses da classe dominante através da alienação política e cultural, que tem na heteronomia do trabalho assalariado sua maior expressão.

A maturidade da geografia brasileira nos estudos sobre movimentos sociais

Neste momento, pontuamos o esforço de alguns geógrafos que se dedicaram a contribuir, a partir do estudo de movimentos sociais específicos, com formulações que tiveram o espaço e o território como instrumentos fundamentais para a análise geográfica dos movimentos sociais, abrindo caminhos para que, em pouco tempo, se propusesse essa ação coletiva como mais uma categoria de análise da geografia⁷.

Assim, faz-se necessário situar a produção sobre movimentos sociais na geografia brasileira no período que sucedeu o movimento de renovação da geografia, até porque, como já acentuamos em alguns momentos, trata-se de um processo em curso desde meados da década de 1970 e que tem sido constantemente alimentado e renovado pelas gerações subsequentes.

Quando falamos em geografias nos e dos movimentos sociais, estamos afirmando, de um lado, a presença de características produzidas e adquiridas pelos movimentos e que são de interesses da geografia, simplesmente por se tratarem de relações sociais constituintes e constituidoras de espaços e territórios e que são por estes constituídas e constituidoras. Tratam-se de marcas adquiridas em processos e que passam a fazer parte dos movimentos sociais, num movimento semelhante ao da paisagem, ou das rugosidades, conforme denominação de (SANTOS, 1999).

Em relação às marcas nos movimentos sociais, estamos chamando de essências sempre renovadas que nos permitem perceber a geografia como parte e trunfo dos movimentos sociais. Tais marcas são constituídas pelas lutas e demandas que mobilizam os indivíduos para a ação que visa a conquista de moradia, transporte, educação, saúde e outros direitos relacionados aos campos da produção e reprodução social, e implica a necessidade e o esforço de se compreender as ações e suas determinantes históricas e geográficas, os campos em disputas, as táticas e estratégias na luta (política) e mesmo em sua extensão. São as territorialidades e espacialidades constituintes dos processos de lutas e disputas nas mais diversas arenas, contra e/ou pela superação das causas que lhes deram origem.

Portanto, ao falarmos das geografias dos e nos movimentos sociais, estamos alertando que não se trata, simplesmente, de uma questão de natureza semântica, mas de características constituídas de formas diferenciadas, por meio de movimentos distintos e contrariamente direcionados e que fazem parte dos mesmos processos que constituem o fenômeno, no caso, um movimento social específico que produz e absorve espaço. Nesse sentido, a geografia no movimento social é o acúmulo do processo (das geografias) que

⁷ A proposição dos movimentos sociais como categoria geográfica está em artigo publicado por Bernardo Mançano Fernandes, na *Revista Terra Livre*, número 15, no ano 2000, cujo título é “Movimento social como categoria geográfica”.

constituiu o movimento, enquanto a geografia do movimento social são as geografias produzidas pelo movimento.

Renato Emerson dos Santos (2006) apresenta acurada revisão teórica acerca dos estudos sobre movimentos sociais na geografia brasileira, a partir do movimento de renovação da geografia brasileira. Trabalha três tendências analíticas sobre movimentos sociais por meio do exame dos trabalhos pioneiros sobre esta temática na geografia. Trata-se da geografia da organização dos movimentos sociais; das geografias das lutas sociais; e das geo-geografias dos movimentos sociais. Seus autores, conteúdos e referências encontram-se contidos no quadro abaixo.

Os referenciais que influenciaram o debate geográfico sobre movimentos sociais na década de 1980, sob o impulso do movimento de renovação da geografia brasileira, foram produzidos por meio da análise das experiências dos movimentos sociais europeus, sobretudo os que se tornaram referência da tendência analítica “geografia da organização dos movimentos sociais”. Isso não significa que as “geografias das lutas sociais” e as “geografias dos movimentos sociais” não tenham sido influenciadas por produções europeias ou norte-americanas. Mas, sim, que os acúmulos possibilitados pelas tendências que a precederam contribuíram para elaboração de conceitos e categorias próprias à geografia, a partir da experiência da construção de teorias, partindo das peculiaridades dos objetos que inicialmente se propuseram a entender. Dessa forma, têm contribuído para a superação de uma prática muito recorrente nas ciências sociais, qual seja, a sobreposição da teoria à realidade por meio da tentativa, pouco evitada, de utilizar pressupostos teóricos elaborados a partir de realidades específicas que, do ponto de vista político, cultural e econômico, são diferentes de outras realidades particulares, tais como a brasileira (GOHN, 2002, p. 292).

Tais pressupostos teóricos, que alimentaram os primeiros estudos geográficos da década de 1980 sobre o tema em tela, não influenciaram apenas a geografia brasileira, mas praticamente todos os campos do saber que naquele momento se propuseram a pensar os movimentos sociais na Europa e América Latina. Tais análises foram produzidas por autores que se propuseram a uma revisão da teoria clássica marxista, o que contribuiu para a produção de abordagens que não se restringiram apenas às estruturas do modo de produção capitalista.

Presente nas referências dos primeiros estudos sobre movimentos sociais no Brasil da década de 1980, o sociólogo catalão Manuel Castells (1973) considerou os movimentos sociais urbanos como aparelhos calcados em práticas sociais contraditórias e avessas ao *status quo* estabelecido, e pensou o *espaço como produto de um feixe de relações sociais* (GOHN, 2002, p.189).

Em trabalho sobre as associações de moradores de favelas no Rio de Janeiro, Soares (1989, p. 95) afirma o aumento das mobilizações populares em vários países. Para ela, tais mobilizações representaram novas formas de conflitos sociais ligadas “diretamente à organização coletiva do modo de vida”, desencadeando e generalizando movimentos sociais urbanos. Apoiando-se em Castells, a autora identificou nesse movimento três elementos que, segundo este autor, deveria estar presente no movimento social urbano:

[...] um conteúdo social sem ambiguidades; uma base social homogênea; uma organização política cujos militantes vivem no local, assumem a coordenação da luta e estão vinculados à base social (SOARES, 1989, p. 97).

O conteúdo social sem ambiguidades se refere aos campos em lutas compostos, de um lado, pelos proprietários de terras urbanas (inclusive o Estado), e de outro lado, por uma imensa população carente que se unifica e se organiza para construir suas habitações em terras de que não é proprietária, o que, por sua vez, a caracteriza enquanto base social homogênea que produziu, por meio das ocupações e resistências, um espaço de coordenação das lutas, representada pelas Associações de Moradores de Favelas e pela Federação das Associações de Moradores de Favelas.

Dessa forma, a autora procurou esquadrihar, por meio da observação, da história e

do desenho das organizações dos moradores de favelas, elementos empíricos que respondem àqueles critérios levantados por Castells sobre o movimento social urbano e apresenta uma geografia das associações através da verificação de como ocorre a distribuição destas no espaço urbano.

Outra referência presente nos estudos geográficos sobre movimentos sociais, na década de 1980, estava num campo de autores que procuraram rever algumas questões negligenciadas pelo marxismo ortodoxo e que Lefebvre trouxe à cena por meio da necessidade de se compreender as relações sociais situadas no campo da reprodução das relações sociais, pois, nos espaços onde tais relações se efetivam e reside a classe trabalhadora, a espoliação cotidiana vitima a classe já explorada na produção, e também determina um espaço da reprodução caracterizado pelas carências em relação a diversos aspectos, como os equipamentos urbanos e a diferenciação espacial, resultados do desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo.

Quadro-1 - Tendências analíticas sobre geografia e movimentos sociais

	Geografia da organização dos movimentos sociais	Geografia das lutas sociais	Geo-grafias dos movimentos sociais
Características	Conjunto de trabalhos que abordam mais descritivamente as formas de organização dos movimentos. Os movimentos sociais são apresentados no que tange à sua estrutura organizativa e às agendas mobilizadoras, mas estas são realçadas em sua interlocução com o Estado. O referido caráter descritivo da abordagem das organizações dos movimentos não exclui os desenvolvimentos teórico-analíticos nesses estudos, na direção de uma conceituação dos movimentos.	Esta tendência trabalha as formas de “materialização” das lutas e dos conflitos sociais no espaço, enquanto expressão concreta das contradições sociais. Insere-se no movimento de afirmação do espaço na teoria social, particularmente a teoria social crítica. Apresenta o processo de produção do espaço capitalista como sendo pleno de contradições, e são estas que vão se configurar nos motores da criação dos movimentos sociais. Propõe que as ações dos movimentos sociais são expressões da luta contra o capitalismo (ainda que, na maioria das vezes, sem aprofundamentos ou discussões teóricas acerca do próprio conceito de movimentos sociais), e o espaço, enquanto uma “instância” da sociedade, tem nas manifestações e materializações das lutas dos movimentos sociais as grafagens desta luta.	Tendência recente no debate entre geografia e movimentos sociais. Têm realizado esforços para a proposição de categorias analíticas de leitura dos movimentos sociais partindo do arcabouço teórico conceitual da geografia contemporânea. O movimento social passa a ser instrumento de teorizações propiciadas a partir das suas práticas, podendo em alguns casos ser redefinido e considerado como conceito geográfico.
Principais autores	Maria Terezinha de Soares Segadas, Satiê Mizubuti e Júlia Adão Bernardes	Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Marcelo José Lopes de Souza	Bernardo Mançano Fernandes, Carlos Walter Porto Gonçalves.

Principais referências	Castells, Jordi Borja, Jean Lojkine	Marxismo de viés estruturalista, geógrafos como Milton Santos e Yves Lacoste e críticos do marxismo como o filósofo Cornélio Castoriadis	Edward Thompson, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Milton Santos, John Searle
-------------------------------	-------------------------------------	--	---

Organização: do AUTOR. Fonte: Renato Emerson dos Santos, 2006.

Ao considerar outros lugares, além daqueles em que se realiza a contradição capital-trabalho, e possibilitar por meio de outros olhares a compreensão da própria contradição estrutural que caracteriza o capitalismo – nos mais diversos e longínquos lugares das cidades onde se evidenciam problemas como habitação; saúde; educação; fome; cultura (enquanto práticas de lazer e festas somente possíveis no cotidiano dos espaços da reprodução e do tempo livre) –, esses autores propõem um novo e mais eficaz método de se compreender os movimentos e ações da sociedade. Ora, se os espaços da reprodução possibilitam olhares privilegiados para percepção e compreensão de determinadas realidades sociais, os espaços da produção permitem compreender as relações que determinam tais realidades de privações de possibilidades nos espaços da reprodução. Portanto, é fundamental, partindo do espaço da reprodução, não desconsiderar as relações oriundas do mundo do trabalho.

Discutindo o trabalho de Satiê Mizubuti, “O Movimento Associativo de Bairro em Niterói (RJ)”, tese de doutorado defendida em 1986, Santos (2006) conclui que a autora entendeu o fenômeno do associativismo como um movimento social fundado na expressão dos conflitos e lutas sociais oriundas das contradições produzidas pelo capitalismo por meio da relação desigual capital-trabalho e na constituição cada vez mais intrincada da textura social urbana.

Santos (2006) destaca, ainda, a heterogeneidade, encontrada por Mizubuti no interior da base social do Movimento Associativo de Bairros de Niterói, representada nos bairros e localidades de composições sociais distintas umas das outras. Esta multiplicidade social reflete-se em diferentes pautas e desejos, o que dificulta a construção de uma agenda comum, produzindo conflitos e contradições no interior das associações, exemplificadas pelo autor:

Em bairros que congregam moradores favelados e de classe média, ou, outro exemplo, bairros favelados onde há proprietários e inquilinos - estes últimos, muitas vezes, se posicionando contra melhorias que poderiam encarecer os aluguéis e até causar a chamada “expulsão branca” pelo encarecimento dos imóveis, obrigando-os a se deslocar então para bairros mais longínquos (SANTOS, 2006, p. 36).

Para além da contribuição de “radiografar” o interior e a organização das associações de bairro do município de Niterói e explicitar heterogeneidades socioespaciais dos movimentos sociais, cuja consequência é a fragmentação da agenda e das pautas do próprio movimento, Pedon (2009) formula, a título de hipótese, que estes fatos, presentes nas contribuições de Mizubuti e em outros trabalhos, podem:

[...] indicar uma importante contribuição que os primeiros estudos sobre movimentos sociais realizados por geógrafos podem ter dado para os cientistas sociais, ou seja, a de que, por mais que os movimentos sociais urbanos abriguem uma gama variada de situações, eles surgem das contradições manifestadas no cotidiano da população mais carente na sua condição de morador, aquele que compartilha, em conjunto, do espaço da morada (PEDON, 2009, p.85).

Mesmo concordando com tal reflexão, salientamos que tais “contradições manifestadas no cotidiano das populações mais carentes...”, são produzidas a partir da

reprodução da ordem capitalista, cujos espaços privilegiados são os lugares das produções e os lugares da mediação entre Estado e mercado, hegemonizados pelas classes dominantes proprietárias do capital. Nesse sentido, tratam-se de escalas distintas: as das manifestações da contradição do fenômeno, que atualmente é mundial, e as da reprodução e manutenção do próprio fenômeno que produz tais contrações. As primeiras, ao se organizarem, descobrem nesse processo o poder das escalas; as segundas operam as escalas do poder. Ambas recorrem ao Estado como instrumento de mediação, com ou sem a percepção da não neutralidade deste em uma sociedade de classes.

Jean Lojkine inseriu em suas análises sobre as organizações populares as desigualdades que dizem respeito ao consumo coletivo, sem desvinculá-las do modelo teórico estrutural que atribui centralidade de análise às agendas e processos do capitalismo monopolista que aprofunda as contradições urbanas, e se dão pelo caráter classista dado ao aparelho de Estado, em função de se tratar de uma estrutura forjada no interior da sociedade de classes, a partir da formação de uma hegemonia política e cultural no interior desta sociedade e que é constituinte de um bloco histórico que lhe exerce o comando. Sobre essa questão, Nelson Rodrigo Pedon (2009) comenta que:

Um elemento importante presente no trabalho de Lojkine (1981) é que ele atribuiu uma significativa margem de abertura para uma possível mudança no interior do aparelho de Estado. Apoiando-se em Antônio Gramsci, ele assegura que quando a luta de classes se desenvolve em seu limite, abre-se o caminho revolucionário para o questionamento da dominação e da hegemonia da classe dominante. Forma-se deste modo um espaço para a ruptura ou para a transição entre uma classe que declina e outra que ascende. (PEDON, 2009, p.79)

Destarte, Lojkine (1981) apresenta-nos a perspectiva de um movimento social popular, portador das condições de viabilizar transformações sociais por meio das “brechas” construídas e/ou contidas no aparelho de Estado. São laceadas no processo de interlocução entre os movimentos sociais e o Estado em um processo em que as relações políticas são entendidas como o “lugar onde se efetua a transição de um modo de produção para o outro, em que a luta de classes é levada ‘até o fim’” (LOJKINE, 1997, p. 313). Essa leitura também é compartilhada atualmente por Boaventura de Sousa Santos, cuja posição tem sido a defesa de se lutar em todos os campos possíveis, percebendo dessa forma o Estado como um movimento social em disputa (SANTOS, 2007a).

O Movimento de Amigos de Bairro do município de Nova Iguaçu foi estudado pela geógrafa Júlia Adão Bernardes no início da década de 1980. Bernardes (1983 apud SANTOS, 2006), baseando-se teoricamente em Castells, Jordi Borja e Jean Lojkine, narra o processo de produção do espaço periférico de Nova Iguaçu como expressão das contradições da urbanização capitalista que viabiliza o surgimento do que ela chama de movimentos reivindicatórios.

Dessa forma, compreende-se o movimento entendendo como a sociedade se organiza no espaço e como tal organização interfere na estrutura da sociedade, ou seja, nas palavras da autora, “como espaço e sociedade via movimento se transformam” (grifo da autora).

A segunda tendência analítica sobre os estudos dos movimentos sociais pela geografia brasileira pós-movimento de renovação identificada por Santos (2006) é a “geografia das lutas sociais”. Ele define-a, considerando que

[...] demarca trabalhos que têm os movimentos sociais como motivadores, mas não como objeto em si: ou seja, não há um remetimento direto às organizações decorrentes da ação coletiva, personificada na forma dos movimentos sociais, mas sim a busca da identificação das espacialidades dos conflitos e das lutas sociais (SANTOS, 2006, p. 46).

Ou seja, são abordagens preocupadas em compreender os conflitos, as

conflitividades e as ações, compreendidas como espacialidades desses movimentos sociais ou, em outras palavras, seus processos e suas expressões espaciais na sociedade atual. Enquanto o conflito pode ser compreendido como a manifestação das contradições por meio da ação, a conflitividade é a possibilidade do conflito em determinadas conjunturas (SANTOS, 2006).

Um pesquisador com trabalhos relevantes nesse campo de análise é o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que, desde a década de 1980, tem dirigido as suas pesquisas para a construção de uma geografia agrária, que tem os movimentos sociais como questão central para o entendimento do espaço agrário brasileiro. Nessa abordagem, os movimentos sociais são compreendidos como expressões de contradições que alimentam lutas, conflitos e redefinições espaciais na sociedade capitalista. Santos aponta, entre as características dessa tendência,

[...] uma influência nítida do debate acerca da definição do protagonista da transformação social, debate que se aquece com a crise e decepções acumuladas junto às experiências, sobretudo do eurocomunismo. Se não está no partido, onde está o porta-voz, o agente motor, a vanguarda, o líder condutor da transformação? [...] Esta indefinição é um problema conceitual e político que acaba deslocando o foco analítico para as lutas e para as contradições sociais, e menos para o ator movimentos sociais (ibid, p. 46).

Nesse sentido, compreende-se o esforço de Oliveira (1988, p. 55-82) ao propor o arquétipo da “geografia das lutas no campo”, não apenas enquanto expressão das espacialidades dos movimentos em lutas, mas também como a demonstração e a compreensão dos atos concretos que caracterizam as ações nos momentos da luta, ou seja, a espacialização dos conflitos no campo. Para isso, o autor construiu uma análise dos confrontos, das revoltas, das mortes, dos assentamentos, dos acampamentos no campo, de modo a se constituírem em indicadores que demonstrassem uma geografia da violência no campo.

Tal percurso foi construído por meio do resgate das lutas históricas da sociedade brasileira, que remontam ao Brasil Colônia, como as de resistência à escravidão, como a do campesinato que luta pelo sua reprodução resistindo às expansões das fronteiras agrícolas monocultoras, as de produções dos territórios livres dos quilombos, e os empates⁸ promovidos pelos povos da floresta contra as ações de latifundiários a serviço do capital internacional que operaram desde o final dos anos de 1970 na Amazônia ocidental por meio de incentivos para a ocupação capitalista dessa região. A ação dos seringueiros no Acre deu à região notoriedade global e contribuiu também para que a agenda ambiental entrasse na pauta da sociedade brasileira ainda na constituição de 1988, mesmo se tratando de uma agenda não realizada em função da desproporcionalidade das forças as quais disputam as agendas políticas e econômicas do país.

Contudo, é entre as duas primeiras décadas da República que eclodem duas das mais conhecidas revoltas camponesas do país, ambas com significativo caráter messiânico: Canudos (no sertão baiano) e Contestado (em uma área de litígio entre os estados do Paraná e Santa Catarina).

Oliveira (1988) destaca dois processos indissociáveis do desenvolvimento capitalista no Brasil que contribuem para a organização e maior combatividade do movimento camponês, a partir da segunda metade do século XX. Um é a luta pelo resgate da condição de camponês autônomo frente à expropriação desencadeada pelos posseiros contra os fazendeiros e grileiros; o outro é a luta dos camponeses parceiros ou moradores contra a expropriação, o que os transforma em trabalhadores assalariados.

⁸ Trata-se de ação coletiva organizada pelas representações dos povos da floresta contra a ação destruidora que significava as condições para o avanço da agropecuária e do extrativismo madeireiro no estado do Acre. Essas ações tiveram como lideranças estimuladoras os Sindicatos dos Seringueiros das cidades de Brasileia, Rio Branco e Sena Madureira e suas principais lideranças como Wilson Pinheiro e Chico Mendes (assassinado no quintal de casa em Dezembro de 1988).

Estes dois processos gerais de luta no campo vão praticamente comandar o pipocar de conflitos durante todo este século. É a luta sangrenta dos camponeses contra o pagamento da renda da terra. Exemplos desses processos foram a Revolta de Trombas e Formosa em Goiás, a guerrilha de Porecatu no Paraná e a formação das Ligas Camponesas, sobretudo no Nordeste brasileiro (OLIVEIRA, 1988, p. 22).

A luta que visava resgatar a condição camponesa e resistir à transformação do campesinato em trabalhadores assalariados atraiu, naquele momento, contraditoriamente, dois agentes que assumiram, incoerentemente, posturas distintas das orientações das organizações às quais estavam submetidos. Trata-se do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Igreja Católica. O primeiro teve fundamental importância na organização dos camponeses através da contribuição na formação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e que no início da década de 1960 seria o embrião da Confederação dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG). O segundo entrou na questão agrária em setembro de 1950, por meio do bispo de Campanha (MG) D. Inocêncio, que lançou a primeira pastoral sobre a situação no campo, logo depois de o Partido Comunista Brasileiro ter lançado o documento que ficou conhecido como o “Manifesto de Agosto”, cujo conteúdo foi uma radical postura em relação aos problemas do campo. Sobre essa questão, Martins analisa que:

A Igreja entrou na questão agrária, através da pastoral de D. Inocêncio, por uma porta extremamente reacionária. Aquela pastoral nasceu de uma reunião de fazendeiros, padres e professores rurais e não de uma reunião de camponeses e trabalhadores rurais. A preocupação era com a agitação que estava chegando ao campo, com a possibilidade da Igreja perder os camponeses, como tinha perdido os operários. A questão era desproletarizar o operário dos campos, evitar o êxodo que levava os trabalhadores para a cidade e os tornava vulneráveis à agitação e ao aliciamento dos comunistas [...]. No entender dos bispos, só a fixação do homem à terra evitaria o êxodo, a proletarização. A transformação do trabalhador em pequeno proprietário constituía assim a única saída para salvá-lo do comunismo (MARTINS, 1981, p. 88).

Nesse sentido, fica evidente que o objetivo inicial desse segmento da Igreja com as pastorais do campo foi um contraponto às ações do PCB, cuja influência nos movimentos camponeses (principalmente naqueles com avançado grau de proletarização) era ascendente.

Contudo, em 1958, aderindo a resoluções do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o PCB passou a aprofundar a sua aliança de classe que tinha como objetivo construir a revolução brasileira por meio do processo de revolução democrático-burguesa, que em tese levaria o país ao socialismo. No entanto, tal como vimos acima, baseando-se em Oliveira (1988), o que estimulava as lutas daqueles camponeses era exatamente a sua oposição contra o assalariamento e contra a expropriação dos camponeses e, conseqüentemente, suas transformações em trabalhadores assalariados urbanos, ou seja, um dos aspectos que caracterizam a revolução democrática burguesa buscada pelo PCB.

Essa postura distanciou o PCB das Ligas Camponesas e sua atenção no campo da questão agrária dirigiu-se aos assalariados e semi-assalariados agrícolas e a disputa política de suas organizações nos sindicatos de trabalhadores rurais. A contradição, a que nos referimos, sobre os dois principais agentes da luta pela terra no Brasil do século XX, é a de que o PCB contribuiu com a organização de um movimento que tinha por objetivo questões antagônicas às táticas do partido para executar o seu projeto político de sociedade. Enquanto o movimento camponês lutava pela terra e contra sua proletarização, o PCB acreditava na proletarização como um processo da revolução brasileira.

Tal cenário é mais bem compreendido a partir da afirmação de Santos (2006, p. 49) sobre uma das características da geografia das lutas no campo e que também serve para

entender, naquele momento, a relação do Partido Comunista com o movimento camponês: “[...] *tributárias das tradições marxistas, têm no Partido e no Estado – e não, nos movimentos sociais – referenciais inescapáveis*” (grifo nosso), ou seja, para essa tendência, o partido é o interlocutor social privilegiado no processo de transformação social da sociedade. Precisamos refletir sobre qual tem sido o papel dos partidos comunistas ou de orientação marxista para a transformação da realidade social (e isso não significa abrimos mão do marxismo). Eles têm operado por uma sociedade para além do capitalismo ou para uma transformação social do capitalismo?

Já a Igreja, que entrou no debate sobre a questão agrária para disputar a influência dos camponeses com o PCB e teve ao seu lado setores reacionários do mundo rural brasileiro daquele momento, compreendeu que a única forma de impedir a influência dos comunistas e garantir a temida agitação longe do campo era evitar a proletarização camponesa. Percebeu que a única forma de realizar tal projeto era por meio da fixação do homem a terra.

Entretanto, os agentes da proletarização do campo estiveram juntos com os sacerdotes na constituição das primeiras pastorais da terra e, também, com a hegemonia da Igreja na Marcha com Deus e pela Liberdade que contribuiu para o golpe militar de 1964.

Outra referência a ser destacada nos estudos sobre movimentos sociais na geografia que compõe a tendência analítica identificada por Santos (2006) como “geografia das lutas sociais” é a do geógrafo Marcelo José Lopes de Souza. Em dissertação de mestrado, defendida em 1988, sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro, o autor explora (em aspecto distinto ao exposto pela “Geografia das lutas no campo”) a interlocução entre movimentos sociais e partidos políticos, considerando os últimos, tal como o Estado, agentes da reprodução das relações heterônomas que caracterizam a sociedade de classes. Isso porque, ao longo do processo de constituição e ação dos movimentos sociais, eles tendem a serem “cooptados” por partidos, por meio de seus sujeitos políticos, e pelo aparelho de Estado, por meio da realização de parte da agenda motivadora do movimento.

Assim, substituem-se os discursos e as práticas, dos sujeitos determinados (delegados pelos movimentos a representá-los), por outros discursos e práticas, para os mesmos sujeitos, a partir da estrutura que anteriormente combatiam. De sujeito coletivo, devido à resignificação do discurso exterior, tornou-se ator, determinado pela ordem cujos interesses passaram a operar. Entretanto, isso não deve ser tomado como regra, pois, de acordo com Chauí (2000, p. 304), “a autonomia redefine o sentido da representação e da participação”.

Segundo Santos (2006), Souza distanciou-se, durante o processo de análise que constituiu seu trabalho, do referencial teórico marxista, sob o argumento de que o marxismo de matiz estruturalista se mostrara incapaz de congregar os diferentes tipos de ativismos sociais de “fora da fábrica”. Sua análise foi sobre as experiências espaciais construídas nos bairros, materializadas como focos de resistências às contradições das estruturas sociais que produzem as desigualdades expressas nos usos dos espaços sociais e na ocupação do espaço urbano. Tais experiências são por ele chamadas de ativismo social.

Souza tem se dedicado à interpretação deste conceito no intuito de aprofundar questões levantadas por Touraine (1974) e publicada no Brasil em 1977, acerca do que se poderia considerar um movimento social. Naquele momento, para Alan Touraine, cuja posição já não é mais a mesma, “*todo movimento social é ao mesmo tempo um movimento de classe, um movimento anticapitalista, oposto a dominação estrangeira e voltado para a integração e a modernização nacional*” (TOURAINÉ, 1977, p. 43).

Neste sentido, Souza procurou compreender e conceituar ações coletivas que se constituíram movimentos a partir dos bairros das cidades. São movimentos de bairro que produzem agendas e ações que extrapolam os espaços que lhes deram origem. Mas os movimentos nos bairros envolvidos com uma pauta que se restringe apenas a alguma melhoria imediata na localidade, sem compreender a necessidade de articular agendas e escalas de reivindicações e ações, escapam à definição de movimentos sociais dada por Touraine e corroborada por Souza.

Em trabalho publicado no ano 2000, o autor explica a sua interpretação do conceito

desenvolvida em sua dissertação de mestrado. Trata-se do conceito de ativismo social que, para ele, em alguns momentos, pode responder a uma denominação àquelas ações coletivas que não se enquadram na definição de movimentos sociais por ele defendida:

[...] propôs (SOUZA, 1988), com base na conceituação de Alain Touraine sobre o que seria um movimento social, uma diferença entre ativismo de bairro (que seria um ativismo social espacialmente referenciado no que tange à sua organização e identidade, sendo o bairro o recorte espacial que funcionaria como uma espécie de fator aglutinador) e movimento de bairro (que seria um tipo de ativismo em que se logra ultrapassar o paroquialismo, levando a maior conscientização política e, o horizonte de lutas ampliado, a que se passe de uma denúncia de problemas pontuais para uma leitura crítica da cidade e do modelo social que a produz). Assim, todo movimento de bairro é um ativismo de bairro, mas nem todo ativismo chega a constituir-se em verdadeiro movimento social (SOUZA, 2000, p. 141).

Para ele, o movimento social se constitui a partir do ativismo, que por sua vez é uma ação coletiva organizada. No entanto, nem toda ação coletiva⁹ é um ativismo, de modo que não é qualquer ativismo que se transforma em movimento social (Souza, 2009, p. 10). Nesse sentido, ele situa o conceito de movimento social em uma escala de estágio evolutivo e estrutural da ação ao caracterizá-lo como subconjuntos do ativismo social:

[...] ativismos sociais [...] são um conjunto mais amplo de ações públicas organizadas, do qual os movimentos sociais seriam um subconjunto [...] Os movimentos sociais, de sua parte, seriam uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa de ativismo social, distinta de ativismos “paroquiais”. Estes encaminham reivindicações pontuais, sem articulá-las com questionamentos mais profundos, relativos a problemas nacionais e internacionais, e sem construir pontes entre a conjuntura, cujo domínio não ultrapassam, e as estruturas que não chegam a tematizar. São, não raro, prisioneiros do ou contaminados pelo clientelismo (idem, 2006, p. 278).

Ele assevera o risco de banalização do conceito de movimento social e também de ativismo, quando se considera como tais algumas ações esporádicas como os quebra-quebras no transporte coletivo, saques e outras ações com essas características. No entanto, desconsidera também a possibilidade desses eventos serem modalidades de ações coletivas que o próprio autor, Souza (2006, p. 281), elaborou, e as chamou de “mero ativismo urbano em sentido fraco”, pois, mesmo tratando-se de atos de revoltas, em função da repetição cotidiana da ausência de equipamentos urbanos que os estimulam, podem sim ser organizadas. O que fica em aberto em relação a essas ações coletivas, que são chamadas por Souza de “vandalismo de protesto”, é a questão da autonomia na ação dos sujeitos que a praticam. De onde é que vem a “ordem” para o desencadeamento da ação? Vem do interior daquelas centenas de pessoas que, naquele momento, fazem-se sujeitos coletivos para a ação contra uma estrutura que, contraditoriamente, lhes dificulta a realização do heteronômico trabalho assalariado por meio da ausência e precariedade do transporte coletivo de massa.

Santos (2008a) apresentou um completo retrospecto das ocorrências dos quebra-quebras nos transportes coletivos nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1980. Ela os associa, em geral, à precariedade dos sistemas de transportes urbanos e mostra que as primeiras ocorrências aconteceram na cidade de São Paulo e na Grande Rio de Janeiro no ano de 1947. Afirma que:

⁹ Os ativismos, como ações públicas organizadas e relativamente duradouras, diferenciam-se de ações coletivas efêmeras e pouco organizadas ou desorganizadas, como quebra-quebras (“vandalismo de protesto”), saques e outras [...] Souza, 2006, p. 278 (grifo nosso).

Em geral, esses movimentos são condenados por serem destrutivos e inconsequentes, dilapidando um patrimônio a serviço da população, que, no fim, seria sempre a mais prejudicada. Mas, em alguns momentos, como ocorreu com o levante contra a Cantareira, em 1959, ou com os trens da Central do Brasil, em 1975, no Rio de Janeiro, essa forma de pressão surtiu efeito. Tais manifestações nunca ficam no vazio. O quebra-quebra da Vila Matilde de 1981, por exemplo, ganhou a solidariedade dos movimentos organizados, como o Movimento contra a Carestia, os movimentos de moradores de favelas, sindicatos de trabalhadores e comissões de moradores de bairros (SANTOS, 2008a, p. 113).

Portanto, chamá-las meramente de vandalismos de protesto é desconsiderar a potencialidade do furor popular no que diz respeito à possibilidade de desencadeamento de uma ruptura mais radical da sociedade, a partir das mazelas da gestão dos equipamentos urbanos e dos contínuos descasos das autoridades públicas delegadas a resolver essas questões.

Souza, ainda, reafirma a sua proposição de que todo movimento social é um ativismo, mas nem todo ativismo é um movimento, ao afirmar que os ativismos urbanos, em sentido forte e em sentido fraco, podem ou não se desdobrar e apresentar como movimentos propriamente ditos, redundando em quatro tipos expostos no quadro abaixo.

Essa elaboração de Souza que diferencia os ativismos e os movimentos sociais urbanos em sentidos fracos e fortes é constituída, a nosso ver, a partir de uma reflexão sobre o pensamento do filósofo grego Cornelius Castoriadis a propósito do debate da autonomia. Baseando-se neste autor, Souza propõe a existência de graus de autonomia:

[...] buscando complementar o legado castoridiano, tem o autor defendido a convivência de uma diferenciação entre autonomia “em sentido forte” e autonomia “em sentido fraco”. Em “sentido forte” a referência à autonomia equivaleria a ater-se a um horizonte de pensamento e ação: projeto de construção de uma sociedade basicamente autônoma. Já o “sentido fraco” refere-se à necessidade de valorizar conquistas táticas e conjunturais em meio a uma navegação de longo curso, durante a qual, mesmo sem superar os marcos gerais heterônomos, avanços menores, localizados, para além do significado positivo que possam ter em si mesmos (redistributivo, político ou outro), podem colaborar, político-pedagogicamente, para abrir caminho para conquistas mais ambiciosas no futuro. (SOUZA, 2006, p. 82)

Sobre a diferenciação dos ativismos, Souza diz que:

Ativismos urbanos em sentido estrito e forte giram muito nítida e explicitamente em torno de problemas diretamente vinculados ao espaço social. A questão do acesso a equipamentos de consumo coletivo e, mais abrangentemente, as condições de reprodução da força de trabalho assumem, aqui, importância central. Trata-se de um tipo de ativismo que tem origem em um clamor pelo direito à cidade: luta por moradia e por infraestrutura técnica e social, luta por regularização fundiária e desestigmatização de espaços segregados, luta por um maior acesso a equipamentos de consumo coletivo; enfim, luta por um espaço urbano mais agradável, mais “convivial” e menos injusto. Exemplo de ativismos urbanos stricto sensu são o ativismo de bairro convencional e os ativismos de ocupantes de imóveis (terrenos, casas ou apartamentos) vazios ou abandonados [...]. Ativismos urbanos em sentido amplo e fraco, de sua parte, são aqueles que, embora tenham as cidades como palco preferencial (e, às vezes, quase exclusivo), se referenciam apenas indiretamente pela espacialidade urbana. Sua existência gravita em torno de questões “setoriais” (melhores condições de trabalho e resistência contra a exploração e opressão na esfera da produção, luta contra as desigualdades e injustiças de gênero etc.), ainda que a organização espacial dos ativismos

possa ser sofisticada e os vínculos com as questões diretamente espaciais possam vir a ser percebidos (por exemplo, no caso do ativismo negro que não deixa escapar a relação discriminação social/segregação e estigmatização espaciais) (ibid, p. 280/1).

A nosso ver, Souza procura amarrar, junto ao seu esforço de análise socioespacial das ações coletivas urbanas, questões centrais e caras ao pensamento da esquerda do século passado, e ainda não resolvidas no início deste século, como o debate sobre a questão da autonomia, que permeia e subsidia toda sua argumentação; a ratificação das críticas ao marxismo idealista de raiz althusseriana e suas possibilidades de análises engessadas pelas determinações do PCUS. Contudo, convém lembrar que se trata de uma reflexão possível oriunda das contribuições da teoria crítica, que é, portanto, parte da contemporaneidade, mas que, de todo modo, assenta-se nos pressupostos da dialética marxista. Por último, estabelece-se o debate que procura conceituar a ação intermediária entre uma ação coletiva e um movimento social como ativismo social.

Quadro - 2 - Tipos de ativismos e movimentos sociais urbanos segundo Marcelo José Lopes de Souza

1 – “Mero” ativismo urbano em sentido fraco	Por exemplo, um sindicato operário afinado com o estilo do “sindicalismo de resultados”, desinteressado de uma crítica social ampla ou não sintonizado com ela.
2 – “Mero” ativismo urbano em sentido forte	Por exemplo, uma associação de moradores completamente paroquial e refém do clientelismo.
3– Movimento social urbano em sentido fraco	Por exemplo, um movimento organizado em torno da resistência contra a globalização capitalista, seus pressupostos e seus efeitos.
4– Movimento social urbano em sentido forte	Capaz de costurar diferentes questões, politizando amplamente a problemática da ocupação de imóveis mantidos vazios por razões especulativas e lutando para humanizar o espaço urbano e desenvolver um novo tipo de vínculo entre os moradores e seus espaços residenciais.

Organização: do AUTOR Fonte: Souza, 2006, p. 281.

Apesar de Souza advertir que sua crítica dirige-se, fundamentalmente, ao marxismo ortodoxo, ele se esquece de especificar, em alguns momentos de seu percurso (SOUZA, 2000 e 2006), o que ele mesmo reconhece como “marxismos”, ao fazer referência a E.P.Thompson e a Karel Kosik como representantes de tradição diferenciada da linha marxista que se consolidou com a crítica radical à experiência da URSS e do Leste Europeu. Por último, se é certo considerarmos uma distância entre ação coletiva efêmera com motivações específicas e movimentos sociais, e que o intermediário destas relações pode, em alguns momentos, ser um ativismo, cremos não ser tão correto estabelecer onde cada ação se situa, por meio apenas do nosso olhar sobre as táticas estabelecidas por tais sujeitos coletivos ou atores sociais. Por exemplo: Souza tipifica no quadro acima reproduzido algumas ações coletivas e, entre elas, o “sindicalismo de resultados”, associando essa prática sindical a um “mero ativismo”. Mas, será que não se trata de uma

contradição em termos situar o sindicato (uma organização institucional de representação de uma categoria específica de trabalhadores) entre uma ação coletiva e o movimento social, quando, na verdade, os sindicatos (independente de sua coloração), se encontram entre o movimento operário e o Estado? Delegado à representação de um movimento social (no caso um movimento operário¹⁰), ele sucumbe a essa tarefa por ter suas estruturas sustentadas pelo Estado. Se, na relação contraditória capital-trabalho, o pêndulo do Estado pende para o capital, e o do sindicato pende para o Estado, logo, trata-se de um agente reprodutor da heteronomia da sociedade de classes.

No entanto, é fundamental ter a clareza de que o movimento operário pode ter o comando das ações da categoria independentemente da posição do sindicato. A experiência da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OMS-SP) demonstrou isso junto aos operários paulistanos, nas décadas de 1970 e 1980, frente à destoante posição do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, comandado pelo pelego “Joaquinzão”. De acordo com Sader, essa experiência foi “[...] uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas” (SADER, 1988, p.55, grifo nosso).

Isso demonstra que a existência dos sujeitos é constituída na construção coletiva de alternativas frente a uma realidade produzida e imposta por interesses de classe, opondo-se ao *status quo*, valorizando a experiência cotidiana e exercendo a autonomia, característica fundante do sujeito social.

Um trabalho que no nosso modo de ver está dentro do campo de análise da geografia das lutas sociais é a tese de doutorado da professora Arlete Moyses Rodrigues, defendida no ano de 1988, cuja análise foi o movimento de luta pela terra urbana para moradias populares na região do bairro do Butantã, na cidade de São Paulo, e, em Osasco, região metropolitana de São Paulo.

Nesse trabalho, a autora procura “[...] obter uma compreensão sobre a luta no e pelo espaço urbano de segmentos da classe trabalhadora” (RODRIGUES, 1988, p.4). Tributária da tradição marxista, Rodrigues apresenta uma morfologia dos movimentos de moradia das décadas de 1970 e 1980, cujos sujeitos são as classes trabalhadoras¹¹ que lutam contra a lógica do capital rentista que desterritorializa a classe trabalhadora não proprietária e a expulsa para regiões longínquas da cidade, carentes dos mais básicos serviços de infraestrutura como água, luz, esgoto e transporte público.

Assim, ao se lutar por uma parcela do espaço, que significa a materialização do espaço da reprodução, os trabalhadores também lutam contra a lógica do capital, pois este, em sua contradição, produz constantemente as determinantes das mobilidades humanas no espaço baseadas nos valores de uso (no caso da terra, a terra de trabalho e de moradia) e de troca (no caso da terra, objeto de renda e especulação).

Rodrigues procura deixar claro na sua abordagem que a produção social da cidade é oriunda de múltiplas determinações e que as favelas, as ocupações, os acampamentos, os mutirões e outros diferenciados tipos possíveis de habitações são sínteses de distintas realidades que compõem a totalidade do urbano na sociedade capitalista e são produzidas no bojo da contradição entre capital e trabalho. Nesse sentido, a autora situa os participantes da luta por terra e moradia como sujeitos produtores da cidade e de uma contínua urbanização.

O deslocamento dos que lutam pelo acesso à moradia digna para o campo dos sujeitos sociais não se deu do dia para noite e não se dissocia do processo de luta e resistência pelas liberdades democráticas e contra o arrocho salarial e a carestia durante os anos 1970, que agravaram as condições de moradia da população trabalhadora. Aliás, a

¹⁰ Concordamos com a necessidade de estender o conceito de movimento operário para além das atividades específicas daqueles trabalhadores cujo labor é responsável pela produção direta, pois, os demais trabalhadores assalariados, vivem a condição social de proletariado mesmo não sendo produtor direto de valor. Sobre isso, ver Giovanni Alves, “Condição de proletariedade” (2009).

¹¹ O conceito de classe utilizado pela autora está relacionado ao “lugar objetivo que cada um ocupa na divisão social do trabalho” (RODRIGUES, 1988, p.4), que, por sua vez, determina os lugares da reprodução social de cada um na cidade ou no campo.

acentuada precarização das condições de vida no regime autoritário contribuiu para o aumento do déficit de moradias e da favelização nas grandes metrópoles. Rodrigues informa que:

Em São Paulo, as favelas começam a ser mais visíveis a partir da segunda metade da década de 60. Em 1968, o PUB (Plano Urbanístico Básico) estima que a população favelada do Município correspondia a 0,7% da população total do Município, enquanto no Rio de Janeiro, em 1960, 16% da população era favelada (RODRIGUES, 1988, p. 138).

No início da década de 1980 a população favelada na região metropolitana de São Paulo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, já ultrapassava os 5% da população total. O avassalador crescimento desse tipo de habitação e da demanda por moradia fez com que a Igreja Católica acentuasse ainda mais a sua opção pelos pobres através da reformulação de sua matriz discursiva.

Colocando-se coerentemente com a opção preferencial pelos pobres, assumida em Puebla, a Igreja, de acordo com o documento sobre o solo urbano, se propõe a uma ação evangelizadora, caminhando e lutando ao lado dos pobres, apoiando as diversas formas de organização e mobilização populares e ao mesmo tempo denunciando a mistificação que confunde a luta do pobre pela justa posse do solo com subversão. Pelo contrário, é considerada subversão a situação de extrema miséria em que vive a maioria dos trabalhadores brasileiros (RODRIGUES, 1988, p. 206).

Nesse sentido, religiosos ligados à teologia da libertação e criadores das CEB's podem ser considerados, tal como na maioria dos movimentos populares surgidos na década de 1970, partícipes da constituição dos movimentos de moradia e da transformação de seus membros em sujeitos coletivos da realização da pauta de milhares de famílias, bem como da rede de movimentos populares que se instaurou no país.

A emergência desses novos sujeitos coletivos, de acordo com Rodrigues, exigiu a elaboração de um novo discurso em relação aos habitantes de moradias precárias como favelas, ocupações coletivas e cortiços, cujo conteúdo situa tais lugares como espaços integrantes da vida urbana e da realidade brasileira, diferenciados pelas características das ocupações.

Se, anteriormente, o discurso comum era apenas o de que as favelas e cortiços são os espaços da promiscuidade, da insalubridade e da marginalidade, o protagonismo dos movimentos de luta por moradia e ações pastorais da Igreja contra-argumentaram que se trata de trabalhadores cuja única alternativa é a produção do espaço da reprodução, nos lugares e na forma em que os lugares por eles ocupados na produção lhes permitem.

Assim, passam a conviver dois discursos distintos e contraditórios entre si sobre a problemática urbana da moradia, que Rodrigues chama “convivência do velho e do novo”. É pela afronta do velho que o novo desponta, como na narrativa a seguir:

São visíveis a partir da segunda metade da década de 70 as mudanças nas referências sobre o favelado, que se expressam nas notícias de jornais e nos planos governamentais. São notícias sobre caravanas de favelados que se dirigem aos gabinetes de prefeitos, para expressar suas reivindicações e sobre os encontros locais, regionais e nacionais de favelados, demonstrando uma nova visibilidade política, ocupando um ‘novo’ espaço nos jornais, nos órgãos públicos e secretarias de estado. Ganham expressão também alguns ‘novos’ interlocutores: a Igreja, os estudiosos do assunto de moradia, os partidos políticos de oposição e os novos planos de habitação, nas esferas federal, estadual e municipal. Começam favelados e ocupantes a serem entrevistados nos jornais e revistas, passando a ser também interlocutores (RODRIGUES, 1988, p.162).

O discurso de que os favelados e os que lutam por terra e moradia, através da preparação e execução das ocupações, são bandidos ou vagabundos passou a ser contestado com mais veemência, sobretudo nas regiões onde o movimento era organizado e a Igreja presente ao lado, ajudando a conduzir a luta. O surgimento do contradiscurso ao então discurso único que associava promiscuidade e marginalidade à moradia precária produziu distintos espaços, como, por exemplo, os da representação política, mas também os dos diferentes lugares concretos de moradias, do fazer político, do lazer, das lutas e caravanas que vieram a se constituir com a ação do movimento e a produção de novos discursos que, juntos a outros sujeitos coletivos, resultaram, na segunda metade da década de 1980, no Movimento Nacional pela Reforma Urbana e na elaboração de projeto popular de reforma urbana, apresentada à Assembleia Constituinte com mais de 130 mil assinaturas.

Geo-grafias dos movimentos sociais é a terceira tendência analítica estudada por Santos (2006). Trata-se de um campo analítico que desponta nos meados da década de 1990 e acrescenta a necessidade de propor o esforço de analisar os movimentos sociais a partir de categorias geográficas, além do empenho de conceber o próprio movimento social como categoria do pensamento da geografia, já que este é sujeito não apenas fundamental nas determinações que criam e fundamentam os espaços, mas também necessário contra essas mesmas determinações.

O Novo Dicionário Aurélio Século XXI define categorias como conceitos dotados com elevado grau de generalidade que definem, em perspectivas e níveis diversos, domínios do conhecimento e da ação. Ela é um dos elementos fundamentais para a compreensão do método adotado. Ao debater o método no conhecimento geográfico, Santos afirma que o espaço deve ser estudado por meio de quatro categorias: estrutura, processo, função e forma.

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. Função [...] sugere uma tarefa ou uma atividade esperada de uma forma, pessoas, instituição ou coisa. Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação continuada, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (SANTOS, 2008b, p. 69).

Nestas categorias do método geográfico aferidas por Santos, estão contidas as categorias geográficas. A forma é o visível e abrange a paisagem e, ao mesmo tempo, a acomodação dos objetos que caracterizam os espaços e territórios, bem como as distintas organizações de representações sociais. Nela, o espaço-tempo também está presente. A função significa a tarefa ou a atividade da forma, ou seja, as intencionalidades dos objetos e equipamentos, bem como as das representações sociais e de suas ações. A estrutura é a indissociabilidade de todas as partes de um fenômeno ou da realidade. Pensar a estrutura requer uma abordagem holística, para não perder de vista a totalidade ao analisar uma das diversas partes que compõem um fenômeno ou a realidade. O processo não pode ser definido apenas como ação continuada. Ele expressa o desenrolar de todas as contradições que desencadeiam um determinado resultado, que, evidentemente, é histórico-geográfico. Ao se pensar em processo, necessariamente deve-se pensar em um espaço de tempo que apresenta tanto continuidades como descontinuidades nas abordagens históricas, e descontinuidades nas configurações espaciais. Santos adverte que essas categorias do método devem, juntas, contribuir para a análise de um objeto determinado e que separadas, representam apenas realidades parciais (SANTOS, 2008).

Neste sentido, uma das possibilidades de se pensar os movimentos sociais como categoria geográfica é tentar compreendê-los a partir das categorias do método propostas por Milton Santos, atribuindo a forma do movimento à história da sua concepção. A função deve estar associada às suas propostas, às mobilizações que tem por objetivo viabilizar as

pautas que estimulam as lutas. A estrutura do movimento social deve ser compreendida não apenas a partir das suas “aparências” interiores. Deve ser pensada a partir de uma leitura totalizadora do processo social que inclua as escalas nacional e internacional articuladas com o fenômeno analisado. O processo na análise dos movimentos sociais é compreendido como o acúmulo dos movimentos e questões contraditórias que lhes deram origem, e ao mesmo tempo, as perspectivas diversas de caminhos e resoluções dos mesmos.

Em uma de suas abordagens sobre a necessidade de construção de um arcabouço teórico conceitual da geografia para a análise dos movimentos sociais, Fernandes (2000, p. 60) recorre à advertência asseverada por Santos cujo conteúdo reforça a tese de que conceitos de um campo do conhecimento não são adequados a outros campos, mesmo que próximos. Nas palavras do autor,

[...] conceitos em uma disciplina são frequentemente metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são flashes isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações (SANTOS, 1996, p. 70).

Dissertando sobre a formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Fernandes aproxima, ao mesmo tempo, características das análises da geografia da organização dos movimentos sociais com as da geografia das lutas sociais, ao observar e refletir sobre a luta pela terra e demonstrar as diversas práticas espaciais desse movimento social por meio de seus processos de espacialização, territorialização e reterritorialização. No entanto, apesar de as questões sobre a necessidade de se pensar na geografia os movimentos sociais como categoria geográfica seja fruto do processo de realização de sua tese de doutorado, Fernandes só aborda a questão em artigo publicado no ano seguinte à conclusão da tese, na revista *Terra Livre*.

Estudar um movimento social como categoria geográfica é condição essencial para a elaboração da teoria. Categorias são conceitos-chave de uma ciência [...]. São conceitos fundamentais construídos desde a análise das experiências desenvolvidas na realidade até aos esforços lógicos para a elaboração de leituras e construção de ensaios teóricos [...]. Movimentos sociais podem ser categorias de diferentes áreas do conhecimento, desde que os cientistas construam os respectivos referenciais teóricos. Esse é o nosso desafio na Geografia. Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas (FERNANDES, 2000b, p. 60).

Nesse sentido, de acordo com Santos (2006, p. 57), podemos afirmar que “Fernandes parte de uma geografia das lutas pela terra para interpretar os ‘movimentos sociais como categoria geográfica’, o que os consubstanciaria como ‘movimentos socioterritoriais’”. Isso demonstra a importância das tendências analíticas anteriores para a preparação das condições teórico-metodológicas que contribuem para superar os conteúdos sociológicos presentes nos estudos de geografia sobre movimentos sociais e para a proposição do movimento social como categoria de análise geográfica.

No nosso ponto de vista, abordar simultaneamente a organização e a luta foi fundamental para o salto reflexivo dado pela constituição da geo-grafia dos movimentos sociais, que apresenta como nova a perspectiva da:

[...] construção de categorias emergindo da análise dos movimentos sociais. Isto se diferencia dos esforços analíticos anteriores, em que as teorizações se davam a partir da dimensão espacial das relações e dos conflitos sociais, e os movimentos sociais eram ou o objeto da análise ou o motivador das análises onde as categorias eram “aplicadas”. Agora, as teorizações e as categorias derivam precisamente dos movimentos sociais, constituindo então instrumentos heurísticos espaciais voltados para a análise dos movimentos, ou, com a própria proposição dos movimentos sociais enquanto uma categoria geográfica/espacial (SANTOS, 2006, p. 56, grifos)

nossos).

Mas não se trata do esforço oriundo de uma análise “fragmentada” ora na organização dos movimentos, ora na luta por eles desencadeada, mas, de uma leitura integradora destes processos. Tal procedimento, ancorado no método, estabelece a unidade metodológica para uma abordagem do movimento social por inteiro, e, por meio dos processos que eles desenvolvem, dos espaços que constroem e dos territórios que dominam (FERNANDES, 2000b, p. 60), para construir reflexões geográficas a partir de raciocínios espaciais e da ação do movimento, como o binômio espacialização e territorialização.

Os processos de espacialização e territorialização são práticas espaciais que dimensionam a ação do movimento na sociedade a partir das experiências de criação e recriação de lutas e resistências, como as ocupações de terra, os assentamentos, a ocupação de prédios e bancos públicos, manifestações e marchas nas e para as cidades e bloqueios de rodovias. São movimentos concretos no espaço, desencadeados pelos sujeitos coletivos do movimento a partir da ressignificação de práticas e experiências experimentadas nas diversas lutas cotidianas e compartilhadas nos espaços de socialização política, cujo papel principal tem sido o de preparar as pessoas para o ingresso na luta. Nesse sentido, espacialização deve ser entendida como “movimento concreto das ações do movimento e sua reprodução no espaço”, enquanto a territorialização deve ser entendida como a concretização da ampliação do espaço conquistado pelo movimento.

A espacialização como movimento é circunstancial, é o presente [...]. Ao contrário da territorialização, a espacialização não é expansão, são fluxos e refluxos da multidimensionalidade dos espaços. Portanto não existe ‘desespacialização’. Uma vez realizada torna-se fato acontecido, impossível de ser destruído (FERNANDES, 2005, p. 29).

Como exemplo de espacialização, podemos citar a marcha de um movimento social, a comercialização de mercadorias (signos) que representam sua identidade ou ainda uma panfletagem numa determinada concentração da cidade. Trata-se, pois, de ações cuja intencionalidade é a de se fazer a disputa na sociedade da pauta ou do projeto que motiva o movimento social. A espacialização é o momento em que o movimento social desencadeia determinada ação cujo objetivo é exteriorizar a política do movimento social, dando-lhe visibilidade, inserindo-o na agenda de debates da sociedade e estabelecendo, desse modo, espacializando-se, a disputa política e cultural da sociedade.

Já a territorialização efetiva-se quando há uma conquista de espaço. Podem ou não ser conquistas temporárias do espaço, o que depende da conjuntura política e da articulação dos participantes. Significa também perda temporária de espaço para aqueles que defendem outras posições. Nesse sentido, uma territorialização sempre implica a desterritorialização de outrem, que pode vir a se reterritorializar em outro momento. Como exemplos de territorialização, podemos elencar a materialização da conquista da terra por meio dos assentamentos rurais; da terra urbana por meio das ocupações de prédios desativados acumulando valor nas grandes e médias cidades; a expansão de uma cultura agrícola sobre uma área que até então era ocupada por outro tipo de cultura, ou não era utilizada por essa atividade econômica; ou mesmo, a reprodução de determinada prática cultural em lugar distante do espaço de onde tal prática é oriunda, a exemplo dos hábitos gaúchos na região centro Oeste do país ou do Centro de Tradições Nordestinas, da cidade de São Paulo.

Ao estudar os processos de formação, espacialização e territorialização do MST, Fernandes desenvolveu o conceito de movimento socioterritorial, cuja definição deve ser atribuída àqueles movimentos que têm o território como trunfo, enquanto os movimentos socioespaciais são aqueles que lutam por dimensões, recursos e estruturas do espaço geográfico (FERNANDES, 2000).

Fernandes tem o cuidado de alertar que não se trata de outro sujeito coletivo,

diferente do que é percebido nas ações coletivas designadas de movimento social, e, sim, de uma abordagem geográfica preocupada em buscar a compreensão dos processos geográficos que tais movimentos constroem na luta pelas suas intencionalidades (FERNANDES, 2005).

Ter o território como trunfo significa atribuir a ele o sentido principal da luta; por isso, são territoriais aqueles movimentos cujos objetivos implicam a conquista e a reorganização dos usos dos territórios, inserindo-lhes novos usos e funções. Exemplos clássicos de movimentos socioterritoriais são os de luta pela terra rural e urbana, como o MST e o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras sem Teto (MTST), mas elencamos também os movimentos dos quilombolas, dos atingidos por barragens e os de defesas da terra indígena.

Lutar por dimensões, recursos e estruturas do espaço geográfico é lutar pela justa distribuição dos valores e serviços produzidos nos diversos territórios e disponíveis, apenas, para uma camada de privilegiados da sociedade, apesar de toda sociedade ser a responsável por tal produção. Fernandes considera movimentos socioespaciais as ações coletivas que implicam lutas pela educação pública e de qualidade em todos os níveis e para todos, como também pela melhoria da qualidade da saúde pública e instalação de postos e hospitais especializados nas periferias das cidades.

Além desses exemplos, lembramos, também, os diversos movimentos por melhoria local, como saneamento básico, energia elétrica e a luta contra a carestia e o arrocho salarial. Os movimentos socioespaciais denunciam nas cidades a territorialidade e a qualidade do uso dos equipamentos urbanos, materializados nos serviços públicos vitais para a reprodução da sociedade. Destarte, o seu trunfo é o espaço da realização da política, desde a escala do surgimento da luta até as escalas do poder.

Assim, para Fernandes, conceber os movimentos sociais como categoria geográfica implica o esforço de compreender os processos socioespaciais que lhes dão origens e os espaços e territórios que eles produzem, atuam, lutam, conquistam e perdem.

Segundo Santos (2006), Carlos Walter Porto Gonçalves é outro geógrafo que há muito vem se dedicando à construção de categorias de análise dos movimentos sociais a partir de referenciais da geografia. Mostra que a produção desse autor está vinculada atualmente ao Grupo de Trabalho (GT) “Hegemonias e Emancipações” do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) e tem contribuído para leituras geográficas sobre os movimentos sociais, por meio da identificação do que ele chama de “natureza socioespacial ou, sociogeográfica dos movimentos sociais e que representa a inscrição geográfica de um movimento ou conflito”.

Sobre a natureza socioespacial do movimento social, SANTOS interpreta que Gonçalves,

[...] não busca uma única dimensão espacial dos movimentos, fruto de uma decomposição analítica de diversas possibilidades de leitura espacial de aspectos dos movimentos, mas sim, opera através de complexa observação e ponderação acerca de alguns pilares interpretativos que, combinados, permitem identificá-la e defini-la (SANTOS, 2006, p. 68).

Desvendar a natureza sociogeográfica do movimento social só é possível ao se conceber o movimento social como fato espacial. Neste sentido, Santos aponta que Gonçalves busca na física a concepção de que movimento é mudança de posição.

[...] no caso dos movimentos sociais, mudança de posição social e geográfica, visto que a posição social compreende estruturas de relações sociais que se dão no espaço, construindo uma ordem espacial hegemônica (ibid, p. 70).

A inscrição sociogeográfica do movimento não está onde se concretiza o conflito ou um ato no conflito (como uma manifestação ou um enfrentamento), ela está associada com as causas motivadoras da luta, cuja natureza sociogeográfica está relacionada ao espaço

urbano e rural, ou aos dois ao mesmo tempo.

Para a construção da natureza sócio-geográfica do movimento, Santos assinala

[...] a importância de constituição de categorias de leitura indicativas dos instrumentos que os movimentos podem mobilizar na sua luta pela redefinição de territorialidades. Estas categorias serão os atributos da 'matriz' que constrói a natureza sociogeográfica (SANTOS, 2006, p. 76).

Os atributos analisados são: 1 – Motivo e objeto do conflito; 2 – os protagonistas; 3 – os antagonistas; 4 – os tipos de organização; e, 5 – formas de manifestação. A análise de todos eles concomitantemente possibilita a significação da natureza sociogeográfica do movimento. Vale frisar que nessa acepção o protagonista equivale às características que atribuímos ao sujeito, como pode ser percebido no trecho a seguir:

A ideia de “protagonista” aparece, em Porto-Gonçalves, como sendo ele o princípio da ação, um princípio que é o “personagem” (sujeito) como indissociável de seu cenário (espaço). [...] Os protagonistas dos movimentos e das lutas sociais são, neste sentido, aqueles que negam esta ordem sócio-espacial, são potenciais portadores de novas ordens socioespaciais, são aqueles que negam o seu lugar (ou, o lugar que lhes é destinado pelos grupos dominantes) numa ordem (ibid, p. 77) [sic].

Para nós, o protagonista, mesmo desempenhando relativa autonomia na ação, está situado no campo dos atores políticos, cujas ordens são determinadas. É ator diferenciado devido à consciência do papel por si desempenhado.

Considerações finais

Assim, encerramos nossa reflexão acerca dos movimentos sociais, suas representações, organizações, ações, enfim, suas geografias “desnudas” pela nova geografia que se faz crítica no cotidiano de sua permanente produção, sem encerrar o debate. Ao contrário. Pensamos que se trata de temática fundamental para o desenvolvimento epistemológico da Geografia por possibilitar abordagens diversas que propõem debates articulados acerca de projetos de sociedades, produções de espaços, disputas socioespaciais e socioterritoriais, a articulação de escalas no que se refere às questões do método nas abordagens dos objetos, como às questões de natureza política que se referem às escalas do poder e da disputa do mesmo seja nas instituições políticas seja nas instituições científicas (que também são políticas) que orientam os caminhos que, em tese, devemos seguir enquanto pesquisadores.

Nesse sentido, acreditamos ter contribuído para um percurso que aborda a produção da geografia brasileira dos últimos 30 anos e sintetiza o processo que fez da análise geográfica dos movimentos sociais um olhar sofisticado sobre os movimentos e seus papéis na produção dos espaços territoriais e nos espaços sociais, assentando dessa forma mais um alicerce no campo das ciências sociais para a compreensão da sociedade, para além das análises centradas apenas no recorte temporal.

Referências

CASTORIADIS, Cornelius. **Instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1982, 418p.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992, 247p.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, 103p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000, 319p.

_____. **Movimento social como categoria geográfica**. Terra Livre. São Paulo: AGB, n. 15, 2000b, p. 59-85.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, ano 8, n. 6, Janeiro/Junho de 2005. Presidente Prudente: Depto de Geografia, UNESP. Disponível em: www4.fct.br/grupos/nera/revistas/06/Fernandes.pdf, acesso realizado em 13/02/2007.

FORRESTER, Viviane. **Horror econômico**. São Paulo: Editora UNESP, 1997, 154p.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e modernos**. 3ª edição. São Paulo: Loyola, 2002, 383p.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997, 360p.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. – São Paulo: Editora Vozes, 1981, 185p.

MOREIRA, Ruy. (org.). **Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982, 236p.

_____. **Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007, 188p.

MOISÉS, José Alvaro; MARTINEZ-ALIER, Verona. A revolta dos suburbanos ou “patrão, o trem atrasou”. In: MISÉS et al (orgs.). **Contradições urbanas e movimentos sociais**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 13-63.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988, 101p.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991, 168p.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. (Tese de Doutorado). Presidente Prudente-SP, Unesp, 2008, 239p.

QUAINI, Massimo. **Geografia e Marxismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1979, 155p.

RODRIGUES, A. M. Na Procura do Lugar o Encontro da Identidade: Ocupação coletiva de Terra-Osasco. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1988.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. - São Paulo: Paz e Terra, 1988, 327p.

SANTOS, Milton Santos. **Sociedade e espaço: a formação social como categoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia, nº 54. São Paulo: USP, 1977 p. 81-100.

_____. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3ª edição. São Paulo:

Hucitec, 1999, 308p.

_____. **Por uma Geografia nova:** Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, 285p.

_____. **Espaço e método.** 5ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 120p.

SANTOS, Regina Célia B. **Movimentos sociais urbanos.** São Paulo: Editora da UNESP, 2008b, 173p.

SANTOS, Renato Emerson dos. **“Agenda & agências:** a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes”. 350 f. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SOJA, Edward. O espaço como questão pessoal. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon; COELHO, Maria Célia Nunes; MELLO, Aureanice (orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo:** espacialidades contemporâneas (I). Rio de Janeiro: Lamparina: Anpege, Faperj, 2007, p.17-51.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. **O desafio metropolitano:** um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, 368p.

_____. **A prisão e a ágora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 632p.

_____. **A “nova geração” de movimentos sociais urbanos** – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. In.: Revista Cidades, vol. 6 – nº9, 2009. – São Paulo: Expressão Popular, p. 9-25.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da classe operária inglesa:** a força dos trabalhadores: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b, 440p.

_____. **A formação da classe operária inglesa:** a árvore da liberdade: Rio de Janeiro, 1987a, 204p.

TOURAINÉ, Alan. **Crítica da modernidade.** – São Paulo: Editora Vozes, 1999, 431p.

_____. 1977. **Movimentos Sociais e ideologias nas sociedades dependentes.** In: ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (org.). **Classes médias e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 35-51.

Recebido para publicação em 29 de maio de 2013

Devolvido para revisão em 08 de outubro de 2013

Aceito para publicação em 06 de novembro de 2013

La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay¹

Selene Morales

Doctora en Medicina y Tecnología Veterinaria
Docente del Centro Universitario de Paysandú
Universidad de la República (UdelaR), Uruguay
e-mail: smorales@cup.edu.uy

Resumen

Desde la concepción de territorio propuesta por Fernandes (2009) se analiza el desarrollo del capitalismo agrario en el Uruguay y las políticas estatales llevadas adelante en respuesta al proceso de globalización. Desde esta perspectiva, la expansión de la soja o “sojización” responde a un proceso de expansión del capital en el marco de un modelo de desarrollo que tiene a la tierra como centro de disputa (en términos de propiedad y formas de uso). El Estado Uruguayo, desde la asunción al gobierno de la coalición de partidos de izquierda, ha propiciado una serie de cambios en las políticas agropecuarias que favorecen la inversión de los grandes capitales (fundamentalmente extranjeros) y el desarrollo del agronegocio sin generar propuestas para el desarrollo de relaciones no capitalistas. Al aumentar la demanda, los precios de la tierra han crecido exponencialmente generando la desterritorialización de la producción familiar ejemplo de quienes han sobrevivido varias crisis y han generado relaciones no capitalistas. Bajo éstos términos la reestructuración agropecuaria pone en jaque la soberanía de todos los uruguayos, y el desarrollo con justicia social.

Palabras-clave: territorio, desarrollo rural, políticas estatales, capitalismo agrario, producción familiar.

Resumo

A “sojização” e a terra em disputa: desenvolvimento do capitalismo agrário no Uruguai

De acordo com a concepção de território proposta por Fernandes (2009), analisa-se aqui o desenvolvimento do capitalismo agrário no Uruguai e as políticas estatais elaboradas em resposta ao processo de globalização. Nesta perspectiva, a expansão da soja ou “sojização” responde a um processo de expansão do capital no marco de um modelo de desenvolvimento que tem a terra como centro da disputa (em termos de propriedade e formas de uso). O Estado uruguaio, desde a assunção do governo da coalizão de partidos de esquerda, tem propiciado uma série de mudanças nas políticas agropecuárias, estimulado a inversão dos grandes capitais (fundamentalmente estrangeiros) e o desenvolvimento do agronegócio sem gerar as propostas para o desenvolvimento das relações não capitalistas. Com o aumento da demanda pela terra os preços fundiários aumentaram exponencialmente, gerando a desterritorialização da produção familiar, setor que tem sobrevivido a várias crises e tem gerado relações não capitalistas. Sob esses termos, a reestruturação agropecuária põe em xeque a soberania de todos os uruguaio e, portanto, o desenvolvimento com justiça social.

¹ Artigo produzido no marco do Projeto CAPES PFG 014/2011 – UNESP/UDELAR “Questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil e Uruguai”.

Palavras-chave: território, desenvolvimento rural, políticas estatais, capitalismo agrário, produção familiar.

Abstract

"Sojización" and disputed land: agrarian capitalism development in Uruguay

Based on Fernandes (2009) definition of territory, agrarian capitalism development and state policies carried on in Uruguay in response to globalization are analyzed. From this point of view soybean production expansion, known as "sojizacion", is the result of a development model having the land as its centre (in terms of ownership and use). The Uruguayan government, since the arriving of the left coalition to power, has supported changes in the agriculture policies favoring the development of big capital investment (mainly foreign ones) and agri-business without generating the development of non-capitalist relationships. Under these terms, the agricultural restructure conditions and endanger the national sovereignty of Uruguayan people and economical development with social justice.

Keywords: territory, rural development, state policies, agrarian capitalism, family production

Introducción

El origen de la producción agropecuaria del Uruguay es determinada por sus características agroecológicas naturales, la evolución histórica de los tipos de producción predominantes y los distintos actores que se instauran en el país. Desde el siglo XVII predomina la ganadería siendo secundaria la agricultura que es destinada al mercado interno hasta la década de 1980, época donde comienza su expansión con un crecimiento explosivo a comienzos del siglo XXI. Este crecimiento se explica por la consolidación de relaciones capitalistas en el sector agroindustrial, en particular vinculado a la expansión de la producción de soja, proceso que se ha denominado "sojización".

En el presente artículo se sostiene que el Estado Uruguayo ha impulsado su crecimiento económico basado en el desarrollo del gran capital, favoreciendo la "sojizacion" y fomentando la exclusión de los sectores no capitalistas, representados fundamentalmente por la producción familiar.

Para esto se toma como categoría de análisis el concepto de territorio y la tipología planteada por Fernandes (2010). Posteriormente se realiza la contextualización histórica del desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay tomando como referencia los cortes temporales propuestos por Lara Flores (1998). Se analiza la situación en Uruguay de acuerdo a la tipología de los territorios, detallando en primera instancia el desarrollo de las políticas públicas y la situación de dos actores en conflicto que representan los territorios capitalistas y no capitalistas. Finalmente se fundamenta la noción del Estado como promotor del agronegocio.

Contextualización teórica: tipología de los territorios según Bernardo Mançano Fernandes

La concepción de territorio es un tema central a la hora de generar las políticas estatales. La Globalización, con la hegemonía de las políticas neoliberales propició el debate académico y dos vertientes de concepto de territorio. Para Fernandes (2009, 2010) hay dos paradigmas que disputan el concepto, el Paradigma del Capitalismo Agrario donde el territorio se asemeja al de espacio o región, fundamentalmente por la ausencia del análisis de las contradicciones y conflictividades. Y para el Paradigma de la Cuestión Agraria el punto de partida del territorio es la soberanía, explicitada por la resistencia a la

desterritorialización que acontece durante la implementación de políticas de desarrollo, evitando similitudes con el concepto espacio o región. Las políticas neoliberales desterritorializan las comunidades campesinas e indígenas o generan mecanismos de subordinación, generalmente a través del control de las tecnologías o el mercado (FERNANDES, 2009).

Según Fernandes (2009, 2010) el territorio como concepción ideológica puede ser visto como espacio de gobernancia o como categoría de análisis. El contenido implícito en el término no es casual ni neutro y tiene una intencionalidad definida pero no muchas veces explicitada claramente. La significación del concepto está definida por “la intencionalidad” que se comprende como una “propiedad del pensamiento y de la ideología en el que el sujeto delibera, plantea, proyecta, dirige y propone la significación” (FERNANDES, 2009, p.38), por consiguiente la interpretación que este sujeto hace se realiza a través de las relaciones sociales en los procesos de producción del espacio y la comprensión de ese proceso. O sea que de acuerdo con la intencionalidad, los territorios pueden ser vistos de diferentes formas.

En los “abordajes territoriales” predominan los análisis desde la dimensión económica y la dimensión social, con una acepción de territorio como unidad geográfica. Muchas veces el concepto es utilizado como instrumento de control social para subordinar las comunidades rurales a los modelos de desarrollo de las transnacionales. Pero el territorio visto como categoría de análisis, pone en el centro las relaciones sociales y la conflictividad generada en la disputa territorial. El espacio es entendido como la materialización del hombre en su existencia, como una totalidad conformada por sistemas de objetos y de acciones entramadas de forma inseparable, el territorio es una construcción a partir del espacio geográfico. (FERNANDES, 2010).

Las clases sociales formadas por personas que ocupan la misma posición en las relaciones sociales de producción, generan diferentes espacios y territorios que se reproducen. Fernandes (2009) propone una tipología que toma al territorio como categoría de análisis para comprender las diferencias en la producción espacial y territorial, cómo se organizan y reproducen. Analiza además, a partir de esta lógica, cómo las relaciones y clases sociales aparecen con características específicas y contrapuestas entre sí. En otras palabras, se distinguen territorios capitalistas y territorios no capitalistas, ambos producidos por diferentes relaciones sociales y en disputa permanente.

Teniendo presente la totalidad del territorio, se presentan sintéticamente los tipos de territorio utilizados para el análisis. El *Primer territorio* es el *espacio de gobernancia* de la nación en diferentes escalas (nacional, regional, municipal). En él se desarrollan los otros territorios producidos por las diferentes clases sociales. En la constitución de un modelo de desarrollo se organizan la infraestructura y los servicios determinando los tipos de usos del territorio. En los últimos años las transnacionales han comprado grandes extensiones de tierra imponiendo su modelo de desarrollo expandiéndose sobre los territorios campesinos e indígenas. El *Segundo territorio* refiere a la *propiedad particular*, como un espacio de vida, individual o comunitaria, en otras palabras son los tipos de propiedades particulares. Las propiedades pueden ser definidas por el valor de uso y/o su valor de cambio. El segundo territorio incluye las propiedades privadas no capitalistas, familiares o comunitarias y las propiedades capitalistas. La disputa territorial se da por dos mecanismos i) la desterritorialización, ii) o por el control de las formas de uso y acceso a la tierra. El *Tercer territorio* es el *espacio relacional* generado a partir de las conflictividades, está formado por los diferentes espacios controlados por relaciones de poder. Son territorios flexibles y móviles producidos e insertos en el primer y segundo territorio (FERNANDES, 2009, 2010).

A su vez Fernandes (2009, 2010) plantea la existencia de dos modelos de desarrollo, por un lado el modelo del agronegocio, que se desarrolla a partir del monocultivo a gran escala, usando agroquímicos cultivos transgénicos, cuyas características son el trabajo asalariado y la alta mecanización, con un paisaje homogéneo donde predomina el monocultivo y la escasez de población. Este modelo tiene como objetivo la maximización de ganancias. Por otro lado, está el modelo campesino basado en múltiples cultivos en pequeña escala, que busca la biodiversidad sin la utilización de agrotóxicos, donde

predomina la producción familiar y existe poca mecanización. Esto genera un paisaje heterogéneo caracterizado por la presencia notoria de la población que lo habita, cuyo objetivo primario es su existencia y el desarrollo de las dimensiones de la vida en dicho territorio. Es por esto que en este territorio no sólo se producen mercancías, sino que además se produce cultura e infraestructura social (FERNANDES, 2009).

Contextualización histórica: desarrollo del capitalismo agrario y la agricultura

Según Lara Flores (1998) el desarrollo del capitalismo agrario en América Latina y sus características históricas puede analizarse en tres períodos enmarcados dentro del desarrollo tecnológico. El primer período, de tipo manufacturero-artesanal se extiende hasta finalizada la segunda guerra mundial. El segundo período es la etapa de tecnificación acelerada, se caracteriza por la tractorización y revolución verde, se vincula también al proceso de industrialización sustitutiva de importaciones. Aparecen las transnacionales en el mundo, se inicia un nuevo modelo de crecimiento que da como resultado una globalización económica y genera lo que la autora establece como tercer etapa de desarrollo tecnológico que conduce a una reestructuración productiva del sector (LARA, 1998). De acuerdo a los cortes temporales planteados por Lara Flores (1998), Rossi (2010a, 2010b) realiza una contextualización de éstos períodos en el Uruguay. Tomando como referencia el trabajo de ambas investigadoras en este apartado se pretende hacer énfasis en la evolución y transformaciones de la agricultura en el país y los actores que predominaron en cada período.

El Uruguay tiene una superficie de 17,6 millones de hectáreas, de las cuales 16,3 millones se encuentran destinados a la explotación primaria de alimentos. El paisaje en el campo uruguayo, determinado por las características agroecológicas naturales, tipos de producción y actores que se instauran en ella, está pautado por los procesos históricos que en él se han desarrollado.

A principios del Siglo XVI Hernando Arias de Saavedra introduce el ganado vacuno. No existían las grandes riquezas naturales codiciadas en aquel entonces, pero existían excepcionales condiciones para el pastoreo del campo natural; así el ganado se reproduce libremente y se expande constituyéndose como la principal riqueza de la región (PIÑEIRO; MORAES, 2008, SOLARI, 1958).

Las transformaciones de la sociedad rural uruguaya están marcadas por un proceso que ocurre entre el reparto original de tierras y el alambramiento de las mismas (1860), entre uno y otro evento histórico pasan 150 años. En el Siglo XVI, previo a la fundación de Montevideo el reparto de tierras por parte de la corona Española fue escaso. Ya en esa época se dan las denominadas “vaquerías” impulsadas por los “faeneros” comerciantes (provenientes fundamentalmente de Buenos Aires), que consistían en organizar grupos de 30-40 personas para la caza del ganado salvaje y extracción del cuero vacuno, único subproducto de valor de la época. Con la fundación de Montevideo en el Siglo XVII se registran grandes extensiones de donaciones por parte de la Corona Española (Carlos III), todas ellas de más de doscientas mil hectáreas.

La tierra en sí misma no tenía un valor económico importante, el valor lo daba el ganado que la poblaba. Es así que la *estancia cimarrona*, como propiedad privada surge como una especie de centro poblado (sin límites precisos) a partir de donde se efectuaban las faenas al estilo vaquerías, en paralelo se convive con las vaquerías clandestinas, que con el devenir del tiempo entran en conflicto. Es de destacar en el proceso de valorización del ganado el papel relevante que cumplen los saladeros (1786) introduciendo la valorización de la carne. A diferencia de la estancia cimarrona, se desarrolla una zona de chacras, de mucho menor extensión, en los alrededores de la ciudad de Montevideo, aquí se instauran los primeros agricultores con el fin de proveer el mercado interno. El Uruguay independiente nace con el legado de un reparto de tierras sin planes racionales, en la campaña uruguaya dominan los latifundios asociados a la ganadería y a la exportación, y los minifundios asociados a la agricultura y abastecimiento de alimentos a los centros poblados,

ambas explotaciones extensivas. Una agricultura con métodos primitivos de cultivo, con dificultades en el transporte, productos mal pagos y mano de obra cara. Estos “agricultores”, el “estanciero” y el “gaucho” son los actores de éste periodo previo a la modernización, el gaucho con la destreza necesaria para cazar el ganado salvaje puebla la campaña de forma nómada e independiente. La estancia de tipo patriarcal, feudal no conocía otra autoridad que el dueño, la familia propietaria se rodeaba de familia de trabajadores o simplemente integrantes de la corte (SOLARI, 1958).

Con el alambramiento de los campos, y el agotamiento de la frontera agrícola, se inicia el período conocido como *Modernización Rural* (1860-1914). El alambramiento, promovido por los estancieros nucleados en la Asociación Rural del Uruguay, trajo consigo la delimitación efectiva y real de la tierra; culmina así un período de apoderamiento progresivo sin límites claros y se constituye la propiedad jurídica de la misma, marca el fin de la estancia cimarrona. Disminuye la necesidad de mano de obra para trabajarla y ésta población que rodea las estancias constituirá los “rancheríos”, focos de pobreza extrema (SOLARI, 1958). Pero la Modernización rural es fundamentalmente un ciclo de transformaciones de tipo tecnológicas, productivas e institucionales que llevan a la máxima utilización y aprovechamiento de la pradera natural. Se marcan como acontecimientos fundamentales, además del alambramiento ya citado, la introducción del ovino, la mestización del ganado, expansión del ferrocarril y aparición de frigoríficos. La revolución institucional se plasma en la imposición de los derechos individuales de propiedad sobre los recursos productivos del sector: tierra, ganado, trabajo humano (PIÑEIRO; MORAES, 2008). Es de destacar que la estancia sufre transformaciones hacia una especialización comercial, se altera profundamente el sistema de explotación pero se mantiene el tipo de explotación extensiva (SOLARI, 1958).

En el Siglo XX entramos en el período de *Reformismo Battlista* (1903-1933) que incluyen los dos gobiernos de José Batlle y Ordoñez. El Estado tiene una fuerte intervención que afecta la estructura agraria del momento. Se pone en funcionamiento un modelo de *Estado de Bienestar*, llevando adelante un plan reformista. El excedente ganadero se conduce al desarrollo de la industria nacional y también al desarrollo urbano (ROSSI 2010b). Bajo una fuerte crítica a los efectos de la modernidad (despoblación de la campaña, marginación de la mano de obra, latifundio como forma de propiedad) se promueve un modelo de desarrollo para el sector agropecuario conocido como *modelo agroexportador*, con acciones políticas dirigidas hacia el desarrollo tecnológico, de la agricultura y al fomento de la población de la campaña² (BERTINO, 2000).

Se consolida entonces este modelo agroexportador con base en un complejo productivo ganadero de escala nacional, donde se diferencian zonas criadoras y zonas invernadoras según predomine la cría o engorde del ganado respectivamente (ambas zonas se articulan), cuya principal salida son los frigoríficos. Las zonas agrícolas, fundamentalmente cerealeras (zona sur Río Negro y focos del Litoral), no se integran a la ganadería, más bien compiten, y su producción se destina fundamentalmente al mercado interno (PIÑEIRO; MORAES, 2008).

Luego de la crisis de los 30 la ganadería uruguaya entra en un largo período (hasta la década del 90) conocido como *estancamiento ganadero* donde los índices de productividad no crecen. El peso que tiene la ganadería en la balanza comercial es tal que provoca falta de crecimiento de la economía en general (y por lo tanto falta de excedente para redistribuir en la sociedad), con varias consecuencias de orden social. Repercute en las industrias procesadoras, el empleo, la generación de divisas para las importaciones y crecimiento del mercado interno (PIÑEIRO, 2004a, SOLARI, 1958). A esto se le agregan los problemas sociales provocados por la particularidad del sistema latifundista en sí mismo que beneficia a pocas personas y emplea muy poca mano de obra (SOLARI, 1958).

² Algunas de las medidas que se tomaron fueron: (i) recuperación de las tierras fiscales (tierras ocupadas por privados sin título) que serían utilizadas en la colonización agrícola; (ii) ataque al latifundio improductivo con medidas impositivas, principalmente el impuesto progresivo sobre la tierra; (iii) ampliación del crédito al agro, especialmente a los pequeños productores; (iv) la continuación de la política, impulsada desde fines del siglo XIX, de protección a los agricultores en la comercialización de sus productos (BERTINO, 2000, p.29).

Finalizada la segunda guerra mundial (1939-1945), entramos en el período de *Tecnificación Acelerada*, la segunda etapa del desarrollo del capitalismo en simultáneo a la *industrialización sustitutiva de importaciones*. Como se detalla al final del presente capítulo es un período de “agriculturización” del país a través de la difusión de paquetes tecnológicos (revolución verde) y mecanización agraria. Crece la industria cerealera, oleaginosas y todos los cultivos que las condiciones naturales del país permiten (caña de azúcar, fruticultura, horticultura, etc.), y se crean verdaderos y nuevos complejos agroindustriales (azúcar, arroz) con el objetivo de lograr el mayor autoabastecimiento posible. Aún entonces, la superficie agrícola nunca superó 1,5 de las 16 millones de hectáreas de superficie útil que tiene el país (PIÑEIRO, 2004a). Se logra así una gran diversificación. Luego de la crisis de la industrialización sustitutiva de importaciones algunos complejos caen, como el azucarero, y otros se reformulan como el arroz. A pesar de la diversificación dada en éste período, predominó la agricultura cerealera (trigo, maíz fundamentalmente). La *Reestructuración productiva* (tercer período del capitalismo agrario) se asienta en el último cuarto del Siglo XX, junto con una fase expansiva y ascendente de la producción y productividad agropecuaria. La misma se explica fundamentalmente por procesos mundiales a nivel de demanda comercial, formas de comercialización y cambios tecnológicos. Se expanden en Latinoamérica las agroindustrias transnacionales promoviendo una organización de la economía basada en modelos agroindustriales, lo que se asienta en un marco de internacionalización de los intercambios y en la creciente demanda de materias primas y alimentos de las economías emergentes (principalmente asiáticas pero también latinoamericanas) (GUIBERT et al., 2011. PIÑEIRO; MORAES, 2008, ROSSI, 2010b). Pero la especialización productiva no se da solo a nivel país, es un fenómeno a nivel mundial, se conforman regiones agropecuarias convertidas en espacios de producción de materia prima (GUIBERT et al., 2011).

El crecimiento de la producción agropecuaria en el país empieza a ser marcado a partir de 1983 con cambios en la composición del Valor Bruto Producido (VPB). Las tendencias hasta ese momento mostraban un predominio de la ganadería y en particular de la lana. De aquí en más crece de forma más acelerada el sector agrícola que el ganadero. Al analizar la composición del VPB agropecuario hasta el año 2000, se observa que en el sector ganadero (representando alrededor del 50% del VPB) la lana pierde importancia dado el largo período de precios desfavorable que provocan la baja del stock, incrementan su participación la carne y leche. En el sector agrícola desaparecen cultivos (lino, remolacha), comienza a crecer la soja y cebada; se destaca el incremento del arroz y la forestación al tiempo que se reduce fuertemente la participación del trigo, maíz y girasol (ANCELA; MELGAR, 2004). Luego de un extenso período (más de 50 años) se vislumbra el fin del estancamiento de la producción agropecuaria. El mismo se explica por la intensificación de la ganadería a raíz de cambios tecnológicos³ y sanitarios; la forestación impulsada por una fuerte política subsidiaria e inversiones extranjeras; y por la expansión de la agricultura fundamentalmente soja y en menor medida otros granos y oleaginosas (PIÑEIRO; MORAES, 2008, ANCELA; MELGAR, 2004).

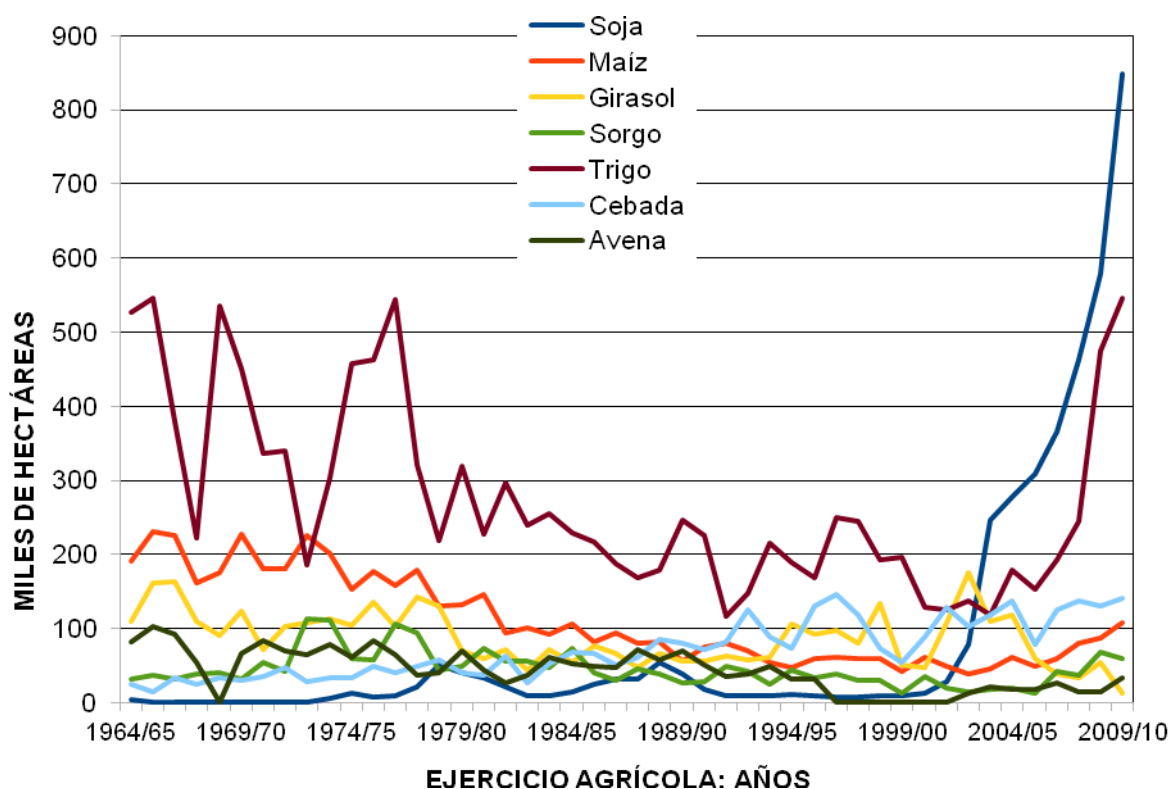
Este despegue de la producción es acompañando por un aumento del PBI agropecuario pero a menor ritmo, hasta 1999 crece a una tasa acumulativa anual de 2,1%, en el 2000 dada la crisis económica regional cae más del 15% para luego retomar el crecimiento a un ritmo de 9,5% explicado fundamentalmente por el crecimiento de la producción de granos, la soja pasa de tener una participación casi nula en el VPB a representar el 30% del VPB agrícola (ANCELA; MELGAR, 2004, ARBELETICHE; CARBALLO, 2008)

Esta expansión explosiva de la soja que se dio a conocer como “sojización” se acompaña de la producción de trigo, y provoca cambios en el tipo de rotación predominante hasta ese momento. El cambio se realiza de una rotación de cultivos agrícolas con pastura, a la agricultura continua a predominio de trigo-soja (ver Gráfico 1). El ciclo pasa a ser

³ Según Piñeiro (2008) es a fines del SXX que a raíz de la incorporación de la siembra directa, se integra la ganadería con la agricultura.

predominantemente estival, y pierden protagonismo los granos forrajeros (maíz y sorgo). La producción se orienta al mercado externo. Se expande en el país en nuevas localizaciones donde históricamente la agricultura no tenía peso, desplaza a otros rubros como la ganadería (fundamentalmente el engorde) hasta ese momento complementaria en el uso del suelo, y en menor medida a la lechería. Así la agricultura pasa a predominar en las zonas de mejores suelos, la cría continúa en los de menor aptitud y el engorde pasa de sistemas pastoriles a engorde a corral (GUIBERT, 2011).

Grafico 1 Evolución del área sembrada de cultivos de invierno y verano



Fuente: MGAP-DIEA, Series históricas de datos

Existen algunas particularidades en el desarrollo de la agricultura en Uruguay a destacar. Como se mencionó, nace como necesidad de abastecer los centros poblados y subordinada por la ganadería, es así que se concentra en primera instancia (período colonial y moderno) fundamentalmente en los alrededores de Montevideo⁴, expandiéndose posteriormente a Canelones, San José. Predominan los minifundios y el régimen de arrendamiento. Es en el Batllismo⁵ que se genera el primer impulso para su desarrollo fundamentalmente mediante el estímulo a la diversificación (fruticultura, oleaginosas, vitivinicultura). En éste período (1903- 1933) se expande a otras zonas aptas, esta expansión también se explica por el mejoramiento en el transporte (por ende colocación de productos), impulso de las industrias y segunda ola de colonización (muchos de los colonizadores europeos son agricultores). En las zonas cercanas a Montevideo, Colonia, San José, Florida y Canelones se introducen el complejo agroindustrial lechero y/o azucarero (remolacha) dejando a un segundo plano el cultivo de maíz y trigo característico del lugar. El agotamiento de la tierra hace que la zona agrícola se desplace hacia el Oeste; y comienza la extensión

⁴ La división política del Uruguay es en 19 Departamentos: Artigas, Canelones, Cerro Largo, Colonia, Durazno, Flores, Florida, Lavalleja, Maldonado, Montevideo, Paysandú, Río Negro, Rivera, Rocha, Soriano, San José, Salto, Tacuarembó y Treinta y Tres.

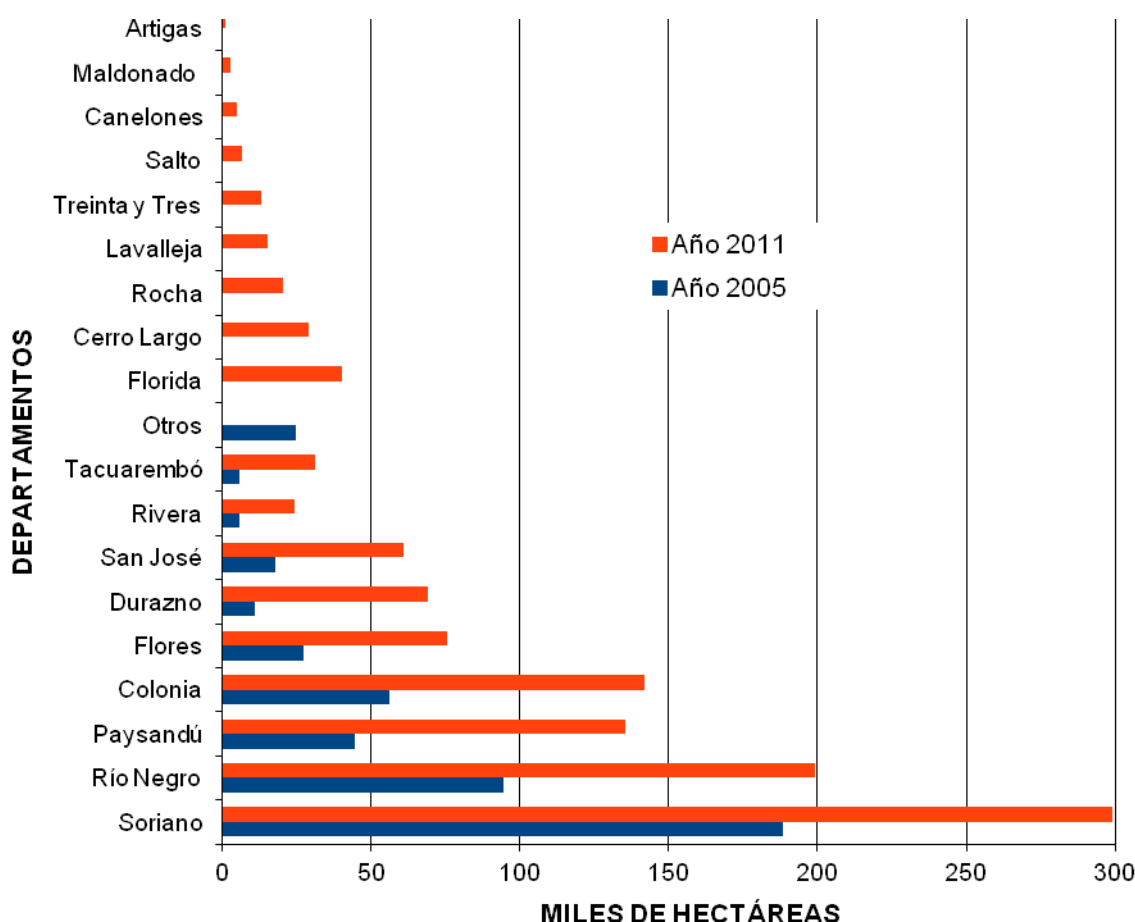
⁵ Batllismo alude al período denominado *Reformismo Batllista (1903-1933)* que incluyen los dos gobiernos de José Batlle y Ordoñez.

de cultivos agrícolas hacia el Litoral del Uruguay. Se llega así al impulso de la revolución verde, con la propuesta sistemática con semillas mejoradas (híbridas) y la rotación de cultivos (BERTINO, 2000).

Tomando el análisis de las Zonas Agroeconómicas definidas por Cancela y Melgar (2004), vemos que la distribución de la agricultura hasta el 2000 se daba básicamente en dos zonas: i) **la Zona Lechera**, compuesta por los departamentos de Florida y San José, hasta Colonia. Los cultivos cerealeros e industriales en 1956 representaban el 17,5%, en el 2000 menos del 5%; ii) **la Zona Litoral triguera** compuesta por Colonia, Soriano, Río Negro, Paysandú y Salto. De tierras muy fértiles, el cultivo de trigo se asocia con girasol y lino. Los cultivos cerealeros e industriales que ocupaban más del 32% del área se concentran en la mitad de la superficie, desaparecen los cultivos industriales de remolacha y lino. En el 2000 aparece la forestación que pasa a ocupar el 6% del suelo.

La expansión agrícola avanza posteriormente hacia otras zonas no tradicionales de agricultura. Favorecida por varias condiciones como son: la disponibilidad de recursos naturales e infraestructura, facilidades portuarias, capacidad de almacenaje y carreteras. Además de los cambios tecnológicos asociados a la difusión de la siembra directa, Organismos Genéticamente Modificados, intensificación en uso de insumos y de forma más eficiente, en especial fertilizantes (GUIBERT et al., 2011). En el Gráfico 2 se muestra la expansión y aparición de cultivos de verano a nivel de los Departamentos del Uruguay entre los años 2005 y 2011.

Gráfico 2: Superficie en miles de hectáreas de cultivo de verano años 2005-2011, según Departamentos (división política del Uruguay)



Fuente: MGAP DIEA Encuesta agrícola, 2005-2010

Aunque aún no se ha llegado a los máximos históricos en área sembrada, se produjeron 12 zafas de crecimiento ininterrumpido del cultivo de soja llegando a 862.000 hectáreas en la zafra 2010/2011 (MGAP- DIEA 2012).

Análisis de la situación en Uruguay: el Estado y las políticas públicas.

El espacio de gobernanza de la nación es el punto de partida de la existencia humana. Siendo indisociable del segundo y tercer territorio, el primer territorio es determinante en los tipos de territorio que en él existen, las definiciones políticas no son neutras. A partir de la segunda mitad del Siglo XX el gobierno uruguayo ha mantenido una coherencia histórica en sus definiciones que han respondido de acuerdo a la dinámica comercial internacional. Específicamente en el sector agropecuario la forma que adquirió la reestructuración agropecuaria en el Uruguay ha sido pautada por el mercado capitalista globalizado, que con su vuelco a la producción primaria de los últimos años ha crecido irrestrictamente en el campo uruguayo. A continuación se describen las principales políticas que han afectado a este sector.

En este sentido las políticas generales durante el Siglo XX han estado relacionadas al tipo de inserción internacional. Según Piñeiro y Moraes, con retrocesos y avances, a partir de 1955 (caída del modelo de industrialización sustitutiva de importaciones) mantuvieron la direccionalidad hacia la liberalización del funcionamiento económico. El papel del sector agropecuario en las políticas de crecimiento fueron inestables, a pesar de que discursivamente prometían una “vuelta al campo” luego de 1959, es decir un retorno a la tradicional especialización productiva en productos ganaderos (PIÑEIRO; MORAES, 2008). Es de destacar que a partir del mismo año comienzan los apoyos económicos de las agencias de cooperación internacional, a través de proyectos dirigidos a distintas partes del sector agropecuario y fundamentalmente abocado al desarrollo y promoción de tecnologías, en especial Banco Mundial (BM) y Banco Interamericano de Desarrollo (BID). Ejemplo de estos proyectos de apoyo económico son, “Livestock Improvement Project”⁶ (BM, 1959) “Proyecto de pequeñas obras de riego”⁷ (BID, año 1966), “Prioridades sector Agrícola en Uruguay”⁸ (BID, 1969).

Muchos de ellos con foco en los pequeños productores y desarrollo de su competitividad. La particularidad de estos proyectos es que generaron deuda externa y no actuaron coordinados entre sí ni el Estado propició un ámbito de coordinación, lo cual es razonablemente lógico con las políticas de apertura externa y desregulación del Estado en el marco de la globalización de la economía mundial.

En el gobierno del partido nacional (partido político tradicional de derecha), en el período comprendido entre los años 1990-1995, se llevan adelante las reformas estructurales del Estado más relevantes y necesarias para garantizar las condiciones de inclusión en el mercado globalizado. La nueva versión de crecimiento hacia afuera e inserción económica, ésta vez se afirma con los países vecinos a través del MERCOSUR (PIÑEIRO; MORAES, 2008).

En el año 2002 se da una profunda crisis en el país, relacionada con una caída de los precios agrícolas en el mercado internacional pero también vinculada a cuestiones estructurales como lo son: la distribución de tierras y activos físicos, agotamiento de un modelo tecnológico productivista, el tipo de modelo económico- financiero (privilegia al sistema financiero ante el productivo) y formas de inserción del país en los mercados internacionales (PIÑEIRO, 2004). A pesar de lo cual los partidos políticos de izquierda que inician su gobierno por primera vez en la historia en el año 2005, no generan cambios

⁶ Ver presentación en:

<http://documentos.bancomundial.org/curated/es/1959/12/1551892/uruguay-livestock-improvement-project>

⁷ Ver presentación en:

<http://www.iadb.org/es/proyectos/project-information-page,1303.html?id=TC6608056#.UmFssFPVt5Y>

⁸ Ver presentación en:

<http://www.iadb.org/es/proyectos/project-information-page,1303.html?id=TC6903018#.UmFsilPVt5Y>

estructurales importantes, son funcionales a los mercados capitalistas globalizados. Impulsan políticas que favorecen la inserción nacional de los grandes capitales (ex-transnacionales). Ejemplos de estas políticas, que afectan todos los sectores productivos del país y en particular al sector agropecuario, son la promoción de inversiones extranjeras y políticas productivas con visión a largo plazo. Específicamente en el sector agropecuario existen una serie de definiciones que operan de acuerdo a lo planteado por Oyhantçabal (2013) como políticas compensatorias, un ejemplo es la creación de la Dirección General de Desarrollo Rural en la órbita del Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca (MGAP), cuyo alcance es mínimo en comparación con los cambios provocados por la expansión del gran capital. Estas definiciones políticas serán desarrolladas en los párrafos siguientes.

En el primer período de gobierno de izquierda (2005-2010) la prioridad fue dar una urgente respuesta a las consecuencias de la crisis del 2002. Es así que el foco de las políticas estuvo en atender los sectores sociales menos favorecidos, se instrumentaron una serie de medidas para recuperar la liquidez internacional, cambios en la política fiscal, refinanciamiento de la deuda externa, atacar la pobreza e indigencia que afectaba el 29,3 % y 3,43% respectivamente de la población, recuperar el empleo e ingreso real. También se delinearon políticas tendientes al desarrollo productivo con fuerte promoción de inversiones tanto públicas como privadas, y se propició el cambio necesario a nivel institucional para fomentar tales inversiones. (PAOLINO, 2010). Como consecuencia de la primera gestión de gobierno de izquierda la tasa de desempleo bajo de 12,2 a 7,5% y continuó bajando progresivamente, y la tasa de pobreza e indigencia disminuyó a 18,7% y 1,1% respectivamente⁹.

El régimen de promoción de inversiones se promueve a través de la Ley 16.906 que faculta al Poder Ejecutivo a otorgar beneficios fiscales a ciertas actividades promovidas. (DURAN et al., 2012, p223). Es contundente lo expresado en la órbita de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto (OPP- MGAP) al respecto:

Sobre el aspecto referido a qué tipo de inversión extranjera directa (IED) atraer, la discusión se centra en si cualquier IED es bienvenida o si se promueve una IED orientada por objetivos de desarrollo del país. Uruguay ha optado claramente por la primera opción, utilizando como factor de atracción la competencia vía “reglas” más que “incentivos” atados a objetivos y desempeños. Es decir que se ha adoptado la política de presentar reglas claras y creíbles, garantizar seguridad a la inversión y un trato igual del inversor extranjero respecto al nacional (ese es el espíritu de la ley de inversiones de 1998)....Esta lógica, si bien reduce el margen para políticas específicas sobre la IED vinculada a objetivos de desarrollo, abre también espacio para políticas inteligentes, compatibles con los marcos multilaterales de la OMC y los acuerdos bilaterales que apunten a maximizar los efectos de la IED hacia el desarrollo (BITTENCOUR, 2009, p.18)

De manera que el régimen de promoción de inversiones es aprovechado por la ola de inversores extranjeros, fundamentalmente argentinos, que crecía sin restricciones, pero también se incrementa el flujo de inversiones de otros capitales extranjeros, favorecidos por la apertura comercial iniciada en el período de desregulación de gobiernos anteriores y avalados por el presente. Es decir que las políticas económicas nacionales impactan y se transfieren casi “naturalmente” hacia el sector agropecuario, estimulado por el creciente vuelco de los mercados internacionales hacia los productos primarios.

La respuesta en cifras a ésta política fue rápida, de 310 emprendimientos amparados por ésta ley en el año de su creación (2008), aumentan a 892 en el año 2012, estando vinculados a las agroindustrias el 5,2 % y el 13,7 % respectivamente. Considerando las inversiones (en millones de dólares) hasta setiembre del 2012, dentro de las diez más importantes se encuentran varios proyectos vinculados al agronegocio, y si además del

⁹ Ver informe en: <http://www.ine.gub.uy/actividad/empydesemp2008.asp?Indicador=ech>

sector primario (que representan solo el 7 % del total de las inversiones) se considera el sistema agroindustrial en su conjunto (fase primaria, industrias de insumos y servicios) las inversiones promovidas ascienden al 41% (DURAN et al., 2012, p. 226).

Por otro lado, también se comienza a delinear políticas productivas con visión a largo plazo, para lo cual se creó un espacio institucional denominado Gabinete Ministerial (conformado por todos los ministros), que luego de realizar una serie de diagnósticos, generó políticas de desarrollo a largo plazo y acordó los lineamientos estratégicos de las políticas públicas (DURAN, 2010).

Como una consecuencia de la visión a largo plazo planteada por el Gabinete Ministerial para modificar la estructura productiva del país, se destaca la creación en el año 2008 del los Gabinetes Productivo¹⁰ (GP), de Innovación y de Bioseguridad. El GP propone como visión a largo plazo:

[...] modificar la estructura productiva del país de como un modo que permita lograr un crecimiento económico sostenido y sustentable con justicia social para fortalecer, expandir y articular dicha estructura para aumentar significativamente el valor agregado y contenido tecnológico de la producción uruguaya, que logre una expansión y mejora en la calidad del empleo. (DURAN, 2010, p. 200).

El GP estudio el sector productivo con un enfoque de cadenas de valor donde se analizó la estructuras productivas del país, selecciono en primera instancia las cadenas productivas forestal maderera, láctea, carne vacuna, granos y oleaginosas. Posteriormente se determinaron las potencialidades, restricciones y amenazas estableciendo objetivos estratégicos y líneas de políticas públicas dirigidas a estas cadenas. La tercer etapa consistió en implementar las medidas políticas planteadas (DURAN, 2010).

Para el caso de la Cadena de Cereales y Oleaginosas, en la fundamentación de los objetivos establecidos para el año 2010, es interesante destacar que se da cuenta de situaciones tales como concentración de la tierra, aumentos de productividad, disminución de pequeños productores, entre otros. Los objetivos estratégicos que involucran a la sojización son: (i) desarrollo sostenible de la actividad agrícola a través de un uso adecuado de tierras. Proponiéndose como instrumentos la construcción de redes de monitoreo interinstitucional para la conservación de los recursos naturales;(ii) infraestructura portuaria, de caminería y vías férreas adecuada a la comercialización de granos, siendo el instrumento la inversión en infraestructura por parte del Estado y de privados; (iii) capacidad instalada adecuada al procesamiento de semillas oleaginosas para la producción de biodiesel; (iv) integración entre los distintos actores de la cadena de granos forrajeros¹¹. También cabe mencionar algunas conclusiones del Gabinete de Innovación a partir del análisis de las cadenas agroindustriales. Plantean que dada la perspectiva para los próximos años de consolidación de las tendencias favorables para los productos agropecuarios (lo que llevará a una mayor demanda de tierras con el consiguiente aumento de precios) será necesario profundizar el proceso de intensificación de la producción y mejorar los niveles de productividad para lo que se requiere una aceleración de la innovación y el cambio técnico (DURAN, 2010. GUTIERREZ; PAOLINO, 2010).

A principios de 2010, el Ministro del Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca (MGAP) difunde ocho lineamientos estratégicos para las políticas públicas del sector agropecuario, que incluyen: (i) construcción dinámica de capacidades como base de la competitividad estructural (capacidades humanas, desarrollo de infraestructura, inversión en Ciencia y Tecnología que produzcan diferenciación de productos); estabilidad de las reglas

¹⁰ Integrado por los Ministros de: Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca, de Industria Energía y Minería, de Trabajo y Seguridad social, de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto, con el soporte del Ministerio de Economía y Finanzas, Turismo y Deporte y Relaciones Exteriores.

¹¹ Ver presentación en:

http://www.miem.gub.uy/documents/15274/0/pub_cadenas_de_valor_fase3_201002.pdf?version=1.0&t=1348502190000

de juego y actualización de los marcos regulatorios; comercio justo sin dumping social; (ii) promoción de la inserción agrícola internacional; iii) políticas orientadas a la preservación de los recursos naturales; hace énfasis en la existencia de reglas de juego claras y la coordinación público-privada para su efectiva ejecución descentralizada de los territorios; (iv) políticas de adaptación y mitigación al cambio climático; (v) creación de un sistema de información agropecuaria que brinde información a tiempo real para el diseño de las políticas públicas y apoyo al sector privado; (vi) sanidad animal y vegetal, calidad e inocuidad de alimentos; aspecto sustantivo para la competitividad; (vii) desarrollo de políticas tecnológicas orientadas a diferentes tipos de innovaciones; (viii) desarrollo rural como prioridad (PAOLINO, 2010).

Al analizar las políticas vinculadas a los sectores más excluidos, en el primer quinquenio de gobierno de izquierda, como acontecimientos políticos innovadores se encuentran: (i) la creación por el Art. 161 de la Ley Nº 17.930 de Presupuesto Nacional del 2005 de una unidad especializada dentro del MGAP, la Dirección General de Desarrollo Rural (DGDR) con el objetivo de coordinar los proyectos de cooperación internacional, diseñar políticas locales y construir nuevas capacidades en los distintos sectores de la producción familiar y los trabajadores asalariados. Según Paolino, también para “lograr una integración social a los procesos dinámicos que se están desarrollando en el medio rural” (PAOLINO, 2010 p.6); (ii) por Ley Nº 18126 en el año 2007 se crea el Sistema de Descentralización de la Institucionalidad Agropecuaria, como instrumento de articulación de políticas públicas con participación ciudadana. Se logran algunos cambios en la institucionalidad concretándose el funcionamiento de Mesas de Desarrollo y los Consejos Agropecuarios Departamentales en los 19 Departamentos, integrando a las fuerzas vivas locales, algo inédito para el país. Además se acuerda una definición de productor agropecuario familiar y un sistema de registro que aportó a identificar la población objetivo de las propuestas políticas hacia la producción familiar. Lentamente se avanza en la coordinación de las acciones de los proyectos de cooperación internacional acordando lineamientos estratégicos en común, prevaleciendo políticas que tienden al afianzamiento de sistemas basados en relaciones capitalistas. Lo diferencial con otros gobiernos estaría dado en el rol del Estado como facilitador para la inclusión de los sectores rurales menos favorecidos y una redistribución de riquezas, entendidas exclusivamente en términos de riqueza económica.

En el ámbito de la DGDR es a partir del año 2010 que se esclarecen los lineamientos políticos que pretenden revertir cuestiones estructurales. Además de los objetivos estratégicos¹² se diseña para el período 2010-2015 una serie de objetivos que pretenden consolidar la institucionalización de la dirección, diseñar e implementar de forma participativa políticas diferenciadas para los diferentes actores rurales tendientes a la sustentabilidad (social, ambiental y económica); también como estrategia para lograr una equitativa redistribución de riquezas se prevé la inclusión y participación de la producción familiar; y por último se propone articular las políticas sociales generales al medio rural. Esta visión del desarrollo incluye como población objetivo productores familiares, asalariados y las empresas rurales que constituyen el primer tramo de las cadenas agroindustriales como factor importante en la generación del PBI y divisas para el país.

Los programas de cooperación internacional y financiación externa (BM, FIDA, BID) siendo gestados en gobiernos anteriores se reformularon constituyéndose como las primeras herramientas políticas para el desarrollo rural del primer quinquenio de gobierno. Algunos se basaron en la asistencia técnica y transferencia de tecnologías (Programa Ganadero y Proyecto Producción Responsable) y otros innovaron integrando la base social

¹² Los objetivos estratégicos de la DGDR son: (i) fomentar las acciones de integración, asociación y organización del tejido social y productivo rural; (ii) fortalecimiento de la organización de productores y asalariados rurales; (iii) promoción del desarrollo rural en sus múltiples dimensiones; (iv) organización de la producción e inserción en las cadenas para los productos generados por la producción familiar; (v) facilitar el acceso al financiamiento y recursos financieros, con la generación de herramientas adecuadas; (vi) facilitar el acceso de la población rural a la formación, tecnologías adecuadas y los avances de la investigación e innovación; (vii) Promover la articulación interinstitucional de públicos y privados para el desarrollo rural.

previando formas de participación (Uruguay Rural). Estos programas ya finalizados en la actualidad, pasaron por un componente de evaluación, y aportaron en la consolidación de la DGDR y a las políticas basadas en la financiación externa que mantienen continuidad con el nuevo Programa de Desarrollo Productivo Rural acordado en enero del año 2012 donde se destina un nuevo monto del BID, y donde el objetivo planteado ronda nuevamente en la transferencia de tecnología como herramienta para mejorar los ingresos del productor familiar¹³.

Análisis de la situación en Uruguay: dos actores en conflicto

Retomando el planteo de Fernandes (2009, 2010), pensar en cuáles son los actores que trabajan el recurso natural tierra y pueblan nuestra campaña implica en la actualidad, distinguir – al menos – dos actores asociados a dos modelos de desarrollo, (i) el agronegocio y (ii) la producción familiar. El primero conformado por relaciones capitalistas y el segundo por relaciones no capitalistas

Previo a focalizarnos en estos dos actores es importante distinguir que históricamente las relaciones sociales en la campaña uruguaya tienen como protagonistas actores con características particulares del país como nación, el agronegocio se materializa como actor que puebla nuestros campos a partir de la década del 1990 pero se consolida provocando fuertes cambios en la estructura social en el siglo XXI. En éste sentido Piñeiro y Moraes (2008) afirman que tanto la estructura agraria como la estructura social sufrieron pocas modificaciones en el siglo XX aunque si existieron cambios en cuanto al volumen de cada estrato o actor. De acuerdo con los autores se encuentran los empresarios rurales representados por los grandes propietarios de tierras que se caracterizan por el empleo de mano de obra asalariada. En él se distinguen dos subtipos, el *estanciero* dedicado a la ganadería con escasa inversión y uso extensivo de recursos naturales, basa su ganancia en poseer tierra; heredero de la estancia cimarrona predominó en la primera mitad del siglo XX y se ubica en la zona centro, norte y noreste del país. El segundo subtipo es el *empresario agrícola ganadero* dedicado a la producción de arroz, cereales, oleaginosas, lácteos, cítricos y forestación, basa sus ganancias (además del uso de mano de obra asalariada) en el uso de paquetes tecnológicos y fuertes inversiones de capital; cobra más relevancia en la segunda mitad del siglo XX y se vincula al desarrollo de los complejos agroindustriales. Se ubican en el litoral oeste y sur y este del país. En la primera mitad del siglo los estancieros producían fundamentalmente para exportar mientras que los agrícolas ganaderos dedicaban la producción de cereales y oleaginosas al mercado interno, esta situación cambia en la segunda mitad del Siglo XX donde estos últimos también comienzan a exportar pero aún sin dejar de abastecer el mercado interno (PIÑEIRO; MORAES, 2008).

A partir de la sojización, existen varios autores nacionales que analizan la situación actual desde diferentes visiones, nos referiremos en los siguientes párrafos a los nuevos actores y a los productores familiares, tomando conceptos de algunos de ellos.

Los Nuevos Agricultores: como se menciona anteriormente una de las consecuencias de la reestructuración productiva y de la materialización del modelo del agronegocio en el país es la introducción de nuevos actores en el ámbito agropecuario, Arbeletche y Carballo (2006) introducen el concepto de *Nuevos Agricultores* para explicar y describir el cambio en los sistemas productivos. De acuerdo a la forma de operar se clasifican en tres grupos, dos muy diferentes a la forma de producir que predominaba en el país y uno similar pero con ciertas particularidades. En el primer grupo tenemos las *Empresas en Red* donde la agricultura es encarada como un negocio financiero, haciendo un uso intensivo de capital explotan y arriendan grandes superficies dispersas en todo el país. Los trabajos de siembra y cosecha son mercerizados a contratistas locales. Llevan adelante una gerencia con planificación exhaustiva de acuerdo a información de mercado y acuerdos a nivel local. Trabajan en red con los miembros de su cadena de abastecimiento,

¹³ Ver presentación en: <http://www.mgap.gub.uy/portal/hgxp001.aspx?7,10,262,O,S,0,MNU;E;2;10;37;5;MNU>

proveedores contratistas y proveedores. La forma de comercialización es principalmente a través de ventas anticipadas y/o coberturas del producto para minimizar el riesgo del efecto precio. Como ejemplos están EL TEJAR, AGRONEGOCIOS DEL PLATA, LOS GLOBO; y representan el 36% del área agrícola aproximadamente y el 39% de la soja (GUILBERT et al., 2011). El segundo grupo de empresas es de funcionamiento similar pero con una estrategia de tenencia de tierra más estable (compra o arrendamientos a largo plazo), invierten en activos fijos e incorporan la ganadería de forma marginal, se denominan *Agricultores grandes y muy grandes* y como ejemplos tenemos a ADECO. Por último los *Medianeros de Agricultura Continua* son agricultores argentinos de menor porte con formas sumamente extractivas de producción que en un principio produjeron solo soja y posteriormente dados los altos rendimientos de las tierras siembran soja-trigo.

De acuerdo a Arbeletche y Gutiérrez (2010) los viejos agricultores representaban 2.025 productores en el año 2000, mientras que en el año 2009 se reducen a 867 productores. Las cifras relacionadas a los nuevos agricultores que representan en 2009 tan solo 150 empresas, concentran el 57% (554.683 ha) del área agrícola del país.

Gutiérrez (2009) describe los nuevos actores como *grupo de inversores*, donde existe un abanico de posibilidades que va desde los que se especializan en la fase primaria de producción hasta los que abarcan todas las fases de la cadena desde la producción a la exportación. Según el autor la superficie explotada por éstos es similar a la expuesta por Arbeletche y Gutiérrez.

Relacionados a la fase de comercialización llegan a Uruguay las principales empresas corredoras de commodities agrícolas del mundo: ADM, LUIS DREYFUS COMMODITIES (LDC), BUNGE, CARGILL, NIDERA, y otros agentes locales o regionales que negocian fundamentalmente la producción de terceros. A modo de ejemplo en el año 2008, tres de los principales exportadores de soja son empresas transnacionales, una es Argentina y una nacional, estas cinco empresas concentran el 78% del volumen exportado. Además estas empresas ofrecen servicios competitivos de logística como por ejemplo fletes y acondicionamiento de grano. Esta misma concentración se observa en la comercialización de otros cultivos como el trigo y la cebada (GUTIERREZ, 2009).

Los productores familiares: son aquellos con extensiones pequeñas y mano de obra familiar, que también pueden ser conocidos como pequeño productor, minifundista, campesino. En Uruguay, se dedican a todos los rubros, incluso en la primera mitad del Siglo XX a la agricultura extensiva, su producción se destina fundamentalmente para abastecer el mercado interno. Si bien se encuentran dispersos en todo el país se concentran en los Departamentos del Sur (en especial Canelones, San José, Lavalleja y Colonia) (PIÑEIRO; MORAES, 2008).

Según Piñeiro (2004b), uno de los autores que más ha estudiado al productor familiar en Uruguay:

El concepto de productor familiar es un término que está definido por las relaciones sociales de producción. Se entiende por una explotación de carácter familiar aquella en que se trabaja con mano de obra predominantemente de origen familiar. El trabajo familiar debe ser aplicado a una parcela de tierra en posesión (no necesariamente en propiedad) del grupo familiar. Este podrá contratar mano de obra permanente o zafral pero siempre en cantidades menores al trabajo aportado por la familia. Si el trabajo contratado supera al trabajo aportado por la familia se entiende que ha dejado de ser una explotación familiar para convertirse en una explotación de carácter empresarial (PIÑEIRO, 2004 p. 2).

Rossi (2013) en uno de sus recientes trabajos, retoma la noción de resistencia de la producción familiar a partir de los planteos pioneros de Piñeiro que conceptualizan la producción familiar en Uruguay, en la década del 80. En este sentido la autora considera la producción agropecuaria familiar uruguaya como clase social campesina, asimilando conceptualmente sus prácticas de resistencia, tanto individuales como colectivas, como una situación de lucha dentro del proceso de territorialización del agronegocio, señala que

existen dimensiones (inmateriales y/o simbólicas) de la resistencia que deben ser investigadas para ser adecuadamente comprendidas (ROSSI, 2013). En el mismo sentido Oyhantçabal (2013) considera que que la nomenclatura y conceptualización de este sujeto o clase social entraña aspectos legitimadores del orden social. Por lo cual, a pesar de la diferencia con el campesinado del resto de América Latina (basado en la mayor inserción en el mercado del agricultor familiar), Ochanzabal opta por denominar campesino uruguayo al productor familiar (OYHANTÇABAL, 2013).

Desde el punto de vista histórico, el proceso de territorialización campesina en Uruguay estuvo impulsado fuertemente por las políticas del Estado (crecimiento hacia adentro, industrialización, sustitución de importaciones) llegando al máximo de 66.976 productores menores a 100 ha en el año 1956. Este crecimiento también se explica por las políticas de colonización agrícola promovidas por el Estado (Reformismo Batllista), que atraen la principal ola de inmigrantes extranjeros. En su mayoría campesinos de origen ruso y europeo que se dedicaron principalmente a cultivos agrícolas, al autoconsumo y a la producción de alimentos básicos para los principales centros poblados del Uruguay. Pasada la colonización agrícola en la etapa de tecnificación acelerada comienza una serie de cambios que se reflejan en el decrecimiento paulatino del número de productores familiares. La principal causa fue la difusión de tecnologías que llevaron al ahorro de mano de obra y disminuyeron la capacidad de competencia de dichos productores. A este contexto se agrega la caída de algunos complejos industriales. Así, la producción familiar en el país entra en un período de expulsión del campo a partir de la segunda mitad del Siglo XX que se acentúa en el período de reestructuración productiva. En esta etapa se dan las definiciones políticas que afianzan el capitalismo agrario. Tales definiciones abarcan la apertura de nuevos mercados, importación de alimentos, desindustrialización y la fuerte política desregulatoria del Estado de la década de los 90. La expulsión de la producción familiar, entre otras consecuencias, es alarmante, en el año 2000 las explotaciones menores a 100 ha representan 36.045 (PIÑEIRO; MORALES, 2008, ROSSI, 2010a, 2010b). Y según datos preliminares del Censo General Agropecuario del año 2011 disminuyen a 24.931, un 31% menos que en el año 2000 (Tabla 1).

Mientras que el 9% de las explotaciones acumulan más del 60% de la superficie explotada del país, la caída del estrato menor a 100 hectáreas representa el 91% de la disminución del número total de explotaciones del último período intercensal (MGAP- CGA, 2011).

Tabla 1: Evolución del número de explotaciones (2000-2011) según tamaño y año censal

Tamaño explotación (ha)	Total Nacional – Nº Explotaciones			
	Años		Diferencia 2011-2000	
	2000	2011	Absoluta	Relativa %
Total	57.131	44.890	-12.241	79
1 a 19	20.464	12.274	-8.190	60
20 a 99	15.581	12.657	-2.924	81
100 a 199	6.382	5.540	-842	87
200 a 499	6.783	6.473	-310	95
500 a 999	3.887	3.808	-79	98
1000 a 2499	2.912	2.970	58	102
de 2500 y más	1.122	1.168	46	104

Fuente: MGAP-DIEA, Datos preliminares Censo Agropecuario 2011

Consideraciones sobre el Estado como promotor del territorio del agronegocio

Fernandes (2009) refiriéndose al papel del Estado afirma que el avance de las políticas neoliberales en América Latina y los ajustes estructurales provocaron importantes cambios sociales: “la minimización del Estado y la maximización del Capital en la toma de decisiones relacionadas con la política de desarrollo y por consiguiente, del territorio” (FERNANDES, 2009, p.45). También los gobiernos de izquierda, han llevado adelante políticas de desarrollo entrelazadas a la expansión del mercado capitalista globalizado como posibilidad económica del desarrollo. El capital maximizado determina las políticas de desarrollo (FERNANDES, 2009).

En el mismo sentido, sobre la realidad uruguaya otros autores introducen en la discusión académica la falta de planificación estatal en el avance de la sojización que responde al avance del agronegocio favorecido por el mercado y desregulación estatal, en éste sentido Arbeletche y Carballo (2006) afirman que:

Al igual que en Argentina, Brasil, y Paraguay, la sojización no es el resultado de una expansión productiva planificada, en función de objetivos de desarrollo económico y social, sino que es el resultado del avance del capital- en gran medida financiero- en la producción agraria, impulsado por las nuevas condiciones de mercado generadas a partir de la desaparición de una parte importante del marco regulatorio existente antes de los años 90 (ARBELETECHE; CARBALLO, 2006, p.3).

A la vez se afirma que en su camino de avance impone una nueva forma de desarrollo agrícola basado en los recursos tercerizados y va desplazando otros rubros (GUTIERREZ, 2009, ARBELETECHE; GUTIERREZ, 2010). Referido a esto Gutiérrez (2010) menciona que:

Este crecimiento ocurre sin una participación activa del Estado o políticas públicas que haya señalado el camino de crecimiento agrícola en un sentido específico. Se trata de inversión que desarrolla la actividad a su propio riesgo y que en su camino impone una nueva forma de desarrollo agrícola basado en el uso de recursos tercerizados. Se observa un proceso de especialización en las diferentes funciones de apoyo agrícola que permite al sector continuar su senda de crecimiento y desplazarse no solo dentro de la zona tradicionalmente agrícola sino hacia otros lugares donde el recurso tierra está disponible a menor costo (GUTIERREZ, 2010, p. 66).

Recientemente otros autores cuestionan esta falta de planificación estatal, en este sentido Oyhantçabal (2013) plantea que mas allá del contexto mundial de expansión del capital en el sector agropecuario, los gobiernos no son neutros y pueden favorecer o no su desarrollo, Uruguay a optado por la apertura irrestricta de la inversión extranjera, defendiendo la idea de mantener un “buen clima de inversiones” (OYHANTÇABAL, 2013).

Reafirmando lo planteado por Oyhantçabal (2013) la planificación se evidencia en las medidas que ha adoptado el gobierno. Si nos abocamos al análisis de las políticas agropecuarias es real la no existencia de un marco definido para el sector agropecuario hasta el año 2008. Pero el Gabinete de Innovación incluye como sectores estratégicos para incentivar la investigación las cadenas agroindustriales, medio ambiente y recursos naturales, afirmando que dadas las perspectivas del crecimiento del sector primario agropecuario es necesario profundizar la intensificación de la producción. El Gabinete Nacional Biotecnológico propone la “la coexistencia regulada” que implica el análisis caso a caso de cada transgénico que se plantee introducir (DURAN, 2010). Se suma a esto que dentro de los objetivos estratégicos de la Cadena de Cereales y Oleaginosas planteados por el MGAP hay una clara priorización a mejorar aspectos que favorezcan la expansión de la sojización, como ser mejorar la estructura vial, integración de actores en la cadena, incentivo

a las inversiones. En conclusión hay una definición explícita de fomento del agronegocio como vía de desarrollo y por ende del gran capital.

Políticamente es considerado exitoso y favorable el solvente manejo macroeconómico que trajo con si la serie de inversiones que impactan en el sector agropecuario, y que se pretende continuar con el fin de que Uruguay profundice su especialización internacional en la producción agrícola/agroindustrial:

[...] un manejo macroeconómico solvente dio origen a un proceso muy relevante de inversiones que impactan también fuertemente en el sector agropecuario, entre los cuáles se destacan: La expansión de la agricultura de secano, basada en nuevas inversiones con una base técnica renovada y mayores economías de escala (siembra directa, agricultura satelital, mayores escalas de producción, nuevos instrumentos de gestión y financiamiento); ... Aumentos sostenidos en los niveles de inversiones en el sector agropecuario, acompañados por aumentos significativos en el precio de la tierra y mayores niveles de “presión ambiental” derivados de sistemas de producción más intensivos, especializados y de mayor movilidad territorial (PAOLINO, 2010, p. 2).

Existe un acuerdo entre los diagnósticos efectuados por Estado sobre las consecuencias de la “sojización”: existe un consenso en que la creciente extranjerización, el acceso, distribución (con especial preocupación por la expulsión de los pequeños productores) y uso de la tierra, son temas relevantes. Las acciones que toma el gobierno de índole compensatoria frente a las consecuencias son extremadamente lentas comparativamente con la velocidad de expansión del gran capital. Pero no pone en el centro de la discusión la conflictividad de las disputas territoriales de las clases sociales. Si analizamos las estrategias políticas compensatorias apenas sobrepasan el campo de la descripción con acciones que no logran neutralizar o al menos re direccionar el proceso expansivo de la sojización:

- No hay políticas claras contra la extranjerización, ni límites a las compras de tierras por empresas extranjeras.
- El Instituto Nacional de Colonización que tiene dentro de sus objetivos la racional subdivisión de tierras, ha aportado adquiriendo 45 mil hectáreas que se destinarían al incentivo de la producción familiar. Siendo éste un aporte importante, la cifra se esfuma si comparamos con las estimaciones de extranjerización de la tierra. La tenencia de tierras de nacionalidad desconocida asciende al 45 % de los 16,2 millones de hectáreas destinadas a la producción (MGAP- CGA, 2011). Tomando en cuenta las operaciones de compraventa y de arrendamiento de tierras Oyhantçabal (2013) menciona que por cada hectárea comprada por el INC se vendieron 83 y se arrendaron 108 hectáreas (OYHANTÇABAL, 2013).
- El decreto reglamentario Nº 405/2008 que exigirá la presentación de un Plan de Uso y Manejo Responsable del Suelo, cinco años después de su aprobación no está en plena ejecución.
- La financiación de las políticas hacia la producción familiar son fundamentalmente en base a préstamos de los organismos de cooperación internacional, gestionadas por el MGAP a través de la DGDR, y pautadas por ambos, apostando a la integración de la producción familiar a las cadenas de valor, dominadas por el agronegocio. Se habla de una estrategia de la innovación para construir capacidades por parte de la agricultura familiar para lograr la integración social a los procesos que se vienen dando a nivel rural (PAOLINO, 2010). Es de destacar que en el marco del Proyecto Uruguay Rural en el eje de trabajo “generación de cadenas de valor como herramienta de integración de la producción al sistema”, fue uno de los componentes del proyecto evaluados negativamente afirmando que más allá del aporte en la

calidad de los productos comercializados, la dificultad se centró en la incapacidad de revertir cuestiones estructurales (precios internacionales, costos de fletes, dólar). Volviendo al análisis de los diferentes territorios, vale remarcar que el territorio del productor familiar no se desarrolla en el territorio del agronegocio ni viceversa, pensar el desarrollo rural con la perspectiva del agronegocio es “comenzar perdiendo y terminar derrotado” (FERNANDES, 2009, p.18). A pesar de eso se sigue apostando a la integración, y generación de capacidades que brinden competitividad en el marco del libre mercado. Reincidiendo en un nuevo proyecto de cooperación internacional el fomento a la incorporación de tecnologías en éste sentido.

La tierra se constituye como un recurso natural en disputa entre el territorio del agronegocio y el territorio del productor familiar. En sí mismo brinda oportunidades para la búsqueda de alternativas que prioricen las relaciones no capitalistas a nivel país, una de las posibles es el estímulo del territorio familiar. Lamentablemente existen una serie de aspectos a nivel relacional (tercer territorio) que favorecen el avance del territorio del agronegocio: uno tiene que ver con la regulación del precio del recurso por el libre mercado, por la tenencia sin restricción y por la omisión de propuestas de cambio real por parte del Estado.

El aumento del precio de la tierra es un proceso que se viene dando desde la década del 70 del siglo pasado aunque con caídas pronunciadas en las crisis económicas de 1982 y 2002. Regionalmente el promedio siempre fue menor lo cual favoreció la ola de extranjerización de la tierra iniciada con el impulso de la forestación, y desplazo a los productores familiares y a la burguesía terrateniente local (PIÑEIRO; MORAES, 2008). Se agrega a partir del año 2000 la demanda provocada por la sojización lo cual aumenta el precio de la tierra y por ende de su renta. El precio de la tierra se duplicó del 2000 al 2010 (DIEA, 2012).

También la valorización de la tierra hace que se convierta en un importante bien como reserva de valor lo que incentiva a los que poseen el bien a arrendarla y a la inversión (ARBELETCHÉ; CARBALLO 2008. GUTIERREZ, 2009).

La continuidad en el sector productivo de la producción familiar es preocupante, muchos de los productores familiares lecheros son arrendatarios, y los pequeños productores que arriendan sus campos se exponen al riesgo de no continuar la sucesión familiar (ROSSI, 2011).

En relación a la tenencia de la tierra según los datos preliminares del Censo Agropecuario del año 2011, en el año 2000 el 3,1% del total de explotaciones estaban en manos de extranjeros, y el 0,9% eran de nacionalidad desconocida por no ser aplicables al cuestionario censal (corresponden a personas jurídicas como sociedades anónimas y dependencias del Estado). En el año 2011 las explotaciones en manos extranjeras bajan a 1,6% pero no aplicables son el 14,5%. De los 16,2 millones de hectáreas destinadas a la producción agropecuaria 8.7 son de explotación nacional, el 45% restantes se desconoce la nacionalidad; muy diferente a la realidad del año 2000 donde 14.2 millones eran de explotación nacional. Otro dato alarmante es que el 9% de las explotaciones acumulan más del 60% de la superficie explotada del país, y que dentro de esta cifra el estrato correspondiente a establecimientos de 2500 hectareas o mas representan el 33,6% (MGAP-CGA, 2011).

Dadas las condiciones expuestas, de los 10 millones de ha concentrados en grandes establecimientos y los 7, 5 millones de ha de nacionalidad desconocida es altamente probable que un porcentaje importante esté en manos del agronegocio. Al menos 3.3 millones de hectáreas son de sociedades anónimas según cifras oficiales (DIEA, 2012).

Evidentemente la presión a la que está sometida la producción familiar ya sea hacia la incorporación de la soja en sus establecimientos, o la de ofrecer sus tierras en arrendamiento o venta, es muy importante, más si consideramos las dificultades que pueden existir en otras dimensiones. El acceso a la tierra es una pieza fundamental en el territorio

del productor familiar en todas sus dimensiones: política, económica, social, cultural y ambiental.

El potencial de expansión de la sojización es auspicioso para el agronegocio y preocupante para la producción familiar. Como vimos, la producción intensiva de granos se concentra en el Litoral del país pero también se viene extendiendo hacia otras zonas donde tradicionalmente la agricultura no existía como rubro principal.

Consideraciones Finales

En la reestructuración agropecuaria del Uruguay la “sojización” es una pieza explicativa fundamental que provoco cambios que probablemente marquen un antes y un después en los territorios existentes en el país. Es una nueva forma de expresión y territorialización del capital en todas sus dimensiones que ha cobrado una fuerza y velocidad inigualable en la historia del país. El Estado desregularizado no logra neutralizar los efectos negativos poniendo en jaque la soberanía de los demás territorios, particularmente los no capitalistas. El recurso tierra es centro de las disputas, vital para la producción familiar, que sin medidas de control de avance del capital se encuentra en una situación preocupante. De los tradicionales actores representantes de la burguesía terrateniente (“empresario ganadero” y “empresario agrícola ganadero”) se ha dado paso al predominio de la tenencia de tierras de manos de grandes explotaciones de nacionalidad desconocida, acentuándose éste proceso en el siglo XXI.

El Estado propone discursivamente en sus objetivos el desarrollo rural con justicia social, pero promueve las inversiones y favorece aquellas políticas tendientes al desarrollo del capital como única opción válida al desarrollo. La justicia social de ésta forma está condenada al fracaso. Particularmente a través de una concepción territorial, la integración de otras formas de comercialización no capitalistas de la producción familiar serían fundamentales para la justicia social. Y en cuanto al recurso de la tierra, mientras el mercado determine los precios no solo se transforma en una presión para la expulsión de los productores familiares, sino que pone en riesgo al recurso mismo.

El Estado toma medidas, como las referidas a la preservación de recursos naturales o la creación de la DGDR, pero además de ser compensatorias el tiempo que toma aplicar las políticas se torna limitante para la efectividad de las medidas.

El indicador estrella del desarrollo y el crecimiento económico es el Producto Bruto Interno (valorización de los bienes finales producidos en los límites geográficos de un país); en esa valorización se consideran las exportaciones, consumo, inversión, gasto público, menos las importaciones. Pero de las exportaciones se consideran las que provienen tanto de empresas nacionales como extranjeras. Luego del análisis expuesto cabe preguntarse a modo de cierre, ¿cuánto del aumento del PBI agropecuario se traduce en beneficio para nuestra gente?. ¿Cuánto de esas exportaciones queda en manos anónimas?

Referencias

ARBELETCHÉ, Pedro; CARBALLO, Carolina. Sojización y concentración en la agricultura uruguaya. In: XXXVII Reunión Anual de la AAEA. Córdoba. Argentina, 2006.

ARBELETCHÉ, Pedro; CARBALLO, Carolina. La expansión agrícola en Uruguay. Algunas de sus principales consecuencias. In: XXXIX Reunión Anual de la Asociación de Economía Agraria de Argentina y Tercer Congreso Rioplatense de Economía Agraria. Montevideo, Uruguay, CD-ROM. 2008.

ARBELETCHÉ, Pedro; GUTIÉRREZ Gonzalo. Crecimiento de la agricultura en Uruguay: exclusión social o integración económica en redes. En: Revista Pampa, 06 (06). 113-138pp. 2010. Santa Fe: Ediciones UNL.

BERTINO, Magdalena; BUCHELI, Gabriel (2000). La agricultura en el Uruguay 1911-1930. Documento de Trabajo. Instituto de Economía. Facultad de Ciencias Económicas. Universidad de la República Disponible en <<http://www.iecon.ccee.edu.uy/documentos-de-trabajo/categoria/5/es/0/pg/6/>> Acceso en: Abril 2013.

BITTENCOUR Gustavo; RODRÍGUEZ Adrián; TORRES Sebastián (2009) Factores clave para el crecimiento económico sostenido en Uruguay. Oficina de Planeamiento y Presupuesto. Presidencia de la República. Disponible en: http://www.economia.ucu.edu.uy/attachments/026_OPP_EUIIS_1.pdf. Acceso en: Octubre 2013.

CANCELA, Walter; MELGAR, Alicia. El Uruguay rural: cuarenta años de evolución, cambios y permanencias. Montevideo: CLAEH, 2004. 101p.

DURÁN, Verónica. Lineamientos estratégicos de las políticas públicas para el sector agropecuario. En: Anuario OPYPA 2010, Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca (MGAP) Montevideo. 199-208 pp. 2010. Disponible en: <<http://www.mgap.gub.uy/opypa/ANUARIOS/Anuario2010/material/pdf/16.pdf>> Acceso en: Octubre 2013.

DURÁN, Verónica, RECALDE, Edgardo y SALGADO, Lucía. Avances en el régimen de promoción de inversiones (COMAP) En: Anuario OPYPA 2012 Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca (MGAP) Montevideo: 223-2368 pp. 2012. Disponible en: <<http://www.mgap.gub.uy/portal/hgxpp001.aspx?7,7,667,O,S,0,MNU;E;66;9;MNU;>> Acceso en: Abril 2013.

GUIBERT, Martine; GROSSO, Susana; ARBELETCHÉ, Pedro; BELLINI, María Eva. De Argentina a Uruguay: espacios y actores en una nueva lógica de producción agrícola. En: Revista Pampa, 07 (07). 13-38pp. 2011. Santa Fe: EdicionesUNL.

GUTIÉRREZ Gonzalo. Análisis de cadenas basadas en la producción de granos de secano para la definición de lineamientos de políticas específicas TCP URU 3103. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, Montevideo, Agosto 2009. 52 pp. Disponible en: <<http://www.mgap.gub.uy/portal/agxppdwn.aspx?7,1,89,O,S,0,3271%3bS%3b1%3b150>, > Acceso en: noviembre 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorio, teoría y política. En: Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI. Bogotá: Editorial Pontificia Javeriana. 2009, p.35-66.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Acerca de la tipología de los territorios. En: Defensa comunitaria del territorio en la zona central de México. México. Enfoques teóricos y análisis de experiencias. Carlos A. Rodríguez Wallenius (Coordinador). Xochimilco, Juan Pablo Editores 2010. 304 p.

GUTIERREZ Gonzalo; PAOLINO, Carlos. El contexto económico, las prioridades de políticas públicas agropecuarias y el plan de trabajo de OPYPA 2010. En: Anuario OPYPA MGAP Montevideo. 12pp. 2010. Disponible en: <<http://www.mgap.gub.uy/opypa/ANUARIOS/Anuario2010/material/pdf/01.pdf> > Acceso en: noviembre 2012.

LARA FLORES, Sara M. Globalización económica y flexibilidad productiva en la agricultura. En: Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización del trabajo en la agricultura mexicana. México, Juan Pablos Editor. Pp. 60-92. 1998. (Capítulo II).

OYHANTÇABAL, Gabriel. Los tres campos en la cuestión agraria en Uruguay. En: Revista NERA (San Pablo) 22 (16): pp82-95. Núcleo de Estudios, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (UNESP) Jan/Jun 2013. Disponible en: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1881/2266>> Acceso en: octubre 2013.

PAOLINO, Carlos. El contexto económico, las prioridades de políticas públicas agropecuarias y el plan de trabajo de OPYPA. En: Anuario OPYPA 2010. Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca (MGAP) Montevideo. 2010.

PIÑEIRO, Diego. s/f Caracterización de la producción familiar. Disponible en: <http://www.fagro.edu.uy/~suinos/biblio_paf.html> Acceso en: Abril 2013.

PIÑEIRO, Diego. Rentabilidad o Muerte: la protesta rural en el Uruguay. En: En busca de la Identidad. La acción colectiva en los conflictos agrarios en América Latina. Buenos Aires: CLACSO.pp253-294. 2004^a (Capítulo VI).

PIÑEIRO, Diego. El capital social en la producción familiar. Ciclo de Conferencias “Aportes para el futuro de la Granja”. 40 años de INIA Las Brujas. 18 de octubre de 2004b. 11p. Disponible en <http://www.inia.org.uy/online/files/contenidos/link_18052006023715.pdf> Acceso en: Octubre 2013.

PIÑEIRO, Diego; MORAES, María Inés. (2008) Los cambios en la sociedad rural durante el Siglo XX. En: El Uruguay del siglo XX. Tomo III. Montevideo: Ed. Banda Oriental. 192 p.

ROSSI, Virginia. La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya. En: Revista NERA (San Pablo) 13 (16): pp63-80. Núcleo de Estudios, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (UNESP) Jan/Jun 2010a. Disponible en: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/16/10_rossi.pdf> Acceso en: Noviembre 2012.

ROSSI, Virginia. Territorios en conflicto. Reestructuración productiva y producción familiar en el campo uruguayo. En: Revista Pampa (Santa Fe) 06(06): 89-111pp. 2010b. Disponible en:<http://bibliotecavirtual.unl.edu.ar:8180/publicaciones/bitstream/1/3119/1/Pampa_6_6_2010_pag_89_111.pdf> Acceso en: Noviembre 2012.

ROSSI, Virginia. La cuestión agraria uruguaya en diálogo con Pierre Bourdieu y Bernardo Mancano Fernandes. En: NERA artículo del mes. Febrero 2013. Disponible en: <www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/1artigodomes_2013.pdf> Acceso en: Abril 2013

SOLARI, Aldo. Propiedad de la tierra. En: Sociología Rural Nacional. Segunda Edición. Montevideo: Biblioteca de Publicaciones Oficiales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. pp 249-346. 1958. (Parte III, Capítulo II).

SOUTO, Gonzalo; TOMMASINO, Humberto. La expansión de la agricultura y su relación con la aptitud agrícola de los suelos. En: Anuario OPYPA 2011 MGAP Montevideo: 339-352pp. 2011. Disponible en: <http://www.mgap.gub.uy/opypa/ANUARIOS/Anuario2011/material/pdf/32.pdf> Acceso en: Noviembre 2012.

URUGUAY. MINISTERIO DE GANADERIA, AGRICULTURA Y PESCA. Dirección de Estadística Agropecuaria (DIEA) MGAP, Anuario Estadístico 2011, Montevideo. 246pp. Disponible en: <<http://www.mgap.gub.uy/portal/hgxpp001.aspx?7,5,583,O,S,0,MNU;E;27;7;MNU;>> Acceso en : Abril 2013.

URUGUAY. MINISTERIO DE GANADERIA, AGRICULTURA Y PESCA. Dirección de Estadística Agropecuaria (DIEA) MGAP, Anuario Estadístico 2012, Montevideo. Disponible en: <<http://www.mgap.gub.uy/portal/hgxpp001.aspx?7,5,583,O,S,0,MNU;E;27;7;MNU;..>> Acceso en : Abril 2013.

URUGUAY. MINISTERIO DE GANADERIA, AGRICULTURA Y PESCA. Dirección de Estadística Agropecuaria (DIEA) MGAP, Censo General Agropecuario 2011 DATOS PRELIMINARES disponible en: <<http://www.mgap.gub.uy/portal/agxppdwn.aspx?7,5,149,O,S,0,5831%3bS%3b1%3b134>> Acceso abril: 2013.

URUGUAY. MINISTERIO DE GANADERIA, AGRICULTURA Y PESCA. Dirección General de Desarrollo Rural (DGDR) MGAP. Informes finales Proyecto Ganadero, Proyecto Uruguay Rural. Disponible en: <<http://www.mgap.gub.uy/portal/hgxpp001.aspx?7,10,262,O,S,0,MNU;E;2;10;37;5;MNU;>>>. Acceso: Abril 2013.

Recebido para publicação em 09 de maio de 2013

Devolvido para revisão em 15 de setembro de 2013

Aceito para publicação em 04 de novembro de 2013

A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiarajú, município de Capão do Cipó(RS)¹

Tanise Pedron da Silva

Mestre em Extensão Rural

Professora do Instituto Federal de Sergipe (IFS)

Professora da Faculdade do Nordeste da Bahia (FANEBA)

e-mail: tani_agronomia@yahoo.com.br

José Antônio Costabeber *in memoriam*

Doutor em Agroecologia, Campesinato e História

Ex-professor e coordenador do curso de Agronomia, da

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Resumo

Historicamente o homem dependeu do que as *terras* produziam para garantir sua alimentação. Porém hoje, no meio rural, a carência de alimentos tem simplificado e até diminuído a dieta das famílias. Este artigo tem por objetivo identificar as possíveis razões que limitam os agricultores a incluir na sua organização produtiva estratégias de segurança alimentar, bem como caracterizar alguma provável potencialidade para re-estabelecer qualquer estratégia de segurança alimentar. Para este estudo de caso, adotou-se os assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiarajú como universo de análise, utilizando-se entrevistas semi-estruturadas para realização do trabalho de campo, contando com depoimentos das famílias assentadas mais antigas. Por fim, conclui-se que está ocorrendo um processo em que os assentados, na busca por acompanhar as orientações de adoção de tecnologias em sintonia com o desenvolvimento capitalista, têm contribuído para romper com seu modo de vida específico, que chamamos aqui de *essência de agricultor*. Somado a esse fato, destaca-se que grande parte dos jovens destes assentamentos está optando por sair do meio rural, com fins de buscar uma renda independente do trabalho agrícola sem comprometimento com a perpetuação da família no lote.

Palavras-chave: Essência de agricultor, Estratégias alimentares, Assentamentos Rurais, Agricultura familiar, Urbanização.

Abstract

The (re)organization production: a study of food security in agrarian reform settlements Santa Rita and Sepé Tiarajú, city of Capão do Cipó (RS)

Historically man depended on that land produced to ensure their food. But today, in rural areas, the lack of food has simplified and reduced to the diet of families. This article aims to identify the possible reasons that limit farmers to include in your organization productive food security strategies and to characterize any likely potential to re-establish any food security strategies. For this case study, we adopted the agrarian reform and Santa Rita Sepé Tiarajú

¹Este artigo refere-se à dissertação de mestrado da autora, pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR/UFSM), financiado pelo próprio Programa com auxílio de bolsa CAPES, sob o projeto intitulado: De agricultor à consumidor: uma transformação nas concepções e práticas da dimensão alimentar dos assentamentos de reforma agrária. O caso de Capão de Cipó/RS.

universe as analysis, using semi-structured interviews to conduct the field work, relying on testimony of the oldest families settled. Finally it is concluded that a process is occurring in which the settlers in seeking follow guidelines for adoption of technologies in line with capitalist development, have contributed to breaking their specific way of life, which we call here the essence of farmer. Added to this fact, it is noteworthy that most young people these settlements are opting out of the rural environment, with the purpose of seeking an independent income from agricultural work without commitment to the perpetuation of family on the lot.

Keywords: Essence of farmer, Feeding strategies, Family farming, Family farming, Urbanization.

Resumen

La organización (re) producción: un estudio de la seguridad alimentaria en los asentamientos de la reforma agraria y Santa Rita Sepé Tiarajú, Capão do Cipo (RS)

Históricamente el hombre dependía de que la tierra produce para asegurar su alimentación. Pero hoy en día, en las zonas rurales, la falta de alimentos se ha simplificado y reducido a la dieta de las familias. Este artículo tiene como objetivo identificar las posibles razones que limitan a los agricultores a incluir en sus estrategias de seguridad alimentaria productivos organización y caracterizar cualquier potencial probable que vuelva a establecer cualquier estrategia de seguridad alimentaria. Para este estudio de caso, hemos adoptado la reforma agraria y de Santa Rita Sepé universo Tiarajú como el análisis, a través de entrevistas semi-estructuradas para llevar a cabo el trabajo de campo, basándose en el testimonio de las familias más antiguas asentadas. Finalmente se concluye que un proceso se está produciendo en la que los colonos en busca pautas seguir para la adopción de las tecnologías en línea con el desarrollo capitalista, han contribuido a romper su modo de vida específico, lo que llamamos aquí la esencia del agricultor. Sumado a este hecho, hay que destacar que la mayoría de los jóvenes en estos asentamientos están optando por salir del medio rural, con el propósito de buscar un ingreso independiente del trabajo agrícola y sin compromiso con la perpetuación de la familia en el lote.

Palabras-clave: Esencia del agricultor, Estrategias alimentarias, Asentamientos rurales, Agricultura familiar, Urbanización.

Introdução

A produção de alimentos praticada pelas sociedades rurais sempre esteve fortemente ligada às estratégias de segurança alimentar, caracterizadas pela ligação direta com a natureza, e pelas formas com que o homem se relaciona com ela. Este trabalho diário de *fazer agricultura* contribui para construir os laços sociais e culturais entre os sujeitos do meio rural, determinando um modo de vida típico, que os difere de qualquer outra categoria social.

Entretanto, um dos dilemas que a agricultura se encontra atualmente se refere à condição de falta de alimentos em quantidade suficiente para o grupo familiar, ou, então a quantidade se apresenta suficiente, porém de forma simplificada diferenciando-se da imagem conhecida de “mesa farta” que o meio rural sempre apresentava. Em meio a essa questão, é importante analisar o distanciamento gradual das práticas e estratégias consideradas típicas dos agricultores, em que a produção dos seus próprios alimentos, tanto em quantidade como em diversidade, sempre foi essencial para atender a segurança da família do meio rural. Observa-se que a ideia de um meio rural rico em estratégias que

garantiam a abundância de alimentos tem ficado para trás, rompendo-se inclusive com o ciclo intergeracional de transmissão dos conhecimentos empíricos, e também da experiência diária adquirida pelos mais jovens. Frente a essa nova realidade de fragilidade alimentar, as famílias não mantêm sob seu domínio a perpetuação do grupo familiar, contribuindo para descaracterizar esta categoria.

Neste contexto de abastecimento alimentar, Menasche et al. (2008) diz que a produção voltada ao consumo familiar antigamente representava uma época de fartura e diversidade, em que o fato de produzir alimentos em quantidade suficiente mantinha a família alimentada, além do reconhecimento social da prática de produzir alimentos. No centro dessa discussão, chama-se a atenção para o caso dos assentamentos de reforma agrária, que, para Bergamasco e Norder (1996), se caracterizam por serem espaços definidos como novas unidades de produção que, no nível local ou regional, reordenam, em vários sentidos, o sistema de propriedade e uso das terras e estabelecem outros padrões sociais. Ou seja, considera-se que os assentamentos de reforma agrária se diferenciam das demais unidades agrícolas pela forma de utilização dos recursos disponíveis e também pelas redes de sociabilidade com fins garantir a autonomia da família perante as adversidades. E para isso, atender a dimensão primordial humana - a alimentação - exige o comprometimento dos assentamentos em perpetuar a produção de alimentos. Nesse sentido, a família como a unidade básica nestes espaços agrários, que está no comando da gestão da propriedade e se caracteriza por lutar por sua autonomia, através do fortalecimento dos recursos necessários à sobrevivência, cabe questionar o que está impedindo as impede de incluir na organização produtiva as estratégias que garantam a sua maior soberania e segurança alimentar.

Partindo-se da idéia de que é o rural o espaço propício à produção de alimentos, por ter em seu meio as condições para a prática social da agricultura, então é possível indagar porque é exatamente neste espaço onde se concentra a maior parte da população em situação de insegurança alimentar no Brasil. Dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (PNAD) apontam que 35% da população rural se apresentam nessa situação, contra 30% do urbano (PNAD, 2009). Para aprofundar essa questão, cabe refletir sobre como os assentamentos de reforma agrária chegaram nessa situação de debilidade alimentar acentuada, tendo em vista que a soberania e a segurança alimentar compõem bandeiras primordiais em sua luta.

Assim, o objetivo deste artigo é discutir as possíveis causas que limitam os agricultores a incluir na sua organização produtiva as estratégias de segurança alimentar, tendo em vista que os assentados de reforma agrária recebem orientação nacional de *como fazer agricultura* com fins de atingir sua autonomia.

Sobre o aspecto de transformação nas estratégias de segurança alimentar, considera-se neste trabalho que os agricultores estão passando por um processo de *ruptura da essência de agricultor*. Tal processo em virtude dos assentamentos de reforma agrária esta acompanhando o modelo de desenvolvimento capitalista na agricultura, que prima pela vida industrializada e pelos valores que são gradualmente desconectados do mundo natural. Rompe-se assim, com o sentimento e o significado que a produção de alimentos representava para esta categoria social.

Outro elemento importante a ser destacado se refere ao estreitamento dos universos urbano e rural, que contribuiu para a tomada de decisão dos agricultores em atender o mercado, levando uma massa de agricultores a substituir a ordem prioritária das necessidades historicamente construídas pelas famílias assentadas. Ou seja, a antiga imagem de famílias rurais que mantinham sob seu domínio a dimensão alimentar com abundância e diversidade de alimentos, está sendo substituída pela ideia de aumento e diversificação dos níveis de renda, através da priorização em atender os mercados. Tal diversificação pode ser constatada pela saída de muitos jovens do meio rural para trabalhar no meio urbano, sob determinadas justificativas, como: “o gosto pela cidade”, ou então “por

uma vida melhor” ou ainda “porque não quero ter uma vida igual a dos meus pais”². Neste contexto, Ploeg (2008, p. 47) analisa que “para alguns camponeses a auto-suficiência implica na satisfação das necessidades nutricionais da família, entretanto, para outros essa noção se refere puramente ao nível de renda.” Dessa forma a alteração que ocorre na ordem de prioridades das necessidades do núcleo familiar transforma também o modo dos agricultores se relacionarem com o agroecossistema em que estão inseridos, portanto, nas estratégias de segurança alimentar que estão intimamente conectadas com os processos naturais. É importante dizer que tal processo se deve à invasão dos aspectos da vida urbana no meio rural, implicando na re-construção de vários significados para a família rural.

Esta reflexão é justificada pelos assentamentos de reforma agrária carecer de estudos mais detalhados sobre o que tem causado limitações na organização produtiva de forma a não adotar antigas estratégias de segurança alimentar. Tendo em vista que estes espaços se caracterizam por receber orientação nacional e internacional de *como fazer agricultura*, e ainda por que têm a luta pela conquista da terra como sinônimo de autonomia.

Segurança alimentar: a origem do conceito e as diferentes concepções

Para começar a discussão em torno da temática proposta, é importante iniciar pelos conceitos de segurança alimentar, bem como pelas diferentes interpretações que vêm recebendo desde seu surgimento, e também do termo soberania alimentar, muito discutido pela Via Campesina e mais recentemente também pelos órgãos de Estado, porém com uma diferença de propósitos. Enquanto a Via Campesina discute segurança e soberania alimentar como um dos instrumentos para a transformação da realidade social tanto de quem produz como para quem consome, vindo a significar a independência alimentar em relação ao mercado agroalimentar, o Estado apresenta a segurança alimentar como combate à fome para fins de continuar na construção do modelo de desenvolvimento que o país tem buscado.

É válido dizer que o surgimento da definição do termo segurança alimentar tem origem na I Guerra Mundial, quando os países perceberam que a manutenção de alimentos em quantidade suficiente era primordial para a segurança nacional, surgindo à necessidade de formação de estoques estratégicos para que as nações ficassem menos vulneráveis e dependentes em tempo de crise e guerra (CONTI, 2009). Assim, o surgimento da noção de segurança alimentar teve cunho militar, com perspectivas de manter os soldados em condições para guerra, e não como uma noção de acesso à alimentação saudável com vistas a proporcionar uma vida digna para as populações.

No Brasil, a concepção de segurança alimentar foi definida na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2004, e que incorpora as noções de saúde, diversidade cultural, sustentabilidade social, econômica e ambiental:

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito a todos ao acesso regular e permanente a alimentação adequada, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (II CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, 2004, p. 04).

Porém, é importante destacar que a partir dos anos 1980, quando começa o processo de internacionalização da agricultura, que tem como principal característica a concentração do sistema de produção de alimentos em poucas empresas multinacionais que subcontratam agricultores e homogeneizam o consumo alimentar, surgem em resposta

² É importante destacar que tais expressões são oriundas de conversas com jovens rurais, durante o trabalho de campo, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Agronomia, da UFSM, realizado pela autora em 2009.

a esta tendência os movimentos sociais do campo (VIEIRA, 2008). A proposta de organização mundial de camponeses surgiu em 1992, na Nicarágua, com líderes camponeses da América Central, América do Norte e Europa (VIEIRA, 2008), tendo como uma das principais bandeiras a luta pela soberania alimentar dos povos. É neste momento que surge o movimento denominado Via Campesina, que se apresenta e constrói a ideia de uma nova sociedade, que possa trazer como suas bases uma alimentação diversa e saudável para a população local, trazendo também as pautas da reforma agrária, da garantia da diversidade genética, dos direitos humanos, de igualdade social. Sob este ponto, Vieira (2008, p. 07) sugere que “as construções da identidade interna e da imagem externa da Via Campesina têm sido marcadas pela noção de soberania alimentar”.

Vieira (2008) ainda afirma que a definição de soberania alimentar pela Via Campesina teve início já na II Conferência da Via Campesina, em 1996, que deu bases para posteriormente ser consolidado o conceito definitivo. No mesmo ano, foi apresentado na Conferência Mundial sobre Alimentação, em Roma, a definição de soberania alimentar como “o direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva” (VIEIRA, 2008, p. 07). Para Valente (2002, p. 114), a noção de “Soberania Alimentar surge como uma resposta dos movimentos sociais à perda da capacidade dos governos nacionais de elaborar e promover um conjunto de políticas públicas capazes de garantir a segurança alimentar e nutricional de suas populações, no contexto da progressiva internacionalização da economia imposta pelo processo de globalização”.

Em relação à concepção de soberania alimentar defendida pela Via Campesina, cabe ressaltar que um dos marcos importantes da sua reformulação se deu em 2001, em Cuba, no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, que reuniu trabalhadores do campo, indígenas, pescadores, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil e pesquisadores. Na sua Declaração Final consta que:

Entendemos por soberania alimentar o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um espaço fundamental (DECLARAÇÃO DO FÓRUM SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001, p. 03).

Posteriormente, o conceito tomou fôlego no sentido da construção da soberania alimentar como:

O direito dos povos, comunidades e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmo e as suas sociedades (VIA CAMPESINA, 2002, p. 45).

Assim, a noção de soberania alimentar se apresenta de forma mais abrangente do que a segurança alimentar, pois traz uma preocupação tanto dos camponeses enquanto produtores reais de alimentos, como dos consumidores em adquirir alimentos saudáveis, referenciados na cultura e no espaço geográfico local. Os camponeses organizados sob a Via Campesina, através do discurso de soberania alimentar, se posicionam de forma contrária ao modelo agroindustrial da produção de alimentos, entendendo que este modelo

é incompatível com a agricultura diversificada, referenciada culturalmente, que proporciona acesso a alimentos saudáveis para as comunidades locais, baseadas nas suas crenças, tradições, paladares e saberes. Isso determina uma linha divisória do conflito das concepções sobre a função da agricultura para os camponeses organizados de forma aliada à Via Campesina e para o mercado agroindustrial: enquanto a primeira (a Via Campesina) busca garantir às comunidades seu modo específico de existência, tendo como prática discursiva a defesa da valorização do agricultor, dos saberes tradicionais, dos valores e crenças, dos costumes, da correlação entre trabalho e família, o segundo (o mercado agroindustrial) valoriza as quantidades de matéria-prima que os agricultores são capazes de produzir para sustentar o modelo hegemônico de alimentação atual, baseado em poucas variedades de grãos.

Essas concepções de segurança alimentar precisam ser resgatadas para evidenciar que o conceito ainda se apresenta inacabado, pois representa um campo de discussão ainda em disputa, onde diferentes segmentos ao longo do tempo apresentam discursos com o intuito de legitimar sua posição na dimensão da segurança alimentar. Mesmo em contextos de assentamentos de reforma agrária, em que os sujeitos recebem orientações da Via Campesina e do MST de como *fazer agricultura*³, que atinge esse tema, é possível constatar que há divergências discursivas e práticas, pois ainda não se está consolidado um consenso sobre o significado de ser assentado e como esse se relaciona com as estratégias de segurança alimentar. Sobre esse fato, é pertinente destacar que a diversidade social e cultural que há nesses espaços, bem como as múltiplas intervenções externas (agentes de extensão rural, grupos religiosos, órgãos estatais), contribuem fortemente para transformações nestes espaços rurais. Como menção a estas transformações, cita-se o caso das sucessivas re-construções dos sistemas produtivos na busca por uma melhor perspectiva na agricultura, o que leva muitos agricultores a priorizarem o aumento da renda familiar, atrelando-se a mercados que tratam a questão da alimentação como homogênea. Dessa forma, é importante destacar que há diferença de concepções dada à diferença de interesses. E nesse contexto de diferença de interesses, os assentados de reforma agrária, mesmo recebendo uma orientação sobre como praticar a agricultura, passam por determinados processos que prejudicam as antigas estratégias de segurança alimentar. Tais processos, que dizem respeito à *alteração na ordem prioritária das necessidades das famílias rurais* e a *ruptura da essência de agricultor*, serão discutidos na próxima seção.

Os novos processos que re-configuram a segurança alimentar dos assentados de reforma agrária

Na grande transformação que ocorre nas unidades familiares, valem ser destacadas as formas de pensar, decidir e agir sobre o agroecossistema, que transformam também os valores da família com a prática social da agricultura. Sob este aspecto, quer dizer que alguns agricultores não sentem mais a motivação e o orgulho de produzir alimentos e de estar vinculados ao mundo social que a agricultura proporciona. A este processo chamamos neste ensaio de ruptura da essência de agricultor.

Assim, no que se refere à prática tradicional de produzir seus próprios alimentos, referenciada na arte do saber-fazer das famílias assentadas, Galeski (1979 apud FARIAS, 2007, p. 36) sugere que as formas organizativas da produção recebem diversas influências internas e externas, que colaboram para as mudanças tanto na produção como na própria família, uma vez que esta última é fruto do trabalho desempenhado. Ou seja, a essência de

³ Sobre essas orientações emanadas pela Via Campesina e MST, relaciona-se à: a produção agrícola voltada a priorização absoluta para o cultivo de alimentos saudáveis como princípio para a soberania alimentar; organização da produção com base ao desenvolvimento de formas cooperação agrícola (associações, cooperações, mutirões, organização comunitária); promoção de uma agricultura diversificada, rompendo com a monocultura, buscando promover uma agricultura sustentável, em bases agroecológicas, sendo que este novo modelo produtivo, gere também uma nova base alimentar adequada aos ecossistemas e equilibrada culturalmente (MST, 2009).

agricultor está diretamente conectada ao trabalho desempenhado diariamente por estes sujeitos.

Balem e Silveira (2002, p. 07) associam que “a leitura particular que o agricultor faz de seu agro-ecossistema e das decisões e ações que tem efetivado em sua experiência, é um elemento constituinte da cultura de agricultor”. Entretanto, é importante dizer que a prática da agricultura não se dá simplesmente pela interação do agricultor com o ecossistema que ele está inserido e que representa seu espaço de trabalho. A prática da agricultura se dá por uma mescla de elementos que complexificam a figura de agricultor. Além da questão do saber-fazer, citam-se: a satisfação com a atividade realizada, o valor que o ambiente simboliza no seu cotidiano, o sentimento de adoração pelo trabalho na terra, seu orgulho em produzir alimentos, suas crenças relacionadas às especificidades locais (como as lendas) e do seu trabalho.

Em meio a essa discussão, sugere-se que a modernização da sociedade deixou impactos na caracterização dos indivíduos do meio rural. Balem & Silveira (2002, p. 07) agregam esses impactos à “expropriação do agricultor a condição de decidir e agir com base em sua cultura, da compreensão do agroecossistema e de seu conhecimento adquirido das gerações passadas”, e ainda a “retirada do exercício da observação permanente do desenvolvimento das culturas”, graças aos padrões técnicos estabelecidos, impedindo que o agricultor tenha o poder de reconstruir uma resposta frente às possíveis crises que possam ocorrer na unidade agrícola.

Como nos espaços de assentamentos de reforma agrária há uma mescla de agriculturas, convencional e tradicional, ambas podendo se apresentar em diferentes estágios e/ou gradientes, surge uma re-organização da produção, formando novas inter-relações entre os agricultores e seu meio, dificultando que se faça uma definição limitada e linear da vida de agricultor baseada nas características gerais deste modo de vida. Este fato está contribuindo significativamente para limitar os assentados de reforma agrária no pensar e decidir a unidade agrícola, incluindo as estratégias de segurança alimentar.

Para exemplificar este processo, cita-se o caso do processamento de alimentos no meio rural, tais como pães, bolachas, queijos, iogurte, entre outros, que se refere a uma prática comum da chamada agricultura familiar ou camponesa. Com base em receitas de família, agregando valor peculiar do saber-fazer, ou seja, aquela família *faz* determinados alimentos porque *sabe* na prática como é processado, graças a um saber repassado por gerações passadas, contribuindo para perpetuar não somente um saber prático, mas também uma rica estratégia de segurança alimentar.

Outro exemplo que merece destaque é o caso da produção leiteira, onde os agricultores utilizam raças com alto potencial produtivo, fruto das tecnologias de melhoramento genético animal, entretanto ainda realizam o manejo de forma tradicional, oferecendo baixa quantidade de pastagem em época de frio mais intenso, submetendo os animais a baixos teores energéticos, limitando, portanto, a quantidade de leite diária. Dessa forma o agricultor permanece num emaranhado de saberes, ora técnico-científico, ora tradicional, o que colabora para fortalecer seu distanciamento com o mundo particular do meio rural, já que ele busca acompanhar as inovações a ele fornecidas, porém com saberes que não servem a essas inovações.

Neste sentido, Farias (2007) diz que, nos assentamentos de reforma agrária, há famílias com valores alicerçados na cultura tradicional, porém já transformados, e outras que já alteraram visivelmente a sua cultura, fazendo com que as suas experiências sejam próximas às do urbano. Segundo a autora, isso pode apresentar a fragilidade da ligação das famílias com a terra como um lugar de morada e de reprodução, tendo uma influência dos princípios de produção capitalista, direcionados ao mercado.

A autora comenta ainda que, quanto maior o grau de modernização, maiores serão as alterações na organização interna da família, dadas as alterações na organização produtiva, que podem resultar também em transformações no núcleo familiar, fruto do abandono das práticas tradicionais de produção de alimentos (FARIAS, 2007).

Desse modo, a noção de essência de ser agricultor é ferida pelo avanço da vida moderna sobre o meio rural. Entretanto, este modo de vida específico poderá ter função de

mola de resistência frente a um processo cada vez maior de adaptação das famílias assentadas à modernidade, dada a sua proximidade com o meio natural e com a produção de alimentos, bem como com os vínculos sociais e culturais específicos desta categoria. Pois, quando se reconhece os agricultores como guardiões de um saber-fazer gerado pela prática da agricultura, é possível lhes conferir dignidade e cultura de ser agricultor. E quando se encontram em vias de dissipar essas práticas típicas de construir seu saber calcado no trabalho diário, abandonar práticas de organização e observação para pensar, decidir e agir na unidade produtiva, observa-se um processo de apropriação das cadeias agro-alimentares sobre essa essência de agricultor, contribuindo para descaracterizar este modo típico de vida, sob o falso discurso de desenvolvimento pela via de mercado.

Buscando atender as necessidades geradas pelo desenvolvimento, as unidades rurais familiares re-orientaram o foco dos recursos disponíveis na unidade produtiva, sob a falsa premissa de eficiência através das tecnologias industriais como sinônimo de crescimento, o que poderia, portanto, melhorar a condição de vida aos agricultores. Assim, as históricas características da essência de agricultor, diante das transformações advindas do mercado, foram re-modeladas, impactando, dentre outras dimensões, a lógica interna de organização da produção que nega as estratégias de segurança alimentar.

A partir do vigoroso discurso de desenvolvimento capitalista e da intervenção das práticas e valores oriundos deste modelo, há uma maior interação do rural com o urbano. Este último passou aos poucos a ser referencial da vida moderna, transformando os processos produtivos e também os próprios sujeitos sociais, ou seja, os agricultores. Assim, surge o segundo processo no contexto nos assentamentos de reforma agrária, que diz respeito à incorporação das formas específicas do mundo urbano na vida dos sujeitos do meio rural, que faz com estes requeiram para segundo plano sua autonomia, tornando-se dependentes de cadeias agroalimentares até mesmo para atender a dimensão primordial de sua existência, a alimentação.

A lógica verificada no espaço urbano difere da lógica dos habitantes do meio rural, em especial na dimensão das relações sociais e da natureza que são articuladas de modo a garantir a reprodução do modo específico de vida rural, que inclui a produção de seus próprios alimentos. Para Carlos (2004), o grande desafio em analisar a cidade e o campo diz respeito às diferenciações das relações sociais contidas em cada um, em que o rural não está desaparecendo e também não está ocorrendo um domínio do urbano, mas sim uma vinculação entre eles. As experiências e as habilidades acumuladas pelo trabalho diário demarcam a estreita relação entre os agricultores e o mundo natural, se apresentando como uma dimensão que manifesta o modo de vida do meio rural com particularidades que inexistem no urbano.

Apesar de se demarcar aqui esse modo de vida específico do mundo rural, não se tem o propósito de cair na dicotomia de análise urbano-rural, como propõem alguns estudiosos, como Milton Santos (1993) e José Graziano da Silva (1996), que relacionam o rural como um *continuum* em que a urbanização transformaria o rural em completo espaço urbano. Mesmo com esse modo de vida específico que envolve os agentes do meio rural, já é possível compreendê-lo como um espaço que combina os aspectos da vida moderna urbana, impossibilitando analisá-los de forma polarizada, antagônica, superando o recorte clássico de análise urbano-rural.

Para tal discussão, adota-se a proposta de Rua (2005; 2006), que discute a manutenção das especificidades do rural mesmo com a intervenção do urbano, na qual o autor chama de urbanidades no rural⁴. Sob esta vertente de análise, urbanidades no meio rural significam as transformações pelas quais este espaço passa hoje, fruto da complexidade das interações urbano-rural. Entretanto, tais transformações não representam novas ruralidades, e sim uma re-significação do rural que inclui uma série de representações como outro rural (RUA, 2006). O autor propõe a idéia de urbanidades no rural por compreender que as especificidades do rural devem ser preservadas, inclusive como base

⁴ O termo *urbanidades no rural* é encontrado em outros textos como *novas ruralidades*, de autoria de Maria José Carneiro, Roberto José Moreira, José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay (RUA, 2006).

para ações políticas, como, por exemplo, a reforma agrária, além de o território servir como instrumento de reprodução de agente social (RUA, 2006), ou seja, o espaço, o trabalho específico do meio rural produz o agente social (agricultores).

Rua (2005; 2006) também discute as transformações no cotidiano dos agricultores pela assimilação dos costumes do urbano, o que, segundo o autor, parece contribuir para a desconstrução de determinados laços locais de sociabilidade específicos do universo rural, como, por exemplo, a rede de solidariedade alimentar⁵ e a própria produção e autonomia alimentar, porém com a manutenção de especificidades locais. Nesse mesmo sentido, Carneiro (1997) propõe que a lógica existente de um grupo social se sustenta num conjunto de valores tidos como identitários e que serve para distingui-los de qualquer grupo na sociedade. Ou seja, no caso dos agricultores, a manutenção das prioridades históricas, como a autonomia alimentar, é fundamental para manter vivo seu grupo social.

Neste contexto de interpretar o rural re-significado pela sua interação com o urbano, é importante destacar que novas formas de se relacionar com as pessoas e com o seu meio também são re-significados:

[...] a ressignificação do rural [...] fruto das leituras particulares por parte dos habitantes das áreas rurais, conformando um caráter híbrido ao território e às identidades criadas com componentes 'rurais' e 'urbanos', usados, estrategicamente, como discursos e reivindicações predominantes, de acordo com o momento vivido pelos agentes sociais locais, em que situações de inferiorização (frente aos urbanos) e de reivindicação de direitos convivem [no cotidiano] (RUA, 2006, p. 95).

Ainda sob este tema, Rua (2005, p. 48) analisa que os camponeses estão diretamente integrados à produção capitalista, através da sua ligação com os complexos agroindustriais, “viabilizada pelo empresariado rural, com base em créditos bancários, difusão tecnológica e ampliação de mercados de bens de produção industriais para agricultura.” Ou seja, re-significando também os habitantes do meio rural, em que estes se apropriam de uma vida repleta de imagens (como o poder e o desejo de consumo de produtos como a coca-cola, assessórios de beleza, e até gostos musicais tipicamente urbanos), que se aproxima da vida moderna, e da demanda por produtos, serviços e marcas nunca antes desejados pelos camponeses, e que registram o universo peculiarmente capitalista.

A associação dos aspectos da vida urbana ao modo vida do meio rural, como a dimensão alimentar, submete as famílias à lógica e às tradições das ditas famílias urbanas e modernas, e dessa forma compromete também sua garantia de reprodução social. Assim, a adoção da prática de compra de alimentos pelos agricultores pode vir a representar à reorganização da produção que exclui as estratégias de segurança alimentar. Sob este aspecto se torna interessante refletir sob a perda de autonomia das unidades familiares de produção, revelando um conflito na lógica interna destas unidades, uma vez que deixam de produzir seus alimentos com vistas a atender as demandas de produção, perdendo também a tradição de consumir alimentos produzidos por elas mesmas, desconectadas de suas histórias de vida, das especificidades locais e ainda da essência de agricultor.

Metodologia

Para realização desta pesquisa, adotaram-se como universo de estudo os assentamentos de reforma agrária Sepé Tiarajú e Santa Rita, localizados no município de Capão do Cipó (RS), focando na adoção (ou negligência) das famílias em manterem sob seu domínio estratégias de segurança alimentar, demarcando suas semelhanças e

⁵ Tais redes se referem às trocas de alimentos entre vizinhos e parentes, seja pela cultura da cortesia, seja pela doação de alimentos em troca de algum serviço.

diferenças. A garantia da segurança alimentar pode dar-se de diversas formas, como, por exemplo, pela via da renda através da compra de alimentos, entretanto, neste trabalho buscou-se investigar as práticas de autoconsumo das famílias como forma de garantia de segurança alimentar.

O assentamento Santa Rita foi implantado no ano 1987, sendo 45 famílias assentadas, e o assentamento Sepé Tiarajú foi implantado em 1988, sendo 25 famílias assentadas.

Quanto à delimitação do público a representar a amostra do universo de estudo, buscou-se entrevistar àqueles que mantêm sua história de vida relacionada diretamente com a agropecuária, e vínculo igualmente direto com a trajetória de lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este recorte pretende abarcar as famílias que se utilizam de um saber-fazer e de todo o universo de relações que são típicas do modo de vida do rural, conectadas diretamente com a produção de alimentos. Haguette (1995, p. 86) define entrevista como “um processo de interação social entre duas pessoas, [...] e que tem por objetivo a obtenção de informações [...]”. Almeida (1989, p. 114) considera a entrevista como um “instrumento excelente para pesquisa de campo”, e que “difere da simples conversa pelo fato de ser deliberadamente planejada com intenção de alcançar um objetivo específico pelo uso de técnicas adequadas”.

Esta pesquisa ocorreu em três momentos importantes: no **primeiro momento** contou com a definição do problema e elaboração do objetivo geral, do referencial teórico e do público alvo deste estudo; no **segundo momento** consistiu na vivência a campo, a fim de investigar, por meio das entrevistas semi-estruturadas, a trajetória dos assentados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), bem como o seu cotidiano referente à organização da produção. Triviños (2006) define entrevista semi-estruturada como aquela que parte de alguns questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, e que, em seguida, oferece amplo campo de interrogações.

É importante destacar que seguiram-se os seguintes critérios de definição: primeiros assentados, por terem vivenciado o momento de implantação do assentamento e as dificuldades iniciais perante um agroecossistema desconhecido; famílias que tinham trajetória no MST e que conheciam a orientação das lideranças nacionais e internacionais do movimento; e famílias que tinham origem no meio rural, o que as identificava com os aspectos da *essência de agricultor*. Do conjunto das famílias dos assentamentos, foram selecionadas oito famílias do assentamento Santa Rita e seis do assentamento Sepé Tiarajú, representando 20% e 24% respectivamente do total das famílias de cada assentamento. No **terceiro momento** da pesquisa se deu pelas transcrições dos conteúdos coletados durante as entrevistas, paralelamente ao processo de reflexão entre a observação a campo e o referencial teórico, tendo como fruto as análises, interpretações e discussões que tornaram possível finalizar esta dissertação.

História e dinâmica das estratégias de segurança alimentar nos assentamentos Santa Rita e Sepé Tirajú

Dos entrevistados, todos são oriundos do Acampamento da Fazenda Anoni, naturais das mais diversas cidades do Alto Uruguai (RS). Assim, buscando-se compreender um pouco da história desses agricultores em relação à *opção* de seguir *na luta pela terra*, percebe-se a preocupação com a garantia da reprodução social da família vinculada ao meio rural, sendo este um motivo potencializador para participar do MST. Em síntese, a produção de seus próprios alimentos ocupa um lugar central nas estratégias de reprodução do grupo familiar.

A chegada ao assentamento foi relatada como um período de “vida difícil”, marcada, por um lado, pelo “abandono por parte do INCRA” numa região desconhecida e sem nenhuma infraestrutura, e, por outro lado, marcada pelo sentimento da certeza da terra

própria. O período árduo de “trabalho nas terras alheias⁶” foi substituído por um novo período em que aplicar o seu *saber-fazer* para sobrevivência do grupo familiar é caracterizado como algo para orgulho e prestígio social.

Durante as entrevistas, percebeu-se que conversar com os assentados sobre a chegada e o reconhecimento da área conquistada é uma tarefa delicada e carregada de emoção, caracterizando muitos desabafos sobre a precariedade inicial, entretanto, foi um momento importante para traçar as primeiras estratégias de segurança alimentar.

[silêncio, os entrevistados enchem os olhos de lágrima] As dificuldades que a gente passou, não tínhamos a quem recorrer. Longe das nossas origens. Nós comíamos até abóbora frita e achávamos bem gostoso. A falta de tudo. De luz, de água, de comida. O INCRA deixou faltar. Mas a gente chegou sabendo que conquistamos a terra (ENTREVISTA 7, SR).

Assim, dificuldades iniciais que os assentados relatam podem ser sintetizadas em duas partes: as limitações ligadas a infraestrutura, tais como falta de água, de luz, de estrada, e de equipamentos agrícolas, e os que apontam a dificuldade inicial em produzir e adquirir alimentos tanto para os primeiros dias como no primeiro ano em que já estavam na área. Neste segundo caso, os assentados apontam essa dificuldade na dimensão alimentar devido à impossibilidade de obter sementes, que o pouco que eles tinham ainda era oriundo do acampamento Anoni, e, principalmente, pelo desconhecimento do agroecossistema no qual eles estavam sendo assentados.

Condições de desconhecimento do agroecossistema, a falta de sementes para os primeiros cultivos, sem estradas - o que dificultava o acesso a outras localidades da região - sem recurso financeiro, colaboraram para que, logo, na chegada a área do assentamento, os assentados definissem algumas estratégias de segurança alimentar, colocando em prática os conhecimentos e experiências acumulados durante a vida de agricultor, porém agora numa condição de terra própria.

Nesses cultivos para autoconsumo, no início dos assentamentos, aparece com predominância o cultivo de feijão, mandioca, batata, abóbora, melancia, temperos, milho e arroz. Destaque-se que o arroz passou em um segundo momento a ser produzido para a comercialização, mas tinha como objetivo inicial abastecer o grupo familiar. Outra estratégia relatada pelos assentados, tanto no Santa Rita como no Sepé Tiarajú, em especial pelas mulheres, refere-se a manter o entorno da casa com cultivos *pro gasto* e com criação de animais, em especial galinhas e suínos.

As estratégias de hortas e criação de animais no quintal foram umas das primeiras atividades de segurança alimentar implementadas, sob o cuidado das mulheres, buscando garantir e diversificar a dieta da família. Entretanto, com o tempo, parece que essa estratégia alimentar, típica do universo rural, foi perdendo importância e espaço físico na área dos lotes. O que se constatou no trabalho empírico é que ainda existem essas estratégias, porém debilitadas. Hortas descuidadas e com poucos cultivos, restringindo-se, na maioria dos casos, em tempero verde, couve e às vezes em alface. “A gente nunca abandonou por completo [cultivo *pro gasto*], **alguma coisinha sempre tem**, mas é verdade que caiu bastante” (ENTREVISTADO 7, SR).

Esse desvio dos agricultores em relação a esta estratégia tem um grande significado: a negação de uma das práticas mais tradicionais da agricultura tradicional, ou seja, a negligência do modo camponês de fazer agricultura que visa um elevado grau de autonomia das famílias (PLOEG, 2008).

Além dessa debilidade nos cultivos “*pro gasto*”, ainda há um sério agravante no que tange a estas estratégias, que se refere ao tratamento químico feito nas hortas. Ou seja, os assentados levaram para o *redor da casa* o mesmo sistema produtivo das culturas anuais: utilização de agrotóxicos nas hortas que abastece a própria família.

⁶ Importante destacar que grande parte dos entrevistados relata que sua atividade no trabalho na terra, antes de acampar, se dava na forma de “quase trabalho escravo nas terras dos outros” ou então arrendavam terras para plantar.

Assim, vale analisar, através do discurso dos assentados, que eles estão abandonando um dos princípios centrais da agricultura, como a *natureza*, e também para os cultivos de subsistência. Dito em outras palavras, estão adotando o padrão industrial de agricultura semelhante aos sistemas produtivos comerciais no qual eles trabalham. Através da interrupção da centralidade na natureza na conversão de alimentos e de bebidas (capital ecológico), a agricultura se tornou cada vez mais dependente da artificialização dos agroecossistemas, e por conseguinte, do capital industrial (PLOEG, 2008).

Sobre o histórico das atividades agrícolas nos dois assentamentos, ambos começaram com o cultivo do trigo na quase totalidade da área, além de algumas parcelas de milho. Com o fracasso financeiro obtido com a produção de trigo, partiram, no segundo ano, para a produção de soja em toda área. E no terceiro ano, começaram a produção de leite, atividade que se estende até os dias atuais. “No segundo ano que nós estávamos aqui, plantamos soja, **daí nós fomos pro buraco!** Investimos nuns tratores. Eram 14 tratores no começo do assentamento. É, a gente foi **muito bem** informado [ironia]” (ENTREVISTADO 2, SR). Dessa informação, vale destacar que, desde o início destes assentamentos, houve a implantação e substituição das especializações agrícolas, estando os assentados fortemente preocupados em atender o mercado da região, que já tinha e ainda tem toda infraestrutura para produção e armazenamento de grãos. Este fato contribuiu para que os assentados mantivessem ao longo do tempo sucessivas especializações.

Sobre a produção de leite, é importante destacar que ela permitiu a criação de outra estratégia de segurança alimentar, que diz respeito ao processamento caseiro de alimentos, tais como doce de leite, queijo, iogurte e requeijão. No assentamento Santa Rita, as mulheres caracterizam esta prática como “um trabalho a mais”, que não vale a pena ser feito, pois com a idade avançada de grande parte dos assentados e a juventude indo morar na cidade sem dar continuidade à terra, o processamento de alimentos é compreendido com uma atividade produtiva que demanda muita mão de obra. “**Não!** Eu não faço mais [processamento caseiro]. Quando meu filho e meu neto moravam comigo, eu fazia. Mas agora que moram longe, eu não faço mais. Mas eu fazia só pro gasto, não vendia” (ENTREVISTADA 5 SR). Para os assentados do Sepé Tiarajú, o motivo para a decisão de cessar o processamento caseiro de alimentos foi a falta de um mercado local para venda do excedente desses alimentos, em especial os queijos e doce de leite.

Outra estratégia de segurança alimentar do passado, e que se perdeu em ambos os assentamentos, refere-se à troca de alimentos entre os assentados. Esse troca-troca de alimentos pode representar uma *rede de solidariedade alimentar*, e sugere também uma troca de saberes, experiência e receitas, fortalecendo outras relações entre os assentados, extrapola a questão alimentar. Sob este aspecto, Krone (2011, p. 49) afirma que a troca de alimentos cria uma “fonte de sociabilidade e de comprometimento entre os atores sociais”, permitindo a manutenção de uma rede distributiva de alimentos, uma relação muito presente nas comunidades tradicionais. Entretanto, esta prática nos assentamentos aparece mais como uma forma constrangedora de se relacionar com vizinhos ou parentes. Essa “reciprocidade” é na verdade encarada como prática de um período de debilidades e penúria alimentar; parar com essa estratégia significa que as famílias acessaram melhores condições no lote.

No que tange a organização da produção, é válido destacar que a forma de organizar a produção adotada pelas famílias pode representar os interesses e a maneira com que os assentados se enxergam no meio rural: como agricultores ou como produtores. Poderia-se dizer que os *agricultores* têm como prioridade a produção de *alimentos*, ao passo que os *produtores* têm como meta a produção de “*commodities*”. Sob este aspecto, Balem e Silveira (2005) também diferenciam agricultor de produtor: enquanto o segundo é fruto de um padrão definido pela indústria que tem a função de tornar o processo produtivo homogêneo, desvinculando-se dos processos naturais, o primeiro é fruto de uma construção social, em que suas construções históricas estão relacionadas com sua relação com a natureza e com os processos culturais e sociais locais. No caso dos assentamentos alvos do presente estudo, em que as famílias viveram num contexto de adaptação e re-

estruturação das suas práticas agrícolas, é válido destacar que *o pensar, decidir e agir da organização produtiva* foi determinante para as condições de segurança alimentar.

No caso específico dos assentamentos Santa Rita e Sepé Tiarajú, pode-se citar a visita semanal da “caminhonete do pão”, ou do “caminhão das verduras” entrando e comercializando alimentos com certo grau de naturalidade de quem os compra, ou seja, as famílias assentadas. Assim, os alimentos não têm mais a direção do assentamento para a cidade, e sim da cidade para o assentamento. As transformações ocorridas na organização do tempo e do espaço dos assentados indicam uma nova forma de se relacionar com o seu mundo, em que a re-construção da noção de autonomia segue qualquer outra referência, que não tem na garantia da reprodução social a sua máxima prioridade.

Nos assentamentos de Santa Rita e Sepé Tiarajú, atualmente, perante um agroecossistema conhecido (passados mais de vinte anos da implantação dos assentamentos), observa-se a desvinculação da ideia de sobrevivência por meio do trabalho na lavoura. Essa ideia é bem expressa na fala dessa assentada.

Eu já trabalhei bastante, hoje eu não tenho mais vontade de trabalhar na lavoura, de fazer as coisas pra casa ou pra vender. Hoje dou graças a Deus de ser aposentada, ter um dinheirinho pra mim viver e comprar comida. A preocupação de produzir a gente sempre teve, mas as coisas não dão certo. A gente vai desistindo (ENTREVISTADA 4, SR).

As sucessivas especializações agrícolas com base primeiramente no trigo, em seguida na soja e, depois, na produção de leite, sugerem uma preocupação dos assentados em participar do mercado já estruturado na região. Hoje, os dois assentamentos apresentam uma organização de produção comercial, com predominância da produção de leite e, em menor importância, do cultivo da soja.

A soja ainda aparece para os assentados com a perspectiva semelhante do passado: com a esperança de um bom retorno financeiro em um ano em que o preço estiver em alta no mercado. Há uma expectativa de que esta atividade será a responsável pela transformação de dimensão econômica dos assentados. Enquanto isso não acontece, a produção de leite aparece como aquela atividade que mantém as famílias com uma renda fixa mensal. Os assentados sabem que a venda do leite garante uma renda que pouco sofrerá com ações externas, mesmo percebendo o baixo valor pago pelo produto. “O dinheiro do leite dá pra gente se manter, dá pra sobreviver. É pouquinho, mas a gente sabe que é seguro” (ENTREVISTADA 4, SR).

No assentamento Santa Rita a idade avançada e a juventude querendo “uma vida melhor” (ENTREVISTADO 2, SR), indo buscar nas cidades vizinhas um futuro diferente, aparecem como o argumento para negar a diversificação como uma estratégia de segurança alimentar, enquanto no Sepé Tiarajú aparece a “falta de recursos para investir” como a principal limitação. Comparem-se os depoimentos:

Hoje o pessoal está envelhecendo e se aposentando, e por isso está abandonando as plantações, está abandonando o trabalho lavoura. Nem pra comer [...] produzem mais! O pessoal mais novo está saindo também. Não querem ficar. E não deveria ser assim. Nós aqui já estamos velhos, mas as coisinhas ainda queremos fazer, pra gente se manter, pra gente viver. E a gente sabe que essas pessoas que pararam com tudo [com o trabalho] pra viver de aposentadoria chamam a gente de burro porque ainda trabalhamos na terra (ENTREVISTADA 01, SR).

Meu maior problema é plantar sem ter um incentivo. Estou lidando com as vacas só pra pagar o banco. Daí eu vendo o leite e soja pra pagar o banco, daí pego dinheiro no próprio banco pra plantar de novo. Então fica muito difícil pra gente melhorar, pra gente fazer outras coisas. Eu tenho aquela horta ali, está mal. E essas poucas galinhas aí que tu estás vendo. (ENTREVISTADO 11, ST).

Nesta discussão a respeito da organização da produção, há necessidade de se contextualizar a atual situação das hortas e das criações de animais, com fins de compreender as prioridades das famílias assentadas.

No assentamento Santa Rita, o tamanho médio das hortas é de 20 m², com predominância de cebola e couve. As hortas não parecem ter um significado de orgulho e prestígio entre os assentados. Na hora de apresentar este espaço, os assentados se desdobravam em explicações pela baixa diversidade de hortaliças. “Antigamente, eu plantava cenoura, beterraba, pepino, tudo que era salada, mas agora a terra está muito ruim (ENTREVISTADA 08, ST)”.

Na área destinada aos pomares, identificou-se a predominância de bergamota e laranja. Entretanto, as duas famílias que optaram por manter a produção de alimentos para consumo doméstico apresentam uma diversidade muito maior tanto na horta como no pomar, a saber: bergamoteira, laranjeira, videira, pêsequeiro, limoeiro, ameixeira, caqui, figueira, guabijuzeiro, butiazeiro, romanzeira e fruta do conde.

No assentamento Sepé Tiarajú, as condições não são muito diferentes. O tamanho das áreas destinadas às hortas é um pouco maior, em torno de 50 m², ganhando destaque os cultivos de alface, cebola e couve. É importante destacar que, no assentamento Sepé Tiarajú, foi comum visualizar espaços físicos destinados às hortas, porém, sem nenhum tipo de cultivo, ou então apenas com poucas ervas medicinais. No espaço do pomar, assim como no assentamento Santa Rita, há predominância do cultivo de laranjeira e bergamoteira.

Essas duas estratégias (hortas e pomares) ainda presentes nos lotes, porém debilitadas, contribuem para mascarar uma realidade de empobrecimento alimentar das famílias assentadas. Ou seja, mesmo algumas famílias produzindo apenas cebolas em suas hortas e laranjas no pomar, podiam dizer “**Sim!** Nós temos horta e temos pomar! (ENTREVISTADO 12, ST)”. Na constatação prática, entretanto, observa-se que as “hortas” existentes cumprem papel pouco relevante na alimentação das famílias entrevistadas.

Quanto às criações animais, estas aparecem igualmente debilitadas. A criação de galinhas apareceu com baixo número por família no assentamento Santa Rita, perfazendo uma média geral de 15 aves por família, e os suínos apareceram em apenas duas famílias.

Quanto ao processamento caseiro de alimentos, esta estratégia alimentar, que, em certa medida, foi suprimida ao longo do tempo, poderia representar uma interessante retomada na diversificação de produtos alimentares para as famílias. Não se encontram, atualmente, nos assentamentos, os mais diversos tipos de alimentos que poderiam ser processados a partir do leite, que sejam do gosto e da cultura desses assentados.

Entretanto, há no assentamento Santa Rita, o moinho para processamento de farinhas de milho e trigo, construído a partir do investimento do Programa Terra Sol (INCRA), em 2006⁷. Com a construção do moinho, desencadeou-se a possibilidade de atender ao consumo doméstico das famílias e à fabricação de ração para os animais, e, ainda, de estimular uma atividade empreendedora na diversificação produtiva.

O moinho está em caráter experimental, entretanto, as famílias já estão processando farinhas de milho, mandioca e batata-doce, que são utilizadas na elaboração de bolachas e pães. As mulheres assentadas estão resgatando antigas receitas e práticas de família que contêm esses ingredientes. Assim, o início das atividades do moinho poderá contribuir para as assentadas retomarem o processamento de alimentos, tendo nos panificados a motivação, que, talvez, poderá se estender ao início do processamento dos derivados do

⁷ É importante ressaltar que o moinho, hoje, passa por um impasse para liberação de sua operação. O primeiro limitante para inauguração e operação do moinho foi colocado pela Fundação Estadual de proteção Ambiental (FEPAM/RS) devido a áreas de Área de Preservação Permanente (APP) estarem sem vegetação. Assim, a FEPAM condicionou a Licença de Operação à um Plano de Compensação Ambiental (PCA). Em relação à esse plano, é importante destacar que ele vem sendo trabalhado por um grupo conveniado entre UFSM e INCRA, denominado SOMAR. O SOMAR constitui-se enquanto um núcleo de assessoria técnica aos empreendimentos que receberam investimentos do Programa Terra Sol nos assentamentos do RS. Tal grupo vem trabalhando juntamente com os assentados, alunos de graduação e pós-graduação do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER/UFSM) no Plano de Compensação Ambiental para recuperação das áreas de APP. Maiores informações no site: www.terrasolrs.com.

leite. Isto é uma possibilidade interessante, de recuperação desta estratégia de segurança alimentar.

O discurso dos assentados e o discurso oficial da Via Campesina

Sabe-se que a humanidade teve condições de se sustentar e se expandir graças ao homem observar e se entrosar com o meio natural, buscando sua sobrevivência, a partir dessa observação e da aplicação dos conhecimentos gerados a partir das suas experiências. O aperfeiçoamento desses conhecimentos contribuiu, gradualmente, para determinar a forma com que os agricultores se relacionam com o meio natural, com fins de obter seus alimentos e outras matérias primas necessárias para a sua sobrevivência.

A modificação da estrutura organizativa (a desestruturação das especializações), a substituição de insumos de síntese química pelos manejos orgânicos, além da adequação dos seus conhecimentos à realidade local, são também orientações pertinentes da cúpula (VIA CAMPESINA, 2011) em relação à garantia da produção de alimentos. Assim, o sistema alimentar de hoje, baseado em especializações e dominado por corporações agroalimentares, é fortemente criticada pela Via Campesina.

Amplia ejecución de políticas a favor de la soberanía alimentaria como son la protección de mercados locales del dumping, la lucha contra el acaparamiento y especulación por parte de las corporaciones, la definición de sistemas para garantizar precios justos para la producción campesina de alimentos, y para los consumidores (VIA CAMPESINA, 2011, p. 16).

A Via Campesina transmite a idéia de que os alimentos são uma fonte de vida e não um simples produto comercial, entretanto é válido ressaltar que os fatores externos, tais como políticas públicas afetam a decisão dos agricultores. Ou seja, a prioridade em manter uma fonte diversa de alimentos é um dos princípios que esta entidade defende, repassando para os assentados de reforma agrária recomendações sobre como organizar suas produções agrícolas, as quais deveriam incluir as estratégias de segurança alimentar.

Ou seja, *o pensar e o agir* à unidade produtiva são centrais para identificar se os assentados estão seguindo as orientações derivadas da sua cúpula, analisando os possíveis avanços, retrocessos e contradições do assentamento.

No contexto dos assentamentos Santa Rita e Sepé Tiarajú, os assentados se referem ao movimento da luta pela terra como algo “fracassado”. Para os assentados do assentamento Santa Rita, “depois de ser assentado, a realidade muda, porque os interesses mudam, e os objetivos não são mais os mesmos do período do acampamento” (ENTREVISTADA 02, SR). Ou seja, a luta em comum, que se refere à conquista da terra no período de acampamento, é transformada em interesses e prioridades particulares no período posterior a ser assentado.

No assentamento Sepé Tiarajú, os assentados enxergam o Movimento também como fracassado, porém, com um sentimento de agradecimento pela oportunidade de conquista da terra. É importante ressaltar que todo o tempo de diálogo e entrevistas os assentados se referiam ao MST e a Via Campesina como “o movimento”, ou então “agradecemos ao movimento”, transmitindo uma ideia de que eles não fazem mais parte das lutas travadas pela Via Campesina.

A respeito dessa constatação de que para os assentados a luta do Movimento “está fracassada”, abre-se uma lacuna na sua forma de *pensar* a produção do lote. Pois, sem a referência ou com um descrédito na luta da Via Campesina, não há como haver um compromisso das famílias sobre inclusão das orientações da cúpula sobre segurança alimentar na sua organização diária.

Ou seja, as famílias não têm um sentimento de dever a ser cumprido após serem assentadas, como, por exemplo, organizar sua produção agrícola com base na

diversificação e aplicar os conhecimentos sobre manejo ecológico. Assim, novos valores em relação à sua realidade de assentados vão aos poucos sendo re-construídos.

No assentamento Sepé Tiarajú, há um discurso claro sobre o trabalho penoso que são as atividades agrícolas. O motivo que incentiva as famílias a permanecerem no meio rural se dá pela falta de perspectiva que o meio urbano oferece. Para eles, a decisão em ficar no lote se deve em grande medida pela “falta de estudo”, e não pela garantia de sobrevivência da família a partir do seu trabalho, ou pela identificação em trabalhar na agricultura.

Outra entrevistada relata que no meio rural “não existe atrativo que proporcione aos jovens optarem por ficar trabalhando com os pais” (ENTREVISTADA 2, SR). Ou seja, a perspectiva de ficar no lote não se deve pela identificação e pelo sentimento de pertencimento ao meio rural, mas sim por outros elementos, como a possibilidade de desemprego ou outras mazelas que o meio urbano pode vir a oferecer.

Quanto à preocupação em repassar as técnicas agrícolas relacionadas às estratégias de segurança alimentar, os assentados relatam sobre a tentativa de transmitir esses conhecimentos aos filhos e netos, porém, essa juventude não aparenta estar interessada.

Eu tentava ensinar ela [a filha] a fazer as coisas para ela sobreviver daqui. Eu sempre incentivei. Mas ela nunca quis aprender. Tanto que hoje ela mora na cidade. E a gente sabe que na cidade não é nada fácil. Aqui no interior ela teria condições de viver diferente (ENTREVISTADA 4, SR).

Ou seja, nesse ponto de permanência no lote há uma diferença de discurso. É verdade que esses assentamentos não oferecem uma estrutura convidativa e nem incentivos aos jovens para permanecer no lote. Mas é preciso fazer uma distinção se a juventude anseia por atrativos do meio urbano ou se deseja manter um modo de vida com os conhecimentos e a realidade que os pais buscaram ensinar. “A juventude gosta de festa, de namorar, de teatro, de cinema, de cultura, de receber um dinheirinho por um trabalho, e aqui não tem nada disso” (ENTREVISTADA 2, SR). Na fala dessa assentada, se observa que o meio urbano se tornou referência de “vida melhor” para a juventude.

Assim, é possível observar uma transformação no que, de fato, é importante para estas duas gerações: a dos pais, assentados há mais de vinte anos, e a dos jovens, que buscam viver uma realidade diferente, através de uma fonte de renda que vislumbram na cidade. Observa-se que o núcleo familiar passa por transformações de interesses e de valores, sendo o meio urbano uma nova referência, em especial para os mais jovens, de garantia da sua reprodução social.

Conclusão

O meio rural não deve ser visto apenas como um ambiente de produções agropecuárias, mas também como um espaço, que produz um modo de vida específico dos sujeitos sociais, que constroem sua história e sua tradição calcados no trabalho diário de *lida com a terra*. E nesse modo de vida específico está imbricada a manutenção das estratégias de segurança alimentar, geração após geração.

Partindo da compreensão que a garantia da dimensão alimentar para o grupo doméstico é inerente ao universo de agricultor, buscou-se refletir sobre alguns aspectos que podem estar contribuindo para impactar esta dimensão. A *essência de agricultor*, ou seja, a essência de vida é atingida quando se percebe a intervenção do discurso de desenvolvimento capitalista nos espaços de assentamentos de reforma agrária, que corrompe os agricultores no sentido de desconstruir as características comuns aos sujeitos rurais, contradizendo as orientações emanadas pela sua cúpula. Nesta perspectiva, o agricultor, moldado pelo discurso de desenvolvimento, re-configura a unidade produtiva,

com fins de atender o mercado, re-configurando também a lógica interna da família, como a eleição das prioridades para o grupo doméstico.

Outro elemento destacado se refere à adoção de práticas alimentares muito semelhantes às do meio urbano, caracterizando-se pelo elevado consumo de alimentos industrializados. Neste aspecto, são apontadas como causa a proximidade com o universo urbano que leva à família uma noção de comodidade de comprar e não produzir, além dos preços relativamente baixos dos alimentos industrializados, sendo também importantes na decisão referente às estratégias de segurança alimentar.

A organização da produção está fortemente calcada nas necessidades do mercado instalado na região, sendo que os espaços físicos destinados às produções de subsistência já estão cobertos pelo sistema produtivo comercial, chegando na maioria dos casos “ao redor da casa”.

As debilidades das estratégias de segurança alimentar estão demarcadas pelo envelhecimento da população assentada e, também, pela falta de mão de obra, ocasionada pela saída dos jovens para o meio urbano. Entretanto, essas debilidades já vêm ocorrendo há certo tempo, sendo que as estratégias tradicionais de segurança alimentar, que garantiam a reprodução social do grupo familiar, vêm sendo gradualmente abandonadas pelos assentados ao tentarem acompanhar o ritmo de desenvolvimento econômico imposto ao meio rural.

No que se refere aos discursos, foi possível observar que a Via Campesina propõe aos assentados a prática de uma agricultura diversificada, em que a dimensão alimentar aparece como o carro-chefe dentre as lutas defendidas pela cúpula. A garantia da autonomia, em especial a alimentar, aparece como fruto do trabalho desempenhado no lote. Entretanto, observou-se, na realidade dos dois assentamentos estudados em Capão de Cipó (RS), que a imagem que os assentados têm da sua cúpula é de um Movimento que falhou ao longo do tempo, em particular, por não ter garantido o processo de reforma agrária, resultando no fato de ainda existem muitas famílias sem terra para serem assentadas.

Dessa forma, identifica-se que está em curso uma re-configuração na dimensão alimentar das famílias rurais, que implica necessariamente no poder de pensar e agir sobre a unidade agrícola familiar. A problemática que essa re-configuração traz consigo é a fragilização da autonomia alimentar que é intrínseca desta categoria social, em especial para os assentados de reforma agrária. Visto que estes são orientados no sentido de manter a segurança alimentar do grupo familiar com vistas a construir uma nova forma de se relacionar com o mundo rural, respeitando o meio natural, as culturas e os sujeitos do meio rural.

Referências

ALMEIDA, J. A.. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

BALEM, T.; SILVEIRA, P. R. da. Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública. V Simpósio Latino-Americano de Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários-IESA. Florianópolis, EPAGRI, 2002, **Anais em CD**.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C.. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

CARLOS, A. F. A. A questão da cidade e do campo: teorias e políticas. **Revista Mercator**. Universidade Federal de Ceará. Fortaleza-CE, v. 5, p. 8-13, 2004.

CARNEIRO, M. J.. Ruralidades: novas identidades em construção. XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural. Natal, 1997, **Anais em CD**.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, II., 2004, Olinda. **Relatório Final**. Olinda: 2004. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/publicacoesarquivos/relatorio-final-ii-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

CONTI, I. L.. **Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas**. Passo Fundo: IFIBE, 2009.

DECLARAÇÃO DO FÓRUM SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. 2001, Havana. **Declaração Final**. Havana: 2001. Disponível em: <<http://www.fbsan.org.br>>. Acesso em: 1 jul. 2011.

FARIAS, M. de F. L. de. Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária. **Revista NERA**. Presidente Prudente, Ano 10, n. 11. p. 33-47, jul-dez de 2007.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: UNICAMP/IE, 1999.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MENASCHE, R.; MARQUES, F.C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista Nutrição**. Campinas, p. 145-158, 2008.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2009. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1763>. Acesso em: 25 mar. 2011.

PLOEG, J. D. V. d.. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**. Fortaleza, n. 2, p. 45-66, 2005.

_____. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SANTOS, M.. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. In:_____. **Entrevista semi-estruturada como técnica de coleta de informações**. 17ª reimpressão. São Paulo: Editora Atlas, 2006. p. 145-158.

VALENTE, F. L. S. Segurança Alimentar e Nutricional: transformando natureza em gente. In:_____. **Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez Editora, 2002. p. 103-136.

VIA CAMPESINA. **Food Sovereignty**. Folheto distribuído por ocasião da Cimeira Mundial da Alimentação +5. Roma, Itália. 2002.

VIEIRA, F. B.. Via Campesina: um projeto contra-hegemônico? **III Simpósio de Lutas Sociais na América Latina**. Universidade Estadual de Londrina (UEL). 2008. Disponível em: <www.uel.br/gepal/anais>. Acesso em: 15 mar. 2011.

Recebido para publicação em 25 de fevereiro de 2013

Devolvido para revisão em 16 de agosto de 2013

Aprovado para publicação em 04 de novembro de 2013

As especificidades da nova ATER para Agricultura Familiar

Raimundo Pires Silva

Engenheiro Agrônomo e Mestre em Desenvolvimento Econômico
na área de Economia Agrícola e Agrária – UNICAMP/IE
e-mail: raimundo.bombрил@gmail.com

Resumo

O presente artigo traz uma análise dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para agricultura familiar, sob a perspectiva da abrangência, da educação, da universalidade e perenidade. Com algumas preposições para o desempenho e atuação da ATER junto aos produtores familiares.

Palavras-chave: extensão rural, assistência técnica, ensino técnico, agricultura familiar, política pública.

Resumen

Las especificidades de la nueva ATER para la Agricultura Familiar

Este presente artículo se presenta un análisis de los servicios de Asistencia Técnica y Extensión Rural (ATER) creada por el Ministerio de Desarrollo Agrario (MDA) para la agricultura familiar, desde perspectiva de la cobertura, la educación, la universalidad y permanencia. Con algunas preposiciones para el rol y funcionamiento de ATER con los agricultores familiares.

Palabras-clave: extensión rural, asistencia técnica, educación técnica, agricultura familia, política pública.

Abstract

The specifics of the new ATER for Family Farming

The this article brings an analysis of services Technical Assistance and Extension Rural (ATER) instituted by Ministry of Agrarian Development (MDA), under perspective of coverage, of education, of universality and permanence. With some prepositions for the performance and actuation of ATER along to producer farmers.

Keywords: extension rural, technical assistance, technical education, family agriculture, public policy.

Introdução

O termo agricultura familiar ao longo de nossa história agrária teve diferentes tipologias nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais e sindicais.

Nos anos 90, os debates acadêmicos, a formulação de políticas públicas e as preposições das organizações de trabalhadores rurais (com ou sem terra) generalizaram o

uso do termo agricultura familiar, entendida, principalmente, como unidade de produção agrária onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados a família (Lamarche, 1993).

O conceito institucional de agricultura familiar foi definido em Lei nº 11.326/2006¹: produtor com área de até quatro módulos fiscais e que utiliza mão de obra familiar nas atividades do estabelecimento, podendo manter até dois empregados permanentes.

Ao instituí-la em Lei, agruparam-se ao termo as unidades familiares patronais com o concurso do emprego permanente. Assim, a agricultura familiar no plano institucional se conformou numa categoria social com derivativas, isto é, com diferentes processos sociais constitutivos na relação com terra: proprietário, posseiro, arrendatário, assentados, quilombolas, indígenas, extrativistas e pescadores artesanais; e na condição de produção: patronal ou não patronal (trabalho familiar).

Portanto, neste conceito se inclui produtores de pequeno e médio porte, camponeses e muitos outros que detêm boa parte da experiência transmitida de geração em geração (o saber tradicional) e/ou de, muitas vezes, conseguem manter a produção mesmo em terras marginais e/ou em instabilidade fundiária.

No processo de acumulação capitalista da economia agrária brasileira coexistem, grosso modo, dois segmentos: a agricultura familiar integrada que destina o excedente para o mercado; e a agricultura familiar não integrada vivendo em economia de subsistência², reconhecida pelo fato de não gerar excedente, ou fazê-lo em proporções reduzidas.

A já significativa literatura acumulada sobre a agricultura familiar versa que esse conceito compõe uma categoria social com derivativas, isto é, com diferentes processos sociais constitutivos. É uma temática que está domiciliada na diversidade do seu tecido social, como ressalta o artigo de Medeiros (1997, p.65):

[...] essa definição pode recobrir uma enorme diversidade de situações de produção e é ampla o suficiente para incorporar as mais diversas formas de tratamento da questão tecnológica, de relações com mercados e com as agroindústrias e de alternativas organizativas disponíveis.

É uma categoria social com uma ampla heterogeneidade de recursos, tanto física como econômica e social, e, portanto, agrupa uma diversa população e de atividade econômica que compartilham entre si, certas características: lugar onde se trabalha e também se mora; exploração depende uso da força do trabalho familiar, sem prejuízo da contratação de mão de obra; as principais fontes de ingressos da família são as atividades agrícolas (agropecuária, silvicultura, aquicultura, extrativismo e pesca); presença intensa da policultura; as atividades agrícolas podem ser complementadas com outras atividades não

¹ Art. 3º: Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais. § 2º São também beneficiários desta Lei: I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoiros; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente; V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º, disponível em www.planalto.gov.br/ccivil

² Noção utilizada por Delgado (2004) para caracterizar esse contingente populacional.

agrícolas, que se realizam dentro ou fora da unidade de produção familiar (empregos temporários, prestação de serviços, pequenas agroindústrias, artesanatos, etc.) – Pluriatividade³; acesso limitado a recursos de terra e capital.

Tais características convergem a outras, pelas quais referem-se ao papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural: provedora de alimentos, asseguradora dos recursos ambientais, geradora de empregos (diretos e indiretos), mitigadora da pobreza e fonte de ingressos dos mais pobres⁴.

Nas últimas décadas, a agricultura familiar ganhou notoriedade social, política e acadêmica no transcorrer das lutas e mobilizações sociais no campo pela reforma agrária cunhada por organizações de camponeses, trabalhadores rurais e sem-terra; que culminou no âmbito institucional, com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal.

Desde então, houve-se uma série de promulgações de políticas para o agrário familiar. Na medida em que foram se desdobrando essas ações públicas, a compreensão desses fatos (que têm um conteúdo institucional próprio na definição, elaboração e execução) se revestiu de relevância para o destino da agricultura familiar. Diante disso, destaca-se aqui para análise o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, que têm como meta o intercâmbio de conhecimento.

Nos anos recentes, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA vem determinando instrumentos de política pública para a estruturação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, de um modo específico, com fins de atender a produção familiar em todo território nacional.

Através de um processo multiforme, os serviços de ATER estão sendo instituídos como instrumento de política agrícola, econômica e territorial para a agricultura familiar.

Uma rede de serviços foi organizada com a instituição da Política Nacional de ATER (PNATER), composta por organizações governamentais e não governamentais e privadas.

Realizou-se mudanças no marco legal que permitiram avançar na expansão desses serviços e foca-los junto a agricultura familiar. O volume de recursos orçamentários destinados para os serviços de ATER entre 2002 a 2013 passou de 3 milhões de reais para mais de 450 milhões.

Esse rumo que o serviço de ATER está tomando junto a agricultura familiar é a preocupação ora em análise, que estabeleceu como trajetória dois capítulos. O primeiro, faz uma síntese do serviço de ATER e seu papel na expansão da inovação na agricultura brasileira, desde primórdios até século passado. Logo em seguida, caracteriza o momento atual dos serviços de ATER, segundo alguns parâmetros: abrangência, a participação social; a educação (em razão do saber tradicional; da integração dos diversos atores que prestam esse serviço; da definição agroecológica); e o caráter público deste serviço (sob o viés do direito e da continuidade, e da avaliação). Por fim, tece alguns comentários prepositivos, a fim de, contribuir com o desempenho deste serviço, ora vigente.

Serviços de ATER e agricultura familiar

³ Combinação permanente de atividades agrícolas e não agrícolas, em uma mesma família, caracteriza e define a pluriatividade, que tanto pode ser um recurso ao qual a família faz uso como representar uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica, segundo Schneider (2001).

⁴ De acordo com Censo Agropecuário de 2006/IBGE os agricultores familiares foram responsáveis pela produção de alimentos, com o fornecimento de: 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão (77% de feijão-preto, 84% de feijão-fradinho e 54% de feijão de cor), 46% do milho, 38% do café (55% do tipo robusta ou conilon e 34% do arábico), 34% do arroz, 21% do trigo, 58% do leite (58% de vaca e 67% de cabra), e possuíam 59% do plantel de suínos, 50% do de aves e 30% do de bovinos. A agricultura familiar era ainda responsável por 63% do valor produzido em horticultura. E também, a agricultura familiar respondeu pela maioria das ocupações agropecuárias, absorvendo três quartos (74,4%) da mão de obra ocupada na agricultura em geral, o que correspondeu a um universo de 12,3 milhões pessoas, enquanto a patronal 4,2 milhões.

O serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER), desde o Império até os anos 90 do século passado⁵, apresentou atributos institucionais públicos à expansão de novas tecnologias, consubstanciados, inicialmente, no ajuste da produção primária às possibilidades de demandas dadas pelas economias capitalistas centrais⁶; e posteriormente, no recente processo de modernização conservadora e de industrialização da agricultura brasileira⁷.

Em meados do século passado o caráter institucional da extensão rural no Brasil, esteve intimamente relacionado ao processo de interferência imperialista nos países periféricos. No caso, se evidencia os aspectos da dependência⁸, no contexto da dominação exercida pelos Estados Unidos sobre o Brasil (e América Latina) no período Pós-Guerra⁹.

De fato, na década de 40, a institucionalização da ATER se estruturou sob o comando do capital e tornou-se mais forte sobre influência do capitalismo monopolista norte-americano, segundo Caporal (1991).

Em 1949, no contexto do início da Guerra Fria, com influência significativa do modelo de extensão rural dos Estados Unidos, nasceu a ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural) sob a égide de um acordo entre governo estadual mineiro e a Fundação Rockefeller. Posteriormente foi instituído o sistema ACAR em todo território nacional. O objetivo desse sistema de assistência técnica, através do crédito supervisionado, era estender à família rural a promoção agrícola, a organização da economia doméstica e disseminação de técnicas modernas de produção e administração (Instituto Cultiva, 2007).

Os desígnios dessa iniciativa de modernização social e tecnológica se dirigiram para os pequenos agricultores familiares do país, tendo em vista a integração deles ao mercado.

Contudo, a repercussão dessa assistência técnica e de extensão rural se constituiu em baixa amplitude de ação: a clientela atendida era pouco numerosa, tendendo ser sempre a mesma; e os serviços públicos de assistência técnica proporcionados ao longo do tempo, foram assumindo cada vez mais um caráter comercial e privado (Queda e Szmrecsányi, 1972).

Teve relevância no processo de transmissão de novas tecnologias, as atividades da agropecuária; pelo qual foi sendo constituído como atributo público, regido por instituições de âmbito federal e estadual, que nos anos 70 foram articuladas por um Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) de abrangência nacional¹⁰, de caráter gratuito, sob a regia da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural).

A EMBRATER coordenou a ação de ATER do Estado para o meio rural. Isto, de certa forma responsabiliza a empresa no decorrer de sua história pelos resultados da aplicação do modelo de desenvolvimento urbano-industrial, que fizeram do campo um palco de grandes transformações sociais, de grande exclusão de trabalhadores e suas famílias e,

⁵A assistência técnica e a extensão rural são serviços de importância fundamental no processo de desenvolvimento rural e da atividade agropecuária. Embora, a maioria dos textos sobre o assunto afirme que tais serviços surgiram em meados do século XX, o estudo da legislação brasileira demonstra que atribuições legais de ações de extensão rural remontam ao século XIX (Peixoto, 2008).

⁶ Para Celso Furtado (1969), a agricultura de exportação se estruturou em grandes unidades, formando entre ela e o latifúndio uma solidariedade fundamental, que possibilitou a estes conservar o controle do poder local, cabendo àquela o controle hegemônico do poder nacional.

⁷ A modernização do agrário nacional teve um caráter conservador, pois tampouco suprimiu a característica rentista e patrimonialista de nossas oligarquias no processo de acumulação de capital e poder. Este caráter, embora modificado, manteve-se tanto na dinâmica da expansão mercantil-agrária como no processo de acumulação urbano-industrial, marcando como característica fundamental os empreendimentos do nosso patronato nacional (TAVARES, 1999).

⁸ Para melhor compreensão do conceito, cf. Rui Mauro Marini, 2011.

⁹ Para melhor compreensão cf. Queda e Szmrecsányi (1972), Caporal (1991) e Peixoto (2008).

¹⁰ Lei nº 6.126, de 6 de novembro de 1974, autorizou o Poder Executivo a instituir a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. Estabeleceu ainda os objetivos, as fontes de recursos da EMBRATER e promoveu a sua integração com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), autorizando-as a dar apoio financeiro às instituições estaduais oficiais que atuassem em Ater e pesquisa agropecuária, Peixoto (2008).

sobretudo, de intensa e contínua subordinação ao capital industrial, comercial e financeiro, de acordo com Caporal (1991).

Tal sistema público sob a coordenação da EMBRAER esteve caracterizado por um arranjo técnico institucional com fins a modernização da agricultura¹¹, que tinha por objetivo transmitir técnicas baseadas na inovação tecnológica, com o uso de insumos químicos e biológicos conjugados ao uso de máquinas e equipamentos.

A performance desse sistema nacional, como elemento de política agrícola voltado à modernização da agricultura, em associação ao crédito rural e à pesquisa agropecuária, teve um desempenho proeminente na integração econômica e social do rural a industrialização. Contudo, tratava-se de uma estratégia de mantimento da situação agrária vigente, na qual o estado regulava e proporcionava o desenvolvimento do capital abarcado no latifúndio.

Somente parte da pequena produção familiar esteve inserida parcialmente ou total aos serviços de ATER, com suas especificidades e complementaridades ao modo de produção e acumulação vigente, sendo que tal dinâmica ocorreu com mais intensidade na região centro sul, apesar de ter sua distribuição em todo território.

Neste sentido, a atuação dos serviços de ATER se manteve, conforme explicado por Queda e Szmrecsányi (1972), intimamente vinculado tanto à estrutura de propriedade e de poder do sistema social rural, como as relações entre este e o urbano.

Embora se processasse em ritmos e formas diferentes nas várias regiões do país, foi postulada como referência de modernização para setor hegemônico da agropecuária. Sem dúvida, a realidade ofereceu nuances, mas a tendência modernizante apontada é o amago que a ATER adquiriu no seu significado quanto política pública.

O setor privado também se envolveu nos serviços de ATER, sendo realizado tanto por bancos devido à expansão significativa do crédito rural; quanto por cooperativas e empresas, mediante a realização de compra e venda de insumos agrícolas; seja de máquinas e equipamentos; seja de sementes, adubos e defensivos; seja na integração da produção¹². Esses segmentos foram mais expressivos na expansão dos serviços privados no território nacional.

De acordo com Peixoto (2008), as indústrias produtoras de insumos e equipamentos, as revendas agropecuárias e as agroindústrias (processadoras de matéria-prima agropecuária) em geral prestaram serviços melhor caracterizados como assistência técnica, através de suas atividades de vendas, pós-vendas ou de compras. Portanto, seu público alvo foi composto, em geral, por médios a grandes produtores rurais, mais capitalizados, que melhor se enquadram na categoria de agricultores patronais e empresariais.

Outra experiência privada, mas em menor monta, foram os serviços praticados pelas Organizações Não Governamentais (ONG) e pelas Organizações dos Movimentos Sociais e Sindicais, que passaram a construir e a consolidar experiências importantes junto à população rural pobre e marginalizadas pelos outros serviços de ATER.

Por volta do final do século passado deflagra-se uma crise no SIBRATER, marcada por mudanças na política pública, a qual passou a privilegiar as instituições privadas, e a reduzir a disponibilidade dos recursos governamentais para os entes públicos. Logo, o favorecimento ao setor privado conexo a crise fiscal do Estado e consecutiva redução de gastos públicos, num contexto amplo de política econômica neoliberal, incidiram sobre a EMBRATER, com sua extinção em 1990, e seu aniquilamento deu fim à articulação nacional¹³. Portanto, desse momento até os iniciais da década seguinte, houve um processo

¹¹No processo modernização promoveram-se mudanças na forma de produzir, distribuir e comercializar os produtos agropecuários, decorrente da subordinação do setor primário aos setores urbano-industriais. A lida rural sofre modificações e os fatores de produção (antes disponíveis na própria unidade rural) são trocados por outros que precisam ser adquiridos fora da unidade produtiva, normalmente dos setores de serviço e industrial. A jusante da porteira, o produto agropecuário tende a chegar ao consumidor da cidade após uma série de transformações industriais e de intermediação de atividades terciárias.

¹²Consiste em um relacionamento entre o produtor e a indústria; por exemplo, no sistema de integração de aves, a indústria fornece os insumos (os pintos, a ração e os medicamentos) e assistência técnica e, no final, adquire a produção.

¹³Cf. Peixoto (2008).

de desestruturação nacional dos serviços públicos, resultando na permanência dos serviços estaduais e privados, em sua maioria em estado de inação, sem impactos nas operações produtivas primárias.

A despeito dos advenços da instituição do PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar) em 1996¹⁴, ao longo dos anos vindouros até 2002, os serviços de assistência técnica e extensão rural para agricultura familiar manteve-se de forma precária.

Em contraposição ao desmantelamento dos serviços de assistência técnica e extensão rural, houveram-se ações de agricultores familiares, assentados e trabalhadores rurais e de suas respectivas organizações, em conjunto com técnicos e outros atores sociais, que lograram a criação de novas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, e evidenciaram a necessidade do resgate do serviço de ATER com vistas a atender as necessidades do produtor familiar.

Em 2003, o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), ofertando serviços de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) com atributo público para agricultura familiar com vistas a contemplar seu amplo tecido social constitutivo.

A dinâmica do serviço de assistência técnica extensão rural (ATER) do MDA se caracteriza por manter o caráter público, sendo executada na forma de terceirizada¹⁵, via licitação através da modalidade “Chamada Pública” e, subsequente celebração de contrato com instituições tanto de caráter público (entidades estaduais ou municipais), como privado (Organizações Não Governamentais – ONG, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OCIP, Cooperativas e Empresas).

A assistência técnica extensão rural (ATER) se constitui no veículo condutor das outras políticas públicas do MDA para agricultura familiar. Tem um papel de destaque na construção e expansão de políticas públicas para a produção familiar brasileira, dialogando com outros eixos estratégicos da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF-MDA), da qual está vinculada: gênero; crédito e fomento; sustentabilidade dos sistemas de produção; geração de renda; agregação de valor; combate pobreza rural; e segurança alimentar (Silva e Gregolin, 2009).

A política atual de ATER, em sua concepção, busca assumir um caráter transversal com as políticas fins do ministério, com objetivos, estratégias, metodologias e práticas compatíveis com mudanças no cenário da agricultura familiar.

É uma política exclusiva para a produção familiar, portanto, trata o serviço de ATER como um direito, e mais, está voltada para favorecer iniciativas que contribuam com o desenvolvimento da agricultura familiar no território nacional.

Nestes termos, os 4,8 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar (conforme computo do Censo Agropecuário de 2006) passaram a ter o direito a um serviço qualificado e em quantidade suficiente para atender suas demandas de produção, comercialização, organização social, entre outras questões do campo.

No entanto, a abrangência do atendimento dos serviços de ATER/MDA ao universo de produtores familiares¹⁶, ainda, é baixa.

¹⁴ A agricultura familiar passou a ser alvo de uma política pública específica a partir de 1996, com a criação do *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar* (Pronaf), cuja finalidade é promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda segundo, o Decreto n° 1.946, de 28 de junho de 1996.

¹⁵ Para a realização dos serviços de ATER por terceiros foi promulgada a Lei n° 12188/2010 que instituiu o seguinte: Art. 11. As Entidades Executoras do PRONATER compreendem as instituições ou organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciadas na forma desta Lei, e que preenchem os requisitos previstos (...). O Decreto n° 7215/2010 que regulamenta esta Lei, confere em seu Artigo 5 a forma de contratação: As Entidades Executoras do PRONATER compreendem as instituições ou organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciadas na forma desta Lei, e que preenchem os requisitos previstos (...).

¹⁶ O corte para agricultura familiar foi até 500 ha, enquadrando estabelecimentos com 4 módulos fiscais para efeitos da Lei n° 12.188/2010. Módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em ha. Seu tamanho varia para cada município e depende principalmente das condições de produção: dinâmica de mercado, infraestrutura

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, somente 33% dos agricultores familiares recebiam serviços de ATER, sendo que, desse contingente 29% auferiram orientações de serviço público. Os estabelecimentos familiares com menos de 10ha ao redor de 20% receberam aporte do serviço, enquanto, os estratos maiores, de 10 a 50ha, 50 a 100ha e 100 a 500ha foram contemplados em torno da seguinte proporção 16%; 3% e 4%, respectivamente. Na outra ponta, opondo-se aos estratos dos produtores familiares, os estabelecimentos com mais de 1000ha, dos agricultores não familiares, constatou-se que 65% dos produtores foram acolhidos com orientações de instituições públicas e cooperadas (Tabela 1).

Tabela 1 - Orientação técnica recebida pelos estabelecimentos, por estrato de área

Área	Total	Estabelecimentos com serviços de ATER				Total
		Pública	Coop.+ ONG	Privadas	Outra	
Até 10	2.477.151	167.867	72.404	270.586	2.653	513.510
10 a 50	1.580.718	220.498	109.733	418.030	2.722	750.983
50 a 100	390.882	46.481	39.649	81.472	498	168.100
100 a 500	370.130	39.152	68.020	72.190	502	179.864
500 a 1000	150.698	5.063	18.847	9.870	109	33.889
Mais de 1000	47.578	7.725	23.041	7.213	108	38.087
TOTAL	5.017.157	486.786	331.694	859.361	6.592	1.684.433

Fonte: Censo Agropecuário, 2006/IBGE (2º versão), disponível em www.ibge.com.br.

Até o momento, como atesta as informações prestadas pelo MDA¹⁷, os serviços públicos de ATER atingiram um patamar de atendimento de 600 mil. Com esse atendimento este serviço atinge entorno de 12% do contingente de produtores familiares medido pelo Censo Agropecuário de 2006. O próprio ministro do MDA confirmou da tal patamar de atendimento¹⁸.

Portanto, há que se destacar que essa política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), por enquanto tem uma abrangência acanhada, conseqüentemente, não atende ainda a demanda efetiva dos produtores familiares brasileiros.

Não obstante, atualmente são atendidos por serviços de assistência técnica específica, nove mil quilombolas, 3,5 mil pescadores artesanais, 24 mil assentados da reforma agrária, 32,6 extrativistas e 3 mil indígenas. Com destaque para 176 mil beneficiárias do programa *Brasil Sem Miséria* e 170 mil visando à melhoria de suas práticas ambientais. Quase 260 mil famílias agricultoras, povos e comunidades tradicionais, mulheres assentadas da reforma agrária já têm oferta de ATER pelo Plano Brasil Sem Miséria¹⁹.

Esse serviço oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER para a agricultura familiar baseia-se na existência de técnicos em campo, dispendo de metodologias participativas de planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de tal maneira a permitir avaliação e análise dos acontecimentos de forma periódica, com vistas a melhoria da condução das ações de extensão (SILVA, 2009).

A necessidade de participação do agricultor familiar nos processos de planejamento local é unânime e faz parte da própria cultura das organizações sindicais e sociais no enfrentamento dos limites produtivos e ambientais da produção familiar.

É importante lembrar que desde os anos 70, os movimentos sociais que lutam pela democratização da sociedade brasileira buscam o direito de intervir nas políticas públicas através da criação de mecanismos de controle social. O direito à participação popular na

instalada, disponibilidade tecnológica, além de aspectos naturais como água e solo – quanto mais disponíveis essas condições, menor o tamanho da área necessária para a obtenção de rentabilidade ali desenvolvida. O tamanho máximo para um módulo é de 110 ha e o menor é fixado em 5 ha. Fonte: Diretoria de Ordenamento Fundiário/SNCR/INCRA e disponível em <http://www.incra.gov.br>.

¹⁷ Disponível em <http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom>.

¹⁸ Entrevista disponível em <http://www.mda.gov.br/portalmda/noticias>.

¹⁹ Site do MDA: www.mda.gov.br/portalmda

formulação das políticas públicas e no controle das ações do Estado está garantido na Constituição de 1988 e regulamentado em leis específicas (INSTITUTO POLIS, 2008).

As organizações da agricultura familiar se dispõem a se submeterem seus planos de ação produtiva à inovação, a aprendizagem organizacional e tecnológica. E estão dispostas a se sujeitarem a processos de avaliação interna e externa. Enfatizam a importância estratégica do setor familiar e a necessidade de que seus protagonistas participem das deliberações referentes ao uso dos recursos e ao aproveitamento das oportunidades locais.

Há uma série de experiências virtuosas em andamento no país, por outro lado, há também um conjunto de outras evidências mostrando que sob o argumento da participação podem-se esconder práticas corporativistas, tanto de técnicos como de agricultores, que acabam produzindo resultados contestos ao esperado. Pois, as organizações estão mais voltadas a reivindicar do que a planejar, e tal situação dissimula a governança e o controle dos recursos públicos por parte das instituições técnicas. Assim, a maneira como o processo de participação ocorre acaba tendo influência no rumo das organizações produtivas.

Para Abramovay (2007, p.9)²⁰,

A retórica da participação social escamoteia o problema crucial da governança destas organizações participativas. Quais são os incentivos dos atores para investir em processos participativos? O que se supõe que vão obter com esta participação? O desenho institucional das organizações leva-as a formular projetos inteligentes, inovadores e capazes de fazer diferença na vida local, ou serve para que reivindicações e pedidos já conhecidos sejam reafirmados num fórum público no qual representantes têm sua tribuna e sua ocasião de afirmação política? Estas organizações participativas são avaliadas? Conhecem a importância de sua avaliação, ou julgam que o fato de serem representativas as exime da necessidade de avaliação, uma vez que sua existência é por si só justificada pelo setor social que representam? O parâmetro mais importante para julgar o sentido das organizações de base não pode ser sua representatividade: este é apenas um ponto de partida e não de chegada. O fundamental é saber se são organizações capazes de estabelecer bons planos de ação...

Segundo o mesmo autor, o serviço de ATER é fortemente influenciado por uma visão corporativista que vê na participação social organizada condição necessária e praticamente suficiente de sucesso na execução de políticas públicas. Neste caso o parâmetro fundamental da avaliação tende a ser a capacidade de mobilização social a que a política dá lugar e os resultados que seus protagonistas conseguem obter do Estado para os segmentos sociais que representam. Esta visão se fundamenta em determinados conteúdos cognitivos que adquirem por si só dimensão emancipatória, diante do desafio de fortalecer a representação social como base da política pública.

Porém, apesar dessas questões apontadas, a participação dos agricultores familiares e suas organizações dialogando com o Estado e realizando o controle social destacam-se em garantir que as políticas atendam, de fato, às precisões técnicas desses produtores. E ainda, em melhorar os níveis de oferta e de qualidade dos serviços de ATER, e também, para fiscalizá-lo no cumprimento de seus objetivos e na aplicação dos recursos públicos.

O controle e participação social na política pública de ATER é uma forma de partilhar a gestão entre o Estado e os agricultores familiares, como um instrumento e uma expressão da democracia. Portanto, trata-se da capacidade que agricultores familiares têm de interferir na política pública de ATER.

Outro aspecto a ponderar é o anseio do governo federal de conciliar a técnica agrônoma com a pedagogia²¹. No qual se formalizam certas preposições para atuação dos

²⁰ Texto elaborado, inicialmente, como contribuição à consultoria voltada à “Elaboração de Indicadores de Avaliação de Resultados da Extensão Rural Brasileira”, a partir de convênio entre o MDA/SAF/DATER e o Instituto Cultiva.

²¹ Segundo a Lei de ATER nº 12.188/2010 no Art. 2º.: Para os fins desta Lei, entende-se por: I - Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER: serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que

técnicos: conhecer o local em que atua, entendendo a problemática segundo o caráter agrário, social, econômico e ambiental deste local; analisar esta problemática local, formando o juízo e investigando os efeitos e as causas, construindo as alternativas de continuidade com tecnologias a serem apropriadas pelos agentes sociais envolvidos e beneficiários; respeitar o saber tradicional, executando o que democraticamente foi decidido com os agentes sociais envolvidos e beneficiários; compreender a racionalidade (limites e possibilidades) dos sistemas agrários de produção locais, a fim de, conhecer as restrições com quais os agentes sociais se defrontam, bem como, dar apreço as alternativas que usam para superar essas restrições.

O universo da produção familiar rural é um fenômeno de enorme amplitude, cuja compreensão é necessário lançar mão dos conhecimentos e resultados das diversas áreas do conhecimento científico bem como do saber tradicional. Os serviços de ATER significa, num sentido literal, tanto o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de uma fonte geradora (das instituições de ensino e de pesquisa) ao receptor final (o produtor familiar rural); quanto o ato de receber o saber do agricultor familiar. O conhecimento científico e o saber tradicional devem se processar paralelamente.

Esse processo, num sentido amplo pode ser entendido como um processo de troca de conhecimentos de qualquer natureza sejam conhecimentos técnicos ou não, como preconizava Paulo Freire (1983), o educador é também o educando. Assim, concerne-se à formação e a qualificação técnica na pedagogia do “estar junto”, “do fazer junto” e somente o homem, que tem um pensamento-linguagem, é capaz de refletir sobre si mesmo e sobre a sua própria atividade. É na reflexão sobre a prática que se ressalta a teoria. A prática ganha uma nova significação por onde se apropria a teoria.

O problema é que a maioria das vezes é difícil encontrar técnicos (de formação superior ou de segundo grau) com as qualificações requeridas e que aceitem as condições de trabalho de campo. Já que, em sua maioria, tiveram uma educação formal, a qual, até o momento, patrocina que assistência técnica e a extensão devam ser a garantia da transferência e a promoção do conhecimento científico, faz a conjetura do moderno.

As instituições de ensino realizam um exercício de catequese enviesada e padronizada pelo conceito da inovação tecnológica na agricultura. Esta educação que suscita e difunde a inovação não produz somente “coisas”, ela produz também homens. Ela modifica as atitudes destes, suas relações, o nível de suas aspirações, e facilita sua adesão e sua participação na conjectura do moderno, condição fundamental para difusão tecnológica, em detrimento as exigências e as necessidades da produção e do trabalho familiar.

Porém, a educação além facilitar o aumento do produto ou lhe reduzir o custo, pode a vir a contribuir para a criação de uma sociedade progressiva, cujos membros se tornem capazes de reinventar sem cessar novas formas socioeconômicas do desenvolvimento.

Com esta compreensão o MDA vem constituindo serviços de ATER com as equipes terceirizadas, cuja formação deve ser mais geral, multidisciplinares. Mas, ainda faltam às equipes de ATER conceitos integradores, indispensáveis para que possam perceber e interpretar as diferentes realidades agrárias e agrícolas do diverso tecido social da produção familiar.

Assim, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) do MDA, por meio da Coordenação de Formação de Agentes de ATER, vêm desenvolvendo iniciativas de capacitação às organizações que prestam os serviços de assistência técnica e extensão rural terceirizados, com o objetivo de qualificar esta oferta, e de integrar e socializar informações sobre políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar.

As ações incluem o apoio a eventos realizados nos estados, a oferta anual de cursos de curta duração e de especialização, por meio da parceria com universidades, a implementação do *Projeto Cultivando Saberes* e a participação efetiva no Fórum Nacional de Ensino da Extensão Rural. Além disso, são produzidas e apoiadas publicações voltadas

à formação de agentes e outros materiais de consulta úteis para o aprofundamento dos diversos temas abordados por esta Coordenação.

Esta Coordenação de Formação de Agentes de ATER disponibiliza, na sua página eletrônica, documentos sobre tecnologias de base ecológica que possibilitam qualificação aos agricultores familiares e técnicos nos processos de transição agroecológica e na conformação de projetos de agriculturas mais sustentáveis²².

Soma-se a esse esforço, os programas do Ministério da Educação²³, PRONACAMPO (O Programa Nacional de Educação do Campo) e o PRONATEC (Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego), que já aportaram qualificação profissional para 30 mil agricultores familiares, inclusive jovens e agentes de Ater para produção, gestão, comercialização e práticas sustentáveis (água, solo, insumos).

Em 2007, o MDA propôs a “Rede Temática” para que as instituições que prestam serviço de ATER no país se integrem na dinâmica de cooperação, institucionalizada no Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER.

Como um instrumento da Política Nacional de ATER – PNATER, as Redes Temáticas pretendem harmonizar, a partir de uma visão sistêmica, os diversos temas da diversidade da agricultura familiar, e assim, ajudar a ATER a desempenhar o importante papel de promover a convergência das políticas de fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável.

Essa rede tem como desafio a integração dos agentes de ATER que atuam junto aos agricultores familiares no País e a construção de um ambiente colaborativo que possibilite organizar e disponibilizar conteúdos técnicos e científicos e propostas tecnológicas apropriadas.

Atualmente, estão em funcionamento 13 redes que envolvem mais de 500 agentes de assistência técnica e extensão rural e suas respectivas entidades²⁴.

Este propósito de coerência cognitiva, por parte do MDA, de formar as diversas organizações de ATER nas diferentes realidades agrárias da produção familiar, focando no fortalecimento da agricultura familiar em produzir de forma sustentável e de integrar as relações entre as instituições de ATER, aumenta porvir as chances de manifestação de iniciativas inovadoras que produzam dinâmicas sociais virtuosas, cujo resultado consiste no aumento da renda dos indivíduos e das famílias.

É claro que o pressuposto deste tipo de atitude institucional diante das instituições reside na possibilidade de cooperação não só entre empresas concorrentes, mas também, entre os segmentos socialmente diversos da agricultura familiar, cujos interesses não são os mesmos.

Contudo, diante desse esforço formativo, há que se destacar que uma das funções do setor público é o de promover a convergência destes interesses em torno de elementos e de bens públicos que promovam a valorização daquilo que agricultura familiar tem de melhor: suas capacidades, suas tradições, seus recursos naturais, as habilidades sociais e as instituições que conseguem construir.

Outro aspecto cognitivo é o de compatibilizar o aumento da produção agropecuária com a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade, e neste contexto a agroecologia está sendo definida como a base de conhecimento científico de ATER, para fins de consolidar uma agricultura familiar ecológica.

Tal atitude presume que o Estado eleja uma linha de conhecimento do ensino agrícola, de que exista um preceito acadêmico superior a outros. É contrária ao conceito de crítica que se sustenta a atividade acadêmica agrônoma e de outras ciências, cujos universos têm várias correntes de pensamento e práticas ligadas a este propósito e capacidade de propor-lhe soluções.

Segundo Abramovay (2007, p.7):

²² Disponível em www.mda.gov.br/portal/saf/programas/Formao_de_Agent.

²³ Disponível em [/www.secom.gov.br/sobre-a-secom/acoes-e-programas/publicacoes](http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/acoes-e-programas/publicacoes).

²⁴ Portal da Cidadania: www.comunidades.mda.gov.br.

O mais grave na escolha da agroecologia – sem dúvida uma importante e profícua corrente do pensamento agrônomo, entre tantas outras – é que supõe que se conheçam as respostas apresentadas pelo dilema que envolve, simultaneamente, aumentar a produção agropecuária, elevar a renda dos produtores e preservar o meio ambiente. Em primeiro lugar, a ciência não tem a solução para o tratamento conjunto destes desafios pela simples razão de que entre eles há uma óbvia e permanente tensão cujo enfrentamento depende do conhecimento científico, mas também de forças sociais e circunstâncias institucionais.

A adoção de uma doutrina agrônoma para orientar a extensão afasta-a daquilo que deve caracteriza-la, ou seja, o de se mobilizar com um conjunto variado de conhecimentos para enfrentar os problemas existentes.

Nada mais distante desta atitude de crítica do que a ideia de que existe uma doutrina em que reside o segredo do enfrentamento da pobreza, do crescimento produtivo e da preservação ambiental (ABRAMOVAY, 2007).

Para regular os serviços de ATER o governo federal está criando a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), que em 2014 terá um orçamento de 1 bilhão de reais.

As agências reguladoras foram criadas no bojo do processo de privatização das empresas estatais e da concessão dos serviços públicos no Brasil. A edificação destas instituições está intimamente ligada aos planos de reforma do Estado, iniciados no governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) e aprofundados no governo de Fernando Henrique Cardoso. A criação das agências está vinculada, sobretudo, a um amplo processo de reconfiguração estatal. Está baseada na criação de instituições normativas e de instituições organizacionais que viabilizem a gestão (Brasil, 1998).

Essa configuração institucional se sustém sobre o pressuposto de que quanto maior for o grau de competitividade, melhor será o resultado no atendimento às demandas. Dessa forma, o nível de concorrência passa a ser o indicador de eficiência do serviço.

Por fim, a outro elemento é a natureza Pública da ATER no contexto da terceirização. O serviço de ATER através de outros, anuindo parcerias, vem se moldando por meio de licitação (modalidade “Chamada Pública”) e por celebração de contratos de gestão por tempo determinado, seja com instituições públicas (órgãos estaduais e municipais); seja com Organizações Sociais (ONG, OCIPP, outras) e Sindicais; ou com Empresas.

Estas formas de parcerias, via licitação e contrato, visam dinamizar a gerência, por parte do Governo Federal, dos serviços de ATER. Aquiesce uma mutação na natureza pública do Estado ao se levar para interior da gestão pública a racionalidade da terceirização. Trata-se de trazer para dentro da lógica da administração pública, que tem uma demanda aberta – e assim deve ser, já que esta é comandada por direitos –, a racionalidade do mercado (COHN, 2011).

O amoldamento da terceirização no setor público privilegiou dois pressupostos, como a adoção de uma perspectiva de contenção de gastos públicos, de busca de melhoria da eficiência e produtividade, de ampliação da flexibilidade gerencial e da capacidade de respostas dos governos, bem como, a maximização da transparência da gestão pública e de responsabilização dos gestores, em um processo no qual o consumidor dos bens e serviços públicos estaria, supostamente, em primeiro plano. O segundo foi a reavaliação da pertinência das organizações governamentais preservarem todo seu leque tradicional de atribuições, prevalecendo um contexto de valorização da provisão privada de bens e serviços (FARIA, 2005).

Esses serviços de ATER ao serem gerenciados por uma instituição privada ou pública, através de um contrato de gestão, fecha-se uma demanda específica e conseqüentemente, esta instituição passa administrar os recursos públicos pela racionalidade do custo, racionalidade típica da iniciativa privada; e ainda, pela racionalidade do controle de gastos orçamentários, por parte do governo federal. Ou seja, na disputa entre a seletividade da demanda fechada (especifica-se quem deva ser atendido) e a

universalidade da demanda aberta (direito dos produtores familiares ao atendimento), se opta pela primeira, dado o limite orçamentário.

Essa forma de contratação desses serviços que tem sido constituída nos últimos anos com progressiva ênfase, em linhas gerais, proporciona um afunilamento da questão da ATER para a órbita do gasto público, transferindo o debate sobre a ótica do direito para a do limite orçamentário.

Por conseguinte, há que também se preocupar com a questão da continuidade, com o término dos contratos, pois esta ocorrência pode originar um interregno entre o fim do contrato e a realização de um novo, e neste interim pode-se acontecer um período de não atendimento dos serviços, causando tanto a descontinuidade dos serviços como o de término, devido a contingências orçamentárias. Ou ainda, porvir outra instituição, cujo método ao vivenciar o contrato seja distinto da anterior, constituindo um novo padrão de trabalho de tal modo que procria junto aos beneficiados a sensação de interrupção e recomeço.

A efetividade dos serviços de ATER, por enquanto, não é passível de serem aferidos, devido por um lado ao pouco período de existência dos mesmos sob a égide da Lei 12.188/2010, e por outro a sistematização das ações desenvolvidas não estão disponíveis e transparentes.

Embora exista uma postura institucional recorrente de efetivar a prática da informação, alguns fatores interferem nesse processo público de coleta da informação e, conseqüentemente, na sistematização e avaliação do mesmo, por exemplo: interesses conflitantes na organização pública que gerencia o programa; mudanças de pessoal; eventual inflexibilidade das regras e dos padrões operacionais da organização pública; mudanças nas condições externas, tais como cortes orçamentários e alterações no ambiente político do governo federal.

Assim, o processo de avaliação ganha centralidade, porque se espera a garantia de credibilidade e sustentabilidade do processo terceirizado, já que tem o condão de levantar e aportar elementos de análise da eficiência e da eficácia do serviço, seja o realizado pelas esferas estaduais e municipais, seja o realizado pela via privada. Apesar do reconhecimento da avaliação como ferramenta, ela ainda não se converteu em um processo efetivo e perene de gestão. Um acontecimento que contribui para isso, é que as avaliações estão sendo realizadas de forma terceirizada, via consultores²⁵.

E mais ainda, o simples fato de se realizar uma avaliação, não significa, automaticamente, que as informações produzidas serão utilizadas e divulgadas.

Por conta disso, os distintos processos (conjunto de atividades) de condução dos serviços que estão em andamento, os seus produtos (resultados), que derivam de insumos²⁶ públicos, não podem ser constatados, e conseqüentemente, nem os seus efeitos (comportamento ou acontecimentos que sofreram influência dos serviços) e os impactos (resultado dos efeitos no local onde os produtores estão inseridos).

Apesar disso, pode-se aventar que as experiências ora em curso vem avançando muito mais na perspectiva da gestão do que da perspectiva do acesso, portanto, vem mantendo a lógica funcionalidade e não do direito.

²⁵ Decreto nº 7215/2010: Art. 8º O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA designarão servidor e respectivo substituto para acompanhamento dos contratos firmados com as Entidades Executoras.

§ 1º O acompanhamento de cada serviço contratado será exercido por monitoramento e fiscalização, na forma a ser disposta pelos órgãos previstos no caput, observado o seguinte:

I - o monitoramento será realizado periodicamente e à distância, por meio de sistema eletrônico; e

II - a fiscalização será realizada in loco e por meio de critérios de amostragem.

§ 2º Será permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiar a fiscalização dos contratos, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

²⁶ Insumos é o fluxo dos recursos. Os recursos são o estoque que foi previsto, que se utilizam para a realização de atividades com a qual se esperam obter determinados produtos se atingirem os objetivos de um projeto.

Comentários

A política pública se conforma na medida em que se desdobra a interação do aparato institucional com a realidade agrária familiar, no caso em questão, a exclusividade da assistência técnica e extensão rural (a ATER) para diverso tecido social da agricultura familiar.

É importante notar que nesta interação existe uma ligação entre valores e fatos, ou seja, o conhecimento (ou ignorância) dos fatos pode ter uma influência sobre as opções ou caminhos tomados pelas ações públicas.

Os julgamentos de valor, os pontos de vista de classe como as visões de mundo dos diversos atores da produção familiar e do setor dirigente das instituições públicas exercem influência decisiva (direta ou indireta, consciente ou não) na coordenação das principais decisões que estão sendo continuamente adotadas no ambiente institucional na formulação de políticas públicas a fim de alcançar os objetivos predeterminados.

A instigação disso é essencial e se reveste de relevância tanto para compreender as capacidades institucionais que têm um conteúdo próprio na definição e na elaboração de ações públicas que têm quanto meta o conhecimento.

Diante disso, a seguir tece-se alguns comentários, a fim de, contribuir com a consolidação da ATER para agricultura familiar no país.

O caráter do serviço de ATER, proposto pelo MDA e fixado em Lei, é o de ser público, universal e perene, com atuação território nacional, cujo domínio do trabalho deve contemplar e atender toda a agricultura familiar, não restringindo socialmente e setorialmente sua ação.

Portanto, um serviço público conformado por um conjunto normativo e estendido por meio de uma estrutura terceirizada, colocado à disposição em tempo integral e, em duração diferencial e específica que integra o rol de políticas públicas do Governo Federal para a agricultura familiar.

Nesse sentido, é importante destacar o que Bastos (2000) versa sobre o serviço público:

O serviço público deve ser prestado de maneira contínua, o que significa dizer que não é passível de interrupção. Isto ocorre pela própria importância de que o serviço público se reveste, o que implica ser colocado à disposição do usuário com qualidade e regularidade, assim como com eficiência e oportunidade (...). Essa continuidade afigura-se em alguns casos de maneira absoluta, quer dizer, sem qualquer abrandamento, como ocorre com serviços que atendem necessidades permanentes (...). Diante, pois, da recusa de um serviço público, ou do seu fornecimento, ou mesmo da cessação, ou mesmo da cessação indevida deste, pode o usuário utilizar-se das ações judiciais cabíveis, até as de rito mais célere, como mandato de segurança e a própria ação comunitária.

Esse serviço de ATER está compreendido como uma política pública, uma vez que o Estado o assume como pertencente a seus deveres e o presta através de outros que lhe façam às vezes. Portanto, concebe um conjunto de ações desencadeadas pelo Estado de caráter perene e universal, com vistas ao bem estar e produtivo da agricultura familiar, mediante:

- a. Diretrizes e princípios norteadores da ação do serviço de ATER;
- b. Regras e procedimentos para as relações entre a esfera federal, as instituições executoras dos serviços e os produtores familiares; e para as mediações entre os agricultores familiares e o Estado.

O trabalho próprio de ATER em campo deve entendido como um processo de troca de saberes entre o técnico e o produtor familiar. O saber não é unilateral, ou seja, não é

apenas o técnico que o tem, o do agricultor familiar tem que ser respeitado. O diálogo mútuo é imperativo.

Para conduzir esse processo de conhecimento o papel do técnico não deve ser o de orientador e sim o de servidor público, pois estão a serviço dos agricultores familiares. É um serviço subordinado. Está à disposição de seu público alvo.

Sua ação, portanto, deve estar orientada a partir dos desejos dos agricultores familiares, sendo que a decisão sobre o que e como fazer é deles. Nesse contexto, é fundamental que o técnico considere no universo da decisão o homem e a mulher. Todas as atividades de ATER só podem ser realizadas com a presença do homem e da mulher.

E o limite dessa subordinação é realização de uma parceria com direitos e deveres, consolidada na correspondência do saber sobre o contexto local, as peculiaridades do sistema de produção, dos processos de inovação tecnológica a ser apropriada e demais elementos voltados ao bem estar (bem viver) e ao exercício pleno da cidadania do agricultor familiar.

Para desempenhar convenientemente esse papel os técnicos devem ser capazes de dialogar sobre a totalidade dos problemas que lhes são apresentados. Isso não quer dizer que eles tenham sempre, necessariamente, a resposta às questões colocadas, mas eles devem pelo menos saber examinar concretamente os problemas, e juntamente com os produtores familiares procurar ajudá-los a encontrar progressivamente as soluções adequadas, e quando necessário, devem os dois entrar em contato com os especialistas concernentes.

A tecnologia deve ser intuída enquanto conhecimento. A instrução tecnológica convém enfrentar sucessivamente os diversos pontos de estrangulamento com que os diversos tipos de produtores familiares deparam na condução dos seus sistemas de produção, considerando-se as condições ambientais, e também, os meios de produção e os conhecimentos técnicos já adquiridos, bem como o saber tradicional.

As atividades de inovação (gerencial, comercialização e dos meios de produção) podem ser sucedidas, desde que sejam suficientes as garantias da apropriação desse maior aporte técnico, levando em consideração a erudição dos produtores familiares e contexto agrário, econômico, social e ambiental do local onde estão inseridos.

A capacitação não deve limitar-se apenas a como usar um processo de inovação, mas deve romper a esses limites para se compreender o “porque” de utiliza-los. Só assim será possível contribuir para dotar os agricultores familiares de elementos para que eles consigam raciocinar sobre seus problemas e encontrar as suas próprias soluções, facilitando assim, a apropriação contínua e autônoma da inovação proposta.

Ao se escolher as práticas agrícolas deve-se cuidar para que sejam preservadas as potencialidades dos ecossistemas e socioeconômicas da exploração rural familiar no longo prazo.

Os novos cultivos devem-se levar em conta, imperativamente, as interações inelutáveis entre as características das diversas espécies, raças ou variedades utilizadas com as condições ambientais e das práticas produtivas existentes.

As tecnologias devem proporcionar um aumento de renda através de um acréscimo na produtividade do trabalho. Mas esses ganhos de produtividade do trabalho devem-se traduzir, antes de tudo, por um aumento geral da produção e uma redução dos custos sem, no entanto, desempregar os produtores excedentes ou em situação de extrema pobreza, como também não diminuir postos de trabalho.

Do ponto de vista da agricultura familiar não patronal ou de subsistência, é inútil substituir trabalho por máquinas se isso não implicar um acréscimo das riquezas produzidas. Importa então, não excluir a priori as soluções que requerem sistemas de produção nos quais as tarefas são mais escalonadas e cujos equipamentos são mais polivalentes.

A competitividade dessa agricultura familiar se conforma nos fatores de produção terra e trabalho, e não no capital (máquinas, equipamentos, instalações, etc). Por conseguinte, a inovação (de gestão ou tecnológica) há que porvir de modo resolutivo, lesto e progressivo contemplar a mão de obra familiar e a conservação da terra.

Ao se planejar o serviço público de ATER para agricultura familiar se deve conjugar tanto as habilidades e a diversidade socioeconômicas, culturais e fundiárias da agricultura familiar – perspectiva axiológica; como o aparato institucional vigente – perspectiva da governança; pois esse exercício permitirá potencializar a consecução dos objetivos pretendidos (planos e programas) e o uso dos recursos (humanos, orçamentários e financeiros), bem como, buscar alternativas (econômicas ou não) para superar os entraves e limites da produção familiar, principalmente os em economia de subsistência.

Concerne ao Estado criar e garantir as condições sociais e econômicas para que os produtores familiares tenham condições mais favoráveis de lograr e perseguir os objetivos fixados nos Programas Públicos de ATER e que eles tenham meios para isso.

A luz da diversidade do tecido social da agricultura familiar à ênfase conceitual adotada pela política pública de ATER com o desígnio e a perspectiva do saber mútuo, não se destina apenas servir de categoria analítica, mas como referência de intervenção do Estado.

Referências

ABRAMOVAY, R. Estratégias e alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação. XLV Congresso do SOBER, 22 a 25/072007, Londrina/PR. Mesa redonda: **Assistência técnica e extensão rural no Brasil: desafios para os próximos anos**. Londrina/PR, 2007. 17 p.

ALTIERI, M. **Agroecologia, a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 ed. Porto Alegre/RS: UFRGS, 2004.

BASTOS, C. R. **Curso de Direito Administrativo**. 4 ed. São Paulo/SP: Saraiva, 2000.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **A Reforma do aparelho do estado e as mudanças constitucionais: síntese & respostas a dúvidas mais comuns**. Brasília/DF, Cadernos Mare da Reforma do Estado, 1997. 23 p.

CAPORAL, F. R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Dissertação 1991. 134 f. (Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS, 1994.

COHN, A.; FAGNANI, E. Proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades. In CARDOSO JR., J.S.; SIQUEIRA, C. H. R. (orgs.) **Complexidade e desenvolvimento**. Diálogos para Desenvolvimento, IPEA, vol. 3. Brasília/DF, 2011. p. 155-184.

CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **6º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**. Anais. Brasília/DF, 1995. 172 p.

DELGADO, G. **O Setor de Subsistência na Economia Brasileira: gênese histórica e formas de reprodução**. Texto para Discussão IPEA, n. 1025. Brasília/DF, 2004. 30 p.

FARIA, C.A. P. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, n. 59, p. 97-169, out. 2005.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação** Rio de Janeiro/RJ, Ed. Paz e Terra, 1983. 93 p.

FURTADO, C. **Formação econômica da América Latina**. Guanabara/RJ, Ed. Lia, 1969. 159 p.

INSTITUTO CULTIVA. **Indicadores de avaliação de resultados de ATER**. Projeto: ASBRAER/MDA. Belo Horizonte/MG, 2008. 94 p.

INSTITUTO POLIS. Controle social das políticas públicas. **Boletim: REPENTE: Participação Popular na Construção do Poder Local**. São Paulo/SP, 2008. 4 p.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 1993. 336 p.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (orgs). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo/SP, Ed. Expressão Popular, 2011. 289 p.

MEDEIROS, L. S. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. São Paulo em Perspectivas. **Revista da Fundação Seade**, v. 11, n 2, p. 65-72 São Paulo/SP, 1997.

PACHECO, RS. Regulação no Brasil: desenho das agências e formas de controle. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n, 4, p. 523-543. Rio de Janeiro/RJ, jul/ago, 2006.

PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação. **Senado Federal: Textos para Discussão nº 48**, 2008. 27 p.

QUEDA, O; SZMRECSÁNYI, T. O papel da educação escolar e da assistência técnica. In SZMRECSÁNYI, T; QUEDA, O. (orgs) **Vida rural e Mudança Social**. São Paulo/SP: Editora Nacional, 1972. p. 271-294

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 16. Rio de Janeiro/RJ, abril 2001. p. 164-184

SILVA, A. M.; GREGOLIN, A. C. Agricultura familiar e extensão rural: contribuições para o desenvolvimento rural sustentável. In Melo, C., et.al. **Geração de trabalho e renda, gestão democrática e sustentabilidade nos empreendimentos econômicos e solidários**. Fundação Banco do Brasil, p. 124-140. São Paulo/SP, Plublisher Brasil, 2009.

TAVARES, M. C. **Destrução não criadora**: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999. 300 p.

Recebido para publicação em 29 de abril de 2013

Devolvido para revisão em 06 de dezembro de 2013

Aprovado para publicação em 15 de fevereiro de 2014

RESENHA: A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato

Leandro Nieves Ribeiro

Mestrando em Geografia – FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente

e-mail: leandro.nieves@gmail.com

RESENHA DE: DESMARAIS, Annette Aurélie. **A Via Campesina: A globalização e poder do campesinato**. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

Introdução

A Via Campesina é um dos principais movimentos camponeses na atualidade e vem-se destacando no cenário internacional com suas ações e propostas que confrontam os centros de decisão política na agricultura, como a Organização Mundial de Comércio (OMC), o Banco Mundial, das empresas transnacionais (Monsanto, Syngenta...) e de outras ONG's. Os temas abordados pelo movimento são: reforma agrária, soberania alimentar, questão de gênero, biodiversidade e recurso genéticos, direitos humanos e agricultura camponesa sustentável.

Desses temas, a principal bandeira do movimento é a de soberania alimentar, que em resumo, seria o direito de cada nação para definir suas políticas agrícola e alimentar, assim como, de cada um desenvolver sua própria capacidade de produzir alimentos a partir da sua diversidade cultural. Dessa forma, a soberania é mais ampla do que o conceito de segurança alimentar – defendido pela OMC – que em modo geral complementaria a ideia de “ser alimentado”, enquanto, a de soberania, seria a de “alimentar-se”. Para a Via Campesina, a soberania alimentar só será concretizada com uma reforma agrária ampla, no sentido de, reformar o sistema agrícola para favorecer a produção camponesa.

Devido a dimensão dos temas abordados pela Via Campesina, assim como, da sua representação no cenário internacional e de seus movimentos articulados no Brasil¹, essa obra intitulada de “A Via Campesina: a globalização e poder do campesinato”, de autoria da canadense Annette Aurélie Desmarais, torna-se de extremo valor para os estudiosos dos temas no Brasil sobre a modernização da agricultura, da questão agrária, do campesinato, dos movimentos sociais no campo, da luta na terra, da questão de gênero e entre outros.

Sobre a autora

Annette Aurélie Desmarais é Ph.D. em Geografia e está vinculada ao Departamento de Estudos da Justiça da Universidade de Regina no Canadá. Militante da Via Campesina desde a sua criação em 1993, atuou como assistente técnica, permitindo um “olhar por dentro” do movimento a partir de diversos trechos de entrevistas com as lideranças, dos encontros, das reuniões, das conferências, dos debates e dos documentos.

Antes de ingressar no movimento, Desmarais foi agricultora e criadora de gado na província de Saskatchewan (Canadá) e relata no livro, que o interesse em participar do

¹ No Brasil, a Via Campesina é representada pelos seguintes movimentos: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ).

movimento se deu, quando percebeu a necessidade dos agricultores em se organizarem. Nessa época, a autora estava em uma conferência pela Brigada Oxfam de Agricultores Canadenses em Nicarágua, com a participação do *Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos* (UNAG) - cujo movimento, em 1992, organizaria uma reunião (chamada de II Congresso da UNAG) que buscava articular os camponeses de todo o mundo. Nessa reunião, propôs-se em criar um movimento a nível internacional que viria a ser a Via Campesina, tendo a sua formalização no ano seguinte, com outra reunião contando com 46 líderes de organizações camponesas em Mons (Bélgica).

Após a esse contato, Desmarais se interessou pela política de alimentos, levando-a abandonar sua vida no campo para, posteriormente, assumir a coordenação do Projeto Agrícola Mundial da Oxfam, pelo qual, permitiu a sua aproximação com o *National Farmers Union* (NFU), que viria a ser um dos auxiliares na formação do movimento em 1993, e da Via Campesina. Foi como coordenadora que Desmarais, assumiu, simultaneamente, a função de assistente técnica da Via Campesina. Segundo a autora, a ideia de escrever essa obra, deveu-se pela sua intenção em contribuir com uma análise sobre o movimento para identificar os seus pontos positivos ou negativos. Sem dúvidas, o livro trouxe uma análise profunda da Via Campesina como demonstraremos a seguir.

Sobre o livro

Esse livro lançado no final de 2013 no Brasil, pela parceria da Editora Cultura Acadêmica e da Expressão Popular, é uma tradução do livro de versão inglesa publicada em 2007, pela *Fernwood Publishing* (Canadá) e da *Pluto Books* (Inglaterra).

Nessa versão nacional, o livro conta com o prefácio escrito pelo João Pedro Stédile, militante da Via Campesina Internacional e diretor nacional do MST, que ressalta nos seus escritos a extrema contribuição do livro de Desmarais, associando o livro como um registro histórico sobre a Via Campesina e, ainda, reflete sobre o papel dessa articulação no contexto mundial da produção de alimentos.

Ao todo, o livro está dividido em sete capítulos. E o objetivo da autora é buscar entender como ocorreu a organização dos camponeses dos hemisférios norte e sul em um movimento, do objetivo dessa articulação, as suas propostas e de que forma, a Via Campesina conseguiu com êxito confrontar as organizações dominantes que influenciavam as políticas na área rural.

O primeiro capítulo, intitulado de “Para onde foram os camponeses? Depois de tanto tempo...”, refere-se da desmistificação de que os camponeses desapareceriam ao longo do desenvolvimento capitalista no campo, e segundo a autora, não apenas sobreviveram, mas souberam resistir contra os avanços da modernização da agricultura organizando-se com demais organizações camponesas a nível internacional e pressionando os ditadores do comércio.

Consecutivamente, a autora, destaca as primeiras manifestações articuladas pelo movimento, ocorridas, logo após sete meses de ser constituída legalmente - em 1993 - cuja manifestação, contou com camponeses de diversas regiões durante a reunião do Gatt em Genebra. Outras manifestações citadas pela autora são as durante as conferências ministeriais da OMC, como novamente em Genebra (1998), em Seattle (1999), Cancun (2003) e Hong-kong (2005) e entre outras. Houve, também, manifestações durante os eventos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Ainda nesse capítulo, Desmarais revela sobre a forma em que foi construída a unidade em torno da Via Campesina em questão de uma múltipla diversidade de movimentos. Segundo a autora, alguns intelectuais acreditavam que uma organização única de camponeses de vários lugares seria algo impossível, em vista, da diversidade de lutas, culturas e pensamentos. Com a criação da Via Campesina, mostrou-se que é possível tal organização, mesmo com essas diversidades.

No segundo capítulo, “modernização e globalização: o aprisionamento da agricultura”, Desmarais contextualiza o momento em que surgiu a proposta da Via

Campesina, que refere-se ao processo de modernização no campo, que levou conseqüentemente, a dependência dos camponeses com as empresas transnacionais, e do total desprezo da capacidade dos camponeses e de suas culturas locais.

Outro fator relevante, segundo a autora, foi a busca por uma alternativa ao desenvolvimento no campo nos países subdesenvolvidos, organizadas pela ONU em conjunto com chefes de Estados e de ministros de agricultura de varias regiões em conferencias sobre a alimentação mundial. Embora, o evento discutisse o futuro dos camponeses, estes não eram consultados e muito menos ouvidos. Com a criação da Via Campesina, os interesses dos camponeses foram mostrados ao mundo, e suas vozes ressoaram de tal forma, a ganharem repercussão e respeito.

No terceiro capítulo, “a globalização dos camponeses e agricultores”, Desmarais analisa o processo de formação da Via Campesina com os encontros em Nicarágua e na Bélgica, e, assim como, da construção de laços internacionais e dos intercâmbios, que segundo a autora, serviram para capacitar os camponeses e dissolver a dualidade entre Norte e Sul. Outro destaque, é sobre os conflitos com as ONG’s e a distinção da Via com a IFAP (Federação Internacional dos Agricultores Produtores) - que “representava” os camponeses e agricultores antes da criação do movimento - e por fim, discorre sobre a conquista do espaço no cenário internacional. Em base dos documentos e das atas das reuniões, Desmarais traz uma rica contribuição documental e memorial do movimento.

No quarto capítulo, “*Em algum momento, em algum lugar, a OMC vai se reunir... E nos estaremos lá*”, a autora destaca a distinção entre o pensamento da Via Campesina e de alguns agricultores – representados pela IFAP – e da OMC. A diferença da Via Campesina com a OMC, é que a primeira trata o alimento, primeiramente, como fonte de nutrição e secundariamente, como comércio. Além disso, segundo Desmarais, a Via Campesina ao defender a soberania alimentar rejeita por si o pensamento da OMC.

Em relação entre a IFAP e a Via, ambas defendem a necessidade de regulamentar o comércio internacional para estabelecer regras no mercado, mas seus pensamentos se diferenciam quanto a liberalização econômica, enquanto a IFAP é favorável, a Via Campesina repudia.

Com a falta de dialogo entre os camponeses e a OMC, a Via Campesina encarregou-se nas mobilizações, manifestações em massa ou até mesmo em ação direta. Segundo a autora, a própria situação imposta pela OMC levou a organização da Via Campesina a se organizar. E na medida de novas ações, a Via Campesina conseguiu mais organizações adeptas ao movimento, fortalecendo ainda mais a luta. As campanhas mundiais, como “O Nosso mundo não está a venda: prioridade para a Soberania Alimentar dos Povos – OMC fora da agricultura”, também foram essenciais para a espacialização e territorialização do movimento no cenário internacional.

No quinto capítulo, “*Um balanço final: realidades locais e ações mundiais...*”, a autora destaca que o sucesso da Via Campesina depende de que suas organizações locais e nacionais sejam fortes, embora, algumas sofressem com a falta de recursos, de fracas lideranças, de disputas pessoais dentro do movimento e entre outros problemas.

Dessas organizações, cita, de um lado, o caso do MST, pelo excelente trabalho de base na conscientização da luta pela terra em diversas regiões no Brasil, e, também, da *Confédération Paysanne* (CP) da França, cujo movimento, conseguiu intensificar sua popularização na França², após uma ação que desmantelou a loja do *McDonald’s* na cidade de *Milliau*, que representava a “epítome da agricultura industrializada, do imperialismo econômico, do poder das transnacionais e da *malbouffe* [junk food]” (p.207). Esses movimentos conseguiram destacar-se a nível regional e suas presenças fortaleceram o movimento internacionalmente.

Por outro lado, os movimentos que exemplificam os casos negativos são das Filipinas, o *Kilusang Magbubukid ng Pilipinas* (KMP) e sua dissensão o *Demokratikong Kilusang Magbubukid ng Pilipinas* (dKMP), que devido a um conflito pessoal prejudicaram a

² Desmarais refere-se aos resultados das eleições para as Câmaras de Agricultura, cuja participação da organização obteve um aumento de 21% em 1995 para 28% em 2000.

preparação da Via Campesina para a 2ª Conferencia Internacional e do Fórum Paralelo de ONG's que foram adiadas e transferidas para o México.

No sexto capítulo, “*Cooperação, colaboração e comunidade*”, especifica-se sobre a questão de gênero incluída na pauta do movimento sendo fundamentais para estabelecer o equilíbrio e para a construção sólida do movimento. Segundo a autora, o início do debate sobre a questão de gênero deu-se pela formação de um comitê específico sobre as mulheres da Via Campesina na 2ª Conferencia em *Tlaxcala* (México), cujo objetivo do comitê seria de: primeiro, levantar as questões colocadas pelas mulheres da Via Campesina; segundo, desenvolver estratégias, mecanismos e um plano de ação para a participação igualitária das mulheres tanto a nível local como global e, por fim, de criar uma rede de comunicação entre as mulheres da Via Campesina que seria estabelecida pelos fóruns sobre a questão de gênero.

No capítulo final, Desmarais, reflete sobre os significados da Via Campesina. Compara o momento anterior da criação do movimento, pelo qual, não havia uma organização que representasse legalmente os camponeses e que nem suas “vozes eram ouvidas”. Após a criação, os camponeses obtiveram uma organização e articulação, e somente assim, suas vozes ressoaram altas e claras. Aponta-se, também, para a criação de um próprio espaço internacional independente, como o Fórum Social Mundial.

Outra reflexão da autora, é sobre o impacto das manifestações como na marcha realizada no ano de 2002 em Quito (Equador) num protesto contra a Alca (Acordo de Livre Comércio das Américas), o bloqueio das estradas bolivianas em rejeição à Alca e a venda do gás para investidores americanos e chilenos em janeiro de 2003, a ação em conjunto no dia 17 de abril – o Dia Internacional da luta camponesa³ – em 2006, nas ruas da Palestina, dos Estados Unidos e de Moçambique pedindo para respeitarem os direitos dos camponeses e entre outros exemplos.

Por fim, a autora busca entender a importância do termo camponês para o nome do movimento e conclui que ao utilizar esse termo politizado, “as pessoas compartilham um compromisso profundo com o lugar, que são intimamente ligados com um pedaço particular da terra, que todas são parte de uma comunidade rural específica, cujo modo de existência está ameaçado” (p.297) e finaliza, que a Via Campesina vem preenchendo os espaços com as vozes camponesas, assim como articulando suas demandas e propostas, permitindo imaginar uma esperança de uma “outra” agricultura.

Recebido para publicação em 02 de janeiro de 2014

Aceito para publicação em 03 de janeiro de 2014

³ Essa data é memorativa ao episódio do Massacre do Eldorado dos Carajás no ano de 1996, que refere-se ao assassinato de 19 camponeses do MST e mais de 60 feridos pela Polícia Militar, durante uma operação para desbloquear a rodovia PA-150 no Sudeste do Pará. O massacre aconteceu durante a II Conferencia Internacional da Via Campesina, em *Tlaxcala* (México) e como repúdio ao episódio, a data foi estabelecida como o Dia Internacional da Luta Camponesa, tendo a cada ano nesse dia, diversas ações organizadas pela Via Campesina, como manifestações em variados países e ocupações de terras.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45 – 58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1 – 32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50, 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51 – 73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 – 57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68 – 94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5 – 19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42 – 49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50 – 55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1 – 12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achilles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56 – 62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63 – 72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73 – 85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92 – 117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122 – 130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131 – 148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149 – 169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6 – 17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável....** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108 – 116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6 – 15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16 – 25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128 – 143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144 – 155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156 – 165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63 – 71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112 – 124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07– 21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34– 65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7– 21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p. 150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09 – 20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43 – 54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55 – 78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79 – 92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93 – 102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103 – 126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 – 176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177 – 184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre:** Araraquara-SP. Ano 16. n. 22. p. 55-81.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cuestion agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137.

COMPÊNDIO AUTORES

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07– 21, 2009.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93 – 102, 2012.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63 – 72, 2004.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6 – 15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112 – 124, 2009.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156 – 165, 2008.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6 – 17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1 – 12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15, n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14, n. 19 p. 162-169, 2011.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16 – 25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil**. Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**. Ano 12, n. 15 p. 34–65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais**. Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico**. Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial**. Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses**. Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária**. Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103 – 126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados**. Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55 – 78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68 – 94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09 – 20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1 – 32, 1998.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”:** (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa. Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15, n. 21 p. 173-180, 2012.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5 – 19, 2004.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”:** a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15, n. 20 p. 156-174, 2012.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51 – 73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43 – 54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável...** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 – 176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 – 57, 2000.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73 – 85, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos en la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATÍÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92 – 117, 2005.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45 – 58, 1998.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56 – 62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15, n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131 – 148, 2007.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128 – 143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149 – 169, 2007.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79 – 92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42 – 49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177 – 184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14, n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50 – 55, 2004.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122 – 130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144 – 155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108 – 116, 2008.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63 – 71, 2009.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.